

Verinotio



Revista On-line de Filosofia e Ciências Humanas

ISSN 1981-061X - ANO XIII - v. 24 n.1 - abr. /2018

Das Kapital von Marx.

24
Abr/2018
n.1

Dossiê

150 Anos de "O Capital"

Grupo de Pesquisa Marxologia: Filosofia e Estudos Confluentes (CNPq)
Curso de Serviço Social (UFF - Universidade Federal Fluminense - Rio das Ostras)

**VERINOTIO – REVISTA ON-LINE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS**

ISSN: 1981-061X v. 24 n. 1 2018 | abr. 2018

PERIODICIDADE: SEMESTRAL

**As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de
responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.**

**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE Rua Recife, Lotes 1-7 – Jardim Bela Vista, Rio das Ostras –
RJ – CEP 28895-532 – Brasil. E-mail: revistaverinotio@gmail.com**

EXPEDIENTE

Equipe editorial

Editora-chefe: Dra. Vânia Noeli Ferreira de Assunção, UFF

Editora-chefe adjunta: Dra. Ester Vaisman, UFMG

Editor-associado: Dr. Vitor Bartoletti Sartori, UFMG

Editora-associada: M^a. Helena Carvalho Coelho, UFMG

Editor convidado Dossiê: 150 anos de *O capital*: Dr. Leonardo Gomes de Deus, UFMG

Equipe técnica:

Carmen Isabel Rojas – Revisora

Roger Filipe Silva – *Web designer*, diagramador, programador e suporte técnico

Vânia Noeli Ferreira de Assunção – Revisora

Vinícius Guimarães – Capista

Yuri Martins Fontes – Revisor

Conselho Editorial:

Dra. Ana Selva Castelo Branco Albinati, PUC-MG, Brasil

Dr. Antônio José Romera Valverde, PUC-SP, Brasil

Dr. Antônio José Lopes Alves, UFMG, Brasil

Dr. Antônio Rago Filho, PUC-SP, Brasil

Dr. Celso Frederico, USP, Brasil

Dr. Eduardo Ferreira Chagas, UFC, Brasil

Dr. Elcemir Paço Cunha, UFJF, Brasil

Dra. Fabiana Scoleso, UFT, Brasil

Dr. Francisco Garcia Chicote, Conicet/UBA, Argentina

Dr. Leonardo Gomes de Deus, UFMG, Brasil

Dra. Lúcia Aparecida Valadares Sartório, UFRRJ, Brasil

Dr. Marco Vanzulli, Università degli Studi di Milano Bicocca, Itália

Dr. Mario Duayer, UFF, Brasil

Dr. Mauro Castelo Branco de Moura, UFBA, Brasil

Dr. Miguel Vedda, UBA, Argentina

Dra. Mônica Hallak Martins Costa, PUC-MG, Brasil

Dr. Nicolas Tertulian, École des Hautes Études en Sciences Sociales, França

Dr. Paulo Henrique Furtado de Araujo, UFF, Brasil

Dr. Ricardo Gaspar Müller, UFSC, Brasil

Dr. Ricardo Lara, UFSC, Brasil

Dr. Ronaldo Rosas Reis, UFF, Brasil

Dr. Ronaldo Vielmi Fortes, UFJF, Brasil

Avaliadores *Ad hoc* – Lista anual¹: 2017/2 e 2018/1

Dra. Agatha Justen Gonçalves Ribeiro, UFJF, Brasil; **Aldo Andrés Casas**, Ensaísta e antropólogo, UBA, Argentina; **Dr. Alexandre Aranha Arbia**, Ufop, Brasil; **Dra. Ana Aguiar Cotrim**, UnB, Brasil; **Dra. Ana Selva Castelo Branco Albinati**, PUC-MG, Brasil; **Dr. Antônio José Lopes Alves**, UFMG, Brasil; **Dr. Antônio Rago Filho**, PUC-SP, Brasil; **Dr. Carlos Eduardo Jordão Machado**, Unesp, Brasil; **Dr. Claudinei Cássio de Rezende**, Unesp, Brasil; **Dr. Cláudio Roberto Marques Gurgel**, UFF, Brasil; **Dra. Deise Luiza da Silva Ferraz**, UFMG, Brasil; **Dr. Diorge Alceno Konrad**, UFSM, Brasil; **Dr. Eduardo Sá Barreto Cruz**, UFJF, Brasil; **Dr. Elcemir Paço Cunha**, UFJF, Brasil; **Dra. Ester Vaisman**, UFMG, Brasil; **Ms. Francisco Assis**, UFBA, Brasil; **Dr. Francisco Garcia Chicote**, Conicet/UBA, Argentina; **Dr. Henrique Almeida de Queiroz**, UFJF, Brasil; **Ms. Ismael Andrada Bernardes**, UFSC, Brasil; **Dra. Joana d'Arc de Vasconcelos Neves**, UFPA, Brasil; **Dra. Joana Salém Vasconcelos**, Instituto Vladimir Herzog, Brasil; **Dr. João Claudino Tavares**, UFF, Brasil; **Dr. João dos Reis Silva Júnior**, Ufscar, Brasil; **Dr. José Henrique de Faria**, UFPR, Brasil; **Dr. Leandro Cândido de Souza**, Unesp, Brasil; **Dr. Leonardo Gomes de Deus**, UFMG, Brasil; **Ms. Lucas de Almeida Silva**, UFJF, Brasil; **Dr. Luciano Cavini Martorano**, Unifal, Brasil; **Ms. Luiz Felipe Foresti**, PUC-SP, Brasil; **Ms. Luiz Philippe de Caux**, UFMG, Brasil; **Dra. Maria Aparecida de Paula Rago**, PUC-SP, Brasil; **Dra. Maria Cristina Paniago**, UFAL, Brasil; **Ms. Maria de Anunciação Madureira**, UEM, Brasil; **Dra. Marina Barbosa Pinto**, UFSJ, Brasil; **Dr. Marlon Garcia da Silva**, Ufop, Brasil; **Dr. Maurício Mello Vieira Martins**, UFF, Brasil; **Dr. Miguel Vedda**, UBA, Argentina; **Dra. Mônica Hallak Martins Costa**, PUC-MG, Brasil; **Ms. Mozart Silviano Pereira**, UERJ, Brasil; **Ms. Murilo Pereira Leite**, UFMG, Brasil; **Ms. Nancy Romanelli**, PMSBC, Brasil; **Dr. Osvaldo Akamine Júnior**, Facamp, Brasil; **Dr. Paulo Henrique Furtado de Araujo**, UFF, Brasil; **Ms. Paulo Roberto Félix dos Santos**, UFRJ, Brasil; **Dr. Rainer Câmara Patriota**, UFPB, Brasil; **Dr. Ranieri Carli de Oliveira**, UFF, Brasil; **Dra. Renata Ribeiro Rolim**, UFPB, Brasil; **Ms. Rodolfo Costa Machado**, PUC-SP, Brasil; **Ms. Rodrigo José Teixeira**, UFRJ, Brasil; **Dr. Ronaldo Vielmi Fortes**, UFJF, Brasil; **Dra. Roselaine Ripa**, Unesp, Brasil; **Dra. Sabina Maura Silva**, Cefet-MG, Brasil; **Dra. Maria Susana Vasconcelos**

¹ A partir do presente ano, visando a se adequar às normas de privacidade das revistas e preservar ao máximo os pareceristas *ad hoc*, a lista de avaliadores passará a ser divulgada anualmente.

Jimenez, Uece, Brasil; **Dr. Tarso Meneses de Melo**, USP, Brasil; **Ms. Thiago Dutra Hollanda de Rezende**, UNB, Brasil; **Dr. Thiago Macedo Alves de Abreu Brito**, UFMG, Brasil; **Ms. Thiago Simim**, Goethe Universität Frankfurt am Main, Alemanha/UFMG, Brasil; **Dr. Valter Ventura da Rocha Pomar**, Ufabc, Brasil; **Dra. Vanessa Dias**, Unifal, Brasil; **Dra. Vânia Noeli Ferreira de Assunção**, UFF, Brasil; **Dra. Vera Aguiar Cotrim**, Fapss, Brasil; **Dra. Vera Lúcia Vieira**, PUC-SP, Brasil; **Dra. Vera Lúcia Vieira de Souza**, UFRJ, Brasil; **Dr. Vinícius Gomes Casalino**, PUC-Campinas, Brasil; **Dr. Vitor Bartoletti Sartori**, UFMG, Brasil; **Dra. Viviane Souza Pereira**, UFJF, Brasil; **Ms. Vladmir Luís da Silva**, Unifesp, Brasil; **Dr. Wanderson Fabio de Melo**, UFF, Brasil; **Dr. Yuri Martins Fontes Leichsenring**, USP, Brasil; **Dra. Zaira Rodrigues Vieira**, Unimontes, Brasil.

SUMÁRIO

Editorial	01
DOSSIÊ 150 ANOS DE O CAPITAL	
O plano de seis livros novamente? Sobre a falta de perspectiva de uma lenda Carl-Erich Vollgraf	06
A escrita de O capital: gênese e estrutura da crítica de Marx à economia política Marcello Musto.....	23
Alienação do trabalho em Marx: dos Manuscritos de 1844 a O capital Mônica Hallak	58
Disciplina e mais-valia: os germens da reificação no Livro I de O capital Ranieri Carli.....	74
Os esquemas de reprodução de Marx e o dogma de Smith Fred Moseley	89
Lucro, taxa e tendência nos manuscritos inéditos de O capital Leonardo Gomes de Deus Bovick Wandja Yemba Lucien André Regnault Marques	114
A coupure como segredo do entendimento e o desentendimento das categorias: Althusser e a cientificidade de Marx Antônio José Lopes Alves	139
La relevancia contemporánea de Marx Claudio Katz.....	156
Marx e Hegel: três momentos da crítica marxiana ao direito Vitor Bartoletti Sartori.....	177
Fetichismo, ideologia e direito em O capital: conexões e implicações teóricas Pablo Biondi	209
O papel da história no modo de exposição de O capital de Marx Gustavo Machado.....	238
Breve histórico das recepções de O capital no Brasil (1867-1917) Bruno Prado Prates	270
ARTIGOS DE FLUXO CONTÍNUO	
O jovem Engels e a crítica da economia política Thiago Macedo Alves de Brito.....	284
RESENHA	
Las dictaduras y democracias latinoamericanas por Alain Rouquié Sebastián Federico Paris.....	311

Editorial

Leonardo Gomes de Deus¹

Ao contrário do último número de *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, há muito o que comemorar no bicentenário de Marx e no sesquicentenário de seu *Capital*. Criador e criatura rondam a vida mental e política do mundo como uma assombração, a ser combatida todos os dias. Há alguns anos, o *Financial Times* promoveu uma verdadeira cruzada para demonstrar que o livro homônimo de Piketty estava errado e só descansou depois de meses de renhida batalha, nada tendo entendido. Muitos anos antes, a *Economist* empenhara sem sucesso o seu prestígio numa campanha para evitar que Marx fosse aclamado o maior filósofo da história numa eleição mixuruca pela internet. Longe estão os tempos em que Samuelson, Mises ou Simonsen, num nível mais elevado, perdiam seu tempo a carregar essas bandeiras. Marx se tornou um tabu: suas ideias não devem ser estudadas e seus detratores simplesmente se empenham em decretar a falência de seu pensamento, graças a argumentos retóricos de lastimável alcance e com intenções muito duvidosas. Por outro lado, ainda há aqueles que veem na sua obra um guia infalível para a revolução e para a compreensão dos tempos que correm, sem mediações, sem metafísica.

Passarão, enquanto Marx e seu pensamento seguem seu curso, despertam sempre interesse, apesar de toda interdição, e deixam falar os quadrúpedes da hora. Isso se dá por dois motivos, um contingente, outro nem tanto. Em primeiro lugar, o cotidiano de hoje e de há muito revela em cada gesto o apodrecimento da alma humana sob a pele do capitalismo e de suas mercadorias. Basta dizer que as ciências sociais limpinhas de hoje não dão conta das questões mais importantes da humanidade nos dias que correm, de um suicídio infantil à potência atômica norte-coreana: cada ramo da ciência produz um volume inestimável de ideias, mas o objeto resta intocado, misterioso. Em segundo lugar, quando o tempo da honestidade for possível, essa recepção constatará o óbvio: a obra de Karl Marx é uma das mais importantes da ciência econômica, da filosofia e das ciências humanas, é prodígio humano tão importante quanto as pirâmides do Egito, a Capela Sistina, o reator nuclear, o cálculo integral, a revolução copernicana, a teoria da relatividade, a *Divina comédia*, a chegada à Lua, os sermões de Padre Vieira, o *Cravo bem-temperado*, os madrigais de Monteverdi, a psicanálise de Freud. Enfim, uma realização humana imperfeita para a qual devem valer as mesmas regras de rigor e fruição de

¹ Professor da UFMG, editor convidado do Dossiê: 150 anos de *O capital*.

qualquer outra realização que, antes de tudo, esteve na mente de um indivíduo, algo que já enunciamos em outra oportunidade.

Parte da confusão decorre da própria atuação de Marx e Engels, que, segundo Hobsbawm, escolheram as obras que legariam à humanidade. Fora da lista estavam os *Manuscritos de 1844*, *A ideologia alemã*, os *Grundrisse* e tantos outros. A confusão seguinte adveio da atuação dos bolcheviques, com as questões da construção de um método científico correto para a revolução e o partido. Os textos desprezados se converteram em seu contrário. De citação em redescoberta, sempre valeu, na maior parte das vezes, aquilo que Ester Vaisman denominou de “destino trágico do pensamento marxiano”, ou seja, “quanto mais é evocado, menos é conhecido”. Esta a maldição dos dias que correm: toda a liberdade para o estudo e a plena apreciação de nada valem quando se trata de Marx e sua obra. Em verdade, esta não tem as mesmas pretensões de outras de mesmo gênero: ela tem uma imediata perspectiva prática que confunde os leitores e debatedores. No entanto, 200 anos depois, Marx nada pode fazer por nosso tempo, sua obra não é um receituário aplicável aqui e acolá, como pretendem os mais pedestres defensores. Também, eliminá-la do horizonte de leituras nada fará para mudar o curso do mundo.

O presente número de *Verinotio* rende homenagens ao bicentenário fazendo menção ao sesquicentenário. Corre-se o risco evidente de se confundir Marx com sua obra econômica. Se a crítica da economia política fosse a essência do pensamento marxiano, superado o capitalismo, ela se tornaria supérflua. É preciso, entretanto, que reflitamos sobre o momento da apreciação de Marx. Desde a queda do Muro de Berlim, anunciou-se que um Marx desconhecido seria revelado com a publicação da nova edição MEGA, iniciada na década de 1970 e que ganhou fôlego nos últimos 30 anos. Essa publicação passou a ser sintoma do problema, a saber, a falta de uma perspectiva prática acabou por envolver a obra de Marx em mais neblina do que esclarecimento. O lento processo de recepção desses textos tem-se equilibrado entre as novas aquisições e a necessidade de que não se faça tábula rasa de esforços tão cruciais quanto aqueles de Lukács, Rubin, Rosdolsky ou Chasin, para mencionar apenas alguns. A vantagem desses autores sobre nosso tempo é que, no século XXI, não mais existem garantias de que a realidade tenderá para a obra de Marx; a emancipação humana não é construção de poucos anos, está imersa em incerteza, adiada no tempo histórico. Manter a lucidez, portanto, é tarefa mais do que necessária, imperativo de nosso tempo, que, ao menos, permite-nos exercê-la sem os desafios que aqueles autores tiveram de superar. Diante disso, a coleção de textos ora apresentada reúne autores conhecidos do público e outros cujos primeiros passos na vida científica são a garantia de

que haverá muito a pensar e a celebrar nas décadas vindouras; até 2033, vários sesquicentenários, depois de 2040, nova rodada de bicentenários. *Lasciamo dire la gente.*

O presente número tem início com a discussão sobre o chamado “plano de seis livros” para *O capital*, debatido por Carl-Erich Vollgraf, editor de vários volumes da nova MEGA, no texto *O plano de seis livros novamente? Sobre a falta de perspectiva de uma lenda.* O autor polemiza com a noção estabelecida de que Marx teria perseguido um plano de seis livros para sua obra econômica e que só o teria transformado ao longo da redação. Longe de ser questão trivial, a discussão diz respeito não só à lógica de exposição, mas também à completude categorial da obra efetivamente publicada por Marx e Engels.

A escrita de *O capital: gênese e estrutura da crítica de Marx à economia política*, de Marcello Musto, reexamina todo o processo de redação de *O capital*. Desde os *Grundrisse*, passando pelos anos de 1861 a 1863, bem como pelos manuscritos para os livros segundo e terceiro, todos os obstáculos e problemas de redação são examinados pelo autor, até a descrição da redação do Livro I, quando Marx alcança uma forma acabada, ainda que parcial, para sua obra econômica. O texto tem a virtude de examinar, de modo preliminar, os anos que se seguiram à primeira edição ora sesquicentenária, ou seja, trata-se de uma agenda de pesquisa apenas iniciada entre nós e mesmo no mundo: os últimos anos de Marx e suas pesquisas e descobertas.

Os quatro artigos seguintes tratam de problemas específicos da leitura de *O capital*. Mônica Hallak, no texto *Alienação do trabalho em Marx: dos Manuscritos de 1844 a O capital*, examina um dos temas mais importantes da filosofia marxista, tal qual aparece em *O capital*. A autora defende a tese de que a obra de maturidade é a consolidação e o desenvolvimento do tema formulado nos anos iniciais de Marx. Para além dos recortes de talhe epistêmico e parciais, a autora demonstra a centralidade da categoria e, ao mesmo tempo, a continuidade entre filosofia e economia na obra marxiana, ela mesma estranha a clivagens desse gênero. O segundo texto, *Disciplina e mais-valia: os germens da reificação no Livro I de O capital*, de Ranieri Carli, examina tema conexo, a reificação, tal qual aparece no livro primeiro, mas também como pode ser pensada diante das mutações por que passou o objeto marxiano nesses 150 anos. Em seguida, com o texto *Os esquemas de reprodução de Marx e o dogma de Smith*, Fred Moseley desmonta a um só tempo a perspectiva neorricardiana em relação ao livro segundo e, também, certas leituras equivocadas a respeito da terceira seção do Livro II, tornadas dogma no século passado. Em quarto lugar, no texto *Lucro, taxa e tendência nos manuscritos inéditos de O capital*, em coautoria com Bovick Wandja

Yemba e Lucien André Regnault Marques, trato de um dos temas mais importantes do marxismo contemporâneo, a tendência de queda da taxa de lucro, tal qual desenvolvida, ao longo dos anos, em diversos manuscritos. Trata-se de resgatar a construção de categorias que, em geral, têm sido exploradas de maneira simplista e apressada, enquanto aparecem de modo prudente nos manuscritos marxianos, bem como na própria edição póstuma de Engels.

Isso posto, o novo número de *Verinotio* ainda oferece ao público uma série relevante de textos a propósito de vários elementos da obra marxiana. Em primeiro lugar, no texto *A coupure* como segredo do entendimento e o desentendimento das categorias: Althusser e a cientificidade de Marx, Antonio José Lopes Alves, a partir de uma crítica à leitura althusseriana de Marx, descarta uma fundamentação epistêmica para a obra marxiana, fazendo emergir precisamente o estatuto de cientificidade correto desta obra, fruto da regência do próprio objeto e não de uma escolha metodológica. Em seguida, no texto *La relevancia contemporânea de Marx*, Claudio Katz apresenta um vasto panorama das categorias marxianas à luz de nosso tempo, desde exploração até a crise do mercado mundial, para arrematar com uma crítica do ideário burguês contemporâneo.

Os dois textos seguintes apresentam, por sua vez, a crítica marxiana do direito. Vitor Bartoletti Sartori, no texto *Marx e Hegel: três momentos da crítica marxiana ao direito*, examina a crítica a Hegel, a crítica a Proudhon e, finalmente, a Austin e Bentham como momentos da conformação de Marx como crítico do direito e, em especial, de seus teóricos apologetas e acríticos, perspectiva que no tempo de Marx era apenas nascente e se tornou hoje hegemônica. Em seguida, Pablo Biondi, em *Fetichismo, ideologia e direito em O capital: conexões e implicações teóricas*, propõe a tese de que fetichismo e ideologia se manifestam, no capitalismo, como ideologia jurídica ou, por outra, que o percurso analítico de fetichismo e ideologia pode ser mais bem compreendido por meio de sua manifestação de ideologia jurídica.

Finalmente, este número de *Verinotio* se encerra com dois textos de autores promissores, ambos ligados à história. Gustavo Machado, em *O papel da história no modo de exposição de O capital de Marx*, examina a dimensão histórica das categorias da obra marxiana principal. Trata-se de explicitar como as incursões marxianas nas formas que antecederam a sociedade capitalista têm o papel de explicitar precisamente a especificidade da forma de produção e apropriação capitalista, o que permite o descarte de uma perspectiva meramente lógica para as categorias da obra marxiana. Por outro lado, Bruno Prado Prates, em *Breve histórico das recepções de O capital no Brasil (1867-1917)*,

reconstrói o itinerário de *O capital* no nosso país, desde a Escola de Recife até as abordagens dos primeiros anos do movimento operário e da militância comunista.

O diagnóstico sobre os primeiros anos de *O capital* entre nós continua, com as modificações evidentes, o mesmo: há que se ler e estudar essa obra, para além dos preconceitos do momento, a despeito de todo ceticismo e toda ignorância. Esta a tarefa a que este e todos os números de *Verinotio* se impõem.

Além dos artigos indicados e comentados acima, que constituem precisamente o dossiê comemorativo dos 150 anos de *O capital*, a presente edição traz também a importante contribuição de autoria de Thiago Macedo Alves de Brito, cujo título é *O jovem Engels e a crítica da economia política*. Alves de Brito pretende demonstrar a importância da obra crítica do jovem Engels tanto para a formação teórica de Marx como para o marxismo em geral. De fato, ainda que o artigo tenha se debruçado sobre o legado engelsiano, contribui também para o debate ensejado pela *Verinotio*, na medida em que, ao considerar Engels figura de fundamental importância para todos aqueles que pretendem compreender a dinâmica da sociedade capitalista, desenvolve análise perspicaz dos textos do autor em tela. Com isso, desempenha papel relevante no resgate daquilo que Engels efetivamente pensou e escreveu, para além das atribuições das interpretações mais apressadas e superficiais a respeito.

Boa leitura!

O plano de seis livros novamente? Sobre a falta de perspectiva de uma lenda¹

Carl-Erich Vollgraf²

Resumo:

Este artigo acompanha o processo de elaboração, escrita e reelaboração da crítica marxiana da economia política por meio da análise exegética do *corpus* textual marxiano de 1861 a 1881. Destrincha especialmente os *Manuscritos de Marx para o terceiro livro nos anos 1870*, os *Manuscritos de Marx para o livro segundo, de 1867-81* e os *Manuscritos de Marx para os livros segundo e terceiro, de 1867-8*, muitos deles inéditos até serem recentemente publicados na MEGA2. O chamado *plano de seis livros* não é mencionado em nenhum texto do período, pelo contrário, Marx saúda sua obra como um “todo artístico” e uma “articulação dialética” referindo-se especificamente a *O capital*. Este texto sustenta, portanto, que é preciso aceitar essa postura distante do próprio Marx em relação ao chamado *plano de seis livros*, que não tem a necessária legitimação científica ou plausibilidade.

Palavras-chave: Crítica da economia política; *O capital*; Karl Marx (1818-83).

The six-book plan once again? On the lack of perspective of a legend

Abstract:

This article accompanies, through the exegetical analysis of the Marxian textual corpus from 1861 to 1881, the process of writing, elaborating, and re-elaborating of the Marxian critique of political economy. It especially describes Marx's *Manuscripts for the third book in the 1870s*, *Marx's Manuscripts for the second book of 1867-81* and the *Marx Manuscripts for the second and third books of 1867-8*, many of them unpublished until recently published in MEGA2. The so-called plan of six books is not mentioned in any text of the period, on the contrary, Marx welcomes his work as an "artistic whole" and a "dialectical articulation" referring specifically to *Capital*. This text defends, therefore, that it is necessary to accept Marx himself did not position stood for the called plan of six books. Therefore, that does not have the necessary scientific legitimacy or plausibility.

Key words: Critic of political economy; *Capital*; Karl Marx (1818-83)

¹ Artigo publicado originalmente na *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung, Neue Folge*, 2013. Traduzido por Leonardo Gomes de Deus. Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Doutor, membro do comitê editorial da Internationale Marx-Engels-Stiftung (IMES). Colaborador da MEGA2.

Quando se quer mencionar o assim chamado *plano de seis livros* de Marx, não apenas a propósito de sua completude, mas mesmo para reconstruí-lo, para isso, é necessária legitimação científica ou plausibilidade exegética. Para tanto, alguns fatos poderiam ser particularmente decisivos: a) Marx *nunca renunciou* a este plano explicitamente. Ou, ao menos: O plano determinou a criação do trabalho econômico de Marx ao longo dos anos; b) O plano é amplamente apoiado por meio de materiais de pesquisa e de redação.

Vejamos, portanto, como isso se encontra em Marx.

1 – Nenhum conceito final para o plano de seis livros

Quanto ao primeiro aspecto: no primeiro estágio do debate atual, não me ocupei especificamente com a recepção do assim chamado *plano de seis livros* na literatura. Simplesmente porque, como editor, lidei com essas intenções iniciais de Marx de um modo sempre mais ou menos imanente, em relação ao plano de Marx e execução de *O capital*, e porque aprendi a aceitar o poder dos fatos. A cada passagem de Marx, editores como eu se colocam a pergunta: De onde ela veio, onde Marx a utiliza e qual é seu futuro? Portanto, por motivos redacionais, por repetidas vezes, lidei com o *corpus* textual marxiano completo, entre 1861 e 1881 (manuscritos, cartas, excertos e notas marginais em livros), precisamente no contexto dos volumes da MEGA2, II/14: *Manuscritos de Marx para o terceiro livro nos anos 1870* (publicado em 2003), II/11: *Manuscritos de Marx para o livro segundo, de 1867-81* (2008), e II/4.3: *Manuscritos de Marx para os livros segundo e terceiro, de 1867-8* (2012). Esses três volumes da MEGA2, em geral, contêm textos publicados pela primeira vez, portanto, materiais que não estavam à disposição de debates e autores anteriores a respeito do assim chamado *plano de seis livros*, no melhor dos casos, apenas para serem decifrados. Para a presente finalidade, não é sem importância que, além disso, nesses volumes, não mais se trate do elaborador de projetos ou do enunciador de intenções, mas do autor Marx, que fechou um contrato com o editor Otto Meissner para três volumes (três livros) de *O capital*, contrato este que deveria ser cumprido.

Para mim, foi altamente revelador, para o problema de pesquisa e exposição, o trabalho no Volume II/4.3 da MEGA2. Antes de tudo o mais, ele disse respeito:

- a) À decisão de Marx por uma história da economia política (1863);
- b) À publicação por Marx do Livro I como Volume I (1867), equivalente ao desmantelamento da “articulação dialética” e do “todo arquitetônico” (1866), ademais, precedente para a exposição nos livros seguintes;

c) Ao desejo imediato de Marx de terminar os livros II e III (1867-81);

d) À aspiração de Marx a um consistente sistema categorial de valor, portanto, a um consistente processo de construção conceitual (1867-70, 1877-81);

e) À luta de Marx para estabelecer posições na exposição, ainda não – ou insuficientemente – trabalhadas: entre outras, rotação do capital, esquemas de reprodução, desenvolvimento da taxa de lucro, renda diferencial (1867-81);

f) À empreitada marxiana em direção a uma exposição mais empírica (a incorporação de relatórios sobre trabalho feminino e infantil, condições de trabalho, trabalho fabril e saúde pública, resposta a problemas de economia empresarial: depreciação, amortização, reinvestimento, também com o auxílio de aritmética comercial; incorporação de investigações sobre indústria, transporte e agricultura, renda e outros componentes sociais; descrição de desenvolvimentos contemporâneos da oligarquia financeira, especulação na bolsa);

g) Ao interesse de Marx na exposição explicitamente matemática das deduções categoriais, relações econômicas, tendências, limites, assim como correlações a partir de leis etc.

A lição do trabalho com o Volume II/4.3 é apenas a mesma do grupo de volumes mencionado, a qual enuncio agora assim: forjar planos é essencial, às vezes, até romântico, mas a seriedade do autor Marx se mede, nesses planos, por sua viabilidade e implementação.

Para cada volume da MEGA2, reli a correspondência de Marx entre 1863 e 1881 e, de fato, sempre com benefício, porque o fiz do ponto de vista ou em conexão com um outro grupo de manuscritos para *O capital*. Frequentemente, cartas anteriormente de difícil compreensão se deixavam decifrar pela primeira vez ou de forma diferente. De todo modo, um editor lê cartas, na maior parte das vezes, sob pressupostos diferentes de outro leitor. Ele conhece o estilo do autor, algo a esconder e, precisamente por isso, a compartilhar. Alusões descartadas, fontes veladas ou nomes ocultos lhe exigem ainda mais. Ele dispõe de informações sobre os manuscritos póstumos ainda inéditos. Além disso, ao longo dos anos, aparece a cautela precisamente sobre aquilo que diz respeito à articulação por Marx do plano e da situação de seu trabalho. O quão apropriada é essa cautela se tornará mais do que evidente em minhas explicações a seguir. Para um entendimento inicial, dois exemplos relevantes dos anos 1860: ainda em outubro de 1866, Marx explicou a Ludwig Kugelmann que o primeiro volume de *O capital* conteria os dois livros sobre processo de produção e processo de circulação³. Entretanto, de fato, já trabalhava havia vários

³ Ver carta a Ludwig Kugelmann de 13 out. 1866 (MEW, v. XXXI, p. 534).

meses com a publicação separada de Volume I (Livro I). Em maio de 1867, ele escreveu a Ludwig Büchner que deveria levar à impressão o Volume II (igual aos livros II e III) durante o verão e, durante o inverno, o Volume III (Livro IV)⁴. Naturalmente, estivesse Marx em acordo com Meissner dessa forma, por que deveria, no entanto, dedicar-se ainda a outras e novas ilusões, se ele mesmo já havia abandonado as ilusões descuidadas?

Ao poder dos fatos: no conjunto de minhas pesquisas, não encontrei, em qualquer parte do corpo textual entre 1861 e 1881, um lamento de Marx sobre não poder realizar o chamado *plano de seis livros*. Nem uma vez, por supressão dialética, este “plano” é assunto. Ao contrário: se Marx saúda sua obra como um “todo artístico” e uma “articulação dialética”, é sempre no nível plano de *O capital*. Não posso me recordar também de qualquer referência, depois de 1861, como esta: “isso pertence ao livro sobre trabalho assalariado”, “pertence ao livro sobre o estado” etc. Marx teve várias oportunidades para tanto, como, por exemplo, quando, no outono de 1864, falou das “potenciais continuações” de sua obra, ou no final de 1865, quando escreveu que a análise da propriedade fundiária, em suas formas históricas, não pertencia a essa obra⁵. Em 1867, no Livro I, lê-se que as formas de salário pertencem a uma “teoria especial do trabalho assalariado”⁶. Provavelmente, esta também é a última alusão a exposições “possíveis”, “externas”. Aproximadamente em meados dos anos 1870, ele finalmente reconheceu que necessitava realizar os maiores esforços para acabar os livros II e III. Tão logo isso ocorreu, quis alterar consideravelmente o livro primeiro. Em 1881, entretanto, quando pensou a respeito⁷, o quarto livro, sobre a história da economia política, já estava a uma distância inalcançável.

Em minha opinião, temos simplesmente de aceitar essa postura distante do próprio Marx em relação ao chamado *plano de seis livros*. De fato, quase como esculpido na pedra, ainda hoje se encontram explicações na literatura como: Marx não mais retornou aos livros II a VI; ou: Marx não escreveu o livro sobre o estado. Em alguns trabalhos, lê-se que o *plano de seis livros* de Marx estava em suas próprias aspirações e falhou durante seu tempo de vida. Alguns autores falam do “famoso” *plano de seis livros*, o que deve sugerir que prevalece (obsequioso) consenso sobre a função deste plano. Claramente, todas as sentenças significam: Marx nunca abandonou seu *plano de seis livros*. Ninguém se submete à dificuldade de provar isso.

⁴ Ver carta a Ludwig Büchner de 1 maio 1867 (MEW, v. XXXI, p. 544).

⁵ MARX, *O capital (Manuscrito econômico de 1863-5)* l. III (MEGA2 II/4.2, pp. 178.18-25; 667.4-5, respectivamente).

⁶ MARX, *O capital: crítica da economia política* l. I, Hamburgo, 1867 (MEGA2 II/5, pp. 440.6-7).

⁷ Ver carta de Marx a Nikolai. F. Danielson de 13 dez. 1881 (MEW, v. XXXV, p. 246).

Para ser compreendido corretamente: não tenho qualquer desejo de me ocupar com a negação do assim chamado *plano de seis livros*. Toda biografia séria começa, afinal, com as circunstâncias do nascimento. Ocorre apenas que, em minha opinião, deve-se compreender que o projeto ou o conceito *plano de seis livros* é sempre produto de abstração aguçado por nossa percepção. Mesmo quando se procura gerar um *plano de seis livros* – reconstruir não me parece apropriado, pois, a partir de onde? –, então, deve-se ter claro a respeito que se trata de um projeto de construção de tipos ideais de uma obra de economia política. Muitas das sabedorias de manuais marxistas, 150 anos depois de Marx, não seriam eliminadas e, assim, desempenhariam um papel.

Consideremos as ideias em transformação de Marx em 1858, dentro de algumas semanas, na organização de sua obra econômica. Então, a discussão não pode ser sobre um plano objetivamente estabelecido para seis livros.

2 – Plano de seis livros – um conceito apenas fictício?

Em conhecida carta a Ferdinand Lassalle, de 22 de fevereiro de 1858 – Lassalle oferecera a Marx intermediar-lhe o contato com um editor berlinense⁸ –, pela primeira vez, Marx menciona um *projeto de seis livros*. O índice dos livros específicos, certamente, consiste apenas em tópicos: *do capital, da propriedade fundiária, do trabalho assalariado, do estado...* O tema central e os contornos do projeto, ele também os deixou indeterminados: deve lidar com uma “*crítica das categorias econômicas*”, respectivamente, para “apresentar criticamente o sistema da economia burguesa”. De fato, isso seria tanto uma crítica da economia política e sua história – esta última deve ser reservada a outro trabalho – quanto um “*esboço histórico do desenvolvimento das categorias e relações econômicas*” – que só apareceria numa terceira obra, posterior⁹. Três projetos supostamente distintos, na maior “interseção” que se possa imaginar, poderíamos dizer de modo sarcástico no comumente insípido jargão político de hoje. É digno de nota que o “conceito” não siga absolutamente o desenvolvimento da obra econômica, que aquilo que Marx consigna precisamente em conceito seja a “*elaboração de princípios econômicos*”, para cuja finalidade ele até adquiriu livros-textos de álgebra¹⁰. Também várias questões técnicas que ele dirigiu ocasionalmente a Engels – como aquelas intensas, repetidas sobre a rotação do capital em diversos ramos de negócio, sua influência em preços e lucros, seu papel no

⁸ Ver carta de Marx a Ferdinand Lassalle de 10 fev. 1858 (MEGA2 III/9, p. 57-45-49).

⁹ MEGA2 III/9, p. 72.69-73.84.

¹⁰ Carta de Marx a Engels de 11 jan. 1858 (MEGA2 III/9, p. 18.8-13).

ciclo da crise¹¹ – estas questões não emergem do livro-conceito de Marx, mas antes de sua discussão corrente sobre os “fundamentos da economia”¹². Como conciliar o fato de que Marx fale repetidamente da iminente “síntese” e “conclusão” de sua economia¹³ mas, ao mesmo tempo, aponte um projeto que o vincularia por décadas? Finalmente, permanece completamente nebuloso qual “grande serviço” para esse conceito-chave de seis livros folhear a *Lógica*¹⁴ de Hegel deveria ter prestado.

Todas essas inconsistências do assim chamado *plano de seis livros* se resolvem sem qualquer dúvida quando assumimos que, na carta a Lassalle de 22 de fevereiro, Marx não aborda um real plano de obra, mas antes que se trata de uma manobra tática para ser recebido por um editor alemão, por meio de um conceito claramente sociocrítico dado a sua obra econômica¹⁵. Dadas as relações políticas, não é especificamente pouco, para Marx, como emigrado, sem porta-voz num lugar virtualmente desesperador. O *conceito-chave* mesmo é facilmente concebível e longamente conhecido: os três primeiros livros dizem respeito às rendas das principais classes e suas fontes (rendimento e suas fontes: capital-lucro, propriedade da terra-renda, trabalho assalariado-salário), o quarto vale como suas modificações (estado: impostos), o quinto e o sexto abordam as influências externas (comércio externo e mercado mundial: saldo comercial). Essa exposição implica a crítica ao chamado “dogma de Smith¹⁶” (valor das mercadorias = lucro + renda + salário). Mais ou menos nesse sentido, supostamente, Lassalle poderia ter explicado o projeto de Marx ao editor berlinense Franz Duncker. Marx certamente teria facilitado para Lassalle o complexo convencimento de Duncker¹⁷ – ele falaria mais tarde do extraordinário talento e diligência para convencimento por parte deste¹⁸ – se tivesse, ao menos, expressado como seu objetivo central (desde os estudos de Londres): “deitei abaixo toda a teoria do lucro, como foi até agora”¹⁹.

Marx adiantava a publicação de sua obra em “cadernos sem ordem fixa”, do modo que lhe era o mais favorável. Faltavam-lhe “tempo, calma e

¹¹ Ver cartas de Marx a Engels de 29 jan., 2 e 5 mar. 1858 (MEGA2 III/9, pp. 46.22-27; 86.54-60; 92.9-94.87). Ver carta de Engels a Marx de 4 mar. 1858 (MEGA2 III/9, p. 89.17-91.86).

¹² Carta de Marx a Lassalle, 21 dez. 1857 (MEGA2 III/8, p. 223.31).

¹³ Carta de Marx a Engels, 8 dez. 1857 (MEGA2 III/8, pp. 210.25-26). Jenny Marx e Karl Marx a Conrad Schramm, 8 dez. 1857 (MEGA2 III/8, p. 211.21-22).

¹⁴ Carta de Marx a Engels, 14 jan. 1858 (MEGA2 III/9, p. 24.31-25.34).

¹⁵ A obra era uma necessidade do tempo, portanto, ela deveria “precisamente encontrar um livreiro miserável”, conforme se lê na carta dos Marx a Schramm, de 8 dez. 1857 (MEGA2 III/8, p. 211.22-24).

¹⁶ Ver, neste número da *Verinotio*, texto de Fred Moseley sobre o tema. [NE]

¹⁷ Cf. Ferdinand Lassalle a Marx, 3 mar. 1858 (MEGA2 III/8, p. 87.7-10).

¹⁸ Cf. Marx a Joseph Weydemeyer, 1 fev. 1859 (MEGA2 III/8, p. 294.91).

¹⁹ Marx a Engels, 14 jan. 1858 (MEGA2 III/8, p. 24.30-31).

meios de terminar o todo para entregá-lo ao público”, argumentava ele²⁰. Como exemplo, recorria calculadamente à *Estética ou ciência do belo*, de Friedrich Th. Vischers, “publicada pouco a pouco” (1846 a 1858); ele se ocupara recentemente com essa série. Marx acreditava que uma sequência de cadernos permitiria a cada editor ter apenas de investir bem menos “capital circulante”. Lassalle lhe resolveria este problema, depois que barganhasse com Duncker o projeto de Marx. Duncker – Lassalle nunca lhe pôde mencionar o título da “obra econômica”²¹ de Marx, nem por uma vez – pouco quis saber sobre o cálculo de seu risco empresarial, nem sobre quantos cadernos estavam planejados, quantas páginas impressas eles ocupariam, sobre quantos fascículos Marx tinha em mente. Duncker se reservava apenas o direito de interromper a impressão se a receita dos três ou quatro primeiros fascículos não cobrisse os custos²². Agora, estava com Marx tornar concreto seu projeto, e isso, antes que o interesse de Duncker diminuísse. Em carta a Lassalle de 11 de março de 1858, ele falou de um tamanho total de ao menos 30 a 40 folhas (portanto, 480 a 640 páginas impressas), desigualmente distribuídas nos seis livros: os três últimos conteriam apenas um panorama geral, os três primeiros abordariam a “exposição fundamental da economia propriamente”, com cada fascículo de quatro a seis folhas. O primeiro apresentaria “os fundamentos para toda a exposição”: “1) Valor, 2) dinheiro, 3) o capital em geral (processo de produção do capital, processo de circulação do capital; unidade de ambos ou Capital e lucro [juros]). Ele forma assim uma brochura independente.” Com isso, Marx reflete, pela primeira vez, sobre partes essenciais do desenvolvimento de seu manuscrito econômico de 1857-8²³. E enuncia também seu ponto central: “Você mesmo, em seus estudos de economia, já descobriu que Ricardo, em sua exposição do lucro, cai em contradição com sua (correta) determinação do valor, o que conduziu sua escola ao completo abandono de sua base ou ao mais repugnante ecletismo. Acredito ter ordenado a coisa.” Sobre o conteúdo dos livros II a VI, no entanto, Marx não diz uma palavra.

Marx quer o contrato com Duncker imediatamente. Concede-lhe o direito de interromper a edição depois do primeiro fascículo (equivalente a dois cadernos). Ele pode igualmente contar com economizar o pagamento do primeiro caderno, que traria os primeiros frutos de sua ocupação com a matemática avançada. (Eu cito:) “No que concerne aos honorários, se necessário, eu o estabeleço no mínimo para o primeiro caderno = 0.” Já

²⁰ Marx a Engels, 14 jan. 1858 (MEGA2 III/8, p. 72.48-64). Igualmente, Marx a Engels, 22 fev. 1858 (MEGA2 III/8, p. 74.11-14).

²¹ Lassalle a Marx, 3 mar. 1858 (MEGA2 III/8, p. 87.8).

²² Cf. MEGA2 III/8, p. 87-8.

²³ Nos *Grundrisse*, Caderno II, p. 18, encontram-se reflexões sobre o curso da exposição – elas estão destacadas do texto corrente por meio de colchetes – que são compatíveis com as referidas explicações de Marx na carta (cf. MEGA2 II/1.1, p. 187.13-33).

com esta carta a Lassalle, Marx abandona três dos supostos seis livros de seu “conceito” num compromisso negociável²⁴.

Depois de Lassalle dar a entender a Marx, de modo indireto, que Duncker também não estava interessado em produtos incertos, Marx menciona, em 11 de março, um termo fatal para o primeiro fascículo, já que a coisa se revelava rápida: fim de maio “nas mãos” do editor²⁵. Duncker estabelece o prazo certo e propõe um contrato; ele quer pagar a Marx 3 *friedrichsdor* (15 *reichstáleres*) por folha, para o outono, de modo que os dois primeiros fascículos sejam impressos. Para Marx – que se sente lisonjeado com a observação de Lassalle, de que professores de Berlim se congratulavam com 2 *friedrichsdor* por folha²⁶ –, esta é a oportunidade para anunciar a Engels um *short outline* da primeira parte de sua obra. A “merda toda” deve se “decompor” em seis livros, com isso, devem aparecer a passagem de capital em propriedade fundiária, tanto dialética quanto historicamente, assim como da propriedade fundiária ao trabalho assalariado. O Livro I deve conter quatro seções: o capital em geral, a concorrência dos capitais, o crédito, o capital por ações. Entretanto, diferentemente da carta a Lassalle de 11 de março, então, deveriam “1) Valor” e “2) Dinheiro” constituir os dois primeiros pontos da primeira seção “capital em geral”. Marx os explica. Ainda, nomeia o ponto “3) O capital”, entretanto, imediatamente depois dessa palavra-chave, interrompe suas explicações. Aqui, também, Marx não dispensa nenhuma palavra sobre o conteúdo dos livros II a VI; vê-se da observação incidental acima que as passagens sobre salário pertenceriam às considerações sobre trabalho assalariado²⁷.

Para Engels, isso é “a very abstract abstract indeed”; ele teria de buscar a transição dialética com dificuldade – entretanto, o arranjo em seis livros lhe apraz excepcionalmente. Certamente, ele não vê claramente a transição dialética da propriedade fundiária ao trabalho assalariado²⁸. Quando Marx lhe apresentasse a conclusão do “capital em geral”, veria melhor o “drift”²⁹. Essa continuação não viria; em seu lugar, Jenny Marx lhe escreve (como também a Lassalle), em 9 de abril, que Marx estava doente do fígado e da bile, não poderia concluir o manuscrito, encontrava-

²⁴ Marx a Lassalle, 11 mar. 1858 (MEGA2 III/9, p. 96.17-99.53).

²⁵ Marx a Lassalle, 11 mar. 1858 (MEGA2 III/9, p. 96.17-99.53).

²⁶ Ver cartas de Lassalle a Marx, 26 mar., e Marx a Engels, 20 mar. 1858 (MEGA2 III/9, pp. 113; 115.5-11).

²⁷ Cf. Marx a Engels, 2 abr. 1858 (MEGA2 III/9, p. 122.42-191).

²⁸ Nos *Grundrisse*, Caderno II, pp. 22-4, encontram-se mais reflexões sobre o curso da exposição – também destacadas do texto corrente por meio de colchetes (cf. MEGA2 II/1.1, p. 199.16-2013.13). Marx se coloca aqui a pergunta de Engels: “como resulta a passagem da propriedade fundiária ao trabalho assalariado?” (MEGA2 II/1.1, p. 200.4-5). Nem aqui, na página 18 (cf. nota 21), o discurso é sobre os seis livros.

²⁹ Engels a Marx, 9 abr. 1858 (MEGA2 III/9, p. 126.3-16).

se nervoso e ansioso³⁰. O mês de abril passou. Em maio, Marx deixa sua mesa de trabalho por Manchester, a oportunidade para informar pormenorizadamente a Engels sobre suas intenções. Engels, que supostamente teria preferido que Marx chegasse com um trabalho para discussão, não verberava essas conversas.

Nos oito meses seguintes, ocorreu uma intensa contenda entre Marx e seus “credores” sobre um texto para impressão. Em 31 de maio, seu primeiro termo final, ele se desculpou com Lassalle em razão da doença, se ele poderia informar isso a Duncker³¹. No mesmo dia, certamente, confia a Engels que só então iniciara “o trabalho para a impressão”. Condena apenas “que, no manuscrito (que seria impresso num grosso volume) tudo esteja desordenado”, ele deveria fazer antes um índice, para encontrar a “porcaria”, que ele precisaria primeiro³². A partir dali, Lassalle e Duncker o orientaram para a publicação dos cadernos aproximadamente no final de setembro³³.

Em julho/agosto, Marx se encontrou impedido de trabalhar no manuscrito em razão de doença da esposa e crianças; dia após dia, ele se atormentava com o desastre financeiro de sua casa. De fato, “a coisa com Duncker se torna urgente”, ele admite³⁴. (Dentre as respostas de Engels, está contido, na carta de 14 de julho, um relevante ponto conceitual. Ele fornece a Marx material que poderia ser útil no “capítulo: trabalho assalariado”³⁵.) Em 23 de julho, Lassalle aliviou a pressão: Duncker e ele contavam diariamente com a chegada do manuscrito de Marx; agora, ambos deveriam viajar por seis ou oito semanas. Portanto, ele não precisava enviar o manuscrito no final de setembro³⁶.

Marx não respondeu a Lassalle. A data de entrega no fim de setembro se aproximava mesmo assim. Marx então anunciou a Engels, que sempre o ajudava financeiramente, em 21 de setembro, que seu manuscrito seria despachado em duas semanas, até mesmo dois cadernos de uma vez. Cronicamente desconfortável, escrever no verão lhe custou “esforços extraordinários”: “Como eu só tenho de estilizar o que já foi escrito, então, posso-me sentar por horas antes de obter um par de frases corretas.”³⁷ Engels esperava. Com efeito, sua última e aborrecida frase na carta de 7 de outubro, situada somente depois das saudações finais e, com isso, a permanecer como última impressão na memória de Marx, diz: “O

³⁰ MEGA2 III/9, pp. 129-30.

³¹ MEGA2 III/9, p. 154.24-25.

³² Cf. MEGA2 III/9, pp. 156.8-9; 157.40-44.

³³ Cf. Lassalle a Marx (MEGA2 III/9, p. 158.7-12).

³⁴ Marx a Engels, possivelmente, 3 ago. 1858 (MEGA2 III/9, p. 201.44-45).

³⁵ Cf. MEGA2 III/9, p. 181.10.12. Grifos nossos.

³⁶ MEGA2 III/9, p. 194.3-7.

³⁷ MEGA2 III/9, p. 210.5-11.

manuscrito já foi despachado?”³⁸ Em 21 de outubro, Engels repete sua pergunta, e por precaução integra um velho amigo: também Lupus (Wilhelm Wolff) seria acalmado com uma resposta “positiva”³⁹. Marx admite que ainda necessita de mais semanas, “apesar de Lupus”⁴⁰.

Há muito, Lassalle se sentia desautorizado. Não ouvia nada de Marx sobre o que deveria dizer a Duncker, conforme inquiriu em 22 de outubro. Não teria ele, Marx, “nem mesmo ainda terminado o primeiro fascículo?” Lassalle quer prevenir abertamente que Marx se valha novamente da desculpa da doença e relata, portanto: Heinrich Köster se encontrara com Marx brevemente, em Londres, e este aparentava estar “bem e gordo”; sua esposa Jenny estava mais bela do que nunca. A segunda jogada de Lassalle: ele anunciou uma obra econômica própria, no mais tardar em dois anos. Certamente, se Marx devia extrair dele muitas novidades, elas eram supérfluas. Para resolver a questão, Lassalle assume naturalmente “que a sua [obra – de Marx] seja felizmente lançada o mais breve possível”⁴¹. Marx se exaspera. (Ver pp. 16-7.) Somente em 12 de novembro, depois de Peter Imandt lhe haver escrito na véspera que se alegrava por Marx haver encontrado um editor tão respeitável como Duncker⁴², ele reagiu à carta – objetivo e generoso, pois precisava de Lassalle. Ele repele a impressão já mencionada de Köster, pois não queria deixá-lo ver suas opressivas condições de vida. Como razão principal para o adiamento do primeiro fascículo, Marx evoca aquilo que empregará mesmo um ano mais tarde: “O material está diante de mim, trata-se apenas ainda da forma.” Seu estilo padece sob o fígado doente. Isso não é aceitável, pois, finalmente, teria o resultado de seus estudos de 15 anos. Ele também deve ao partido a apresentação de maneira estilisticamente adequada de seu pensamento. Duncker tinha de aprovar isso, em última análise, ele queria fornecer-lhe a melhor mercadoria por seu dinheiro. Não se coaduna com essas (e anteriores) explicações que Marx admita “somente ter começado com a escrita propriamente”. Em cerca de quatro semanas, provavelmente, ele estaria pronto para enviar dois cadernos, entretanto, devido ao contexto interno, “toda a ação dependia disso”. No que se refere à “rivalidade” entre ele e Lassalle, a ciência poderia suportar uma dúzia de cabeças melhores⁴³.

Em 29 de novembro, Marx informa a Engels que sua esposa copiara parte do manuscrito; de fato, antes do fim do mês, ele já teria sido

³⁸ MEGA2 III/9, p. 216.69. Na carta de Marx de 8 de outubro, o manuscrito não desempenha qualquer papel, em vez disso, ele discute em detalhe a situação do mercado mundial e constelações revolucionárias (MEGA2 III/9, pp. 217-9).

³⁹ MEGA2 III/9, p. 222.57-61.

⁴⁰ Marx a Engels, 22 out. 1858 (MEGA2 III/9, p. 229.14-15).

⁴¹ MEGA2 III/9, p. 227.15-228.38. – Heinrich Köster: filólogo e pedagogo alemão.

⁴² MEGA2 III/9, p. 237.17-18. – Peter Imandt: professor alemão em Dundee.

⁴³ MEGA2 III/9, p. 238.8-239.58.

despachado. Do ponto de vista do conteúdo, a procrastinação teria resultado em que o primeiro capítulo, “A mercadoria”, ainda não tivesse sido absolutamente escrito “no esboço”, e que o segundo capítulo, “O dinheiro ou a circulação simples”, o tenha sido apenas em linhas bastante curtas⁴⁴. Vemos: abruptamente, os “capítulos introdutórios”⁴⁵ anteriores se transformaram num capítulo decisivo para a publicação; com isso, Marx está a formar definitivamente os elementos principais, em essência, de sua economia.

De acordo com Marx, em 11 de dezembro Jenny Marx ainda copia o seu texto de difícil leitura⁴⁶. Cinco dias mais tarde, lê-se que Lupus (Wilhelm Wolff) ouvira para breve que o manuscrito já havia sido despachado. Marx está no topo/exultante: ninguém teria, sob tais circunstâncias, acabado tão rápido⁴⁷. Em 22 de dezembro, ele pergunta se Engels poderia escrever um artigo para o *New York Tribune* em seu lugar, até a véspera de Natal, pois tinha de enviar “o manuscrito” a Duncker antes do fim do ano⁴⁸. Em verdade, suas saudações posteriores de ano-novo a Engels não contêm essa aguardada notícia. Engels faz Marx saber que está bastante aborrecido. Ele não retribui as saudações de ano-novo nem reage às três cartas seguintes de Marx. Em carta de 14 de janeiro de 1859, Marx calcula o início do manuscrito – agora, deve-se tratar mesmo de três cadernos – e esclarece a Engels por que não há qualquer deficiência, mas antes uma jogada tática ponderada, quando o título do manuscrito (Capital em geral) e o conteúdo (valor e dinheiro) não coincidem. Novamente, ele busca obter a cumplicidade de Engels em relação ao prazo para envio do manuscrito. Poderia Engels assumir o próximo artigo para o *New York Tribune*? Até terça-feira, ele necessitava de terças livres, ou não seria possível levar o manuscrito ao correio na quarta-feira⁴⁹. A referida quarta veio e se foi. Em 21 de janeiro, Marx esclarece que o “manuscrito infeliz” ficara pronto, entretanto, solicita duas libras a Engels, para que possa enviá-lo com um seguro⁵⁰. Engels envia o dinheiro sem carta anexa, embora Marx de fato lhe tenha pedido que se pronunciasse imediatamente sobre se ele deveria fazer seu direito de tradução ser garantido na impressão. Engels também não congratulou Marx quando, em 26 de janeiro, este lhe informou que o manuscrito tinha sido despachado. Em lugar disso, interessava-se explicitamente pela fofoca dos emigrantes, sobre os quais Marx lhe queria relatar posteriormente⁵¹. O

⁴⁴ MEGA2 III/9, p. 248.26-249.3.

⁴⁵ Marx a Lassalle, 22 fev. 1858 (MEGA2 III/9, p. 73.3).

⁴⁶ MEGA2 III/9, p. 256.39.

⁴⁷ Cf. Marx a Engels, 16 dez. 1858 (MEGA2 III/9, p. 258.16-18).

⁴⁸ MEGA2 III/9, p. 2.263.4-7.

⁴⁹ MEGA2 III/9, p. 275.2-18.

⁵⁰ MEGA2 III/9, p. 277.2-8.

⁵¹ MEGA2 III/9, pp. 285.3-4; 284.4.

aborrecimento/ressentimento de Engels só acabou depois que, de Berlim, foi noticiado de modo confiável que o manuscrito fora entregue⁵². Então, ele aconselhou Marx a se assegurar o direito de tradução⁵³.

Bem-disposto depois do envio do manuscrito, em 1º de fevereiro, Marx apresentou sua obra planejada a Joseph Weydemeyer. Na primeira vez, faltava o título “Para a crítica da economia política”, na última vez, a conversa era sobre os seis livros. Marx se refere às palavras-chave por nós conhecidas para os livros e divide o Livro I em quatro seções e a Seção 1, em três capítulos. Ele apresenta a articulação dos dois primeiros capítulos, tal qual entregara a Duncker. O terceiro, sobre o capital, ele reteve por motivos políticos. Sobre o conteúdo dos livros II a VI, silencia. Em vez disso, cita, para cada tópico do capítulo, o teórico burguês que deveria enfrentar – todos de distinção, de William Petty até Thomas Tooke. Ampla crítica da economia política burguesa e sua história, essa a impressão que Weydemeyer deve ter tido. Entretanto, isso é precisamente o que Marx negou em carta a Lassalle de 22 de fevereiro de 1858. Além disso Marx pretendia “demolir” o proudhonismo, esse “falso irmão” do comunismo⁵⁴. Portanto, Marx moldava, nessa parte de sua carta a Weydemeyer, quase um prospecto para seu caderno e, nesse sentido, chegava a enfatizar: ele queria obter uma vitória científica para o partido. Agora, caberia a este – o partido – mover-se. Especificamente, os socialistas deveriam comprar exemplares suficientes, então, o avanço da empreitada estava assegurado⁵⁵. Novamente, Marx delegava a responsabilidade a outrem, que não lhe poderia declinar.

Em 23 de fevereiro de 1859, Marx enviou o prefácio a Duncker⁵⁶. Aqui, certamente, ele está consideravelmente mais contido em seus anúncios do que nas suas cartas a Lassalle, Engels e, finalmente, Weydemeyer. Em lugar de seis livros, ele fala de uma sequência de temas: “*capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; estado, comércio exterior, mercado mundial*”. Sob as três primeiras rubricas, ele investiga as “condições econômicas de vida das três grandes classes em que a sociedade burguesa se divide”. A relação com as outras três “rubricas” é óbvia. Aqui, Marx apresenta, portanto, diferentemente de sua carta indeterminada a Lassalle, de 22 de fevereiro de 1858, o conceito assumido

⁵² Cf. Franz Duncker a Marx, 7 fev., e Engels a Marx, 10 fev. 1859 (MEGA2 III/9, pp. 302; 313.7-8).

⁵³ Cf. Engels a Marx, 14 fev. 1859 (MEGA2 III/9, p. 315.3-4).

⁵⁴ Depois, ele instruirá Engels para enfatizar esse ponto em sua resenha (cf. Marx a Engels, 22 jul. 1859 *in*: MEGA2 III/9, p. 521.37-39).

⁵⁵ Marx a Weydemeyer, 1 fev. 1859 (MEGA2 III/9, p. 294.88-295.140). – Joseph Weydemeyer: publicista alemão, emigrou para os Estados Unidos em 1851. – A publicidade de Marx deu certo. Weydemeyer anunciou a ele, em 27 de março, 85 subscrições em Nova York, 10 em Chicago. E era de se esperar mais (MEGA2 III/9, p. 367.11-17).

⁵⁶ MEGA2 III/9, p. 320.

acima por mim – classes. Renda e suas fontes – elas mesmas expressas explicitamente. A disposição exterior, ele a deixa em aberto. O Livro I trata do capital, do qual ele menciona novamente a primeira seção, que consiste em três capítulos, dos quais os dois primeiros desempenhavam uma função na brochura disponível. Abstraindo as seis “rubricas”, no prefácio, Marx só revela aquilo que o leitor, de qualquer modo, encontra no índice da brochura. Ele não fala de uma “sequência sem ordem fixa” de cadernos, em contrapartida, de uma “elaboração coerente” de materiais dispostos em forma de monografias, que dependem de “circunstâncias externas”⁵⁷.

O Fascículo 1 de *Para a crítica da economia política* foi lançado em 11 de junho de 1859. Nas semanas anteriores, Marx foi afetado tanto por “circunstâncias externas” quanto por internas, de modo que a realização de um segundo fascículo se tornava mais e mais duvidosa. Em 21 de fevereiro, ele faz saber a Engels que “elaborava então o ‘Capital’”, por isso, conta com Engels para seus artigos do *New York Tribune*⁵⁸. Isso não é evidência para nós de que tivesse realmente começado a compor o Fascículo 2. Ou Marx não falava em absoluto do Fascículo 2?

Como autor, Marx exigiu de seu editor, Duncker, a tolerância mais extraordinária. Ele mesmo não podia respeitar o tempo de Duncker. Seu descontentamento com o fato de que este não respondera prontamente a seu prefácio com um punhado de provas, ele o descarregou primeiramente em seu intermediário, Lassalle. “O judeu marrom (Lassalle), eu lhe anunciei, em 22 de outubro de 1858, resumidamente, uma grande obra de economia política, para a qual ele precisará de um ano de estudos”⁵⁹. A cada semana, Marx se tornava mais impaciente, conjecturava que Duncker pretendia adiar a edição. Ele o ofendia como “... um cão preguiçoso”⁶⁰, e o “judeuzinho” Lassalle era posto ali com sua “sujeira” literária⁶¹. Em 28 de maio, Marx pediu a Duncker que abandonasse sua manobra de “adiamento sistemático e planejado”, também em nome de seus conhecidos na Inglaterra⁶². Duncker repeliu essa acusação e Marx, novamente com bom senso, desculpou-se invocando as infelizes condições de vida⁶³. Entretanto, em 22 de junho, novamente ele acusou Duncker de “embargo”-político: nem seu livro havia sido lançado, nem seus honorários haviam chegado; Marx ameaçava com um esclarecimento público⁶⁴. Entretanto, uma semana antes, Lassalle o saudara pela publicação do

⁵⁷ Marx, *Para a crítica da economia política*. Fascículo 1 (MEGA2 II/2, p. 99.3-15).

⁵⁸ MEGA2 III/9, p. 318.9-10.

⁵⁹ Cf. Marx a Engels, 25 fev. 1859 (MEGA2 III/9, p. 329.85-103).

⁶⁰ Marx a Engels, 9 abr. 1859 (MEGA2 III/9, p. 377.38-39).

⁶¹ Marx a Engels, 25 maio 1859 (MEGA2 III/9, p. 442.14-25).

⁶² MEGA2 III/9, p. 471.14-19.

⁶³ Cf. Duncker a Marx, 31 maio, e Marx a Duncker, 2 jun. 1859 (MEGA 2 III/9, pp. 474; 477).

⁶⁴ Cf. Marx a Duncker, 22 jun. 1859 (MEGA2 III/9, p. 491).

fascículo, há três dias ele o tinha diante de si⁶⁵. Inevitavelmente, isso levou ao rompimento com o editor: Duncker esclareceu que não estava “ansioso” por uma continuação de seu vínculo⁶⁶.

Marx chegou num instante a esse desenvolvimento, por ele mesmo provocado. Em outros casos, Lassalle e Duncker o teriam pressionado regularmente em razão do fascículo 2. Entretanto, pensando melhor, teve a impressão de que o procedimento de fascículos independentes não atingia seus amigos políticos. Wilhelm Liebknecht e Elard Biscamp não viam em que resultaria o projeto⁶⁷, Imandt, ainda sem um exemplar do fascículo, ouviu isso e quis investigar se ambos estavam certos⁶⁸, e Heinrich Bürgers reprovou completamente que “a coisa apareça novamente tão ‘desmembrada’”. Ele fala isso “em meu interesse”, conforme Marx o cita⁶⁹. Contra sua visão, Engels derrama combustível no fogo: Liebknecht deveria esperar ao menos por 15 fascículos, antes de receber os “resultados conclusivos”⁷⁰. Os “críticos” de Marx, no círculo de amigos, são pessoas crescidas pedagógica e jornalisticamente. Entretanto, ele mesmo já compreendia que fascículos “independentes” e exposição de relações internas não combinam. Mais tarde, o amigo Weydemeyer faria paródia da situação, de modo involuntário, mas cativante: ele procurou em Nova York pelo fascículo 2. “Com um interesse tão grande quanto aquele com que eu havia lido o primeiro fascículo, temi, entretanto, que o seu conteúdo abstrato afastasse muitos leitores. Tivesse o senhor Duncker decidido publicar a obra em volumes em lugar de fascículos, então, o sucesso teria sido certamente assegurado.”⁷¹

Enquanto isso, Marx tomou o caminho para Canossa, para ao menos assegurar a impressão completa da primeira seção, “o capital em geral”. Já que os fascículos 1 e 2 “compõem um todo”, seria apropriado se aparecessem na mesma editora, escreve ele em 3 de outubro de 1859, e nisso estava completamente certo. “Eu só gostaria de apresentar ao menos essa *primeira seção* inteira ao público alemão.” Certamente, o manuscrito para o fascículo 2 já tinha um ano e deveria ser totalmente reelaborado.

⁶⁵ Cf. Lassalle a Marx (MEGA2 III/9, pp. 491; 489.237-238). – Em 7 de junho de 1859, o próprio Marx havia anunciado a Engels, para aquela semana, “a merda”, Fascículo 1, e que o prefácio à sua sujeira seria publicado no jornal *Volk* (MEGA2 III/9, pp. 480.47-48, 61-3).

⁶⁶ Cf. Duncker a Marx, 25 jun. 1859 (MEGA2 III/9, p. 495).

⁶⁷ Cf. Marx a Engels, 22 jul. 1859 (MEGA2 III/9, p. 521.41-43).

⁶⁸ Cf. Peter Imandt a Marx, 31 jul. 1859 (MEGA2 III/9, p. 529.19-22). – Wilhelm Liebknecht: professor alemão, publicista e político; Elard Biscamp: jornalista alemão.

⁶⁹ Marx a Engels, 1 ago. 1859 (MEGA2 III/9, p. 530.23-25). – Heinrich Bürgers: filólogo e publicista alemão.

⁷⁰ Cf. Engels a Marx, 25 jul. 1859 (MEGA2 III/9, p. 523.35-48).

⁷¹ Joseph Weydemeyer a Marx, 17 mar. 1860 (MEGA2 III/10, p. 388.66.72).

Ele tinha pouco tempo, de fato, colocara-se o fim de dezembro como termo final⁷².

O andamento posterior das coisas é conhecido. Não se volta mais ao fascículo 2, em vez disso, Marx gasta mais de um ano de vida e de força de trabalho numa contenda desnecessária com o naturalista alemão Carl Vogt.

3 – Modificação não, mas sim continuidade

O assim chamado *plano de seis livros* se encontra apenas por poucos meses nas menções de Marx, e ainda assim em cartas privadas, com determinadas intenções, conforme a função dos destinatários: Lassalle deveria arranjar um editor, Engels deveria ajudar com seu sustento, Weydemeyer, promover as vendas americanas. Se os destinatários das cartas de Marx não as tivessem conservado, e se a direção do partido social-democrata não lhes tivesse pedido que colocassem sua correspondência com Marx à disposição, hoje, provavelmente não saberíamos nada sobre um *plano de seis livros*. Pois, nos manuscritos de Marx, ele não existe nessa forma. Também na resenha de Engels do Fascículo 1 inexistente qualquer pista sobre como deveria ser desenvolvida por Marx a abordagem prometida, alta e completamente elogiada por Engels, na sequência para um *corpus científico*⁷³.

Enquanto Marx, no período de 1858-9, nunca chegou a falar nada relevante sobre os livros II a VI, seu planejamento posterior para o primeiro livro se tornou crescentemente concreto, até o esboço que é datado na MEGA2 como sendo da primavera de 1859 ou do verão de 1861 e que, desafortunadamente, é intitulado “Esboço para o capítulo sobre o capital”⁷⁴, talvez as últimas reflexões conceituais de Marx tendo em vista as cartas que mencionamos. Se minhas ponderações são pertinentes, então, o assim chamado *plano de seis livros* deve ser compreendido tão somente como um conceito tático – e a história da publicação dos escritos de Marx, de 1844 até os contratos de *O capital* com Otto Meissner, é uma fascinante sequência dessas decisões táticas; assim, em 1862-3, Marx não realiza nenhuma mudança no plano de exposição “original”, como é discutido desde Henryk Grossmann (1929). Ao contrário, ele executa, entre 1858 e 1863, um grande e rigoroso desenvolvimento conceitual para o Livro I, que

⁷² Marx a Lassalle, 3 out. 1859 (MEGA2 III/9, p. 31.36-62).

⁷³ Cf. ENGELS, Friedrich. Karl Marx, *Para a crítica da economia política*, primeiro fascículo, Berlim, Franz Duncker, 1859 (MEW, v. XIII, pp. 468-77). – Engels anuncia entrar no conteúdo dos fascículos, o que certamente não se concretizou. Este artigo teria posto Marx sob pressão para escrever o fascículo 2.

⁷⁴ MEGA2 II/2, pp. 256-63; 406.

posteriormente se revelará, por um lado, enriquecido, por outro, desdobrado como material para os três livros.

Às reflexões mencionadas vincula-se uma série de questões: simplesmente o envio do Fascículo 1 de *Para a crítica da economia política*, no final de janeiro de 1859, é um ponto fixo. O que Marx fez, em qual momento, em 1857-8? Quais textos se ocultam por detrás de explicações como “somente ter começado com a escrita propriamente”? O trabalho no esboço do Fascículo 1, a composição das partes do *Manuscrito de 1857-8*? As passagens conceituais destacadas com colchetes neste último, mencionadas nas notas 21 e 26, precedem considerações similares nas cartas ou era precisamente o contrário? Portanto, Marx delineou os cadernos do *Manuscrito de 1857-8* ao menos em etapas, sucessivamente, ou antes paralelamente? O que significam as inscrições modificadas nas capas dos cadernos? Como devemos compreender a explicação de Marx, no “Prefácio” do Fascículo 1, sobre a introdução “não publicada”, no que diz respeito a sua localização na obra e momento de criação?

Para concluir, voltamos a falar ainda uma vez do aspecto da sequência de fascículos “soltos”: Marx rejeitou essa prática em 1865, como completamente estranha a seus escritos. Eles seriam um “todo artístico” e isso só seria alcançável a seu modo: “não deixar imprimir-los antes que se encontrem *totalmente* diante de mim. Isso é impossível com o método de Jacob Grimmschen e funciona melhor para escritos que não são articulados dialeticamente”⁷⁵. Marx completou sua experiência. E, com efeito, já se encontrava havia dois anos sob o constrangimento de ter de publicar o Livro I, embora já existissem os esboços relativos aos Livros II e III.

Referências bibliográficas

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Gesamtausgabe* v. II/1.1. Berlim: Dietz, 1976.

_____ ; _____. *Gesamtausgabe* v. II/2. Berlim: Dietz, 1980.

_____ ; _____. *Gesamtausgabe* v. II/5. Berlim: Dietz, 1983.

_____ ; _____. *Gesamtausgabe* v. III/8. Berlim: Dietz, 1990.

_____ ; _____. *Gesamtausgabe* v. III/13. Berlim: Akademie, 2002.

_____ ; _____. *Gesamtausgabe* v. III/9. Berlim: Akademie, 2003a.

_____ ; _____. *Gesamtausgabe* v. II/14. Berlim: Akademie, 2003b.

_____ ; _____. *Gesamtausgabe* v. II.15. Berlim: Akademie, 2004.

_____ ; _____. *Gesamtausgabe* v. II/11. Berlim: Akademie, 2008.

_____ ; _____. *Gesamtausgabe* v. II/4.2. Berlim: Akademie, 2012.

_____ ; _____. *Gesamtausgabe* v. II/4.3. Berlim: Akademie, 2012.

⁷⁵ Marx a Engels, 31 jul. 1865 (MEGA2 III/13, p. 510).

_____ ; _____. *Werke* v. XIII. Berlim: Dietz, 1961.
_____ ; _____. *Werke* v. XXXI. Berlim: Dietz, 1965.
_____ ; _____. *Werke* v. XXXV. Berlim: Dietz, 1967.

Como citar:

VOLLGRAF, Carl-Erich. *O plano de seis livros novamente? Sobre a falta de perspectiva de uma lenda*. Trad. Leonardo Gomes de Deus. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 6-22, abr./2018.

Data de envio: 22/1/2018

Data de aceite: 27/2/2018

A escrita de *O capital*: gênese e estrutura da crítica de Marx à economia política¹

Marcello Musto²

Resumo:

Neste artigo, o professor Marcello Musto reconstitui o cenário social e familiar dentro do qual Karl Marx inicia a produção de sua obra-prima inacabada, *O capital*. Tendo como foco o decênio que se estende de 1857, ano de eclosão da crise financeira e início do processo de escrita, até 1867, data de publicação do primeiro livro, Musto analisa correspondência e cadernos de anotações do revolucionário alemão, desvelando a luta de um homem contra a pobreza e as enfermidades, em nome de um projeto intelectual que representasse o "golpe teórico do qual a burguesia jamais ir[ia] se recuperar".

Palavras-chave: Karl Marx; *O capital*; crítica da economia política.

The writing of Capital: genesis and structure of Marx's critique of political economy

Abstract:

In this article, Professor Marcello Musto reconstitutes the social and family scenario within which Karl Marx begins the production of his unfinished masterpiece, *Capital*. Focusing on the decade from 1857, the outbreak of the financial crisis and year of the beginning of the writing process, until 1867, date of publication of the first book, Musto analyzes family letters and the German revolutionary's notebooks, unveiling the struggle of a man against poverty and disease, in the name of an intellectual project that represented the "theoretical blow from which the bourgeoisie w[ould] never recover".

Key words: Karl Marx; *Capital*; critique of political economy.

¹ Artigo inédito. Traduzido por Murilo Leite Pereira Neto (professor substituto na UFJF) e Carolina Peters (graduanda em letras pela UFRJ). Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Doutor, professor de ciência política da York University (Toronto, Canadá). No Brasil, organizou a obra *Trabalhadores, uni-vos!* Antologia política da I Internacional (Boitempo, 2015). Endereço eletrônico: marcello.musto@gmail.com.

1. *Dos Grundrisse à análise crítica das Teorias do mais-valor*

Marx somente começou a escrever *O capital* muitos anos depois de iniciar seus estudos rigorosos de economia política. Desde 1843, ele já trabalhava com grande intensidade em direção àquela que mais tarde ele definiria como sua própria “economia”.

Foi a erupção da crise financeira de 1857 que o forçou a começar seu trabalho. Marx estava convencido de que a crise que se desenvolvia em nível internacional criava as condições para um novo período revolucionário em toda a Europa. Ele esperava por esse momento desde as insurreições populares de 1848 e, agora que finalmente parecia ter chegado, não queria que os eventos o pegassem despreparado. Então, decidiu retomar seus estudos econômicos e dar-lhes uma forma acabada.

Este período foi um dos mais fecundos da sua vida: em poucos meses, conseguiu escrever mais do que nos anos precedentes. Em dezembro de 1857, escreveu a Engels: “Estou trabalhando como louco durante toda a noite e todas as noites, reunindo meus estudos econômicos para que eu possa ao menos ter os fundamentos [*Grundrisse*] claros antes do dilúvio.” (MARX; ENGELS, 2010i, p. 257)³

O trabalho de Marx era agora notável e abrangente. De agosto de 1857 a maio de 1858, ele preencheu os oito cadernos conhecidos como *Grundrisse*, enquanto, como correspondente do *New York Tribune* (o jornal de maior circulação nos Estados Unidos da América, com o qual colaborou a partir de 1851), escreveu dezenas de artigos sobre, entre outras coisas, o desenvolvimento da crise na Europa. Por fim, de outubro de 1857 a fevereiro de 1858, compilou três livros de extratos, chamados de *Cadernos sobre as crises*⁴. Graças a isso, é possível mudar a imagem convencional de um Marx que estuda a *Ciência da lógica* de Hegel à procura de inspiração para os *Manuscritos de 1857-8*, pois, naquela época, ele estava muito mais preocupado com os eventos ligados à maior crise já prevista. Ao contrário dos extratos que havia produzido anteriormente, esses manuscritos não eram compêndios das obras dos economistas, mas consistiam em uma grande quantidade de notas, recolhidas de vários jornais, sobre os principais desenvolvimentos da crise, tendências do mercado de ações, flutuações cambiais e falências importantes na Europa, nos Estados Unidos da América e em outras partes do mundo. Uma carta escrita a Engels em dezembro indica a intensidade de sua atividade:

Estou trabalhando intensamente, como regra, até às quatro horas da manhã. Estou empenhado numa dupla tarefa: 1.

³ Karl Marx para Friedrich Engels, 8 dez. 1857. O título posteriormente conferido a esses manuscritos foi inspirado por essa carta.

⁴ Cf. o recém-publicado volume MEGA2, IV/14 (MARX; ENGELS, 2017).

Elaborar os fundamentos da economia política. (Para o benefício do público, é absolutamente essencial abordar o assunto a fundo, assim como é, para mim mesmo, individualmente, livrar-me desse pesadelo.) 2. A crise atual. Além dos artigos para o [*New York*] *Tribune*, tudo o que faço é manter registros dela, o que, no entanto, leva uma quantidade considerável de tempo. Eu acho que, em algum momento da primavera, devemos fazer juntos um panfleto sobre o assunto. (MARX; ENGELS, 2010i, p. 224)⁵

Os *Grundrisse* foram divididos em três partes: uma “Introdução” metodológica, um “Capítulo sobre o dinheiro”, no qual Marx se ocupou do dinheiro e do valor, e um “Capítulo sobre o capital”, centrado no processo de produção e circulação do capital, e que abordou temas-chave, como o conceito de mais-valor e as formações econômicas que precederam o modo de produção capitalista. Contudo, mesmo o imenso esforço de Marx não lhe permitiu completar o trabalho. No final de fevereiro de 1858, ele escreveu a Lassalle:

Na verdade, tenho trabalhado nas etapas finais há alguns meses. Mas a coisa está indo muito devagar porque não se consegue dispor finalmente dos assuntos aos quais se devotou anos de estudo antes que eles comecem a revelar novos aspectos e demandar que se pense mais. (...) O trabalho que atualmente me preocupa é uma Crítica das Categorias Econômicas ou, se quiser, uma exposição crítica do sistema da economia burguesa. É ao mesmo tempo uma exposição e uma crítica do sistema. Eu tenho pouquíssima ideia de a quantas folhas isso vai chegar. (...) Agora que estou finalmente preparado para trabalhar depois de 15 anos de estudo, tenho, no final das contas, uma sensação desconfortável de que os movimentos turbulentos vindos de fora provavelmente interferirão. (MARX; ENGELS, 2010i, pp. 270-1)⁶

Não havia sinal do tão esperado movimento revolucionário que deveria nascer juntamente com a crise. Marx também abandonou o projeto de escrever um volume sobre a crise atual. Ainda assim, ele não conseguiu terminar o trabalho com o qual lutava havia muitos anos, pois sabia que ainda estava longe de uma conceptualização definitiva dos temas abordados no manuscrito. Portanto, os *Grundrisse* permaneceram apenas um rascunho, do qual – depois de ter trabalhado cuidadosamente o “*Capítulo do dinheiro*” –, em 1859, ele publicou um pequeno livro sem repercussão pública: *Contribuição para a crítica da economia política*.

⁵ Karl Marx para Friedrich Engels, 18 dez. 1857. Poucos dias depois, Marx comunicou seus planos a Lassalle (Karl Marx para Ferdinand Lassalle, 21 dez. 1857): “A atual crise comercial me impeliu a trabalhar seriamente nos fundamentos da economia política e, também, a preparar algo sobre a presente crise.” (MARX; ENGELS, 2010i, p. 226)

⁶ Karl Marx para Ferdinand Lassalle, 22 fev. 1858.

Em agosto de 1861, Marx voltou a dedicar-se à crítica da economia política, trabalhando com tanta intensidade que, em junho de 1863, havia preenchido 23 cadernos volumosos sobre a transformação do dinheiro em capital, sobre o capital comercial e, acima de tudo, sobre as diversas teorias por meio das quais os economistas tentaram explicar o mais-valor⁷. Seu objetivo era concluir a *Contribuição para a crítica da economia política*, que tinha sido designada como a primeira parte do seu plano de trabalho. O livro publicado em 1859 continha um breve primeiro capítulo, “A mercadoria”, diferenciando valor de uso e valor de troca, e um segundo capítulo mais longo, “Dinheiro ou circulação simples”, tratando das teorias do dinheiro como uma unidade de medida. No “Prefácio”, Marx declarou: “Examino o sistema da economia burguesa na seguinte ordem: capital, propriedade da terra, trabalho assalariado, o estado, comércio exterior, mercado mundial.” (MARX; ENGELS, 2010b, p. 261)

Dois anos depois, o plano de Marx não havia mudado: ele ainda pretendia escrever seis livros, cada um dedicado a um dos temas listados por ele em 1859⁸. No entanto, do verão de 1861 a março de 1862, ele trabalhou em um novo capítulo, “O capital em geral”, que pretendia tornar o terceiro capítulo no seu plano de publicação. No manuscrito preparatório contido nos primeiros cinco dos 23 cadernos compilados até o final de 1863, ele se concentrou no processo de produção do capital e, mais especificamente, em: 1) transformação do dinheiro em capital; 2) mais-valor absoluto; e 3) mais-valor relativo⁹. Alguns desses temas, já abordados nos *Grundrisse*, foram agora demonstrados com maior riqueza e precisão analítica.

Um alívio momentâneo dos imensos problemas econômicos que o atormentaram por anos permitiu a Marx dedicar mais tempo aos seus estudos e fazer significativos avanços teóricos. No final de outubro de 1861, ele escreveu a Engels que “as circunstâncias [tinham] finalmente se

⁷ Esses cadernos totalizam 1.472 páginas quarto [*quarto pages*]. Cf. Friedrich Engels, “Preface to the first German edition” (MARX; ENGELS, 2010h, p. 6).

⁸ Anteriormente, nos *Grundrisse*, Marx havia estabelecido uma “organização do material” similar, embora menos precisa, em quatro pontos distintos (MARX, 1993, pp. 108; 227-8; 264; 275). Ele também antecipou o esquema de seis partes planejado para a *Contribuição para a crítica da economia política* em duas cartas do primeiro semestre de 1858: uma para Ferdinand Lassalle, de 22 de fevereiro de 1858 (cf. MARX; ENGELS, 2010i, pp. 268-71), e outra para Friedrich Engels, em 2 de abril de 1858 (cf. MARX; ENGELS, 2010i, pp. 296-304). Entre fevereiro e março de 1859, ele também rascunhou um longo índice preparatório para o seu trabalho, que na edição em língua inglesa dos *Grundrisse* aparece como “Analytical contents list” (MARX, 1993, pp. 69-80). Sobre o plano original e suas variações, ver o agora datado, mas ainda fundamental trabalho de Roman Rosdolsky (1977, pp. 1-62). Mais limitado, contudo, é Maximilien Rubel (1974, pp. 379; 389), o qual alega que Marx não modificou o plano original concebido em 1857.

⁹ Esses cadernos foram ignorados por mais de 100 anos, antes que uma tradução russa fosse finalmente publicada em 1973, no volume suplementar 47 da *Marx-Engels Sochineniya*. Uma edição original em alemão foi publicada somente em 1976 na MEGA2, v. II/3.1 (MARX; ENGELS, 1976).

tranquilizado ao ponto que [ele tinha] ao menos um chão firme sob os [seus] pés novamente”. Seu trabalho para a *New York Tribune* garantia “duas libras por semana” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 323)¹⁰. Ele também firmou um contrato com *Die Presse*. Ao longo do ano anterior, ele havia “penhorado tudo que não estava efetivamente empenhado”, e sua condição deixou sua mulher profundamente deprimida. Mas agora a “dupla ocupação” prometia “colocar um fim à torturante existência levada por [sua] família” e permitir a ele “terminar seu livro”.

Não obstante, em dezembro, ele contou a Engels que foi forçado a deixar notas promissórias no açougue e no armazém e que sua dívida com variados credores chegou a cem libras (MARX; ENGELS, 2010j, p. 332)¹¹. Por conta dessas preocupações, sua pesquisa progredia devagar: “Dadas as circunstâncias, havia de fato uma possibilidade pequena de dar às questões teóricas resoluções rápidas.” Mas ele avisou a Engels que “a coisa está assumindo uma forma muito mais popular, e o método está em menor evidência que na Parte I” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 333)¹².

Nesse contexto dramático, Marx tentou pedir dinheiro emprestado à sua mãe, bem como a outros parentes e ao poeta Carl Siebel (1836-68). Em uma carta a Engels do final de dezembro, explicou que estas foram tentativas de evitar “importuná-lo” constantemente. De toda forma, nenhuma surtiu efeito. Nem o contrato com *Die Presse* estava dando certo, pois eles estavam publicando (e pagando por) somente metade dos artigos submetidos ao jornal. Confidenciou em resposta às mensagens de feliz ano-novo enviadas por seu amigo que se o novo ano mostrasse “qualquer semelhança com o antigo” ele iria “mandar logo ao diabo” (MARX; ENGELS, 2010j, pp. 337-8)¹³.

As coisas voltaram a piorar quando o *New York Tribune*, em face das restrições financeiras associadas à Guerra Civil Americana, teve de reduzir o número de seus correspondentes estrangeiros. O último artigo de Marx para o jornal foi publicado em 10 de março de 1862. A partir de então, ele teve de se virar sem aquela que tinha sido sua principal fonte de renda desde o verão de 1851. Naquele mesmo mês, o locador de sua casa ameaçou mover uma ação para recuperar o aluguel atrasado, e em tal caso – como contou a Engels –, ele seria “processado por tudo e por todos” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 344)¹⁴. E acrescentou logo em seguida: “Eu não estou indo bem com meu livro, já que o trabalho é frequentemente

¹⁰ Karl Marx para Friedrich Engels, 30 out. 1861.

¹¹ Karl Marx para Friedrich Engels, 9 dez. 1861.

¹² Karl Marx para Friedrich Engels, 9 dez. 1861.

¹³ Karl Marx para Friedrich Engels, 27 dez. 1861.

¹⁴ Karl Marx para Friedrich Engels, 3 mar. 1862.

interrompido, ou seja, suspenso durante semanas a fio por distúrbios domésticos.” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 352)¹⁵

Durante esse período, Marx se lançou em uma nova área de pesquisa: *Teorias do mais-valor*¹⁶. Esta foi planejada para ser a quinta e última parte¹⁷ do longo terceiro capítulo sobre “O capital em geral”. Em mais de dez cadernos, Marx dissecou minuciosamente a maneira como os principais economistas haviam tratado a questão do mais-valor; sua ideia fundamental era que “todos os economistas compartilham o erro de examinar o mais-valor não como tal, em sua forma pura, mas nas formas particulares do lucro e da renda” (MARX; ENGELS, 2010c, p. 348)¹⁸.

No Caderno VI, Marx iniciou pela crítica dos fisiocratas. Em primeiro lugar, ele os reconheceu como os “verdadeiros pais da economia política moderna” (MARX; ENGELS, 2010c, p. 352), já que foram eles que “assentaram as bases para as análises da produção capitalista” e buscaram a origem do mais-valor não na “esfera da circulação” – na produtividade do dinheiro, como pensavam os mercantilistas –, mas na “esfera da produção”. Eles entenderam o “princípio fundamental de que somente aquele trabalho que é produtivo cria mais-valor” (MARX; ENGELS, 2010c, p. 354). Por outro lado, estando erroneamente convencidos de que o “trabalho agrícola” era “o único trabalho produtivo”, concebiam a “renda” como “a única forma de mais-valor” (MARX; ENGELS, 2010c, p. 355). Eles limitaram sua análise à ideia que a produtividade da terra possibilitou ao homem produzir “não mais do que o suficiente para mantê-lo vivo”. De acordo com essa teoria, então, o mais-valor aparecia como “uma dádiva da natureza” (MARX; ENGELS, 2010c, p. 357).

Na segunda metade do Caderno VI, e na maior parte dos Cadernos VII, VIII e IX, Marx se concentrou em Adam Smith, que não compartilhava da falsa ideia dos fisiocratas, para quem “um só tipo definido de trabalho concreto – trabalho agrícola – cria mais-valor” (MARX; ENGELS, 2010c, p. 391). De fato, aos olhos de Marx, um dos grandes méritos de Smith foi ter compreendido que, no processo de trabalho distintivo da sociedade burguesa, o capitalista “se apropria de graça, apropria-se sem pagar por isso, de uma parte do trabalho vivo” (MARX; ENGELS, 2010c, p. 388); ou, novamente, que “mais trabalho é trocado por menos trabalho (do ponto de vista do trabalhador), menos trabalho é trocado por mais trabalho (do ponto de vista do capitalista)”

¹⁵ Karl Marx para Friedrich Engels, 15 mar. 1862.

¹⁶ Entre 1905 e 1910, Kautsky publicou os manuscritos em questão de uma forma um tanto divergente dos originais.

¹⁷ Deveria seguir: 1) A transformação do dinheiro em capital; 2) Mais-valor absoluto; 3) Mais-valor relativo; e 4) Uma seção – nunca escrita de fato – sobre como estas três deveriam ser consideradas em conjunto.

¹⁸ Em *Marx and Engels collected works* (MECW), esses manuscritos – *Theories of surplus-value* – são indicados com o título *Economic manuscript of 1861-3*.

(MARX; ENGELS, 2010c, p. 393). A limitação de Smith, entretanto, foi sua incapacidade de diferenciar o “mais-valor como tal” das “formas específicas que ele assume no lucro e na renda” (MARX; ENGELS, 2010c, p. 389). Ele calculou o mais-valor não em relação à parte do capital do qual se originou, mas como “um excedente sobre o valor total do capital adiantado” (MARX; ENGELS, 2010c, p. 396), incluindo a parte que o capitalista gasta na compra de matérias-primas.

Marx expressou muitos desses pensamentos por escrito durante uma estada de três semanas com Engels em Manchester, em abril de 1862. Ao retornar, relatou a Lassalle:

Quanto ao meu livro, não será concluído por mais dois meses. Durante o ano passado, para evitar morrer de fome, tive de fazer o mais desprezível trabalho por encomenda e, muitas vezes, estive por meses sem poder adicionar uma linha à “coisa”. Além disso, também possuo o hábito de encontrar falhas em qualquer coisa que escrevi e não olhei por um mês, de modo que eu tenho de revisá-la completamente. (MARX; ENGELS, 2010j, p. 356)¹⁹

Marx retomou obstinadamente o trabalho e, até o início de junho, estendeu sua pesquisa a outros economistas, como Germain Garnier (1754-1821) e Charles Ganilh (1758-1836). Então, abordou mais profundamente a questão do trabalho produtivo e improdutivo, voltando a concentrar-se, particularmente, em Smith, que, apesar da falta de clareza em alguns aspectos, delineou a distinção entre os dois conceitos. Do ponto de vista capitalista, trabalho produtivo

é um trabalho assalariado que, trocado pela parte do capital que é gasta em salários, reproduz não só esta parte do capital (ou o valor de sua própria capacidade de trabalho), mas também produz mais-valor para o capitalista. É somente assim que a mercadoria ou o dinheiro são transformados em capital, são produzidos como capital. O único trabalho assalariado que é produtivo é aquele que produz capital (MARX; ENGELS, 2010d, p. 8).

O trabalho improdutivo, por outro lado, é “trabalho que não é trocado por capital, mas diretamente por receita, isto é, por salários e lucro” (MARX; ENGELS, 2010d, p. 12). Segundo Smith, a atividade dos soberanos – e dos oficiais jurídicos e militares que os cercam – não produzia valor e, dessa forma, era comparável aos afazeres dos empregados domésticos. Isto, Marx apontou, era a linguagem de uma “burguesia ainda revolucionária”, a qual ainda não havia “subjugado a si própria toda a sociedade, o estado, etc.”,

as profissões ilustres e tradicionalmente honradas – a de soberano, juiz, oficial, sacerdote etc. –, com todas as antigas

¹⁹ Karl Marx para Ferdinand Lassalle, 28 abr. 1862.

castas ideológicas a que dão origem, seus homens de letras, seus professores e sacerdotes estão de um ponto de vista econômico no mesmo nível que o enxame de seus próprios lacaios e bobos da corte mantidos pela burguesia e pela riqueza ociosa – a aristocracia fundiária e os capitalistas ociosos (MARX; ENGELS, 2010d, p. 197).

No Caderno X, Marx voltou-se a uma análise rigorosa do *Tableau économique* de François Quesnay (1694-1774) (MARX; ENGELS, 2010j, p. 381)²⁰. Ele o louvou aos céus, descrevendo-o como “uma concepção extremamente brilhante, incontestavelmente a mais brilhante pela qual a economia política até então seria responsável” (MARX; ENGELS, 2010d, p. 240).

Enquanto isso, as condições econômicas de Marx continuavam desesperadoras. Em meados de junho, ele escreveu a Engels: “Todos os dias, minha esposa diz desejar que ela e as crianças estivessem seguras em seus túmulos, e eu realmente não posso culpá-la, pois as humilhações, tormentos e alarmes pelos quais têm de passar em tal situação são de fato indescritíveis”. Já em abril, a família tivera de penhorar novamente todas as posses que havia recentemente recuperado da casa de penhor. A situação era tão extrema que Jenny decidiu vender alguns livros da biblioteca pessoal do marido – embora não conseguisse encontrar alguém que quisesse comprá-los.

Marx, no entanto, conseguiu “trabalhar duro” e, em meados de junho, manifestou sua satisfação a Engels: “estranho dizer, mas minha massa cinzenta está funcionando melhor em meio à pobreza circundante do que funcionou por anos” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 380)²¹. Continuando sua pesquisa, ele compilou os Cadernos XI, XII e XIII no decorrer do verão; eles se concentravam na teoria da renda, que ele decidiu incluir como “um capítulo extra” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 394)²² ao texto que estava preparando para publicação. Marx examinou criticamente as ideias de Johann Rodbertus (1805-75) e então passou a uma extensa análise das doutrinas de David Ricardo (1772-1823)²³. Negando a existência da renda absoluta, Ricardo admitia um lugar somente para a renda diferencial relativa à fertilidade e à localização da terra. Nessa teoria, a renda era um excesso: não poderia ser mais nada, porque isso contradiria seu “conceito de valor como sendo igual a certa quantidade de tempo de trabalho” (MARX; ENGELS, 2010d, p. 359); ele teria de admitir que o produto agrícola era constantemente vendido acima do preço de custo, o qual calculou como a soma do capital adiantado e do lucro médio

²⁰ Karl Marx para Friedrich Engels, 18 jun. 1862.

²¹ Karl Marx para Friedrich Engels, 18 jun. 1862.

²² Karl Marx para Friedrich Engels, 2 ago. 1862.

²³ Esses cadernos são parte de *Theories of surplus value* v. II (MARX; ENGELS, 2010d).

(MARX; ENGELS, 2010j, p. 396)²⁴. A concepção marxiana de renda absoluta, em contrapartida, estipulava que “sob certas circunstâncias históricas (...) a propriedade fundiária de fato aumenta os preços das matérias-primas” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 398)²⁵.

Na mesma carta dirigida a Engels, Marx escreveu ser “um verdadeiro milagre” que ele “tenha sido capaz de continuar [seu] escrito teórico a tal ponto” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 394). Seu locador tinha novamente ameaçado enviar os oficiais de justiça, enquanto os comerciantes com quem estava em débito falavam da retenção de suas provisões na fonte e em mover ação judicial contra ele. Mais uma vez, teve de recorrer a Engels para ajudá-lo, confidenciando que, não fossem sua esposa e filhos, ele “preferiria mudar para um abrigo a estar constantemente apertando [sua] carteira” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 399)²⁶.

Em setembro, Marx escreveu a Engels que poderia conseguir um emprego “em um escritório ferroviário” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 417)²⁷ no ano seguinte. Em dezembro, repetiu para Ludwig Kugelmann (1828-1902) que as coisas se tornaram tão desesperadoras que “decidiu tornar-se um ‘homem prático’”; no entanto, essa ideia não vingou. Marx relatou com seu típico sarcasmo: “Por sorte – ou talvez devesse dizer azar? – não consegui o emprego por causa da minha má caligrafia.” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 436)²⁸ Enquanto isso, no início de novembro, ele confidenciou a Ferdinand Lassalle (1825-64) que havia sido forçado a suspender o trabalho “por cerca de seis semanas”, mas que estava “progredindo (...) com interrupções”. “No entanto”, acrescentou, “isso certamente será concluído logo mais.” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 426)²⁹

Durante esse período, Marx completou mais dois cadernos, o XIV e o XV, com extensa análise crítica de vários teóricos da economia. Ele observou que Thomas Robert Malthus (1766 -1834), para quem o mais-valor decorria “do fato de que o vendedor vende a mercadoria acima do seu valor” (MARX; ENGELS, 2010e, p. 215), representava um retorno ao passado na teoria econômica, já que ele derivava o lucro da troca de mercadorias (MARX; ENGELS, 2010e, p. 215). Marx acusou James Mill (1773-1836) de compreender mal as categorias do mais-valor e do lucro; destacou a confusão produzida por Samuel Bailey (1791-1870), que falhou em distinguir a imanente medida do valor do próprio valor da mercadoria; e argumentou que John Stuart Mill (1806-73) não percebeu que “a taxa de

²⁴ Karl Marx para Friedrich Engels, 2 ago. 1862.

²⁵ Karl Marx para Friedrich Engels, 2 ago. 1862.

²⁶ Karl Marx para Friedrich Engels, 7 ago. 1862.

²⁷ Karl Marx para Friedrich Engels, 10 set. 1862.

²⁸ Karl Marx para Ludwig Kugelmann, 28 dez. 1862.

²⁹ Karl Marx para Ferdinand Lassalle, 7 nov. 1862.

mais-valor e a taxa de lucro” (MARX; ENGELS, 2010e, p. 373)³⁰ eram duas grandezas diferentes, sendo esta última determinada não somente pelo nível dos salários, mas também por outras causas não diretamente atribuíveis a ele.

Marx também prestou especial atenção em vários economistas que se opuseram à teoria ricardiana, como o socialista Thomas Hodgskin (1787-1869). Finalmente, tratou do texto apócrifo *Receita e suas fontes* – em sua visão, um exemplo perfeito de “economia vulgar”, que traduzia em linguagem “doutrinária”, mas “apologética”, o “ponto de vista do setor dominante, isto é, dos capitalistas” (MARX; ENGELS, 2010e, p. 450). Com o estudo deste livro, Marx concluiu sua análise das teorias do mais-valor apresentadas pelos principais economistas do passado e começou a examinar o capital comercial, ou o capital que não criou, mas distribuiu o mais-valor³¹. Sua polêmica contra o “capital portador de juros” talvez “desfilasse como socialismo”, contudo, Marx não tinha tempo para tal “zelo reformista”, que não “tocava na verdadeira produção capitalista”, mas “apenas atacava uma de suas consequências”. Para Marx, pelo contrário:

A completa objetivação, inversão e destruição do capital como capital portador de juros – na qual, no entanto, a natureza interior da produção capitalista, [seu] distanciamento, simplesmente aparece em sua forma mais palpável – é o capital que produz “juros compostos”. Parece com um Moloch exigindo o mundo inteiro como um sacrifício que pertence a ele por direito, cujas demandas legítimas, decorrentes de sua própria natureza, nunca são cumpridas e sempre são frustradas por um destino misterioso. (MARX; ENGELS, 2010e, p. 453)

Marx continuou, no mesmo espírito:

Assim, são os juros, não o lucro, que parecem ser a criação de valor decorrente do capital como tal [... e], conseqüentemente, são considerados a receita específica criada pelo capital. Esta é também a forma como são concebidos pelos economistas vulgares. (...) Todas as conexões intermediárias são obliteradas, e a face fetichista do capital, como também o conceito de capital-fetichismo, está completa. Esta forma surge necessariamente porque o aspecto jurídico da propriedade é separado do seu aspecto econômico e uma parte do lucro sob o nome de juros decorre do capital por si só, o qual está completamente separado do processo de produção ou do proprietário desse capital. Para o economista vulgar que deseja representar o capital como uma fonte de valor independente, uma fonte que cria valor, esta é, naturalmente, uma dádiva de Deus, uma forma na qual a fonte de lucro não é mais reconhecível, e o resultado do processo capitalista – separado

³⁰ Karl Marx para Ferdinand Lassalle, 7 nov. 1862.

³¹ Este é o último caderno que conforma as *Teorias do mais-valor* v. III.

do próprio processo – adquire uma existência independente. Em D-M-D', uma conexão intermediária ainda é mantida. Em D-D' temos a forma incompreensível de capital, a inversão e a materialização mais extremas das relações de produção. (MARX; ENGELS, 2010e, p. 458)

Seguindo os estudos sobre o capital comercial, Marx prosseguiu para aquela que pode ser considerada uma terceira fase dos manuscritos econômicos de 1861-3. Isso começou em dezembro de 1862, com a seção sobre “capital e lucro” no Caderno XVI, que indicou como sendo o “terceiro capítulo” (MARX, 1980, pp. 1.598-1.675). Nela, apresentou um esboço da distinção entre o mais-valor e o lucro. No Caderno XVII, também compilado em dezembro, voltou à questão do capital comercial (seguindo as reflexões do Caderno XV [cf. MARX, 1980, pp. 1.682-773]) e ao refluxo do dinheiro na reprodução capitalista. No final desse ano, Marx apresentou a Kugelmann um relatório do seu progresso, informando-lhe que “a segunda parte”, ou a “continuação da primeira parcela”, um manuscrito equivalente a “cerca de 30 folhas impressas”, estava “agora finalmente terminada”. Quatro anos após o primeiro esquema, presente na *Contribuição para a crítica da economia política*, Marx agora revisava a estrutura do seu plano de trabalho. Ele disse a Kugelmann que havia se decidido por um novo título, utilizando *O capital* pela primeira vez, e que o nome com o qual operou em 1859 seria “apenas o subtítulo” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 435)³². Fora isso, continuava trabalhando de acordo com o plano original. O que pretendia escrever seria “o terceiro capítulo da primeira parte, a saber, o capital em geral”³³. O volume nas últimas etapas de preparação conteria “o que os ingleses chamam de ‘princípios da economia política’”. Juntamente com o que já havia escrito na edição de 1859, esse volume compreenderia a “quintessência” de sua teoria econômica. Com base nos elementos que estava preparando para tornar públicos, ele disse a Kugelmann, uma futura “sequência (com exceção, talvez, da relação entre as várias formas de estado e as várias estruturas econômicas da sociedade) poderia ser facilmente perseguida por outros”.

Marx pensou que seria capaz de produzir uma “cópia final” do manuscrito no novo ano, em seguida, planejava levá-la pessoalmente para a Alemanha. Então ele pretendia “concluir a apresentação de capital, concorrência e crédito” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 435)³⁴. Na mesma

³² Karl Marx para Ludwig Kugelmann, 28 dez. 1862.

³³ Cf. o esquema dos *Grundrisse*, escrito em junho de 1858 e contido no Caderno M (o mesmo da “Introdução de 1857”), bem como o esboço de esquema para o terceiro capítulo, escrito em 1860: MARX, “Draft plan of the chapter on *Capital*” (MARX; ENGELS, 2010b, pp. 511-7).

³⁴ Karl Marx para Ludwig Kugelmann, 28 dez. 1862. Essa afirmação parece indicar que Marx percebeu o quão difícil seria completar seu projeto original em seis tomos. Cf. Michael Heinrich (2009, p. 80).

carta a Kugelmann, comparou os estilos de escrita no texto publicado em 1859 e no trabalho que estava então preparando: “Na primeira parte, o modo de exposição adotado estava certamente longe de ser popular. Isto se deveu em certa medida à natureza abstrata do assunto (...). A presente parte é mais fácil de entender porque trata de condições mais concretas”. Para explicar a diferença, praticamente se justificando, ele acrescentou:

As tentativas científicas de revolucionar uma ciência nunca podem ser realmente populares. Mas, uma vez que as bases científicas são assentadas, a popularização é fácil. Novamente, se os tempos se tornarem mais turbulentos, pode-se selecionar as cores e nuances exigidas para uma apresentação popular desses assuntos específicos. (MARX; ENGELS, 2010j, p. 436)³⁵

Poucos dias depois, no início do novo ano, Marx enumerou em mais detalhes as partes que conformariam seu trabalho. Em um esquema no Caderno XVIII, indicou que a “primeira seção [*Abschnitt*]”, “O processo de produção do capital”, seria dividida da seguinte forma:

1) Introdução. Mercadoria. Dinheiro. 2) Transformação de dinheiro em capital. 3) Mais-valor absoluto. (...) 4) Mais-valor relativo. (...) 5) Combinação do mais-valor absoluto e relativo. (...) 6) Reversão do mais-valor em capital. Acumulação primitiva. A teoria da colonização de Wakefield. 7) Resultado do processo de produção. (...) 8) Teorias do mais-valor. 9) Teorias do trabalho produtivo e improdutivo. (MARX; ENGELS, 2010e, p. 347)

Marx não se limitou ao primeiro volume, mas também esboçou um esquema do que se destinava a ser a “terceira seção” de seu trabalho: “Capital e lucro”. Essa parte, que já indicava temas que estariam incluídos em *O capital*, Volume III, foi dividida da seguinte forma:

1) Conversão do mais-valor em lucro. Taxa de lucro como distinta da taxa de mais-valor. 2) Conversão de lucro em lucro médio. (...) 3) As teorias de Adam Smith e Ricardo sobre lucro e preços de produção. 4) Renda. (...) 5) História da chamada lei ricardiana da renda. 6) Lei da queda da taxa de lucro. 7) Teorias do lucro. (...) 8) Divisão do lucro em lucro industrial e juro. (...) 9) Receita e suas fontes. (...) 10) Movimentos de refluxo de dinheiro no processo de produção capitalista como um todo. 11) Economia vulgar. 12) Conclusão. Capital e trabalho assalariado. (MARX; ENGELS, 2010e, pp. 346-7)³⁶

No Caderno XVIII, composto em janeiro de 1863, Marx continuou sua análise do capital mercantil. Avaliando George Ramsay (1855-1935), Antoine-Elisée Cherbuliez (1797-1869) e Richard Jones (1790-1855), ele

³⁵ Karl Marx para Ludwig Kugelmann, 28 dez. 1862.

³⁶ O primeiro capítulo já havia sido delineado no Caderno XVI dos manuscritos econômicos de 1861-3. Marx preparou um esquema do segundo no Caderno XVIII (MARX; ENGELS, 2010e, p. 299).

inseriu alguns adendos ao estudo do modo como vários economistas haviam explicado o mais-valor.

As dificuldades financeiras de Marx persistiram durante esse período e, em verdade, começaram a piorar no começo de 1863. Ele escreveu a Engels que suas “tentativas de levantar dinheiro na França e na Alemanha [não deram] em nada”, que ninguém lhe forneceria alimentos a crédito e que “as crianças não [tinham] roupas ou sapatos para sair” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 442)³⁷. Duas semanas depois, ele estava à beira do abismo. Em outra carta a Engels, confidenciou que havia proposto à sua companheira de vida o que agora parecia inevitável:

Minhas duas filhas mais velhas serão empregadas como governantas pela família Cunningham. Lenchen deve começar o serviço em outro lugar, e eu, juntamente com minha esposa e o pequeno Tussy, devemos morar no mesmo abrigo municipal onde Red Wolff já residiu com sua família. (MARX; ENGELS, 2010j, p. 445)³⁸

Ao mesmo tempo, surgiram novos problemas de saúde. Nas primeiras duas semanas de fevereiro, Marx estava “estritamente proibido de qualquer leitura, escrita e também de fumar”. Sofria de “algum tipo de inflamação ocular, combinada com a mais desagradável crise nervosa”. Ele só pôde retornar aos seus livros na metade do mês, quando confessou a Engels que, durante os longos dias ociosos, esteve tão alarmado que “se entregou a todas as formas de fantasias psicológicas sobre como seria estar cego ou demente” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 453)³⁹. Em pouco mais de uma semana, tendo se recuperado dos problemas oculares, desenvolveu um novo distúrbio hepático destinado a persegui-lo por muito tempo. Visto que o Dr. Allen, seu médico, teria imposto um “longo tratamento”, que significaria interromper todo o seu trabalho, ele pediu a Engels que conseguisse com o Dr. Eduard Gumpert que recomendasse um “remédio caseiro” mais simples (MARX; ENGELS, 2010j, p. 460)⁴⁰.

Durante esse período, afora os breves momentos em que estudou maquinaria, Marx teve de suspender seus estudos econômicos mais abrangentes. Em março, no entanto, ele resolveu “compensar o tempo perdido com trabalho duro” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 461)⁴¹. Compilou dois cadernos, o XX e o XXI, que tratavam da acumulação, da subsunção real e formal do trabalho ao capital e da produtividade do capital e do trabalho. Seus argumentos estavam correlacionados ao tema principal de sua pesquisa no momento: o mais-valor.

³⁷ Karl Marx para Friedrich Engels, 8 jan. 1863.

³⁸ Karl Marx para Friedrich Engels, 13 jan. 1863.

³⁹ Karl Marx para Friedrich Engels, 13 fev. 1863.

⁴⁰ Karl Marx para Friedrich Engels, 21 fev. 1863.

⁴¹ Karl Marx para Friedrich Engels, 24 mar. 1863.

No final de maio, escreveu a Engels que, nas semanas anteriores, também estudou a questão polonesa⁴² no Museu Britânico: “O que eu fiz, por um lado, foi preencher as lacunas do meu conhecimento (diplomático e histórico) acerca do caso russo-prussiano-polonês e, por outro lado, ler e anotar excertos de todo tipo de literatura anterior sobre a parte da economia política que eu elaborei.” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 474)⁴³ Essas notas de trabalho, escritas em maio e junho, foram reunidas em oito cadernos adicionais, que vão do A ao H, os quais continham centenas de outras páginas resumindo os estudos econômicos dos séculos XVIII e XIX⁴⁴.

Marx também informou a Engels que, sentindo-se “mais ou menos capaz de trabalhar novamente”, estava determinado a “tirar o peso de seus ombros” e que, portanto, pretendia “fazer uma cópia final da economia política para impressão (e dar a ela um acabamento final)”. Contudo, continuava sofrendo com um “fígado muito inchado” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 474)⁴⁵, e na metade de junho, apesar do “enxofre devastador”, ainda “não estava em forma” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 479)⁴⁶. Em todo caso, voltou ao Museu Britânico e, em meados de julho, informou a Engels que estava mais uma vez dedicando “dez horas por dia ao trabalho sobre economia”. Esses foram precisamente os dias em que, ao analisar a reconversão do mais-valor em capital, ele preparou no Caderno XXII uma reformulação do *Tableau économique* de Quesnay (MARX; ENGELS, 2010j, p. 485)⁴⁷. Em seguida, compilou o último caderno da série iniciada em 1861 – o XXIII – que consistia principalmente em notas e observações complementares.

Ao final desses dois anos de trabalho árduo e após um reexame crítico mais profundo dos principais teóricos da economia política, Marx estava mais determinado do que nunca a completar a grande obra de sua vida. Embora ainda não tivesse resolvido em definitivo muitos dos problemas conceituais e expositivos, sua conclusão da parte histórica agora o levava a retornar às questões teóricas.

⁴² Ver as mais de 60 páginas contidas em IISH, Marx-Engels Papers, B 98. Com base nessa pesquisa, Marx deu início a um dos seus muitos projetos inacabados, cf. Marx (1961).

⁴³ Karl Marx para Friedrich Engels, 29 maio 1863.

⁴⁴ Cf. IISH, Marx-Engels Papers, B 93, B 100, B 101, B 102, B 103, B 104 contêm cerca de 535 páginas de notas. A elas devem-se adicionar os três cadernos RGASPI f.1, d. 1397, d. 1691, d. 5583. Marx usou parte deste material para a compilação dos Cadernos XXII e XXIII.

⁴⁵ Karl Marx para Friedrich Engels, 29 maio 1863.

⁴⁶ Karl Marx para Friedrich Engels, 12 jun. 1863.

⁴⁷ Karl Marx para Friedrich Engels, 6 jul. 1863.

2. A escrita dos três volumes

Marx rangeu os dentes e embarcou em uma nova fase de seus trabalhos. A partir do verão de 1863, começou a estrutura de fato do que se tornaria o seu *magnum opus*⁴⁸. Até dezembro de 1865, ele se dedicou às versões mais extensas das várias subdivisões, preparando rascunhos em torno do Volume I, a maior parte do Volume III (sua única consideração do processo completo de produção capitalista [cf. MARX, 2015]) e a versão inicial do Volume II (a primeira apresentação geral do processo de circulação do capital). No que diz respeito ao plano de seis volumes, indicado, em 1859, no “Prefácio” da *Contribuição para a crítica da economia política*, Marx acrescentou uma série de temas relacionados à renda e aos salários que, originalmente, deveriam ser tratados nos volumes II e III. Em meados de agosto de 1863, ele atualizou Engels dos passos seguintes:

Por um lado, meu trabalho (de preparação do manuscrito para publicação) está indo bem. Na elaboração final, as coisas estão, penso eu, assumindo uma forma bastante popular. (...) Por outro lado, apesar do fato de eu escrever todos os dias, não está indo tão rápido quanto a minha própria ansiedade, há muito submetida a uma prova de paciência, talvez exija. De qualquer forma, será 100% mais compreensível do que o n° 149. (MARX; ENGELS, 2010j, p. 488)⁵⁰

Marx manteve a velocidade ao longo do outono, concentrando-se na escrita do Volume I. Mas, como resultado, sua saúde rapidamente piorou e, em novembro, viu aparecer o que sua esposa chamou de “doença terrível”, contra a qual lutaria por muitos anos de sua vida. Era um caso de carbúnculos⁵¹, uma infecção desagradável que se manifestava em abscessos e feridas graves e debilitantes em várias partes do corpo.

Por causa de uma grave úlcera que sucedeu um grande carbúnculo, Marx teve de realizar uma operação e “por bastante tempo sua vida esteve em perigo”. De acordo com o relato posterior de sua esposa, a condição crítica durou “quatro semanas” e causou em Marx severas e constantes dores, juntamente com “preocupações atormentadoras e todo tipo de

⁴⁸ Cf. Michael Heinrich (2011, pp. 176-9), que argumenta que os manuscritos deste período devem ser tomados não como a terceira versão do trabalho iniciado com os *Grundrisse*, mas como o primeiro esboço de *O capital*.

⁴⁹ “N° 1”: quer dizer, a *Contribuição para a crítica da economia política*, de 1859.

⁵⁰ Karl Marx para Friedrich Engels, 15 ago. 1863.

⁵¹ Nos últimos anos, dermatologistas atualizaram a discussão sobre as causas da doença de Marx. Sam Shuster (2008, pp. 1-3) sugeriu que ele sofresse de hidradenite supurativa, enquanto Rudolf Happle e Arne Koenig (2008, pp. 255-6) alegaram, de forma ainda menos plausível, que o culpado seria o intenso fumo de charutos. Para a resposta de Shuster a essa sugestão, ver Rudolf Happle e Arne Koenig (2008, p. 256).

sofrimento mental”, dado que a situação financeira da família se manteve “à beira do abismo” (MARX, 1973, p. 288).

No início de dezembro, quando estava em vias de se recuperar, Marx disse a Engels que “tinha estado com um pé na cova” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 495)⁵² – dois dias depois, essa sua condição física o apanhou como “um bom tema para um conto”. De frente, ele parecia com alguém que “deleitava o seu homem interior com um vinho do porto, vermelho, forte, e um enorme pedaço de carne”. Mas, “pelas costas, no homem exterior, havia um maldito carbúnculo” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 497)⁵³.

Neste contexto, a morte da mãe de Marx o obrigou a viajar para a Alemanha a fim de resolver questões relativas à herança. Sua condição novamente se deteriorou durante a viagem, e no caminho de volta isso o forçou a parar por alguns meses no seu tio Lion Philips, em Zaltbommel, na Holanda. Durante este tempo, um carbúnculo, maior do que todos os anteriores, apareceu na perna direita, bem como extensos furúnculos em sua garganta e costas; a dor decorrente deles era tão grande que o mantinha acordado durante a noite. Na segunda quinzena de janeiro de 1864, escreveu a Engels que se sentia “como um verdadeiro Lázaro (...), golpeado por todos os lados ao mesmo tempo” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 507)⁵⁴.

Depois de voltar a Londres, todas as infecções e irritações de pele continuaram a afetar a saúde de Marx no início da primavera, e ele só conseguiu retomar seu plano de trabalho em meados de abril, após uma interrupção de mais de cinco meses. Naquele tempo, continuou a concentrar-se no Volume I, e parece provável que tenha sido precisamente então que redigiu os assim chamados “Resultados do processo de produção imediato”, a única parte da versão inicial que foi preservada.

No final de maio, novos tumores purulentos apareceram em seu corpo e provocaram tormentos indescritíveis. Com a intenção de continuar com o livro a todo custo, ele evitou novamente o Dr. Allen e suas pretensões de um “tratamento regular”, o que teria interrompido o trabalho que simplesmente “tinha de fazer”. Marx sentia o tempo todo que “havia algo errado”, e confessou suas dúvidas ao amigo em Manchester: “A tremenda energia que eu tenho de convocar antes de poder abordar assuntos mais difíceis também contribui para esse senso de inadequação. Desculpe-me o termo espinosista.” (MARX; ENGELS, 2010j, p. 530)⁵⁵

A chegada do verão não mudou suas precárias circunstâncias. Nos primeiros dias de julho, ele adoeceu, caiu gripado, e não conseguiu

⁵² Karl Marx para Friedrich Engels, 2 dez. 1863.

⁵³ Karl Marx para Friedrich Engels, 4 dez. 1863.

⁵⁴ Karl Marx para Friedrich Engels, 20 jan. 1864.

⁵⁵ Karl Marx para Friedrich Engels, 26 maio 1864.

escrever⁵⁶. E, duas semanas depois, esteve imobilizado por dez dias devido a uma séria lesão pustulenta em seu pênis. Só depois de um repouso com a família em Ramsgate, entre a última semana de julho e os dez primeiros dias de agosto, foi possível forçar-se a trabalhar. Ele começou o novo período de escrita com o Volume III: Parte Dois, “A conversão do lucro em lucro médio”, posteriormente, a Parte Um, “A conversão do mais-valor em lucro” (que foi concluída, provavelmente, entre o final de outubro e o início de novembro de 1864). Durante esse período, participou assiduamente das reuniões da Associação Internacional dos Trabalhadores, para a qual escreveu em outubro o discurso inaugural e os estatutos. Também nesse mês, escreveu a Carl Klings (1828 -?), um trabalhador metalúrgico de Solingen, que tinha sido membro da Liga dos Comunistas, e contou-lhe de seus vários percalços e o motivo da sua inevitável lentidão:

Fiquei doente durante o ano passado (sendo atingido por carbúnculos e furúnculos). Se não fosse por isso, meu trabalho sobre economia política, *O capital*, já teria saído. Espero que eu agora possa, finalmente, terminá-lo em alguns meses e dê à burguesia um golpe teórico do qual nunca se recuperará. (...) Você pode confiar, meu sempre leal defensor da classe trabalhadora. (MARX; ENGELS, 2010k, p. 4)⁵⁷

Retomando o trabalho depois de uma pausa para cumprir deveres com a Internacional, Marx escreveu a Parte Três do Volume III, intitulada “A lei da queda tendencial da taxa de lucro”. Este trabalho foi acompanhado de outro surto da sua doença. Em novembro, “outro carbúnculo apareceu abaixo de [seu] peito direito” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 12)⁵⁸, deixando-o de cama por uma semana e continuando a incomodá-lo quando se “inclinava para a frente para escrever” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 22)⁵⁹. No mês seguinte, temendo outro possível carbúnculo no lado direito, decidiu tratá-lo sozinho. Ele confiou a Engels que estava relutante em consultar o Dr. Allen, que não sabia sobre sua tentativa de tratamento prolongado com um remédio à base de arsênico e lhe daria uma “terrível reprimenda” por causa do “tratamento dos carbúnculos pelas suas costas” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 51)⁶⁰.

De janeiro a maio de 1865, Marx se dedicou ao Volume II. Os manuscritos foram divididos em três capítulos, que eventualmente se tornaram partes na versão que Engels publicou em 1885: 1) As metamorfoses do capital; 2) A reviravolta do capital; e 3) Circulação e reprodução. Nessas páginas, Marx desenvolveu novos conceitos e conectou algumas das teorias dos volumes I e III.

⁵⁶ Cf. Karl Marx para Friedrich Engels, 1 jul. 1864.

⁵⁷ Karl Marx para Carl Klings, 4 out. 1864.

⁵⁸ Karl Marx para Friedrich Engels, 4 nov. 1864.

⁵⁹ Karl Marx para Friedrich Engels, 14 nov. 1864.

⁶⁰ Karl Marx para Friedrich Engels, 2 dez. 1864.

Também no novo ano, contudo, o carbúnculo não parou de perseguir Marx e, em meados de fevereiro, houve outro surto da doença. Ele disse a Engels que, ao contrário do ano anterior, suas “faculdades não foram afetadas” e que estava “perfeitamente capaz de trabalhar” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 107)⁶¹. Mas tais previsões revelaram-se excessivamente otimistas: até o início de março, o “problema antigo [estava] atacando[-o] em vários lugares delicados e ‘alarmantes’, de modo que se sentar [era] difícil” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 115)⁶². Além dos “furúnculos”, que persistiram até meados do mês, a Internacional tomou uma “enorme quantidade de tempo”. Ainda assim, ele não parou de trabalhar no livro, mesmo que isto significasse que, às vezes, “não dormisse antes das quatro da manhã” (MARX; ENGELS, 2010k, pp. 129-30)⁶³.

Um último estímulo para completar logo as partes que faltavam foi o contrato da editora. Graças à intervenção de Wilhelm Strohn, um antigo camarada dos tempos de Liga dos Comunistas, Otto Meissner (1819-1902), enviou-lhe uma carta de Hamburgo, em 21 de março, que incluía um acordo para publicar “a obra *O capital*: contribuição para a crítica da economia política”. Deveria ter “aproximadamente 50 assinaturas⁶⁴ de comprimento [e ser] publicada em dois volumes” (MARX; ENGELS, 2010a, p. 361)⁶⁵.

O tempo era curto e, certa vez, no final de abril, Marx escreveu a Engels que se sentia “tão mole quanto um trapo molhado (...), em parte por trabalhar até tarde da noite (...), em parte pela porcaria diabólica [que ele estava] tomando” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 148)⁶⁶. Em meados de maio, “um carbúnculo horrível” apareceu no quadril esquerdo, “perto da parte inexprimível do corpo” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 158)⁶⁷. Uma semana depois, os furúnculos estavam “ainda lá”, embora, felizmente, “eles apenas perturba[ssem-no] localmente e não incomoda[ssem] o juízo”. Ele usou bem o tempo em que se encontrou “apto para o trabalho” e disse a Engels que estava “trabalhando como uma mula” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 159)⁶⁸.

Entre a última semana de maio e o final de junho, Marx compôs um breve texto chamado *Salário, preço e*

⁶¹ Karl Marx para Friedrich Engels, 25 fev. 1864.

⁶² Karl Marx para Friedrich Engels, 4 mar. 1865.

⁶³ Karl Marx para Friedrich Engels, 13 mar. 1865.

⁶⁴ Cinquenta assinaturas eram equivalentes a 800 páginas impressas.

⁶⁵ “*Agreement between Mr. Karl Marx and Mr. Otto Meissner, publisher and bookseller*” [Acordo entre o Sr. Karl Marx e o Sr. Otto Meissner, editor e distribuidor de livros].

⁶⁶ Karl Marx para Friedrich Engels, 22 abr. 1865.

⁶⁷ Karl Marx para Friedrich Engels, 13 maio 1865.

⁶⁸ Karl Marx para Friedrich Engels, 20 maio 1865.

*lucro*⁶⁹. Nele, contestou a tese de John Weston de que os aumentos salariais não seriam favoráveis à classe trabalhadora e que as demandas sindicais por salários mais elevados eram na verdade prejudiciais. Marx mostrou que, pelo contrário, “um aumento geral dos salários resultaria em uma queda na taxa geral de lucro, mas não afetaria os preços médios das mercadorias, ou seus valores” (MARX; ENGELS, 2010a, p. 144).

No mesmo período, Marx também escreveu a Parte Quatro do Volume III, intitulado-a “Transformação de capital-mercadoria e de capital monetário em capital de comércio de mercadorias e capital de comércio de dinheiro”. No final de julho de 1865, ele deu a Engels outro relatório do seu progresso:

Há mais três capítulos a serem escritos para completar a parte teórica (os primeiros três livros). Depois, ainda há o quarto livro, o histórico-literário, a ser escrito, que, em termos comparativos, será a parte mais fácil para mim, já que todos os problemas teriam sido resolvidos nos primeiros três livros, de modo que este último seja algo mais próximo de uma repetição em forma histórica. Mas eu não consigo me fazer entregar nada até que tenha tudo à minha frente. Quaisquer que sejam as deficiências que possam haver, a vantagem de meus escritos é que eles são um todo artístico, e isso só pode ser alcançado através da minha prática de nunca publicar as coisas até que eu as tenha em minha frente na sua totalidade. (MARX; ENGELS, 2010k, p. 173)⁷⁰

Quando desvios inevitáveis e uma série de eventos negativos o forçaram a reconsiderar seu método de trabalho, Marx se perguntou se não poderia ser mais útil primeiro produzir uma cópia acabada do Volume I, para que pudesse publicá-lo imediatamente ou, em vez disso, terminar de escrever todos os volumes que conformariam o trabalho. Em outra carta a Engels, disse que o “ponto em questão” era se deveria “fazer uma cópia final de parte do manuscrito e enviá-lo para o editor, ou terminar de escrever tudo primeiro”. Ele preferiu a última solução, mas assegurou ao amigo que seu trabalho nos outros volumes não seria desperdiçado:

[Sob as circunstâncias], o progresso foi tão rápido quanto poderia ser possível a qualquer um, mesmo sem nenhuma consideração artística. Além disso, como eu tenho um limite máximo de 60 folhas impressas⁷¹, é absolutamente essencial que eu tenha tudo à minha frente, para saber quanto tem de ser condensado e riscado, de modo que as seções individuais sejam

⁶⁹ Esse texto foi publicado em 1898 por Eleanor Marx como *Value, price and profit* [Valor, preço e lucro]. O título usual serviu de base para a tradução alemã que foi publicada no mesmo ano em *Die Neue Zeit* [O Novo Tempo].

⁷⁰ Karl Marx para Friedrich Engels, 31 jul. 1865.

⁷¹ O equivalente a 960 páginas. Posteriormente, Meissner assinalou sua abertura para modificar seu contrato com Marx. Cf. Karl Marx para Friedrich Engels, 13 abr. 1867 (MARX; ENGELS, 2010k, p. 357).

uniformemente equilibradas e na dimensão dos limites prescritos (MARX; ENGELS, 2010k, p. 175)⁷².

Marx confirmou que “não pouparia nenhum esforço para completar o mais rápido possível”; aquilo era um “fardo tenebroso” para ele. Impedia-o “de fazer qualquer outra coisa” e ele estava ansioso para tirá-lo do caminho antes de uma nova agitação política: “Eu sei que esse tempo não ficará parado para sempre como está agora.” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 175)⁷³

Embora tenha decidido avançar na conclusão do Volume I, Marx não queria abandonar o que havia feito no Volume III. Entre julho e dezembro de 1865, ele redigiu, embora de forma fragmentária, a Parte Cinco (“Divisão do lucro em ganho empresarial e juros. Capital portador de juros”), Parte Seis (“Transformação do lucro excedente em renda fundiária”) e Parte Sete (“Os rendimentos e suas fontes”)⁷⁴. A estrutura que Marx deu ao Volume III, entre o verão de 1864 e o final de 1865, foi, portanto, muito semelhante ao esquema de 12 pontos de janeiro de 1863, contido no Caderno XVIII dos manuscritos sobre teorias do mais-valor.

A ausência de dificuldades financeiras que permitiu a Marx avançar em seu trabalho não duraria muito; elas reapareceram após cerca de um ano, e sua saúde tornou a piorar no decorrer do verão. Além disso, seus deveres para com a Internacional foram particularmente intensos em setembro, em razão da sua primeira conferência, em Londres. Em outubro, Marx visitou Engels em Manchester e, quando voltou a Londres, teve de enfrentar os eventos mais terríveis: sua filha Laura ficou doente, o locador ameaçava novamente despejar sua família e enviar os oficiais de justiça e “cartas ameaçadoras” começaram a “sair pelo ladrão”. Sua esposa, Jenny, estava “tão desolada” que – como relatou a Engels – “não teve a coragem de explicar o verdadeiro estado de coisas a ela” e “realmente não sab[ia] o que fazer” (MARX; ENGELS, 2010k, pp. 193-94)⁷⁵. A única “boa notícia” foi a morte de uma tia de 73 anos em Frankfurt, de quem ele esperava receber uma pequena parcela da herança.

⁷² Karl Marx para Friedrich Engels, 5 ago. 1865.

⁷³ Karl Marx para Friedrich Engels, 5 ago. 1865.

⁷⁴ Essa divisão foi seguida por Engels quando publicou *O capital*, Volume III, em 1894. Cf. Carl-Erich Vollgraf, Jürgen Jungnickel e Stephen Naron (2002, pp. 35-78); e também o mais recente Carl-Erich Vollgraf (2013, pp. 113-33) e Regina Roth (2013, pp. 168-82 [Ed. bras: 2015]). Para uma avaliação crítica da edição de Engels, ver Michael Heinrich (1997, pp. 452-66). Um ponto de vista diferente está contido em: Michael R. Krätke (2017), especialmente o capítulo final “Gibt es ein Marx-Engels-Problem?”.

⁷⁵ Karl Marx para Friedrich Engels, 8 nov. 1865.

3. A conclusão do Volume I

No início de 1866, Marx lançou-se sobre o novo rascunho de *O capital*, Volume I. Em meados de janeiro, ele atualizou Wilhelm Liebknecht (1826-1900) sobre a situação: “Indisposição, (...) toda sorte de infelizes reveses, demandas feitas a mim pela Associação Internacional etc. têm confiscado todos os momentos livres que eu tenho para escrever a cópia final do meu manuscrito”. No entanto, pensava estar perto do fim e que seria “capaz de entregar o Volume I ao editor para publicação em março”. Ele acrescentou que seus “dois volumes aparecer[iam] simultaneamente” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 219)⁷⁶. Em outra carta, enviada no mesmo dia a Kugelmann, falou sobre estar “ocupado 12 horas por dia escrevendo a cópia final” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 221)⁷⁷, mas esperava levá-la ao editor em Hamburgo dentro de dois meses.

Contrariamente às suas previsões, no entanto, ele passaria o ano inteiro em luta contra os carbúnculos e seu agravado estado de saúde. No final de janeiro, sua esposa, Jenny, informou ao velho camarada de luta Johann Philipp Becker (1809-86) que seu marido havia “sido novamente derrubado pela sua antiga enfermidade, perigosa e extremamente dolorosa”. Desta vez, foi mais “angustiante” para ele, porque interrompeu “a cópia do livro que [tinha] apenas começado”. Em sua opinião, “essa nova erupção foi simples e unicamente devida ao excesso de trabalho e às longas horas sem dormir à noite” (MARX, 2010a, pp. 570-1)⁷⁸.

Poucos dias depois, Marx foi atingido pelo ataque mais virulento até então, correndo o risco de perder a vida. Quando se recuperou o suficiente para começar a escrever novamente, confidenciou a Engels:

Desta vez foi por um triz. Minha família não soube o quão grave era o caso. Se o problema se repete nesta forma três ou quatro vezes mais, eu serei um homem morto. Estou extraordinariamente consumido e ainda muito fraco, não na mente, mas em meus lombos e nas minhas pernas. Os médicos têm razão ao pensar que o trabalho excessivo durante a noite foi a principal causa dessa recaída. Mas eu não posso dizer a esses senhores os motivos que me *obrigam* à extravagância – nem haveria propósito fazê-lo. Neste momento, tenho todos os tipos de pequenas progênes sobre meu corpo, o que é doloroso, mas ao menos não mais perigoso. (MARX; ENGELS, 2010k, p. 223)⁷⁹

Apesar de tudo, os pensamentos de Marx ainda estavam dirigidos principalmente para a tarefa à frente dele:

⁷⁶ Karl Marx para Wilhelm Liebknecht, 15 jan. 1866.

⁷⁷ Karl Marx para Ludwig Kugelmann, 15 jan. 1866.

⁷⁸ Jenny Marx para Johann Philipp Becker, 29 jan. 1866.

⁷⁹ Karl Marx para Friedrich Engels, 10 fev. 1866.

O mais odioso para mim foi a interrupção do meu trabalho, que estava indo de modo esplêndido desde primeiro de janeiro, quando me recuperei da minha queixa hepática. Não havia nenhum problema em “sentar-me”, é claro (...). Eu era capaz de avançar, mesmo que fosse por curtos períodos do dia. Eu não poderia fazer nenhum progresso com a parte realmente teórica. Meu cérebro não estava preparado para isso. Portanto, elaborei a seção sobre a “Jornada de trabalho” do ponto de vista histórico, que não fazia parte do meu plano original. (MARX; ENGELS, 2010k, pp. 223-4)⁸⁰

Marx concluiu a carta com uma frase que resumiu bem esse período de sua vida: “Meu livro requer todo o meu tempo de escrita.” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 224)⁸¹ Isso foi ainda mais verdadeiro em 1866.

A situação estava agora preocupando seriamente Engels. Temendo o pior, ele interveio firmemente para persuadir Marx de que não poderia mais seguir no mesmo caminho:

Você realmente deve, por fim, fazer agora algo sensato para se livrar dessa bobagem de carbúnculo, mesmo que o livro seja atrasado por mais três meses. A coisa está realmente se tornando muito séria, e se, como você diz, seu cérebro não está à altura da parte teórica, então dê um pouco de descanso para a teoria mais elevada. Abra mão de trabalhar durante a noite por um tempo e leve uma vida muito mais normal. (MARX; ENGELS, 2010k, pp. 225-6)⁸²

Engels imediatamente consultou o Dr. Gumpert, que aconselhou outro ciclo de arsênico, mas também fez algumas sugestões sobre a conclusão de seu livro. Ele queria ter certeza de que Marx havia abandonado a ideia fora da realidade de escrever todo *O capital* antes de ser publicada qualquer parte. “Você não pode organizar as coisas”, perguntou ele, “para que pelo menos o primeiro volume seja enviado para impressão antes e o segundo alguns meses depois?”⁸³ Levando tudo em conta, ele terminou com uma observação sábia: “Qual seria o ganho nessas circunstâncias de ter talvez alguns capítulos do final do livro completos e nem sequer o primeiro volume em condições de ser impresso, caso os eventos nos surpreendam?” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 226)

Marx respondeu a cada um dos argumentos de Engels, alternando entre tons sérios e graciosos. No que dizia respeito ao arsênico, ele escreveu: “Diga ou escreva para Gumpert que me envie a receita com instruções de uso. Ele deve isso tão somente ao bem da ‘economia política’, ignorando a etiqueta profissional e me tratando de Manchester, eu confio

⁸⁰ Karl Marx para Friedrich Engels, 10 fev. 1866.

⁸¹ Karl Marx para Friedrich Engels, 10 fev. 1866.

⁸² Friedrich Engels para Karl Marx, 10 fev. 1866.

⁸³ Friedrich Engels para Karl Marx, 10 fev. 1866.

nele.” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 227)⁸⁴ Quanto aos seus planos de trabalho, escreveu:

No que diz respeito a este “maldito” livro, a posição agora é: estava pronto no final de dezembro. O tratado sobre a renda da terra sozinho, o penúltimo capítulo, na sua forma atual, é quase o suficiente para ser um livro em si mesmo⁸⁵. Eu tenho ido ao Museu durante o dia e escrito à noite. Eu tive de arar a nova química agrícola alemã, em particular Liebig e Schönbein, que é mais importante para este assunto do que todos os economistas reunidos, bem como a enorme quantidade de material que os franceses produziram desde a última vez que lidei com esse ponto. Concluí minha investigação teórica sobre a renda da terra há dois anos. E muito se avançou, especialmente, no período posterior, confirmando incidentalmente toda a minha teoria. Além da abertura do Japão (em geral, eu não leio livros de viagem se não estou profissionalmente obrigado). Então, aqui estava a “mudança de sistema”, como foi aplicada por aqueles vira-latas dos fabricantes ingleses a uma e às mesmas pessoas em 1848-50, sendo aplicado por mim para mim. (MARX; ENGELS, 2010k, p. 227)⁸⁶

Estudos diurnos na biblioteca para se manter atento às últimas descobertas e trabalho noturno em seu manuscrito: esta foi a rotina punitiva a que Marx se submeteu em um esforço para usar todas as suas energias na conclusão do livro. Sobre a tarefa principal, escreveu a Engels: “Embora pronto, o manuscrito, que na sua forma atual é gigantesco, não é adequado para ser publicado por ninguém além de mim mesmo, nem sequer você.” Deu então uma ideia sobre as semanas precedentes:

Eu comecei a copiar e a polir o estilo pontualmente em primeiro de janeiro, e tudo fluiu, já que eu naturalmente me divirto em lambar o bebê para limpá-lo após as longas dores do parto. Mas então o carbúnculo interveio novamente, de modo que, desde então, não consegui fazer mais progresso, apenas preencher com mais fatos as seções que estavam, de acordo com o plano, já terminadas. (MARX; ENGELS, 2010k, p. 227)⁸⁷

No final das contas, ele aceitou o conselho de Engels para desdobrar o planejamento de publicação: “Concordo com você e entrego o primeiro volume a Meissner assim que estiver pronto.” “Mas”, acrescentou, “para concluí-lo, tenho de primeiro poder me sentar.” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 227)⁸⁸

Em verdade, a saúde de Marx continuava a deteriorar-se. No final de fevereiro, dois grandes carbúnculos apareceram em seu corpo, e ele

⁸⁴ Karl Marx para Friedrich Engels, 13 fev. 1866.

⁸⁵ Marx depois inseriu a seção sobre renda da terra na Parte Seis do Volume III: “Transformação do lucro excedente em renda fundiária”.

⁸⁶ Karl Marx para Friedrich Engels, 13 fev. 1866.

⁸⁷ Karl Marx para Friedrich Engels, 13 fev. 1866.

⁸⁸ Karl Marx para Friedrich Engels, 13 fev. 1866.

tentou tratá-los sozinho. Disse a Engels que usou uma “lâmina afiada” para se livrar do “mais alto”, lancinando “o vira-lata” sozinho. “O sangue infectado (...) jorrava, ou melhor, saltava no ar”, e a partir daí pensou que o carbúnculo estivesse “sepultado”, embora precisasse de “algum cuidado”. Quanto ao “mais baixo”, escreveu: “Está se tornando maligno e ficando além do meu controle. (...) Se esse negócio diabólico avança, eu terei de mandar buscar Allen, é claro, porque, devido ao local, não posso vê-lo e curá-lo sozinho.” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 231)⁸⁹

Após esse relato angustiante, Engels repreendeu seu amigo mais severamente do que nunca: “Ninguém pode suportar uma sucessão tão crônica de carbúnculos por muito tempo, além do que, você pode eventualmente obter um que se torne tão agudo que seja o seu fim. E onde estarão seu livro e sua família então?” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 233)⁹⁰ Para dar um pouco de alívio a Marx, ele disse que estava preparado para fazer qualquer sacrifício financeiro. Implorando-lhe que fosse “sensato”, sugeriu um período de descanso total:

Faça o único favor de curar-se, por mim e sua família. O que seria de todo o movimento se alguma coisa acontecesse a você, e da maneira como você está procedendo, esse será o resultado inevitável. Eu realmente não terei paz nenhum dia ou noite até que o tenha convencido desse objetivo, e cada dia que passa sem que ouça notícias suas, eu me preocupo e imagino que você esteja ainda pior. *Nota bene*. Você nunca mais deve deixar as coisas chegarem a tal ponto que um carbúnculo que realmente deveria ser lancetado não é lancetado. Isso é extremamente perigoso. (MARX; ENGELS, 2010k, pp. 233-4)⁹¹

Finalmente, Marx se deixou persuadir a fazer uma pausa do trabalho. Em 15 de março, viajou para Margate, uma estância balneária em Kent, e no décimo dia enviou um relatório sobre si:

Não estou lendo nada, não estou escrevendo nada. O simples fato de ter de tomar o arsênico três vezes ao dia obriga a organizar o tempo para as refeições e para passear. (...) No que diz respeito à vida social aqui, ela não existe, é claro. Eu posso cantar com o *Miller of the Dee*⁹²: “Não me importo com ninguém e ninguém se importa comigo.” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 249)⁹³

No início de abril, Marx disse a seu amigo Kugelman que estava “recuperadíssimo”. Mas se queixou que, devido à interrupção, “outros dois meses ou mais” tinham sido completamente perdidos, e a conclusão de seu

⁸⁹ Karl Marx para Friedrich Engels, 20 fev. 1866.

⁹⁰ Friedrich Engels para Karl Marx, 22 fev. 1866.

⁹¹ Friedrich Engels para Karl Marx, 22 fev. 1866.

⁹² Uma canção tradicional do folclore inglês.

⁹³ Karl Marx para Friedrich Engels, 24 mar. 1866.

livro “atrasava mais uma vez” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 262)⁹⁴. Depois de retornar a Londres, permaneceu paralisado por mais algumas semanas devido a um ataque de reumatismo e outros problemas; seu corpo ainda estava exausto e vulnerável. Embora tenha relatado a Engels no início de junho que, “felizmente, não houve recorrência de nada relacionado aos carbúnculos” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 281)⁹⁵, estava infeliz porque seu trabalho vinha “progredindo mal devido a fatores puramente físicos” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 282)⁹⁶.

Em julho, Marx teve de enfrentar aqueles que se tornaram seus três inimigos habituais: o *periculum in mora* (perigo da demora) de Tito Lívio, na forma do aluguel atrasado; os carbúnculos, com uma nova ferida pronta para surgir; e um fígado enfermo. Em agosto, assegurou a Engels que, embora sua saúde “oscila[sse] de um dia para o outro”, ele se sentia em geral melhor: afinal, “a sensação de estar apto a trabalhar novamente faz muito bem para um homem” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 303)⁹⁷. Estava “ameaçado por um novo carbúnculo aqui e ali”, e, embora “seguissem desaparecendo” sem a necessidade de uma intervenção de urgência, obrigavam-no a manter suas “horas de trabalho muito estritas” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 311)⁹⁸. No mesmo dia, escreveu a Kugelmann: “Não acho que seja capaz de entregar o manuscrito do primeiro volume (ele agora cresceu para três volumes) em Hamburgo antes de outubro. Eu só posso trabalhar de forma produtiva por poucas horas diárias sem sentir imediatamente os efeitos físicos.” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 312)⁹⁹

Também desta vez, Marx estava sendo excessivamente otimista. O fluxo constante de fenômenos negativos, aos quais estava diariamente exposto na luta para sobreviver, mais uma vez provou ser um obstáculo para a conclusão do seu texto. Além disso, ele tinha de gastar um tempo precioso procurando maneiras de extrair pequenas somas de dinheiro da casa de penhores e escapar do tortuoso ciclo de notas promissórias no qual havia caído.

Escrevendo a Kugelmann em meados de outubro, Marx expressou o temor de que, como resultado de sua longa doença e de todas as despesas que ela implicou, ele não mais pudesse “manter os credores a distância”, e o teto estava “prestes a ruir sobre [sua] cabeça” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 328)¹⁰⁰. Nem sequer em outubro, portanto, foi possível que ele desse os toques finais ao manuscrito. Ao descrever o estado das coisas a seu amigo

⁹⁴ Karl Marx para Ludwig Kugelmann, 6 abr. 1866.

⁹⁵ Karl Marx para Friedrich Engels, 7 jun. 1866.

⁹⁶ Karl Marx para Friedrich Engels, 9 jun. 1866.

⁹⁷ Karl Marx para Friedrich Engels, 7 ago. 1866.

⁹⁸ Karl Marx para Friedrich Engels, 23 ago. 1866.

⁹⁹ Karl Marx para Ludwig Kugelmann, 23 ago. 1866.

¹⁰⁰ Karl Marx para Ludwig Kugelmann, 13 out. 1866.

em Hannover, e explicando os motivos da demora, Marx definiu o plano que agora tinha em mente:

Minhas circunstâncias (intermináveis interrupções, tanto físicas como sociais) me obrigam a publicar primeiro o Volume I, não ambos os volumes juntos, como eu pretendia originalmente. E agora haverá provavelmente três volumes. O trabalho todo está dividido nas seguintes partes:

Livro I. O processo de produção do capital.

Livro II. O processo de circulação do capital.

Livro III. Estrutura do processo como um todo.

Livro IV. Sobre a história da teoria.

O primeiro volume incluirá os primeiros dois livros. O terceiro livro, creio, enche o segundo volume, o quarto o terceiro. (MARX; ENGELS, 2010k, p. 328)¹⁰¹

Revisando o trabalho que fez desde a *Contribuição para a crítica da economia política*, que foi publicado em 1859, Marx continuou:

Era, na minha opinião, necessário começar de novo desde o início o primeiro livro, ou seja, resumir o meu livro, publicado por Duncker, em um capítulo sobre mercadoria e dinheiro. Eu julguei que isso fosse necessário, não apenas por causa da completude, mas porque mesmo as pessoas inteligentes não entenderam adequadamente a questão, em outras palavras, deve ter havido defeitos na primeira apresentação, especialmente na análise da mercadoria. (MARX; ENGELS, 2010k, pp. 328-9)¹⁰²

A pobreza extrema também marcou o mês de novembro. Referindo-se a um terrível cotidiano que não permitia nenhum período de descanso, Marx escreveu a Engels: “Não só o meu trabalho foi frequentemente interrompido por tudo isso, como tentando compensar à noite o tempo perdido durante o dia adquiri um belo carbúnculo próximo ao meu pênis.” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 331)¹⁰³ Mas ele estava desejoso por apontar que “nesse verão e outono, não foi em verdade a teoria que causou o atraso, mas [a sua] condição física e civil”. Se tivesse estado em boa saúde, teria sido capaz de completar o trabalho. Ele lembrou a Engels que fazia três anos desde que “o primeiro carbúnculo fora removido” – anos em que ele teve “apenas curtos períodos” de alívio (MARX; ENGELS, 2010k, p. 332)¹⁰⁴. Além disso, tendo sido forçado a gastar tanto tempo e energia na luta diária contra a pobreza, observou em dezembro: “Apenas lamento que pessoas físicas não possam apresentar suas contas ao tribunal de falências com os mesmos direitos que os homens de negócios.”

¹⁰¹ Karl Marx para Ludwig Kugelmann, 13 out. 1866.

¹⁰² Karl Marx para Ludwig Kugelmann, 13 out. 1866.

¹⁰³ Karl Marx para Friedrich Engels, 8 nov. 1866.

¹⁰⁴ Karl Marx para Friedrich Engels, 10 nov. 1866.

A situação não mudou durante o inverno e, no final de fevereiro de 1867, Marx escreveu a seu amigo em Manchester (que nunca deixou de mandar o que pudesse): “Um armazém enviará os oficiais de justiça no sábado (depois de amanhã) se eu não pagar pelo menos £ 5. (...) O trabalho em breve estará completo, e teria sido hoje se eu estivesse sujeito nos últimos tempos a menos assédio.” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 347)¹⁰⁵

No final de fevereiro de 1867, Marx finalmente conseguiu dar a Engels a tão esperada notícia de que o livro estava concluído. Agora ele tinha de levá-lo para a Alemanha, e mais uma vez foi obrigado a recorrer a seu amigo para que pudesse resgatar suas “roupas e relógio da estada na casa de penhor” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 351)¹⁰⁶; caso contrário, não poderia partir.

Tendo chegado a Hamburgo, Marx discutiu com Engels o novo plano proposto por Meissner:

Ele agora quer que o livro seja publicado em três volumes. Em particular, ele se opõe à compressão do livro final (a parte histórico-literária) como eu pretendia. Ele disse que, do ponto de vista editorial, (...) esta era a parte para a qual estava reservando maior espaço. Eu disse a ele que, no que diz respeito a isso, eu estava ao seu comando. (MARX; ENGELS, 2010k, p. 357)¹⁰⁷

Poucos dias depois, deu um informe similar a Becker:

Todo o trabalho será publicado em três volumes. O título é *O capital*: crítica da economia política. O primeiro volume compreende o primeiro livro: “O processo de produção do capital”. É sem sombra de dúvida o mais terrível míssil que já foi lançado sobre as cabeças da burguesia (proprietários fundiários inclusos). (MARX; ENGELS, 2010k, p. 358)¹⁰⁸

Depois de alguns dias em Hamburgo, Marx seguiu viagem para Hannover. Ficou lá como convidado de Kugelmann, que finalmente o conheceu depois de anos de relações puramente epistolares. Marx permaneceu lá para o caso de Meissner querer que ele ajudasse com a leitura das provas. Escreveu a Engels que sua saúde estava “extraordinariamente melhor”. Não havia “nenhum vestígio da antiga queixa” ou seu “problema do fígado”, e que “ainda por cima, [ele estava] de bom humor” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 361)¹⁰⁹. Seu amigo respondeu de Manchester:

Eu sempre tive a sensação de que aquele maldito livro, que você carregou durante tanto tempo, era o fundamento de todo o seu infortúnio, e você nunca iria nem poderia se livrar até que o

¹⁰⁵ Karl Marx para Friedrich Engels, 21 fev. 1867.

¹⁰⁶ Karl Marx para Friedrich Engels, 2 abr. 1867.

¹⁰⁷ Karl Marx para Friedrich Engels, 13 abr. 1867.

¹⁰⁸ Karl Mark para Johann Philipp Becker, 17 abr. 1867.

¹⁰⁹ Karl Marx para Friedrich Engels, 24 abr. 1867.

tirasse de suas costas. Resistir eternamente a concluí-lo estava levando você física, mental e financeiramente ao chão, e eu posso muito bem entender como, depois de ter acordado deste pesadelo, você agora é um homem novo. (MARX; ENGELS, 2010k, p. 362)¹¹⁰

Marx queria informar aos outros sobre a próxima publicação do seu trabalho. Para Sigfrid Meyer (1840-72), membro socialista alemão da Internacional que atuava na organização do movimento operário em Nova York, escreveu: “O Volume I compreende o processo de produção do capital. (...) O Volume II contém a continuação e conclusão da teoria, o Volume III, a história da economia política a partir de meados do século XVII.” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 367)¹¹¹

Em meados de junho, Engels se envolveu na correção do texto para publicação. Ele pensou que, em comparação com a *Contribuição para a crítica da economia política* de 1859, “a dialética do argumento tinha sido muito afiada” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 381)¹¹². Marx foi encorajado por essa aprovação: “O fato de você estar satisfeito com isso até agora é mais importante para mim do que qualquer coisa que o resto do mundo possa dizer.” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 383)¹¹³ No entanto, Engels observou que sua exposição da forma do valor era excessivamente abstrata e insuficientemente clara para o leitor médio; também lamentou que precisamente esta importante seção tivesse “as marcas dos carbúnculos mais firmemente estampadas” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 380)¹¹⁴. Em resposta, Marx fulminou contra a causa de seus tormentos físicos – “Espero que a burguesia se lembre dos meus carbúnculos até o dia de sua morte” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 383)¹¹⁵ – e se convenceu da necessidade de um apêndice que apresentasse sua concepção da forma do valor de um modo mais popular. Este complemento de 20 páginas foi concluído no final de junho.

Marx completou as correções da prova às duas horas da manhã em 1 de agosto de 1867. Poucos minutos depois, escreveu para seu amigo em Manchester: “Caro Fred, acabei de corrigir a última folha (...). Então, este volume está concluído. Eu devo apenas a você que isso tenha sido possível! (...) Eu te abraço completamente agradecido.” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 405)¹¹⁶ Poucos dias depois, em outra carta a Engels, ele resumiu o que considerava os dois pilares principais do livro: “1. (isto é fundamental para toda a compreensão dos fatos) o duplo caráter do trabalho conforme se

¹¹⁰ Friedrich Engels para Karl Marx, 27 abr. 1867.

¹¹¹ Karl Marx para Sigfrid Meyer, 30 abr. 1867.

¹¹² Friedrich Engels para Karl Marx, 16 jun. 1867.

¹¹³ Karl Marx para Friedrich Engels, 22 jun. 1867.

¹¹⁴ Friedrich Engels para Karl Marx, 16 jun. 1867.

¹¹⁵ Karl Marx para Friedrich Engels, 22 jun. 1867.

¹¹⁶ Karl Marx para Friedrich Engels, 24 ago. 1867.

expressa em valor de uso ou valor de troca, que é trazido logo no primeiro capítulo; 2. O tratamento do mais-valor independentemente de suas formas particulares, como lucro, juros, renda da terra etc.” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 407)¹¹⁷.

O *capital* foi colocado à venda em 11 de setembro de 1867 (cf. MARX, 1983, p. 674). Seguindo as modificações finais, o índice dos conteúdos foi o seguinte:

Prefácio

1. Mercadoria e dinheiro
 2. A transformação do dinheiro em capital
 3. A produção do mais-valor absoluto
 4. A produção do mais-valor relativo
 5. Pesquisas mais aprofundadas sobre a produção do mais-valor absoluto e relativo
 6. O processo de acumulação de capital
- Apêndice à Parte I, 1: A forma do valor. (MARX, 1983, pp. 9-10)

Apesar do longo processo de correção e da adição final, a estrutura do trabalho seria amplamente expandida nos próximos anos e várias modificações adicionais seriam feitas no texto. Por conseguinte, mesmo após sua publicação, o volume continuou a absorver energias significativas por parte de Marx.

4. Em busca da versão definitiva

Em outubro de 1867, Marx voltou ao Volume II. Mas isso trouxe uma repetição de suas queixas médicas: dores no fígado, insônia e florescimento de “dois pequenos carbúnculos perto do *membrum*”. Nem as “incursões de fora” nem os “agravamentos da vida doméstica” o deixaram; havia certa amargura em sua sábia observação a Engels de que “minha doença sempre se origina na mente” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 453)¹¹⁸. Como sempre, seu amigo ajudou e enviou todo o dinheiro que podia, juntamente com a esperança de que “afastasse os carbúnculos” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 457)¹¹⁹. Não foi o que aconteceu e, no final de novembro, Marx escreveu para dizer: “O estado da minha saúde piorou muito, e praticamente não é possível trabalhar.” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 477)¹²⁰

O novo ano, 1868, começou muito parecido ao modo como o antigo terminara. Durante as primeiras semanas de janeiro, Marx nem sequer conseguia responder a sua correspondência. Sua esposa, Jenny, confiou a Becker que seu “pobre marido tinha sido novamente acamado e tinha

¹¹⁷ Karl Marx para Friedrich Engels, 24 ago. 1867.

¹¹⁸ Karl Marx para Friedrich Engels, 19 out. 1867.

¹¹⁹ Friedrich Engels para Karl Marx, 22 out. 1867.

¹²⁰ Karl Marx para Friedrich Engels, 27 nov. 1867.

mãos e pés atados por sua antiga, séria e dolorosa queixa, que [estava] se tornando perigosa devido à sua constante recorrência” (MARX, 2010b, p. 580)¹²¹. Alguns dias depois, sua filha Laura relatou a Engels: “o Mouro é mais uma vez vítima de seus antigos inimigos, os carbúnculos e, pela chegada do último, sente-se muito desconfortável numa postura sentada” (MARX, 2010, p. 583)¹²². Marx começou a escrever novamente apenas no final do mês, quando disse a Engels que “durante 2-3 semanas” ele “não faria absolutamente nenhum trabalho”. “Seria terrível”, acrescentou, “se um terceiro monstro irrompesse.” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 528)¹²³

O estado de saúde de Marx continuou a oscilar. No final de março, ele informou a Engels que a situação era tal que deveria “realmente desistir inteiramente de trabalhar e pensar por algum tempo”. Mas acrescentou que isso seria “difícil” para ele, mesmo que tivesse “os meios para ficar à toa” (MARX; ENGELS, 2010k, p. 557)¹²⁴. A nova interrupção ocorreu exatamente quando estava recomeçando o trabalho na segunda versão do Volume II – depois de um hiato de quase três anos, desde a primeira metade de 1865. Ele completou os dois primeiros capítulos no decorrer da primavera (Cf. MARX, 2008, pp. 1-339), além de um grupo de manuscritos preparatórios – sobre a relação entre o mais-valor e a taxa de lucro, a lei da taxa de lucro e as metamorfoses do capital – que o ocuparam até o final de 1868¹²⁵.

No final de abril de 1868, Marx enviou a Engels um novo esquema para seu trabalho, com particular referência ao “modo pelo qual a taxa de lucro se desenvolve”¹²⁶. Na mesma carta, deixou claro que o Volume II apresentaria o “processo de circulação do capital com base nas premissas desenvolvidas” no Volume I. Ele pretendia estabelecer, de forma tão satisfatória quanto possível, as “determinações formais” do capital fixo, capital circulante e volume de negócios do capital – e, portanto, investigar “a intercalação social dos diferentes capitais, partes de capital e de receita (= d)”. O Volume III seria então “a conversão do valor excedente em suas diferentes formas e partes separadas” (MARX; ENGELS, 2010l, p. 21)¹²⁷.

Em maio, no entanto, os problemas de saúde voltaram e, depois de um período de silêncio, Marx explicou a Engels que “dois carbúnculos no escroto talvez deixassem mesmo Sulla rabugento” (MARX; ENGELS,

¹²¹ Jenny Marx para Johann Philipp Becker, após 10 jan. 1868.

¹²² Laura Marx para Friedrich Engels, 13 jan. 1868.

¹²³ Karl Marx para Friedrich Engels, 25 jan. 1868.

¹²⁴ Karl Marx para Friedrich Engels, 25 mar. 1868.

¹²⁵ Esses textos foram recentemente publicados (MARX, 2012, pp. 78-234; 285-363). A última parte constitui o Manuscrito IV do Volume II e contém novas versões da Parte Um, “A circulação do capital”, e Parte Dois, “As metamorfoses do capital”.

¹²⁶ Karl Marx para Friedrich Engels, 30 abr. 1868.

¹²⁷ Karl Marx para Friedrich Engels, 30 abr. 1868.

2010l, p. 35)¹²⁸. Na segunda semana de agosto, ele contou a Kugelmann da sua esperança de terminar todo o trabalho “no final de setembro de 1869” (MARX; ENGELS, 2010l, p. 82)¹²⁹. Mas o outono trouxe um surto de carbúnculos e, na primavera de 1869, quando Marx ainda estava trabalhando no terceiro capítulo do Volume II¹³⁰, seu fígado também piorou mais uma vez. Os seus infortúnios continuaram nos anos seguintes com uma regularidade incômoda e impediram-no para sempre de completar o Volume II.

Havia também razões teóricas para o atraso. Desde o outono de 1868 até a primavera de 1869, determinado a dar conta dos últimos desenvolvimentos do capitalismo, Marx compilou copiosos trechos de textos sobre os mercados financeiros e monetários que apareceram em *The Money Market Review*, *The Economist* e publicações similares¹³¹. Além disso, no outono de 1869, tendo tomado conhecimento de literatura nova (na realidade, insignificante) sobre mudanças na Rússia, decidiu aprender russo para que pudesse estudar o assunto por si mesmo. Ele perseguiu esse novo interesse com seu rigor habitual e, no início de 1870, Jenny disse a Engels que, “em vez de cuidar de si [ele havia começado] a estudar martelos e pinças russas, saía raramente, comia com pouca frequência e mostrou o carbúnculo sob o braço apenas quando já estava muito inchado e tinha endurecido” (MARX, 2010c, p. 551)¹³². Engels se apressou em escrever para o amigo, tentando convencê-lo de que “no interesse do Volume II” ele precisava de “uma mudança de estilo de vida”; caso contrário, se houvesse “repetição constante de tais suspensões”, ele nunca terminaria o livro (MARX; ENGELS, 2010l, p. 408)¹³³.

A previsão foi certa. No início do verão, resumindo o que aconteceu nos meses anteriores, Marx disse a Kugelmann que seu trabalho tinha sido “aguentar a doença durante todo o inverno” e que “acho[u] necessário melhorar [o seu] russo, pois, ao lidar com a questão da terra, isso se tornou essencial para estudar as relações de propriedade das terras russas a partir de fontes primárias” (MARX; ENGELS, 2010l, p. 528)¹³⁴.

Depois de todas as interrupções e de um período de intensa atividade política junto da Internacional, após o nascimento da Comuna de Paris, Marx voltou-se para uma nova edição do Volume I. Insatisfeito com a maneira como expusera a teoria do valor, ele passou dezembro de 1871 e janeiro de 1872 reescrevendo o apêndice de 1867, o que levou a reescrever

¹²⁸ Karl Marx para Friedrich Engels, 16 maio 1868.

¹²⁹ Karl Marx para Ludwig Kugelmann, 10 ago. 1868.

¹³⁰ Cf. Marx (2008, pp. 340-522).

¹³¹ Ainda não publicadas, essas notas estão incluídas nos cadernos do IISH, Marx-Engels Papers, B 108, B 109, B 113 e B 114.

¹³² Jenny Marx para Friedrich Engels, por volta de 17 jan. 1870.

¹³³ Friedrich Engels para Karl Marx, 19 jan. 1870.

¹³⁴ Karl Marx para Ludwig Kugelmann, 27 jun. 1870.

o primeiro capítulo em si (cf. MARX, 1983, pp. 1-55). Nesta ocasião, além de um pequeno número de adições, também modificou toda a estrutura do livro¹³⁵.

Correções e reformulações também afetaram a tradução francesa. A partir de março de 1872, Marx teve de trabalhar na correção dos rascunhos que foram impressos em fascículos entre 1872 e 1875 (cf. MARX, 1989). Ao longo das revisões, ele decidiu fazer mais mudanças no texto básico, principalmente na seção sobre acumulação de capital. No *postscriptum* da edição francesa, não hesitou em atribuir-lhes “um valor científico independente do original” (MARX; ENGELS, 2010g, p. 24).

Embora o ritmo tenha sido menos intenso do que antes – por causa do estado precário de sua saúde e porque ele precisava ampliar seu conhecimento em algumas áreas –, Marx continuou a trabalhar em *O capital* durante os últimos anos de sua vida. Em 1875, escreveu outro manuscrito para o Volume III, intitulado “Relação entre taxa de valor excedente e taxa de lucro desenvolvida matematicamente” (cf. MARX, 2003, pp. 19-150) e, entre outubro de 1876 e início de 1881, preparou novos rascunhos de seções do Volume II (cf. MARX, 2008, pp. 525-828). Algumas de suas cartas indicam que, se tivesse sido capaz de alimentar os resultados de sua incessante pesquisa, ele teria atualizado o Volume I também (MARX; ENGELS, 2010m, p.161)¹³⁶.

O espírito crítico com o qual Marx compôs seu *magnum opus* revela quão distante ele estava do autor dogmático que a maioria de seus adversários e muitos autodeclarados discípulos apresentaram ao mundo. Apesar de permanecer inacabado¹³⁷, aqueles que hoje queiram usar conceitos teóricos essenciais para a crítica do modo de produção capitalista ainda não podem dispensar a leitura de *O capital* de Marx.

Referências bibliográficas

HAPPLE, Rudolf; KOENIG, Arne. A lesson to be learned from Karl Marx: smoking triggers hidradenitis suppurativa. *British Journal of Dermatology*, v. 159, n. 1, pp. 255-6, 2008.

¹³⁵ Em 1867, Marx dividiu o livro em capítulos. Em 1872, eles se tornaram seções, cada uma com subdivisões muito mais detalhadas.

¹³⁶ Karl Marx para Nikolai Danielson, 13 dez. 1881.

¹³⁷ O trabalho editorial que Engels assumiu para preparar as partes inconclusas de *O capital* para a publicação após a morte de seu amigo foi extremamente complexo. Deve-se ter em mente que o texto em questão foi preparado com base em material incompleto e muitas vezes heterogêneo, escrito por Marx em distintos períodos de sua vida, alguns dos quais continham observações diferentes de outras encontradas em outras partes de *O capital*. Ainda assim, Engels publicou o Volume II em 1885 e o Volume III em 1894.

HEINRICH, Michael. Engels' edition of the third volume of *Capital* and Marx's original manuscript. *Science & Society*, v. 60, n. 4, pp. 452-66, 1997.

_____. "Reconstruction or deconstruction? Methodological controversies about value and capital, and new insights from the critical edition". In: BELLOFIORE, Riccardo; FINESCHI, Roberto (Org.). *Re-reading Marx: new perspectives after the critical edition*. Basingstoke: Palgrave-Macmillan, 2009, p. 80.

_____. "Entstehungs- und Auflösungsgeschichte des Marxschen *Kapital*". In: BONEFELD, Werner; HEINRICH, Michael (Org.). *Kapital & Kritik*. Nach der 'neuen' Marx-Lektüre. Hamburg: VSA, 2011, pp. 176-9.

KRÄTKE, Michael R. *Kritik der politischen Ökonomie Heute*. Hamburg: VSA, 2017.

MARX, Jenny. *Gespräche mit Marx und Engels*. Edited by Hans Magnus Enzensberger. Frankfurt/Main: Insel Verlag, 1973, p. 288.

_____. "Jenny Marx to Engels. About 17 January 1870". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. 43. Londres: Lawrence & Wishart, 2010c, pp. 550-1. [Electric Book]

_____. "Jenny Marx to Johann Philipp Becker. 29 January 1866". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. 42. Londres: Lawrence & Wishart, 2010a, pp. 568-71. [Electric Book]

_____. "Jenny Marx to Johann Philipp Becker. After 10 January 1868". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. 42. Londres: Lawrence & Wishart, 2010b, pp. 580-2. [Electric Book]

MARX, Karl. *Das Kapital*. Kritik der Politischen Ökonomie [Erster Band, Hamburg 1867]. In.: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Gesamtausgabe*. Berlin: Dietz, 1983, v. II/5.

_____. *Grundrisse: foundations of the critique of political economy (draft)*. Londres: Penguin Books, 1993.

_____. *Manuskripte über die polnische Frage (1863-1864)*. S-Gravenhage: Mouton, 1961.

_____. "Manuskripte und redaktionelle Texte zum dritten Buch des 'Kapitals' 1871 bis 1895". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Gesamtausgabe* v. II/14. Berlin: Akademie, 2003.

_____. "Manuskripte zum zweiten Buch des 'Kapitals' 1868 bis 1881". In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Gesamtausgabe* v. II/11. Berlin: De Gruyter, 2008.

_____. *Marx's Economic Manuscript of 1864-1865*. Translated by Bem Fowkes; edited and with an introduction by Fred Moseley. Leiden: Brill, 2015.

_____. "Ökonomische Manuskripte 1863–1868". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Gesamtausgabe* v. II/4.3. Berlin: Akademie, 2012.

_____. "Zur Kritik der politischen Ökonomie (Manuskript 1861-1863)". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Gesamtausgabe* v. II/3.5. Berlin: Dietz, 1980.

_____. "Le capital, Paris 1872–1875". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Gesamtausgabe* v. II/7. Berlin: Dietz, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Gesamtausgabe* v. II/3.1. Berlin: Dietz, 1976.

_____; _____. *Gesamtausgabe* v. IV/14. Berlin: De Gruyter, 2017.

_____; _____. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. XX. Londres: Lawrence & Wishart, 2010a. [Electric Book]

_____; _____. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. XIX. Londres: Lawrence & Wishart, 2010b. [Electric Book]

_____; _____. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. XXX. London: Lawrence & Wishart, 2010c. [Electric Book]

_____; _____. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. XXXI. Londres: Lawrence & Wishart, 2010d. [Electric Book]

_____; _____. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. XXXII. Londres: Lawrence & Wishart, 2010e. [Electric Book]

_____; _____. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. XXIII. Londres: Lawrence & Wishart, 2010f. [Electric Book]

_____; _____. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. XXXV. Londres: Lawrence & Wishart, 2010g. [Electric Book]

_____; _____. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. XXXVI. London: Lawrence & Wishart, 2010h. [Electric Book]

_____; _____. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. XL. Londres: Lawrence & Wishart, 2010i. [Electric Book]

_____; _____. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. XLI. Londres: Lawrence & Wishart, 2010j. [Electric Book.]

_____; _____. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. XLII. Londres: Lawrence & Wishart, 2010k. [Electric Book]

_____; _____. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. XLIII. Londres: Lawrence & Wishart, 2010l. [Electric Book]

_____; _____. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. XLVI. Londres: Lawrence & Wishart, 2010m. [Electric Book]

MARX, Laura. "Laura Marx to Engels. 13 January 1868". In.: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works* v. XLII. Londres: Lawrence & Wishart, 2010, pp. 583-6. [Electric Book]

ROSDOLSKY, Roman. *The making of Marx's Capital*. Londres: Pluto, 1977, pp. 1-62.

ROTH, Regina. Die Herausgabe von Band 2 und 3 des *Kapital* durch Engels. *Marx-Engels Jahrbuch*, v. 2012/13, 2013, pp. 168-82. [Ed. bras.: A publicação dos livros II e III d'O *capital* por Engels. Trad. Leonardo Gomes de Deus. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 20, pp. 207-15, out. 2015. Disponível em: <<http://verinotio.org/conteudo/0.32662100189051.pdf>>, acessado em 7 abr. 2018.]

RUBEL, Maximilien. *Marx critique du marxisme*. Paris: Payot, 1974.

SHUSTER, Sam. The nature and consequence of Karl Marx's skin disease. *British Journal of Dermatology*, v. 158, n. 1, pp. 1-3, 2008.

VOLLGRAF, Carl-Erich. *Das Kapital – bis zuletzt ein “Werk im Werden”*. *Marx-Engels Jahrbuch*, v. 2012/13, pp. 113-33, 2013.

_____; JUNGnickel, Jürgen; NARON, Stephen. Marx in Marx's words? On Engels' edition of the main manuscript of Volume III of *Capital*. *International Journal of Political Economy*, v. 32, n. 1, pp. 35-78, 2002.

Como citar:

MUSTO, Marcello. A escrita de *O capital*: gênese e estrutura da crítica de Marx à economia política. Trad. Murilo Leite Pereira Neto e Carolina Peters. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 23-57, abr./2018.

Data de envio: 28/2/2018

Data de aceite: 30/3/2018

Alienação do trabalho em Marx: dos *Manuscritos de 1844* a *O capital*¹

Mônica Hallak²

Resumo:

Neste artigo pretende-se resgatar as reflexões de Marx acerca da alienação do trabalho presentes de forma desenvolvida nas análises de *O capital*, a partir da prospecção dos caminhos da mercadoria, e em expressões incipientes em escritos anteriores, notadamente nos *Manuscritos de 1844*. Assim, propõe-se neste texto argumentar em favor da continuidade e aprofundamento da abordagem da alienação do trabalho como tema central em Marx desde 1844 até o fim da vida.

Palavras-chave: alienação; exteriorização da vida; mercadoria.

Alienation of work in Marx: from the 1844 Manuscripts to Das Kapital

Abstract:

This paper aims at rescuing Marx's reflections on the alienation of labor, as thoroughly developed in *Das Kapital*, considering the discussions on commodity, and in incipient expressions in earlier writings, most notably in the Manuscripts of 1844. Thus, this text proposes to develop arguments that aim to attest the continuity and deepening of the approach to the alienation of labor as a central theme in Marx from 1844 to his very last days.

Key words: alienation; exteriorization of life; commodity.

¹ Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Doutora, professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).
Endereço eletrônico: monicahallak@uol.com.br.

A certa altura do livro *Marxismo e teoria da personalidade*, Lucien Sève desabafa:

como é possível ler em *O capital*, por exemplo, as páginas dedicadas à distinção entre trabalho concreto e abstrato, o valor da força de trabalho e a taxa do salário, a divisão do trabalho e a manufatura capitalista, o efeito do dinheiro nas relações mercantis, a extorsão do mais-valor absoluto e relativo, a lei geral da acumulação capitalista etc., até as últimas páginas dedicadas às classes sociais, sem compreender que se trata de indivíduos humanos para além de categorias econômicas? (SÈVE, 1972, p. 136).

A indignação pode se manifestar de forma ainda mais direta quando se pergunta como é possível ler *O capital* sem entender que Marx trata da forma como os homens se organizam para produzir e reproduzir sua existência. Como desde as primeiras páginas de *O capital*, ao apresentar a mercadoria, o que se evidencia é a independência do produto em relação aos produtores, a questão da alienação está posta, de saída, sem que Marx faça menção explícita a ela.

Não obstante, a categoria da alienação é comumente considerada um tema menor nos escritos do chamado Marx maduro. Ela, no entanto, nunca esteve ausente nas reflexões do autor e, mais do que isso, o que se pretende mostrar aqui é que é ela o centro das preocupações de Marx quando redige *O capital*. Ou seja, mesmo não mencionando explicitamente o termo alienação do trabalho a todo momento, o esforço de Marx, em *O capital*, é o de expor as condições nas quais a produção se realiza na sociedade que se organiza em função do valor.

Iniciaremos nossas reflexões com o texto de Marx em que a questão da alienação aparece abertamente: o conjunto de anotações conhecido como *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* (MEF). Nestes rascunhos, na verdade, podem-se encontrar, no mínimo, quatro categorias associadas à questão da alienação do trabalho. *Entäusserung* e *Entfremdung* (traduzidos respectivamente por *alienação* e *estranhamento*) aparecem nos *Manuscritos*³ como categorias ligadas aos aspectos subjetivos do complexo da objetivação humana na forma social atual. Este complexo, quando abordado de forma abstrata, sem considerar as circunstâncias concretas de sua realização, é apresentado por Marx por uma terceira expressão, a *Lebensäusserung*, traduzida por exteriorização da vida. Menos frequente nos *Manuscritos de 1844* é o uso do termo *Veräusserung* – venda, ou alienação em troca de algo.

³ A análise dos *Manuscritos econômico-filosóficos* é uma síntese do exposto em artigo anterior (cf. HALLAK, 2001).

Ao considerar os aspectos gerais da produção, tal como Marx os tematiza nos MEF⁴, destaca-se, antes de qualquer outra coisa, o caráter relacional de toda a objetividade, presente desde logo nos fenômenos da natureza. Mas, imediatamente, Marx situa a distinção da objetividade humana, que se afirma reproduzindo o homem como ser social, pois a própria relação com a natureza se realiza a partir do vínculo entre os homens. É na vida social que os homens produzem sua individualidade, seus sentidos, as relações de produção, as relações entre eles, suas necessidades e recriam a própria natureza.

Nas passagens dos *Manuscritos de 1844* em que os aspectos gerais da sociabilidade são apresentados, é evidente a ausência da categoria da alienação [*Entäusserung*]. Ela aparece associada ao processo de objetivação em outros momentos do texto, especialmente quando se trata da crítica à *Fenomenologia* de Hegel⁵ e a alguns aspectos da economia política. Para Marx, aliás, essas duas abordagens colocam-se sob o mesmo ponto de vista: concebem "o trabalho como a essência do homem que se afirma a si mesmo", mas só veem "o lado positivo do trabalho, não seu lado negativo" (MARX, 1972, p. 133; 1985, p. 574; 2004, p. 124).

Por parte de Hegel, essa compreensão do trabalho apenas em seu lado positivo se apoia na sua concepção do homem como "ser *não-objetivo, espiritualista*" (MARX, 1972, p. 133; 1985, p. 575; 2004, p. 125). Para Hegel, o movimento por excelência da vida humana é o movimento do espírito que se baseia na superação da consciência por parte da autoconsciência.

De acordo com Marx, quando se trata do ser objetivo a autoalienação é o assentamento de um mundo real sob a forma da exterioridade, ou seja, como algo distinto de si, como um ser objetivo diante de outro ser objetivo. A autoconsciência, por seu turno, por meio de sua alienação põe "apenas a coisidade, isto é, apenas uma coisa abstrata, uma coisa da abstração, e não uma coisa efetiva", pois todo movimento se desenvolve na consciência.

Contrapondo-se a Hegel, portanto, Marx se utiliza dos termos do seu interlocutor para demonstrar que o homem como ser objetivo assenta suas forças objetivas no objeto concreto, real, exterior, atualizando suas forças objetivas em algo fora de si, o que se dá mediante a alienação do sujeito na versão hegeliana.

⁴ Mantive nas citações a tradução da edição francesa e incluí a paginação da edição alemã e da tradução brasileira, para facilitar o cotejamento. Portanto, a referência a 1972, é da edição francesa, 1985, da alemã, e 2004, da brasileira.

⁵ A crítica a Hegel tem amparo em Feuerbach, indubitavelmente. Mas, apesar da reconhecida influência feuerbachiana, Marx supera o naturalismo presente no autor de *A essência do cristianismo* já em 1844, como demonstra Rodrigo Alckmin em sua pesquisa (cf. ALCKMIN, 2003).

A alienação aparece nesses trechos situando a contraposição entre "assentamento de um mundo real sob a forma da exterioridade" e a alienação da autoconsciência que põe apenas a coisidade, uma coisa da abstração.

Não se trata, portanto, de uma identificação entre objetivação e alienação. Ao contrário, Marx busca situar a distinção do movimento real, que se passa no mundo objetivo, daquele descrito por Hegel, que se desenvolve no pensamento.

Do lado da economia política, Marx denuncia que o trabalho é considerado apenas produtor da riqueza exterior. Na primeira parte do III Manuscrito, em que analisa a doutrina fisiocrática, Marx afirma que com a fisiocracia "a essência subjetiva da riqueza transfere-se para o trabalho" (MARX, 1972, p. 81; 1985, p. 532; 2004, p. 101), pois com ela "a terra somente é para o homem mediante o trabalho, mediante a agricultura" (MARX, 1972, p. 81; 1985, p. 532; 2004, p. 101). Este é o lado positivo da doutrina, que representa um avanço em relação ao mercantilismo, "que não conhecia outra existência da riqueza senão o metal nobre" (MARX, 1972, p. 82; 1985, p. 532; 2004, p. 101).

A terra, segundo tal doutrina, é ainda o único objeto sobre o qual o homem se exterioriza, libera suas energias essenciais ou, na versão da economia política, produz riqueza; e, desta maneira, a matéria natural aparece como uma fonte de riqueza maior que o próprio trabalho.

Por isso, Marx afirma que para os fisiocratas somente "propriedade fundiária se converte em homem alienado [*entäusserten*]" (MARX, 1972, p. 82; 1985, p. 532; 2004, p. 101), ou seja, em homem que objetiva suas forças essenciais no objeto, na riqueza exterior. Mas somente a terra é objeto de apropriação e exteriorização de suas forças essenciais e, portanto, sua objetivação enquanto homem está limitada "por um elemento natural particular" (MARX, 1972, p. 82; 1985, p. 532; 2004, p. 101). Consequentemente, é ainda uma alienação determinada, particular do homem. Marx evidencia, além disso, que "a essência da riqueza não é, pois, um trabalho *determinado*, um trabalho ligado a um elemento particular, uma determinada manifestação do trabalho, mas sim o trabalho em geral" (MARX, 1972, p. 82; 1985, p. 532; 2004, p. 101). O que significa efetivamente que toda objetividade é, em potencial, objeto da exteriorização humana (ou, para os economistas, da produção de riqueza) e que os produtos desta exteriorização se diferenciam cada vez mais do objeto natural. Em síntese, a alienação, como aparece nos trechos relacionados acima, diz respeito ao trabalho como produtor da riqueza exterior, que é o modo pelo qual ele é compreendido pela economia política.

Ainda no debate com os economistas, Marx resgata a relação entre o trabalhador e o produto do trabalho como ponto de partida para a análise da produção atual. Ele identifica a relação do trabalhador com o produto como uma relação de alienação, na qual o produto não somente assume uma existência externa como também torna-se um poder autônomo em relação ao trabalhador. Essa relação manifesta uma tendência proporcionalmente antagônica entre eles. O primeiro se empobrece cada vez mais e o segundo se torna cada vez mais poderoso. Esta crescente divergência de sentido acaba por levá-los a se estranharem mutuamente, transformando a vida que o trabalhador deu ao objeto numa força hostil e estranha. Nessa análise, Marx se refere aos aspectos específicos da produção atual em que a objetivação humana se realiza como alienação, ou seja, como produção da riqueza exterior, e se volta contra o homem que produz.

Para Marx, a economia política "só vê o lado positivo do trabalho" porque "*não consolida a relação direta entre o trabalhador (trabalho) e a produção*" (MARX, 1972, p. 59; 1985, p. 513; 2004, p. 82).

Vê-se, portanto, que a aproximação entre as categorias objetivação e alienação só corresponde à análise de Marx, nos *Manuscritos*, quando ele se reporta à crítica a Hegel e, de forma distinta, aos economistas. Ambos, guardadas as devidas diferenças, consideram o trabalho atual a forma universal da atividade humana. Os economistas partem explicitamente da produção atual, considerando-a eterna; Hegel pretende voltar-se para a reprodução espiritual como *locus*, por excelência, da afirmação do homem. Mas Marx demonstra que toda a tematização hegeliana está pautada na produção atual e, assim sendo, Hegel universaliza a alienação como forma de o homem se relacionar com a objetividade exterior e consigo mesmo.

Marx, de modo distinto, situa que a alienação é, de fato, atualmente, a forma de o homem se relacionar com sua produção, mas, para ele, a objetivação, tomada como forma geral de o homem se autopor, não tem semelhança necessária com a alienação. Contudo, partindo da forma contemporânea de o homem se produzir, ele encontra não só uma relação de alienação, mas de inversão e antagonismo.

A alienação [*Entäusserung*], portanto, aparece como momento constitutivo da *produção atual*, visto que nela "o objeto produzido pelo trabalho, seu produto, o afronta como *ser estranho* [*fremdes Wesen*], como um poder *independente* do produtor" (MARX, 1972, p. 57; 1985, p. 511; 2004, p. 80). Nessa situação a efetivação do trabalho "aparece como *desefetivação* do trabalhador, a objetivação como *perda e servidão dos objetos*, a apropriação como *estranhamento* [*Entfremdung*], como alienação [*Entäusserung*]" (MARX, 1972, p. 57; 1985, p. 512; 2004, p. 80).

Este é o ponto de partida da análise de Marx no I Manuscrito, na qual pretende esclarecer as interconexões que a economia política (que ele havia investigado anteriormente) não consegue identificar. Para tanto, busca na relação imediata entre produtor e produto o passo inicial que vai levá-lo a demonstrar que, ao contrário do que acreditam os economistas, a “*propriedade privada* é (...) o resultado, a consequência necessária do *trabalho alienado* [*entäusserten*], da relação exterior [*äusserlichen*] do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (MARX, 1972, p. 67; 1985, p. 519; 2004, p. 87). Ele chega, portanto, à propriedade privada como resultado “da análise do conceito de trabalho alienado [*entäusserten*], ou seja, do homem alienado [*entäusserten*], do trabalho tornado estranho [*entfremdeten*], da vida tornada estranha [*entfremdeten*], do homem tornado estranho [*entfremdeten*]” (MARX, 1972, p. 67; 1985, p. 520; 2004, p. 87).

Pode-se dizer que, de acordo com as passagens acima, o trabalho alienado é anterior ao estranhamento. Não cronologicamente, nem de fato, mas *analiticamente*, como diz Marx. Ele identifica o trabalho alienado como relação exterior do trabalhador com a natureza e consigo mesmo e afirma que a propriedade privada é, primeiramente, fruto do homem alienado e, em seguida, também “do homem tornado estranho”. O homem, o trabalho, a vida tornam-se estranhos a partir da alienação do produto e da atividade. Nesse sentido, a propriedade privada é o produto da atividade humana apartada do homem.

Marx demonstra, assim, que a propriedade privada é consequência do trabalho alienado, afirmando, no entanto, que “mais tarde essa relação se transforma em ação recíproca” (MARX, 1972, p. 67; 1985, p. 520; 2004, p. 88). E acrescenta:

Só no derradeiro ponto de culminação de desenvolvimento da propriedade privada que o mistério que lhe é próprio reaparece, a saber, por um lado, que ela é produto do trabalho alienado [*entäusserten*] e, por outro, que ela é o meio pelo qual o trabalho se aliena [*entässert*], a realização da alienação [*Entäusserung*]. (MARX, 1972, p. 67; 1985, p. 520; 2004, p. 88)

A propriedade privada (estranhamento) surge, portanto, no interior deste processo, mas não é inerente a ele. Segundo Marx: “Quando se fala em propriedade privada pensa-se ter se ocupado de algo exterior ao homem. Quando se fala em trabalho, ocupa-se diretamente do próprio homem. Esta nova forma de colocar a questão já implica sua solução.” (MARX, 1972, p. 67; 1985, p. 520; 2004, p. 88) O trabalho alienado é, portanto, a gênese da propriedade privada, enquanto esta é o seu produto necessário, já que ele se realiza como exterioridade em relação ao homem. Desse modo, pode-se dizer, que utilizar “*Entfremdung*, *Entäusserung*” é uma forma de exprimir um movimento que tem no estranhamento

[*Entfremdung*] sua expressão concreta e atual, e na alienação [*Entäusserung*] seu ponto de partida. Segundo Marx, a partir da relação exterior entre produto, produtor e produção se processa a relação de antagonismo entre eles.

Sem dúvida, trata-se aqui daquilo que Chasin (2009) reconheceu como a terceira crítica ontológica que instaura o pensamento próprio de Marx. Com efeito, distinguindo-se das interpretações correntes, que concebem a análise marxiana como síntese entre filosofia hegeliana, socialismo francês e economia política clássica, Chasin demonstra, por meio do exame rigoroso dos textos (cartas, esboços, artigos etc.) do período de 1841 a 1847, que a abordagem do filósofo alemão se constrói como resultado de três críticas ontológicas, a saber: a crítica à política, à especulação hegeliana e, finalmente, à economia política. Nas duas primeiras, Marx inverte a relação determinativa entre estado e sociedade civil e entre pensar e ser, respectivamente, enquanto na terceira situa o trabalho alienado como origem da propriedade privada, invertendo o polo de determinação da economia clássica. É exatamente o que Marx realiza no I Manuscrito: a denúncia de que a “economia política parte do fato da propriedade privada”, sem explicá-lo, ao passo que ele demonstra, analiticamente, a gênese da propriedade privada na atividade humana considerando tal relação no processo de produção material atual.

A partir dessa compreensão, Marx denuncia a operação efetuada por Adam Smith, que coloca o homem sob a determinação da propriedade privada, ao incorporá-la a ele. A economia política, portanto, converte o homem em essência da propriedade privada. Assim, a propriedade privada, que “antes era ser-exterior-a-si [*Sichäusserlichsein*], alienação [*Entäusserung*] real do homem, converteu-se apenas em ato de alienação [*Entäusserung*], em venda [*Veräusserung*]” (MARX, 1972, p. 80; 1985, p. 531; 2004, p. 100).

Na versão dos economistas, portanto, em sua atividade sensível os homens apenas realizam a atividade da propriedade privada por meio da *venda*. Sabe-se já que o trabalho alienado produz a exterioridade propriedade privada, ou que, pela alienação do trabalhador, a propriedade privada é produzida enquanto ser exterior ao homem. Mas, para os economistas, que reconhecem o trabalho como “essência subjetiva da riqueza no interior da propriedade privada”, a alienação do trabalhador que produz um ser exterior a si não é mais que uma atividade da própria propriedade privada em seu movimento de se autopor: é o ato de alienação da propriedade privada, é *venda*.

Desse modo, a venda é o meio pelo qual os homens se relacionam e o seu trabalho se produz no interior do domínio da propriedade privada,

na medida em que a apropriação da objetividade exterior se realiza na relação de compra e venda.

O termo *Veräußerung* – venda – aparece nas anotações de 1844 apenas em dois momentos. Além do descrito acima, na abordagem sobre o dinheiro, Marx conclui: “a força divina do dinheiro repousa em sua essência enquanto ser genérico, estranhado [*entfremdeten*], alienante [*entäussernden*], na qual o homem se vende [*veräussernden*]. O dinheiro é a capacidade [*Vermögen*] alienada [*entäusserte*] da humanidade” (MARX, 1972, p. 122; 1985, p. 565; 2004, p. 159). Como veremos adiante, em *O capital* a categoria *Veräußerung* ocupará o espaço dominante na exposição acerca da alienação.

Em resumo, pode-se dizer que, nos *Manuscritos* de 1844, *Entäusserung* e *Entfremdung* não são simplesmente sinônimos⁶.

⁶ Essa diferença não passou despercebida a autores mais cuidadosos. Entre eles, Mészáros, em seu *Marx: teoria da alienação*, afirma: “Em alemão, as palavras *Entäusserung*, *Entfremdung* e *Veräußerung* são usadas para significar ‘alienação’ ou ‘alheamento’. *Entäusserung* e *Entfremdung* são usadas com muito maior frequência por Marx do que *Veräußerung*, que é, como Marx a define, ‘*die Praxis der Entäusserung*’ (a prática da alienação) ou, em outro trecho, ‘*Tat der Entäusserung*’ (o ato da alienação). Assim *Veräußerung* é o ato de traduzir na prática (na forma da venda de alguma coisa) o princípio da *Entäusserung*. No uso que Marx faz do termo, ‘*Veräußerung*’ pode ser intercambiado com ‘*Entäusserung*’ quando um ‘ato’ específico ou uma ‘prática’ específica são referidos (...). Tanto *Entfremdung* como *Entäusserung* possuem uma tripla função conceitual: a) a referida a um princípio geral; b) expressão de um estado de coisas dado, e c) indicação de um processo que domina esse estado. Quando a ênfase recai sobre a ‘externalização’ ou ‘objetivação’, Marx usa a palavra *Entäusserung* (ou palavras como *Vergegenständlichung*), ao passo que *Entfremdung* é usada quando a intenção do autor é ressaltar o fato de que o homem está encontrando oposição por parte de um poder hostil, de sua própria criação.” (MÉSZÁROS, 1981, p. 281, nota 3) José Paulo Netto se reporta à citação acima, chamando a atenção para o problema: “Não me deterei aqui nos importantes aspectos filológicos que envolvem a terminologia que comparece no tratamento e na colocação do problema [da alienação]. No que concerne ao emprego, por Marx, em 1844, de *Entäusserung*, *Entfremdung* e *Veräußerung* (traduzidos preferentemente por alienação e também por estranhamento) remeto simplesmente à observação de Mészáros.” (NETTO, 1981, p. 18 – nota) Lucien Sève, em *Análises marxistas da alienação*, referindo-se especificamente às obras de maturidade de Marx, pondera que, “quanto à significação específica de cada um dos termos que compõem este vocabulário da alienação, creio ser possível avançar com prudência, pois trata-se de uma questão das mais complexas, a seguinte hipótese geral. As palavras da família de *äusser*, externo, exterior, marcadas por esta significação de base, são na maior parte das vezes empregadas por Marx quer para designar a simples desapropriação de um bem pelo ato de venda (em regra geral: *Veräußerung*), quer para anotar o processo mais profundo de tornar-exterior, quanto processo separante, opondo mesmo as coisas, ou as relações e as formas enquanto tomam a feição de coisas. Aí está um primeiro aspecto da concepção madura da alienação: com o vocabulário de *Entäusserung*, estamos essencialmente no terreno da reificação, da autonomização e da esclerose das formas em relação à sua essência, do fetichismo. Sobre este ponto é característico que na *Contribuição*, onde ainda só o movimento das mercadorias e do dinheiro é tratado, aparece unicamente o vocabulário da *Ver* – e do *Entäusserung*. As palavras da família de *fremd*, estrangeiro, também marcadas por esta significação de base, até pela presença no contexto próximo da própria palavra, *fremd* (por exemplo, na expressão constante: *fremde Arbeit*, trabalho de outrem) introduzem uma outra dimensão da alienação: a das relações entre as pessoas, os indivíduos sociais, que encobrem as relações entre as *classes*. Com o

Tampouco aparecem como categorias contrapostas. A *Enttäusserung* se refere mais diretamente a uma relação de separação, enquanto a *Entfremdung* traduz uma relação de antagonismo. Ambas, no entanto, compõem o movimento do trabalho humano que se exerce no interior da propriedade privada. Portanto, nem uma nem outra aparecem como uma necessidade do trabalho. Mas o antagonismo, expresso por Marx como *Entfremdung* – estranhamento, surge da separação que ele identifica como *Enttäusserung* – alienação. Neste contexto, a *Veräusserung* – venda – seria uma categoria mediadora entre a exteriorização que se realiza como alienação e o estranhamento, ou seja, a venda transforma a exteriorização da vida [*Lebensäusserung*] em alienação da vida [*Lebensentäusserung*] (MARX, 1972, p. 90-1; 1985, p. 539; 2004, p. 108)⁷, duas expressões contrapostas.

Ora, são esses precisamente os termos encontrados nos rascunhos de 1857-8, nos de 1861-3 e no primeiro livro de *O capital*, que vem a público 23 anos depois da redação dos *Manuscritos* de 1844. Na obra publicada pela primeira vez em 1867, a categoria *Veräusserung* adquire um espaço maior, mas sempre no sentido de transformar a exteriorização da vida em alienação/estranhamento por meio da venda. Mas, para além do uso dos mesmos termos, em *O capital*, a questão da alienação aparece de forma multifacetada e, ao mesmo tempo, unificadora. Se nos *Manuscritos de 1844* o ponto de partida para tratar da especificidade da forma capitalista de produção é a relação do trabalhador com o produto do trabalho, agora a mercadoria assume o posto de ponto de partida ainda mais concreto. É pelo produto mais evidente da atividade humana na forma social atual que Marx trilha o caminho do pensamento para alcançar o conjunto analítico que caracteriza a especificidade da forma social de produção na atualidade. Note-se que já nos *Manuscritos de 1844* a referência inicial da análise é uma situação evidente por si, algo que aparece imediatamente aos sentidos: a relação do trabalhador com o produto do trabalho. Em 1844, a análise da produção começa com a relação do trabalhador com o produto. Só após mais de 20 anos de lapidação a mercadoria passa a ser apresentada como o ponto de partida concreto capaz de oferecer a chave para o desvelamento de sua própria

vocabulário de *Entfremdung* estamos no terreno da desapropriação, do despojamento, da sujeição dos homens aos produtos da sua atividade tornados força estranha e tomando a forma da dominação de uma classe exploradora. Apreendemos ao vivo o elo ao mesmo tempo semântico e teórico entre *fremd* e *Entfremdung* que caracteriza o processo de alienação enquanto este afeta os homens.” (SÈVE, 1975, p. 77)

⁷ O tradutor brasileiro da edição da Boitempo Editorial (2004) teve dificuldade com o trecho em que Marx utiliza os termos *Lebensäusserung* e *Lebensentäusserung* como expressões contrapostas. Como o tradutor optou por verter *Enttäusserung* por exteriorização, as duas expressões aparecem como sinônimos, o que torna a frase incompreensível.

criação. É enquanto forma dual, valor de uso e valor, que ela se oferece como dado atual incontornável para a compreensão da forma capitalista de produzir a vida.

No primeiro capítulo de *O capital*, ao detalhar a especificidade da mercadoria, o trabalho abstrato aparece como responsável pelo fato de a mercadoria ser passível de troca. Ou seja, a alienação do trabalho concreto já se apresenta como fonte de criação do valor. Ainda no primeiro capítulo, o tema do fetiche encerra a apresentação da mercadoria, esta “coisa trivial cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas” que esconde o trabalho social que a cria.

Assim, Marx demonstra, em *O capital*, desde a apresentação da mercadoria, que o sistema de produção constituído pelo trabalho abstrato corporifica uma nova forma de dominação social⁸ na qual os indivíduos são compelidos a produzir e trocar para sobreviver sem que sejam obrigados a isso por alguém diretamente. Ou seja, trata-se de uma forma de dominação impessoal por meio da qual a sociedade se estrutura para produzir as coisas necessárias para a manutenção da existência dos homens. Por isso, como Marx chama a atenção nos *Manuscritos 1861-3*, para compreender a sociedade capitalista “é preciso partir do valor e não do trabalho” (MARX, 2010, p. 45). Pois é o valor que revela a especificidade desta forma social que se estrutura a partir da alienação do trabalho.

A categoria da alienação, assim considerada, não aparece em *O capital* em um ou outro momento, mas se constitui como eixo estruturante de toda a obra. Pode-se dizer que tanto em *O capital* quanto nos *Manuscritos de 1844* Marx mostra que o trabalho no capitalismo gera uma estrutura de organização produtiva que domina o próprio trabalho. Aqui como lá, é o trabalho alienado que gera a propriedade privada. A questão, portanto, que sustenta a atual forma de organização e dominação social é o próprio modo como o trabalho se exerce. Neste sentido, a alienação do trabalho é o centro de toda a abordagem de *O capital* por ser a categoria que especifica esta forma social.

Marx parte da mercadoria para revelar o papel do trabalho alienado na formação social capitalista porque a mercadoria é a objetivação mais evidente da forma capitalista de produção. Mas, no caminho de sua constituição, o autor se depara com as mesmas condições gerais, independentes da forma social, apresentadas nos *Manuscritos de 1844*.

⁸ No livro *Tempo, trabalho e dominação social* (2014), Moishe Postone compreende o capitalismo como um “sistema constituído pelo trabalho abstrato” que “corporifica uma nova forma de dominação social que exerce uma forma de compulsão social cujo caráter objetivo é historicamente novo” (POSTONE, 2014, p. 186). Como em sua análise há pontos polêmicos que mereceriam uma atenção maior – e não é o caso de nos dedicarmos a eles neste momento –, sua abordagem não será desenvolvida no presente artigo.

Assim, após exibir a mercadoria no Capítulo I, ele apresenta o processo de troca no Capítulo II e o dinheiro ou a circulação das mercadorias no Capítulo III, completando, assim, a Seção I, que dá início à desmistificação dessa “coisa cheia de sutilezas metafísicas e manhas teológicas”. Dedicou uma seção a um único capítulo para esclarecer como o dinheiro se transforma em capital (Capítulo IV). A partir daí inicia, de fato, a explanação de como se produzem as tais mercadorias e o primeiro momento dessa exposição é a apresentação do processo de trabalho independente da forma social em que ele ocorre. Na primeira parte do Capítulo V (“O processo de trabalho e o processo de valorização”) o capitalista não está presente, nem a separação do produtor de suas condições de trabalho. Ao contrário, assim como nos *Manuscritos de 1844*, o que se apresenta como característico do processo de trabalho é o metabolismo entre o homem e a natureza, pelo qual o homem transforma a si mesmo ao transformar a natureza externa a ele.

O caráter geral do trabalho, portanto, não é o ponto de partida, mas está presente na análise do valor, pois é a unidade do processo de trabalho e do processo de valorização que constitui o processo de produção capitalista. Nos *Manuscritos 1861-3*, exatamente tratando dessa unidade, Marx retoma os mesmos termos dos *Manuscritos de 1844*. Diz ele:

Na mesma medida em que o trabalhador atua como trabalhador, em que exterioriza [*äussert*] sua capacidade de trabalho, ele a aliena [*entäussert*], uma vez que antes de o processo de trabalho começar ela já está vendida [*Veräussert*] ao possuidor do dinheiro. Como o trabalho se efetiva – de um lado, como forma da matéria-prima (como valor de uso do produto), de outro, como valor de troca, trabalho social objetivado em geral, o trabalho se transforma de trabalho em capital. (MARX, 2010, p. 109)

Novamente, aqui, a exteriorização [*äussert*] se identifica com a alienação [*entäussert*] na produção capitalista, na qual o processo de trabalho e de valorização formam uma unidade. A alienação está presente desde o início porque a capacidade de trabalho já entra no processo por meio da relação de venda. Desse modo, o próprio trabalho se transforma em capital.

No Capítulo II de *O capital*, “O processo de troca”, Marx chama a atenção para o fato de que as

coisas são, por si mesmas, exteriores [*äusserlich*] ao homem e, por isso, são alienáveis [*veräusserlich*]. Para que essa venda [*Veräusserung*] seja mútua, os homens necessitam apenas se confrontar tacitamente como proprietários privados daquelas coisas alienáveis e, precisamente por meio delas, como pessoas independentes umas das outras. No entanto, tal relação de alheamento [*Fremdheit*] mútuo não existe para os membros da comunidade naturalmente-espontânea, tenha ela a forma de

uma família patriarcal, uma comunidade indiana antiga, um estado inca (MARX, 2013, p. 162).

Esse estranhamento é, portanto, característico da organização produtiva capitalista, na qual o caráter exterior das coisas transforma-se em suporte para que a venda apareça como única relação possível entre os produtos humanos e os homens. Mas, como esclarece Marx, tal estranhamento não existe em outras formas sociais. Ele não é, portanto, inerente às próprias coisas, mas a um momento específico da produção social, na qual a própria capacidade de trabalho aparece como algo exterior e, portanto, venal.

No Capítulo IV de *O capital*, Marx esclarece os termos da negociação da força de trabalho no mercado:

O seu valor [da força de trabalho], como o de qualquer outra mercadoria, estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois determinado *quantum* de trabalho social havia sido gasto para a produção da força de trabalho, mas o seu valor de uso consiste na exteriorização posterior dessa força [*Kraftäusserung*]. Por isso, a alienação [*Veräusserung*] da força e a sua verdadeira exteriorização [*Äusserung*], ou seja, a sua existência como valor de uso, se separam no tempo. Mas em tais mercadorias, em que a alienação [*Verräusserung*] formal do valor de uso por meio da venda e sua transferência efetiva ao comprador não são simultâneos, o dinheiro do comprador funciona, na maioria das vezes, como meio de pagamento. (MARX, 2013, p. 248)

Tanto a produção quanto o consumo da força de trabalho, portanto, acontecem fora do mercado, fora da esfera da circulação. Mas é nessa esfera que os momentos da atividade se encontram para realizar o processo produtivo. Em *O capital*, como nos *Grundrisse de 1857-8*, Marx salienta a superioridade da forma capitalista em relação a formas de produção anteriores exatamente pela ampliação da produção possível a partir da separação entre produtores e produto. Ele afirma no Capítulo III de *O capital*:

A circulação rompe as limitações temporais, locais e individuais do intercâmbio de produtos precisamente porque parte da identidade imediata que existe aqui entre a alienação do próprio produto de trabalho e a aquisição do alheio, na antítese entre venda e compra (...). Como mediador da circulação de mercadorias, o dinheiro assume a função de meio circulante. (MARX, 2013, p. 188)

É a partir desta função do dinheiro que o trabalho, os homens, os produtos humanos circulam mundo afora com o objetivo de criar mais valor.

A superioridade do capitalismo em relação a formas de produção anteriores se evidencia também em outros escritos, especialmente nos

esboços de 1857-8. De forma geral, os rascunhos de Marx, diga-se de passagem, são momentos esclarecedores para os estudiosos que acompanham suas reflexões, pois neles o autor expressa abertamente suas convicções, sem os constrangimentos formais da apresentação científica. Em relação às categorias investigadas neste artigo, há de se notar que elas retornam aos *Grundrisse* de forma aberta, diferentemente do que ocorre em *O capital*, apesar de nos momentos em que trata da venda da força de trabalho os termos aqui pesquisados aparecerem explicitamente.

Nos rascunhos de 1857-8, numa passagem em que diferencia o escravo do trabalhador livre, Marx escreve⁹:

como escravo, o trabalhador tem *valor de troca*, um *valor*, como trabalhador livre não tem *nenhum valor*; só tem valor a disposição sobre seu trabalho, obtida por meio da troca com ele. O trabalhador se defronta com o capitalista não como valor de troca, mas é o capitalista que se defronta com ele como valor de troca. A sua ausência de valor, a sua desvalorização são o pressuposto do capital e a condição do trabalho *livre* de modo geral. Liguett a considera um retrocesso, ele esquece que, desse modo, o trabalhador é formalmente posto como pessoa que ainda é algo por si fora [*äusser*] do trabalho e que só aliena [*veräussert*] sua expressão vital [*Lebensäusserung*] como meio para sua própria vida. Sempre que o trabalhador enquanto tal tem valor de troca, o capital industrial enquanto tal não pode existir e, portanto, de forma alguma pode existir o capital desenvolvido (MARX, 2011, pp. 226-7; 1974, p. 214).

A exteriorização da vida [*Lebensäusserung*] assume aqui um significado muito mais preciso e concreto do que aquele presente nos *Manuscritos de 1844*. Trata-se das energias físicas e mentais do trabalhador que são vendidas temporariamente, enquanto capacidade de trabalho, para o capitalista, o que significa que “ele [o trabalhador] pode reiniciar a troca tão logo tenha ingerido a quantidade suficiente de matéria para poder reproduzir de novo sua expressão vital [*Lebensäusserung*]” (MARX, 2011, p. 228; 1974, p. 215). Tal compreensão tornou-se possível porque nos 13 anos que separam os dois rascunhos, o de 1844 e o de 1857-8, Marx desenvolveu a diferenciação entre *trabalho* e *força de trabalho*. E assim pode dizer que o que é vendido é uma parte da capacidade de trabalho por um tempo determinado e não o trabalho enquanto tal. Nas palavras de Marx:

O que o trabalhador livre vende [*verkauft*] é sempre só uma medida, determinada, particular de manifestação de energia; acima de toda manifestação [*Äusserung*] particular está a capacidade de trabalho como totalidade. O trabalhador vende a manifestação de força [*Kraftäusserung*] particular a um

⁹ As referências são da edição brasileira da Boitempo (MARX, 2011), cotejadas com a edição alemã (MARX, 1974).

capitalista particular, com quem se defronta como indivíduo *independente*. (MARX, 2011, p. 381; 1974, p. 367).

Novamente buscando identificar a especificidade do trabalho livre, Marx mostra que o trabalhador sob a escravidão “é, na totalidade das exteriorizações de suas energias, como capacidade de trabalho, uma coisa pertencente a outro, e não se o reconhece como sujeito quanto às manifestações de sua energia determinada ou à ação de seu trabalho vivo”. Em contraposição, “a capacidade de trabalho aparece diante do trabalhador livre como sua propriedade, como um dos momentos sobre o qual ele exerce o domínio como sujeito e que ele conserva ao alienar [*veräussert*]” (MARX, 2011, p. 382; 1974, p. 377). Marx, portanto, resgata nos *Grundrisse* a mesma preocupação com a *Lebensäusserung* – exteriorização da vida – que se vende – *veräusserten*, na qual o trabalhador ao mesmo tempo se perde e se conserva. A venda é expressa com maior frequência pelo verbo *verkaufen*, enquanto *Veräusserung* é utilizado cotidianamente no sentido de penhora, empenho, ceder em troca de algo com a possibilidade de resgate, que é a ideia que Marx pretende desenvolver na passagem acima.

Nos *Grundrisse*, portanto, além de reencontrar a compreensão da exteriorização da vida que é cedida em troca de algo com a possibilidade de retorno, Marx novamente situa a contraposição entre a objetivação e as formas estranhadas de atividade. Ele é claro ao tratar do trabalho assalariado, na citação que se segue:

A tônica não recai sobre o *ser-objetivado* [*Vergegenständlichkeitsein*], mas sobre o *ser-estranhado*, *ser-alienado*, *ser-venalizado* [*Entfremdet-Entäussert-Veräussertsein*] – o não pertencer-ao-trabalhador, mas às condições de produção personificadas, isto é, ao capital, o enorme poder objetivado que o próprio trabalho social contrapõe a si mesmo como um de seus momentos. Na medida em que, do ponto de vista do capital e do trabalho assalariado, a geração desse corpo objetivo da atividade se dá em oposição à capacidade de trabalho imediata – esse processo de objetivação aparece “de fato” como processo de alienação [*Entäusserung*], do ponto de vista do trabalho, ou de apropriação do trabalho alheio [*fremd*], do ponto de vista do capital –, tal distorção ou inversão é *efetiva* e não *simplesmente imaginada*, existente simplesmente na representação dos trabalhadores e capitalistas. Mas, evidentemente, esse processo de inversão é simplesmente necessidade histórica, pura necessidade para o desenvolvimento das forças produtivas a partir de um determinado ponto de partida histórico, ou base histórica, e de maneira nenhuma uma necessidade absoluta da produção; ao contrário, é uma necessidade evanescente, e o resultado e o fim (imane) desse

processo é abolir, assim como essa forma do processo. (MARX, 2011, p. 705-6; 1974, p. 721)¹⁰

A longa citação não deixa dúvidas quanto ao caráter da alienação como atividade que se realiza por meio da venda. Mas Marx avança em relação aos *Manuscritos* ao identificar que, em situações históricas específicas o processo de objetivação aparece, “do ponto de vista do trabalho”, de fato, como alienação. Deixa claro, desse modo, que se trata de uma aparência circunstancial e não de algo inerente ao processo de objetivação. E delinea mais um traço específico do movimento: esse processo manifesta-se de modo distinto para o trabalho e para o capital. Para o primeiro aparece como alienação [*Entäusserung*] e para o segundo como apropriação do trabalho estranho [*fremd*]. Assim, mais uma vez aqui, como nos *Manuscritos*, a alienação [*Entäusserung*] forma um complexo unitário com o estranhamento [*Entfremdung*] e com a venda [*Veräusserung*], e não com a objetivação.

A citação acima aponta para a produção para além do capital e com ela encerramos esta exposição, sem concluí-la, mas deixando em aberto o caminho para a reflexão acerca das novas possibilidades de organização da vida que se apresentam a partir da mercadoria e da alienação da atividade.

Referências bibliográficas

ALCKMIN, Rodrigo Maciel. *Marx e Feuerbach: da sensibilidade à atividade sensível*. 2003. Dissertação (Mestrado) apresentada à Fafich/UFMG, Belo Horizonte, 2003.

CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

HALLAK, Mônica. A exteriorização da vida nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. *Ensaio Ad Hominem*, São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, n. 1, t. IV (Dossiê Marx), 2001.

¹⁰ Este trecho foi reproduzido por Mészáros não só para mostrar “como estão errados os que afirmam ter a ‘alienação’ desaparecido das obras posteriores de Marx, mas também que sua abordagem desses discutidos problemas é essencialmente a mesma dos *Manuscritos de 1844*” (MÉSZÁROS, 1981, p. 203). Netto mais uma vez concorda com Mészáros, quando afirma: “O que vai surgir, a partir de 1857-1858, é justamente aquilo que assinala a distinção entre a *Miséria da filosofia* e os *Manuscritos de 44*: a concretização histórica na reflexão de Marx. A teoria da alienação perderá qualquer traço de generalidade especulativa – não será uma *nova* teoria, mas uma concepção que só adquire instrumentalidade quando extraída de análises históricas determinadas. Na verdade, a teoria da alienação é qualitativamente a mesma; é a sua *função* que se transforma quando Marx completa a superação filosófica em 1857-1858. Em síntese: quando a crítica da economia política é situada por Marx como a operação teórica central e levada a cabo com radicalidade, dá-se a concretização teórica da concepção da alienação.” (NETTO, 1981, p. 67)

- MARX, K. *Manuscrits de 1844 (Économie politique e philosophie)*. Trad. Émile Bottigelli. Paris: Ed. Sociales, 1972.
- _____. *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*. Berlim: Dietz Verlag, 1974.
- _____. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844*. Berlin: Dietz Verlag, 1985.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Para a crítica da economia política*. Manuscrito de 1861-1863/cadernos I a V. Capítulo III – O capital em geral. Trad. Leonardo de Gomes Deus. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.
- _____. *Grundrisse*. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, I. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SÈVE, L. *Marxismo y teoria de la personalidad*. Buenos Aires: Amorrortu, 1972.
- _____. *Análises marxistas da alienação*. Lisboa: Edições Mandacaru, 1975.

Como citar:

HALLAK, Mônica. *Alienação do trabalho em Marx: dos Manuscritos de 1844 a O capital*. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 58-73, abr./2018.

Data de envio: 27/8/2017

Data de aceite: 3/11/2017

Disciplina e mais-valia: os gérmens da reificação no Livro I de *O capital*¹

Ranieri Carli²

Resumo:

Este artigo tem por objetivo investigar até que ponto a categoria da reificação consta enquanto tendência no Livro I da obra máxima de Marx, *O capital*. Para tal, a pesquisa se direciona primeiramente rumo à determinação da categoria da reificação e sua pertinência em tempos de capital monopolista. A partir daí, a discussão gira em torno da burocratização da conduta humana no cotidiano burguês. Adiante, tendo à mão o Livro I de *O capital*, serão chamados ao texto alguns instantes da obra que comprovam o quanto Marx já abstraía do movimento do capital a tendência à reificação da experiência cotidiana.

Palavras-chave: reificação; capital monopolista; disciplina; Marx.

Discipline and surplus-value: the germs of reification in Book I of Capital

Abstract:

This article aims to investigate the extent to which the category of reification is a trend in Book I of Marx's maximal work, *Capital*. For this, the research is directed primarily towards the determination of the category of reification and its relevance in the age of monopoly capital. From there, the discussion gets around the bureaucratization of human conduct in bourgeois daily life. Ahead, with the book I of *Capital* in hands, some moments of the work will be taken to the text, to prove how Marx had already abstracted from the movement of capital the tendency to reification of everyday experience.

Key words: reification; monopolist capital; discipline; Marx.

¹ Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Doutor, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF – Rio das Ostras).
Endereço eletrônico: raniericarli@gmail.com.

1. A categoria da reificação e seu caráter histórico

De pronto, para iniciar a discussão que pretendemos com este artigo, é preciso clarificar que reificação é a categoria de que György Lukács lança mão em *História e consciência de classe* com o propósito de dar conta dos fenômenos que respeitam às modalidades de alienação que surgem com o capital monopolista; isto é, a baliza histórica finca-se, com efeito, no nascimento dessa nova fase de acumulação de capital. Tendo à mão a categoria, Lukács pretende demonstrar o inédito até então: agora, todos os âmbitos da vida social estão sob a regência do capital e não apenas a produção estritamente econômica de mercadorias. De fato, com o cotidiano reificado, o homem passa a se confrontar com a mercantilização de todas as “manifestações vitais”, como afirma Lukács no referido livro (2003, p. 193).

Num outro momento, procuramos exemplificar a experiência da reificação com a seguinte passagem:

Imaginemos um capitalista do setor metalúrgico. Para produzir o aço, este capitalista contrata funcionários que calculem o quanto deverá investir em capital variável e em capital constante, quanto poderá ser a sua taxa de exploração de mais-valor e sua taxa de lucro, como se dará a composição orgânica de seu capital, qual a força de trabalho pertinente para a produção de aço, qual o seu mercado consumidor, quanto se deve investir em propagandas para criar o seu mercado consumidor, qual o índice de produtividade e de intensificação do trabalho a ser atingido, em que passo andam os seus concorrentes etc. A produção e o consumo são calculados pela estatística a mais exata possível. O capitalista faz erguer uma estrutura burocrática em torno da produção e do consumo de sua mercadoria. Agora, imaginemos que se trata de um capitalista da área das artes (cinematografia ou literatura, por exemplo). As medidas a serem tomadas serão as mesmas, a princípio: tudo será posto sob o cálculo frio das estatísticas, da burocracia, da manipulação de dados rumo à maior obtenção de lucros. Uma outra estrutura burocrática se ergue aqui para gerenciar a produção e o consumo da cultura. Em tempos de reificação, a burocracia impõe-se, seja no que tange à produção de aço, de filmes ou de coletâneas de poemas. (CARLI, 2015, p. 282)

Dissemos naquele lugar que, de todos os pressupostos históricos para a reificação, o momento predominante é o advento do capitalismo monopolista (CARLI, 2015). Sem a chegada dos monopólios à economia capitalista, não haveria absolutamente nada do que se vê com o significado histórico da reificação. Tudo isso porque é próprio do capital monopolista algo que ainda não constava nos períodos anteriores do capitalismo, o que

H. Braverman denomina de “mercado universal”, que, segundo ele, transcorre por três instantes de uma mesma dinâmica:

Na fase do capitalismo monopolista, o primeiro passo na criação do mercado universal é a conquista de toda a produção de bens sob a forma de mercadoria; o segundo passo é a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; e o terceiro é um “ciclo de produto”, que inventa novos produtos e serviços, alguns dos quais tornam-se indispensáveis à medida que as condições da vida moderna mudam para destruir alternativas. (BRAVERMAN, 1977, p. 239)

Esta é a realidade que se oferece à reflexão de Braverman, que se vincula ao avanço do capital monopolista rumo à mercantilização da inteira sociabilidade durante a sua vigência.

No capítulo de sua *Ontologia do ser social* sobre a reprodução, G. Lukács já havia elaborado a tendência à mercantilização universal contida no capitalismo tardio; ao falar da manipulação implícita no avanço do capitalismo atual, Lukács afirma que “esta surgiu da necessidade de oferecer mercadorias em massa para o consumo a muitos milhões de compradores singulares e, a partir disso, se transformou num poder que solapa toda vida privada” (LUKÁCS, 2013, p. 341). A mercantilização a solapar toda a vida privada é um dos temas que unem obras tão distantes no tempo como *História e consciência de classe* e *Ontologia do ser social*.

Toda a sociabilidade humana passa a ser motivo de gerência burocrática do capital, transcendendo o chão da fábrica (CARLI, 2015). Com a reificação, a disciplina exigida no interior da fábrica passa a ser demandada também em seu exterior. Em *História e consciência de classe*, Lukács (2003, p. 208) se preocupa com o apassivamento do homem diante das “leis naturais” da economia do capital monopolista, uniformizados pela indústria e pelo mercado. A atitude disciplinada, passivamente contemplativa é a ideal para a realização da mais-valia dos monopólios. A gerência burocrática do cotidiano do homem médio é uma consequência da reificação.

A. Gramsci chegou a conclusões semelhantes às de Lukács. O pensador italiano elenca como uma das questões a serem estudadas quanto à manipulação da indústria monopolista a presença da “psicanálise (sua enorme difusão no após-guerra) como expressão do aumento da coerção moral exercida pelo aparelho estatal e social sobre os indivíduos e das crises mórbidas que esta coerção determina” (GRAMSCI, 2001, p. 242). Nos termos de Gramsci, vinculam-se a psicanálise e a coerção moral; a psicanálise atua para a domesticação do homem médio, docilizando o seu comportamento, coagindo-o a ponto de habituá-lo à passividade; produz-se um homem tranquilizado, remediado de tal maneira que o mal-estar da civilização burguesa torna-se suportável. Daí, a “enorme difusão” da

psicanálise não é outra coisa senão a “expressão do aumento da coerção moral” necessária para que a ordem do capital monopolista siga seu rumo sem atribulações. Um homem moldado pela reificação é o que se deduz das palavras de Gramsci: “na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (GRAMSCI, 2001, p. 248). A cultura que nasce com este “novo homem adequado” foi acertadamente nomeada por Gramsci de americanismo.

Os hábitos a serem domesticados no homem médio são aqueles que figuram entre os elementos de “animalidade” da conduta humana, de acordo com Gramsci (2001, p. 262). A sexualidade torna-se um dos elementos desta espécie, cuja domesticação é imperativa para a criação deste novo tipo humano exigido pelos novos tempos. Isso porque “o operário que vai para o trabalho depois de uma noite de ‘orgias’ não é um bom trabalhador”, do que decorre que “o novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional” (GRAMSCI, 2001, p. 269).

O capitalismo tardio reforça as tendências inscritas no modo de produção capitalista desde sua consolidação. O excesso de racionalidade, do cálculo, da estatística da reificação é o cume de um processo longo e penoso de afirmação histórica da sociabilidade burguesa. Conferindo materialidade aos conceitos da psicanálise de S. Freud, M. Schneider diz que a crescente “reificação das relações sociais reproduz-se no sujeito como ‘cisão patológica’ entre uma função do ego racionalmente calculado, constituída pelo princípio da troca, e uma função do id, de natureza não-calculadora e, portanto, ‘irracional’, separada da primeira” (SCHNEIDER, 1977, p. 316). Esta cisão patológica entre o ego e o id se dá com a repressão burguesa às emoções do homem domesticado, que aparecem como gasto desnecessário de forças – a começar pela sexualidade, com a eleição pelas ideologias puritanas do que M. Foucault (2010, p. 116) nomeia de “casal malthusiano” como o padrão de conduta típico da moral reificada. De fato, ao longo da consolidação do modo de produção capitalista, “o emocionalismo e o imediatismo dos seres humanos caíram sob os ditames dos cálculos rígidos e exatos do mercado; e o que dele restou foi atirado ao *underground* da ‘personalidade’, ela própria reduzida a um bem de consumo, isto é, ao ‘id’” (SCHNEIDER, 1977, p. 316).

Em síntese, a idade avançada dos monopólios eleva à enésima potência o mecanismo repressivo que está no seio do capitalismo: a prevalência do valor de troca e do trabalho abstrato, no lugar do valor de uso e do trabalho concreto. Decorre daí que o produto do trabalho destina-se à satisfação das necessidades humanas na medida em que, antes de

tudo, satisfaça as necessidades do capital; o capital deixará de produzir batatas uma vez que se deprecie o seu valor de troca, a despeito de seu valor de uso. Tem-se a repressão de todas as necessidades vitais a favor da necessidade do capital; a reificação expande exponencialmente essa dinâmica porque, agora, submetem-se à frieza do valor de troca não somente as necessidades vitais mais elementares do homem (supridas em certo grau pelas batatas), mas também as necessidades da fantasia (supridas em certo grau por Shakespeare, por exemplo).

Na mesma toada, suspendem-se os prazeres considerados superficiais para a produção de valores de troca, para o acúmulo de riquezas. As virtudes burguesas são a dedicação, a disciplina, a abstinência, a economia, a compulsão para o controle etc. Schneider pretende conferir historicidade às ideias de Freud quando o pai da psicanálise afirma que a civilização é criada pela abstinência dos instintos, que a civilização nasce para reprimir “o natural instinto agressivo do homem, a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra cada um” (FREUD, 1978, p. 175). Freud fala acerca de uma civilização em abstrato, enquanto, em verdade, é preciso qualificar o projeto civilizatório burguês. Aqui, com todas as mediações possíveis, o recalque dos prazeres imediatos está enraizado na necessidade de valorização do capital. Nesse terreno, a livre experiência das emoções aparece como sinônimo de fracasso. A neurose se torna uma rebelião contra o cálculo frio da realidade reificada do capital monopolista. A grande incidência das doenças mentais surge como resposta ao empobrecimento psíquico da criação humana, especialmente do homem que trabalha.

Nada disso quer dizer que a sexualidade e as demais práticas não tenham sido objeto de disciplina por instituições das mais diversas, desde o estado até a família, passando pela religião e escolas, de qualquer época. Uma moralidade é sempre irremediavelmente necessária à sociabilidade humana. Nesse sentido, é correta a avaliação de Foucault segundo a qual “é preciso, portanto, abandonar a hipótese de que as sociedades industriais modernas inauguram um período de repressão mais intensa ao sexo” (2010, p. 56). De fato, a sociedade burguesa contemporânea não reprime a sexualidade nem mais nem menos do que qualquer outra formação societária. Porém, o que escapa a Foucault é a particularidade histórica a que responde a questão sexual de nosso tempo; o particular de nossa época é que a disciplina sexual imposta ao trabalhador nasce com demandas bem específicas, impossíveis de se generalizar historicamente. As modalidades de expropriação da mais-valia no bojo do avanço do capital monopolista caracterizam esta demanda, do modo explicado por Gramsci em citação anterior: não se pretende que o operário desperdice suas energias com o sexo fortuito, “que o homem-trabalhador não desperdice suas energias

nervosas na busca desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional” (GRAMSCI, 2001, p. 269). Se houve a domesticação dos impulsos humanos em outras épocas, o que especifica a que vivenciamos atualmente é a sua funcionalidade para o capital monopolista e a consequente reificação do cotidiano burguês.

Em síntese, a reificação soma a mercantilização universal da sociabilidade em tempos de capital monopolista e a massificação domesticada do homem médio que se faz necessária para o consumo do cotidiano reificado; soma, de um lado, a mais-valia que os monopólios geram e, de outro, a disciplina do homem que trabalha e consome docilmente sob sua vigência.

2. As tendências embrionárias da reificação no Livro I de O capital

É verdade, Marx não viveu a ponto de presenciar o processo de reificação do cotidiano burguês, como lembra sabiamente Lukács: “os *Manuscritos econômicos e filosóficos* podem nos mostrar o fenômeno da alienação de modo bastante plástico e filosófico, mas o problema atual da alienação tem hoje uma outra fisionomia, diferente daquela que podia ter há 120 anos, no tempo de Marx” (LUKÁCS *apud* HOLZ; KOFLER; ABENDROTH, 1969, p. 56; grifos originais). A outra fisionomia que a alienação assume nos dias de hoje, a que Lukács se refere no trecho transcrito, é precisamente a da reificação. Os limites de Marx, portanto, não foram gnosiológicos, mas, sim, históricos: a reificação não estava objetivamente posta em seu tempo e, assim sendo, não poderia ter sido alçada à condição de objeto de sua investigação.

Não passaram alheias a Marx, no entanto, as investidas do capital rumo à administração da vida societária ao longo do século XIX, o que nos faculta dizer que os germens da reificação estão claramente observados na sua obra, especialmente no primeiro livro de *O capital*. Se a reificação não estava inteiramente posta como realidade para o século de Marx, o mesmo não pode ser dito com relação às tendências que culminaram no controle societário e disciplinar do cotidiano por parte do capital. À proporção que os embriões da reificação se anunciavam frente a seus olhos, Marx os registrou atentamente.

Anotemos alguns extratos.

Antes de *O capital*, texto no qual está contido o maior número desses extratos, Marx havia percebido a gerência disciplinadora da força de trabalho no interior das indústrias de seu tempo. Que se leia a sua crítica:

Cada fabricante tem, para seu uso particular, um verdadeiro código em que há muitas fixas para todas as faltas voluntárias

ou involuntárias. Por exemplo, o operário pagará um tanto se tiver a infelicidade de se sentar numa cadeira, se murmurar, se conversar, se se rir, se chegar alguns minutos mais tarde, se uma parte da máquina se partir, se não entregar os objetos com a qualidade requerida etc. As multas são sempre mais elevadas do que o prejuízo verdadeiramente causado pelo operário. E para dar ao operário todas as facilidades de incorrer em multas, adianta-se o relógio da fábrica, dão-se más matérias-primas para que o operário faça com elas bons produtos. Destitui-se o contramestre que não seja suficientemente hábil para multiplicar os casos de contravenção. (MARX, 2001, p. 163)

A realidade descrita acima é a estratégia do capital para anular os poros da jornada de trabalho, intensificando o processo produtivo, administrando a força de trabalho com as normas listadas, com a especial menção das multas. As formas de manipulação burguesa narradas por Marx em 1847 são os antecedentes das formas criadas posteriormente por Taylor em sua tentativa de fazer da força de trabalho um gorila domesticado, do que se conclui que o cronômetro taylorista é tão somente o ponto culminante de uma história que finca raízes num passado longínquo.

No ano seguinte, em 1848, quando da publicação do *Manifesto comunista*, Marx e Engels fazem o correto uso do termo “adestramento” para argumentar que as críticas burguesas concernentes ao possível desaparecimento da cultura com o advento de uma sociedade comunista esquecem que a cultura burguesa significa para “a imensa maioria dos homens apenas um adestramento que os transforma em máquinas” (MARX; ENGELS, 2008, p. 54). Certamente não é um termo gratuito. “Adestramento” é a palavra-chave ao se tratar da educação moral do comportamento do operariado no chão da fábrica, do controle de seus gestos, sendo também pertinente para simbolizá-la nas demais esferas do cotidiano reificado.

É, contudo, da obra máxima de Marx que transbordam as alusões às tendências que culminariam na reificação do cotidiano burguês em tempos de capital monopolista. No primeiro volume de *O capital* há inúmeras referências ao tema. Apresentemos a seguir algumas delas.

As menções começam pela própria coisificação do real burguês graças à dinâmica inerente à produção de mercadorias. Porém, como explica Marx abaixo, a objetividade sensível da mercadoria esconde em seu caráter fetichizado o valor engendrado pelo trabalho dos homens:

Exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos das mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural. Por isso, pode-se virar e revirar uma mercadoria como se queira, e ela permanece inapreensível como coisa de valor [*Wertding*]. Lembremo-nos, todavia, de que as mercadorias possuem objetividade de valor

apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias. (MARX, 2013, p. 125)

Eis que a objetividade sensível das mercadorias esconde a “objetividade de valor” da ação humana. O humano criador não se apresenta à nossa sensibilidade no imediato da cotidianidade coisificada da sociedade capitalista. Sob a forma das mercadorias, o trabalho torna-se coisa manipulável, autônoma; o predicado se desvincula do sujeito da ação. Daí, “seu próprio movimento social possui, para eles [os homens], a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se encontram, em vez de eles as controlarem” (MARX, 2013, p. 150).

Ademais, em *O capital*, Marx registra também as tendências que culminariam na monopolização da economia capitalista, o solo de que nasce a reificação. Isso se dá especialmente quando se lê o que o nosso autor escreve acerca da centralização e concentração de capital:

A luta concorrencial é travada por meio do barateamento das mercadorias. O baixo preço das mercadorias depende, *caeteris paribus*, da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores (...). Os capitais menores buscam, por isso, as esferas da produção das quais a grande indústria se apoderou apenas esporádica ou incompletamente. A concorrência aflora ali na proporção direta da quantidade e na proporção inversa do tamanho dos capitais rivais. Ela termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte passam às mãos do vencedor, em parte se perdem (...). Paralelamente, o progresso da acumulação aumenta o material centralizável, isto é, os capitais individuais, ao mesmo tempo que a ampliação da produção capitalista cria aqui a necessidade social, acolá os meios técnicos daqueles poderosos empreendimentos industriais cuja realização está vinculada a uma centralização prévia do capital. Hoje, portanto, a força de atração mútua dos capitais individuais e a tendência à centralização são mais fortes do que qualquer época anterior. (MARX, 2013, p. 702)

Marx finaliza o trecho acima dizendo que a tendência à centralização de capital é mais forte em seu tempo do que em qualquer outra época anterior. A força de tal tendência se realiza com maior intensidade quando se transita para o estágio do capital monopolista. Todas as linhas da citação servem com justeza para a compreensão desse novo estágio de desenvolvimento do capital.

Em meio às anotações de *O capital*, vez ou outra, é possível encontrar alusões à manipulação da vida social que indicam as tendências da reificação de que falamos. É o caso da seguinte passagem, em que Marx

escreve que “apenas olhando um homem não é possível perceber com exatidão quantos dias ele já morreu”, muito embora isso não seja impedimento para “que companhias de seguros, baseando-se na expectativa média de vida dos homens, possam chegar a conclusões muito seguras e, mais ainda, lucrativas” (MARX, 2013 p. 281). O cálculo racional e frio da estatística presta-se ao capital na tarefa de manipular a vida humana a ponto de quantificar em que medida se lucra com a expectativa média de vida dos homens.

O movimento de padronização do trabalho, simplificando-o ao limite para que as habilidades do operário sejam reduzidas a um conjunto mínimo de execuções burocráticas, um dos futuros propósitos da administração taylorista, não passa despercebido a Marx, ao afirmar que “o trabalhador, aqui, não é mais do que tempo de trabalho personificado. Todas as diferenças individuais se dissolvem na distinção entre trabalhadores de ‘jornada integral’ e de ‘meia jornada’” (MARX, 2013, p. 317). As singularidades dos trabalhadores, aquilo que os distingue como personalidades próprias, apagam-se nos catálogos, nas gavetas dos departamentos da gerência da força de trabalho, sob a rubrica de trabalhadores que cumprem ou a jornada integral, ou a meia jornada; as singularidades dos homens que trabalham se perdem em meio à categorização burocrática daqueles que estão alocados ou em “jornada integral” ou em “meia jornada”. Sejam Pedro ou Paulo, ambos são generalizados uniformemente como “tempo de trabalho personificado”, e tornam-se variáveis contábeis, o que facilita a manipulação por parte dessa gerência.

Marx constata em outro instante de *O capital* que a administração manipuladora da força de trabalho poderia fazer estender a jornada de trabalho para o restante das 24 horas do dia do operário. Assim, as horas de fruição autônoma do trabalhador transformam-se em horas de trabalho, de produção de mais-valor; assim, do ponto de vista da burguesia,

a jornada de trabalho contém 24 horas inteiras, deduzidas as poucas horas de repouso sem as quais a força de trabalho ficaria absolutamente incapacitada de realizar novamente seu serviço. Desde já, é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo – e até mesmo no país do sabatismo – é pura futilidade! (MARX, 2013, p. 337).

Para o trabalhador, o reino da liberdade, isto é, o tempo para além do trabalho em que estão dadas as possibilidades para o desenvolvimento humano em si mesmo, tende a ser reduzido a zero pelo capital. Todo e qualquer limite físico ou moral para a extensão da jornada de trabalho é transgredido pelo capital no caminho rumo à extração de mais-valor absoluto. A vida fora de fábrica é mero instante de repouso que faculta o necessário retorno ao processo de valorização. Marx vê que, potencialmente, qualquer instante do tempo de vida pode se metamorfosear em tempo para o capital. A produção da mais-valia requer prioridade em face dos aspectos que Marx lista acima, como a “formação humana”, o “desenvolvimento intelectual”, o “cumprimento das funções vitais”, o “livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais”. Como Marx bem o sabe, para que o cotidiano se converta em “livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais”, é necessário o fim da pré-história da humanidade.

Não é casual que, ao discutir as lutas em torno da jornada de trabalho, Marx tenha dado especial atenção à constituição das chamadas “casas de trabalho” na Inglaterra, as *workhouses*. Elas nascem como “instrumento de eficácia comprovada: trancafiar esses trabalhadores, que dependem da beneficência pública, numa palavra, os *paupers*, numa ‘casa ideal de trabalho’” (MARX, 2013, p. 348). É o ideal burguês de gerência, de administração absoluta do trabalho dos operários desempregados dependentes das políticas de assistência social (os *paupers*), trancafiados numa “casa” arquitetada unicamente para a extração de mais-valor. O ideal de uma *workhouse* saiu do papel e se concretizou na indústria moderna, nascida da Revolução Industrial, que, dessa vez, não se destinaria tão somente aos *paupers*, mas a todos os trabalhadores fabris. Segundo Marx, “a ‘Casa do Terror’ para os *paupers*, com a qual a alma do capital ainda sonhava em 1770, ergueu-se alguns anos mais tarde como uma gigante ‘casa do trabalho’ para os trabalhadores da manufatura. Chamou-se fábrica. E, dessa vez, o ideal empalideceu diante da realidade” (MARX, 2013, p. 349).

O tema do gerente propriamente dito vem à tona em *O capital* durante o capítulo sobre a cooperação. É mérito da exposição de Marx que a direção capitalista do trabalho combinado não seja vista apenas como uma necessidade espontânea, assim como o é a direção de um maestro em face da orquestra; ainda que também atente para o fato de que a direção capitalista do trabalho combinado corresponda a um movimento necessário, Marx percebe o seu aspecto político, traduzindo-o com as seguintes palavras:

Conforme a massa dos trabalhadores simultaneamente ocupados aumenta, aumenta também a sua resistência e, com ela, a pressão do capital para superá-la. O comando do

capitalista não é apenas uma função específica, proveniente da natureza do processo social de trabalho e, portanto, peculiar a esse processo, mas, ao mesmo tempo, uma função de exploração de um processo social de trabalho, sendo, por isso, determinada pelo antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. (MARX, 2013, p. 406)

É certo que o comando capitalista aparece como um movimento necessário em face da massa de trabalhadores a ser gerenciada; porém, o que Marx sublinha aqui é que a massa de trabalhadores deve ser gerenciada para que se garanta a exploração da força de trabalho combinada, quebrando as resistências que impedem a intensificação do processo de trabalho.

A este ponto, cessa a comparação metafórica com a orquestra e seu maestro, uma vez que o comando advindo do capital é experimentado pelo trabalho como um fenômeno externo, imposto, alienado, estranho, contra a sua vontade. Na escrita de Marx, a gerência capitalista é “despótica em sua forma” (MARX, 2013, p. 407).

A metáfora da orquestra de músicos regida por um maestro cessa para dar lugar à metáfora do exército de soldados uniformizados, com a requerida “disciplina de quartel” (MARX, 2013, p. 495). Esta disciplina de quartel de que nos fala Marx é o trabalho adestrado, mecanicamente praticado pelos trabalhadores que se deparam com a fábrica mecanizada, com a grande indústria que implanta a máquina em seu processo produtivo. A disciplina da força de trabalho sempre foi pedra de toque para o capital; no entanto, essa exigência para o capital se intensifica com o sistema de máquinas tomando conta do processo de produção, fazendo-o um autômato com o qual se defronta o trabalhador: este autômato, aparentemente emancipado da ação humana, exige o máximo de disciplina da força de trabalho, para que não se comprometa o seu fluxo contínuo e perpétuo. E, de fato, para lidar com a disciplina necessária para que o sistema de máquinas não tenha o seu funcionamento prejudicado pela inabilidade do trabalhador, o capital cria para si mesmo os códigos fabris, que dizem respeito às multas passíveis de serem aplicadas aos trabalhadores quando puserem em risco o andamento contínuo do sistema de máquinas. Lembrem-se de que, como vimos no início do item, esta era uma preocupação de Marx desde 1847. Deste modo, “no lugar do chicote do feitor de escravos, surge o manual de punições do supervisor fabril. Todas as punições se convertem, naturalmente, em multas pecuniárias e descontos de salários” (MARX, 2013, p. 496). Marx completa com a constatação que o código foi providencialmente elaborado de forma que “a transgressão das leis” fosse mais lucrativa para o capital do que a sua “observância” (MARX, 2013, p. 496).

Adiante, ao tratar do salário por peça, Marx volta a chamar a atenção para a supervisão administradora do trabalho por parte do capital, referindo-se às novas formas por ela assumidas quando esta modalidade de salário é introduzida. Com o salário sendo pago de acordo com as peças produzidas, a quantidade e a qualidade dos produtos ficam sob a vigilância do próprio trabalhador; isso não quer dizer que termina a administração controladora do trabalho; ao contrário, ela assume uma forma peculiar. O capital se exime de gerenciar cotidianamente, lado a lado, cada uma das execuções feitas pelo trabalho no processo produtivo; assim, o salário por peça faz “supérflua grande parte da supervisão do trabalho”. Torna-se possível para o capital delegar a responsabilidade da supervisão cotidiana dos pormenores do trabalho a um “trabalhador principal”. Daí, “o salário por peça (...) facilita a interposição de parasitas entre o capitalista e o assalariado”, outra característica da produção capitalista que seria exacerbada pelo taylorismo posteriormente. Do que se conclui que “a exploração dos trabalhadores pelo capital se efetiva, aqui, mediante a exploração do trabalhador pelo trabalhador” (MARX, 2013, p. 624).

Enfim, é significativo que os extratos de Marx sobre a gerência administrativa da força de trabalho, o adestramento dos trabalhadores, a regulação burguesa dos comportamentos etc. estejam quase sempre vinculados à vida no interior da fábrica e façam parca menção às demais esferas do cotidiano: demonstra o caráter historicamente inédito da reificação e o seu advento em tempos de capital monopolista, um fenômeno que Marx não esteve em condições de presenciar, muito embora o tenha vislumbrado como tendência.

Conclusão

Estes foram alguns extratos retirados do Livro I de *O capital* que indicam o fenômeno que viria a ser a reificação. Foram alguns dentre vários. É interessante sublinhar a leitura destes trechos escritos por Marx quando nos deparamos com os últimos avanços da manipulação reificadora da conduta do homem cotidiano. Um deles é a especialidade que atende pelo nome de *neuromarketing*. Apresentado por seus apologetas como a “nova ciência do comportamento consumidor” (MORIN, 2011, p. 131), o *neuromarketing* estuda a incidência das propagandas nas zonas do cérebro; por exemplo, em 2004, os primeiros estudos da nova ciência sugeriram que “uma marca forte como a Coca-Cola tem o poder de ‘se apossar’ de um pedaço do nosso córtex frontal” (MORIN, 2011, p. 132). As tecnologias desenvolvidas pela neurociência permitem localizar estas zonas cerebrais por meio de imagens, o que facilita a estratégia de manipular a conduta dos consumidores.

Um livro de 2010, escrito por Leon Zurawicki, que sintetiza os debates de uma especialidade tão recente como o *neuromarketing*, tem como subtítulo sugestivo “explorando o cérebro do consumidor” (ZURAWICKI, 2010). A referência à “exploração” não deve passar despercebida, mesmo porque o livro é um verdadeiro manual da ciência, detalhando sem meias palavras o modo pelo qual é possível moldar o gosto do consumidor, por meio da manipulação ardilosa das ondas cerebrais. O autor também relata as primeiras experiências do *neuromarketing*, de acordo com as quais se analisou a escolha de grupos de indivíduos pela Coca-Cola ou pela Pepsi. Assim, chegou à conclusão de que a escolha pela Coca-Cola produziu uma forte incidência em áreas do cérebro como “o hipocampo bilateral, o parahipocampus, o mesencéfalo, DLPFC, o tálamo e o córtex visual esquerdo” (ZURAWICKI, 2010, p. 72), sendo que, no caso da Pepsi, entretanto, a mesma resposta não se constatou.

Até agora, esse é o ponto culminante da reificação. Vê-se a manipulação nua e crua de indivíduos singulares em laboratórios para se gerarem os grandes lucros dos monopólios. Não é fora de propósito que os homens que participam dos testes são equiparados a animais como sapos que servem às pesquisas laboratoriais, o que se evidencia na sentença conclusiva do ensaio de C. Morin: “as palavras não funcionam, mas as imagens sim. Por quê? É uma coisa do cérebro reptiliano” (2011, p. 135).

Não estava inscrito nos germens do capital monopolista que as suas estratégias manipulatórias culminariam irrevogavelmente no *neuromarketing*. Para a veraz compreensão dos últimos avanços da reificação, não se deve traçar uma linha evolutiva que nos conduz do mais simples para o mais complexo com a inevitabilidade de uma necessidade férrea. Ao contrário, a chave explicativa do macaco é o homem, e não o oposto. É preciso caminhar do presente para o passado, do resultado para o ponto de partida. Isso quer dizer que as análises se dão sempre *post festum*. As especialidades que o processo reificador criou ao longo da história dão relevo aos trechos que extraímos do primeiro livro da obra máxima de Marx. Como capturar o passado de experiências como essas, rastreando-o em suas categorias constitutivas? Marx o fez em *O capital*. Apenas porque o movimento do capital chegou a conceber uma ciência como o *neuromarketing* é que as tendências apreendidas por Marx, que dizem respeito às raízes da reificação, merecem atenção redobrada quando se lê *O capital*.

Como dissemos com Lukács, Marx não estava em condições históricas de ver a reificação. Percebam que até mesmo as tecnologias necessárias ao *neuromarketing* não estavam postas para o desenvolvimento das forças produtivas do século XIX. Porém, o germinar da reificação é lido com todo o vigor no Livro I de *O capital*. Espera-se que

se tenha clarificado que a leitura de *O capital* é o pressuposto histórico para a leitura de *História e consciência de classe*, de Lukács, do *Americanismo e fordismo*, de Gramsci, ou de *O capitalismo tardio*, de E. Mandel. Se as forças em luta durante o século XX tivessem traçado outro caminho, é possível que aqui estivéssemos dando destaque para outras passagens de *O capital*, com significado distinto, que nos explicassem as raízes de movimentos diversos, para além da manipulação do cotidiano burguês como se deu com a consolidação do capital monopolista.

Referências bibliográficas

- HOLZ, Hans H.; KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- CARLI, Ranieri. György Lukács e a literatura sob o processo de reificação. *Cerrados: Revista do Programa de Pós-graduação em Literatura*. Brasília, Editora da UnB, n. 39, v. 1, pp. 281-97, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* v. I: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2010.
- FREUD, Sigmund. *Mal-estar na civilização*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere* v. IV: temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LUKÁCS, György. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Para uma ontologia do ser social* v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. “Discurso sobre o problema do livre-câmbio”. In: MARX, Karl. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria* de Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001, pp. 159-73.
- _____. *O capital: crítica da economia política* v. I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MORIN, Christophe. Neuromarketing: the new science of consumer behavior. *Symposium of consumer culture in global perspective*. Nova York, Springer, v. I, n. 1, pp. 131-5, 2011.
- SCHNEIDER, Michael. *Neuroses e classes sociais: uma síntese freudiano-marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

ZURAWICKI, Leon. *Neuromarketing: exploring the brain of the consumer*. Nova York: Springer, 2010.

Como citar:

CARLI, Ranieri. Disciplina e mais-valia: os germens da reificação no Livro I de *O capital*. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 74-88, abr./2018.

Data de envio: 22/4/2017

Data de aceite: 27/6/2017

Os esquemas de reprodução de Marx e o dogma de Smith¹

Fred Moseley²

Resumo:

Os esquemas de reprodução apresentados na terceira seção de *O capital* de Marx têm sido identificados com as tabelas de insumo-produto de Leontief ou as matrizes de tecnologia na teoria sraffiana ou na teoria neoclássica do crescimento. De acordo com esta interpretação neorricardiana, as tabelas de reprodução marxianas também consistem, fundamentalmente, em quantidades físicas de insumos e produtos, que são agregados em departamentos por meio de valores-trabalho. Seu principal propósito seria analisar as proporções entre insumos físicos e produtos de diferentes setores da economia necessários para que ocorra um crescimento equilibrado. Este artigo argumenta que essa difundida interpretação está fundamentalmente errada: as referidas tabelas consistem em quantidades de capital-dinheiro que são, elas mesmas, o objeto da análise. Seu propósito primordial é o de explicar como o dinheiro investido como capital é recuperado mais tarde, de modo que os meios de produção e a força de trabalho possam ser comprados novamente e a produção capitalista possa continuar na mesma escala (no mínimo). Refutam, assim, a perspectiva de Adam Smith segundo a qual o preço do produto social total se transforma inteiramente em renda, ou seja, em salários mais lucro e renda.

Palavras-chave: *O capital*; crítica da economia política; dogma de Smith.

Marx's reproduction schemes and Smith's dogma

Abstract:

The reproduction schemes presented in the third section of Marx's *Capital* have been identified with Leontief's input-output tables or the technology matrices in Sraffian theory or neoclassical growth theory. According to this neo-ricardian interpretation, Marxian reproduction tables also consist essentially of physical quantities of inputs and products, which are aggregated into departments by means of labor values. Its main purpose would be to analyze the proportions between physical inputs and outputs

¹ Texto publicado originalmente em 1998, no livro *The circulation of capital*, organizado por Christopher. J. Arthur e G. Reuten. Tradução de Leonardo Gomes de Deus. Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Doutor, professor de economia no Mount Holyoke College.

from different sectors of the economy needed for balanced growth to occur. This article argues that this widespread interpretation is fundamentally wrong: these tables consist of amounts of money capital which are themselves the object of analysis. Its primary purpose is to explain how money invested as capital is recovered later, so that the means of production and labor power can be bought back and capitalist production can continue on the same scale (at least). They, thus, refute Adam Smith's view that the price of the total social product is transformed entirely into income, that is, into wages plus profit and income.

Key words: Critic of political economy; *Capital*; Smith's Dogma

A parte mais conhecida do Livro II de *O capital* são os esquemas de reprodução, na terceira seção. Os esquemas de reprodução de Marx têm sido amplamente interpretados para serem, essencialmente, o mesmo que as tabelas de insumo-produto de Leontief, ou as matrizes de tecnologia na teoria sraffiana ou na teoria neoclássica do crescimento (por exemplo, LANGE, 1969; MORISHIMA, 1973; HOWARD; KING, 1985; GEHRKE; KURZ, 1995). Essas matrizes de tecnologia consistem em quantidades físicas de insumos e produtos para os vários setores na economia. De acordo com essa interpretação, as tabelas de reprodução marxianas também consistem, fundamentalmente, em quantidades físicas de insumos e produtos, que são agregados em departamentos por meio de valores-trabalho. O principal propósito das tabelas de reprodução de Marx, segundo esta interpretação, é analisar as condições de crescimento equilibrado, ou as proporções entre insumos físicos e produtos de diferentes setores da economia, necessários para que ocorra crescimento equilibrado.

Essa interpretação das tabelas de reprodução de Marx tem sido um dos principais pilares do domínio corrente da interpretação neorricardiana sobre a teoria marxiana de valor e preço, segundo a qual o método lógico desta teoria é essencialmente o mesmo da de Sraffa, isto é, o da produção linear. Especificamente, de acordo com esta interpretação, a teoria marxiana toma como dadas as quantidades físicas de insumos e produtos, tal qual nas tabelas de reprodução de Marx, e, em seguida, deriva valores e preços a partir desses coeficientes técnicos de produção dados. (Gehrke e Kurz enfatizam essa conexão entre as tabelas de reprodução de Marx e sua teoria do valor e preço.)

Este artigo argumenta que essa difundida interpretação das tabelas de reprodução de Marx está fundamentalmente errada e que tais tabelas não consistem em quantidades físicas de insumos e produtos, mas, antes,

em quantidades de *dinheiro*, dinheiro que circula como capital e renda³. Essas quantidades de capital-dinheiro não servem como meios de agregar insumos físicos e produtos, mas são antes, elas mesmas, o objeto da análise, como quantidades de capital-dinheiro. O propósito primordial das tabelas de reprodução de Marx não é analisar crescimento equilibrado em termos de quantidades físicas de insumos e produtos, mas, ao contrário, analisar a reprodução de quantidades de *capital-dinheiro*, isto é, explicar como o dinheiro que é investido como capital é recuperado mais tarde, de modo que os meios de produção e a força de trabalho possam ser comprados novamente e a produção capitalista possa continuar na mesma escala (no mínimo). A análise de Marx sobre a questão não tem nada que ver, essencialmente, com quantidades físicas de insumos e produtos, mas, ao contrário, com o adiantamento, recuperação e reprodução de diferentes componentes do capital-dinheiro ao longo da economia capitalista, pela compra e venda de mercadorias.

Será discutido que o propósito mais importante e imediato das tabelas de reprodução de Marx era refutar a perspectiva de Adam Smith, amplamente sustentada, mas errônea, de que o preço do produto social total se transforma inteiramente em renda, ou seja, em salários mais lucro e renda⁴. O “dogma de Smith” (como Marx o chamava) e sua refutação por Marx não dependem de modo algum da especificação das quantidades físicas de insumos e produtos. Ao contrário, eles têm relação com o *preço* das mercadorias e, especificamente, com a questão de como o *capital-dinheiro*, investido como capital constante nos meios de produção, é recuperado por meio da venda das mercadorias. A questão central é se o preço total do produto social é inteiramente transformado em renda ou se também inclui um componente de capital constante. Todas essas variáveis – preço, capital, renda etc. – são definidas em unidades de dinheiro e não são em absoluto derivadas de dadas condições técnicas de produção⁵.

³ Em Moseley (1993), discuti que a similar interpretação neorricardiana da teoria marxiana de valor e preço, mencionada no parágrafo anterior, é igual e fundamentalmente errada.

⁴ Outros autores discutiram brevemente a relação entre as tabelas de reprodução de Marx e o dogma de Smith, incluindo Heinrich (1989, p. 69) e Clarke (1994, p. 269). Tais discussões me alertaram para essa conexão e instigaram meu estudo adicional das tabelas de reprodução a partir dessa perspectiva. Em outro lugar (MOSELEY, 1995), critiquei a interpretação de Heinrich de outros aspectos da teoria marxiana, mas ele acerta ao dizer que o trabalho de Marx nas tabelas de reprodução foi motivado por seu desejo de criticar o dogma de Smith.

⁵ Foley (1986, Cap. V) também enfatizou que os esquemas de reprodução de Marx consistem em quantidades de capital-dinheiro. Entretanto, Foley argumenta que o propósito principal da análise marxiana da reprodução era determinar as proporções necessárias entre o capital-dinheiro nos dois departamentos para reprodução estável e investigar o problema da demanda agregada. Esses temas são abordados na análise marxiana da reprodução, mas não são os mais importantes.

Para demonstrar essas conclusões, este artigo reexamina os seguintes textos em que Marx discutiu suas tabelas de reprodução e temas relacionados: 1) uma importante carta de 1863 a Engels, que é, aparentemente, a primeira apresentação de Marx das citadas tabelas de reprodução (ao menos, é a primeira discussão que foi publicada em inglês, e eu acredito que em qualquer outra língua); 2) Capítulos III e VI do primeiro volume das *Teorias do mais-valor*, escritas em 1862, em que Marx discutiu o dogma de Smith e o *Tableau économique* de Quesnay; 3) Capítulo IL do Livro III de *O capital*, escrito em 1865; e 4) a mais conhecida e mais extensa discussão das tabelas de reprodução de Marx na terceira seção do Livro II de *O capital*, escrita nos anos 1870.

O título da segunda seção do Livro II de *O capital* é “A reprodução do capital social total”, assim, a indicar que as tabelas de reprodução de Marx analisam a reprodução e circulação do *capital*. Portanto, é necessário, em primeiro lugar, revisar brevemente a definição marxiana de capital e a definição relacionada de renda.

1 - A definição marxiana de capital em termos de dinheiro

Marx primeiro definiu seu conceito de capital na segunda parte do Livro I de *O capital*, que é intitulada “A transformação de dinheiro em capital”. No Capítulo IV, definiu capital como *dinheiro que se transforma em mais dinheiro*, por meio da compra e venda de mercadorias, e expressou essa definição simbolicamente como $D - M - D'$, em que $D' = D + \Delta D$. Mais-valor também é definido como o incremento de dinheiro (ΔD) que emerge da circulação do capital. Os capítulos seguintes argumentam que a fonte desse mais-valor, o incremento de dinheiro que transforma uma soma de dinheiro em capital, é o sobretabalho dos trabalhadores engajados na produção.

Mais tarde, no Livro I, na introdução da sétima parte, Marx sumariza sua definição da *circulação do capital*, que inclui, além das duas fases mencionadas, uma terceira, que é o retorno à esfera da circulação, para vender os produtos. Esse sumário é o seguinte:

A transformação de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é a primeira fase do movimento a que se submete a quantidade de valor que funcionará como capital. Ela ocorre no mercado, na esfera da circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, completa-se assim que os meios de produção foram convertidos em mercadorias, cujo valor excede aquele de suas partes componentes, e, portanto, contêm o capital originalmente adiantado mais um mais-valor. Essas mercadorias devem ser lançadas de volta na esfera da circulação. Elas precisam ser vendidas, seu valor deve ser realizado em dinheiro, esse

dinheiro deve ser transformado, uma vez mais, em capital e assim sucessivamente. Esse ciclo, em que as mesmas fases se completam em sucessão, forma a circulação do capital. (*O capital*, l. I, p. 709)

Assim, vemos que Marx definiu capital como dinheiro que se torna mais dinheiro, por meio da produção e venda de mercadorias, e a circulação do capital como repetição contínua das três fases de compra, produção e venda que acabam de ser descritas. Portanto, o título de Marx para a terceira seção do Livro II, “A reprodução do *capital* social total”, significa a reprodução do *dinheiro que funciona como capital*.

Como capital é definido em termos de dinheiro, os componentes principais em que o capital total é dividido, capital constante e capital variável, também são definidos em termos de dinheiro (*O capital*, l. I, Cap. VIII). Assim, as magnitudes de capital constante, capital variável e mais-valor nos departamentos I e II, nas tabelas marxianas de reprodução, são definidas em termos de dinheiro, não em termos de insumos e produtos físicos, como sugerido pela interpretação neorricardiana.

Deve ser notado que Marx não definiu capital como meios físicos de produção, como os economistas clássicos tendiam a fazer e como os economistas neoclássicos fazem hoje. Marx criticou extensamente este conceito clássico de capital como meios físicos de produção (por exemplo, no Livro I, pp. 975-1.010). Ele argumentava que essa definição de capital é um exemplo da tendência dos economistas clássicos de definir seus conceitos em termos físicos, o que é comum a todos os sistemas econômicos, em lugar de definirem em termos daquelas características que são historicamente específicas do capitalismo, isto é, o investimento de dinheiro para fazer mais dinheiro:

Economistas modernos zombam da estupidez do sistema monetário quando ele responde à questão “o que é dinheiro?” com a resposta “ouro e prata”. Mas esses mesmos economistas não coram ao responder à questão “o que é capital?” com a resposta “capital é algodão”. Entretanto, isso é o que fazem quando declaram que (...) as *condições materiais do trabalho* são *capital* em sua própria natureza, e que elas são capital porque e na medida em que participam no processo de trabalho em virtude de suas qualidades físicas, como valores de uso. Está correto se outros acrescentam à sua lista: capital é carne e pão, pois, embora o capitalista compre força de trabalho com dinheiro, esse dinheiro de fato só representa (...) os meios de subsistência do trabalhador. (*O capital*, l. I, p. 996)

Essa é a razão, então, por que o capitalista, o trabalhador e o economista político, que só é capaz de conceber o processo de trabalho como um processo sob a propriedade do capital, todos pensam nos elementos *físicos* do processo de trabalho como *capital* apenas em razão de suas características físicas. É por isso que são incapazes de separar sua existência física, como

meros elementos no processo de trabalho, de suas características *sociais*, amalgamadas naquela, que são o que realmente faz dela *capital*. (*O capital*, l. I, pp. 1.007-8, grifo de Marx).

A definição marxiana de capital em termos de dinheiro, em lugar de meios físicos de produção, segue seu princípio metodológico de *especificidade histórica*, de acordo com o qual os conceitos de uma teoria do capitalismo deveriam referir-se a suas características especificamente históricas e únicas, porque são estas que determinam o desenvolvimento do capitalismo, não aquelas características comuns que o capitalismo compartilha com todos os sistemas econômicos, tal como a produção de produtos por meio de insumos (ver, por exemplo, *Grundrisse*, pp. 85-8)⁶.

Marx distinguiu dinheiro que funciona como capital de dinheiro que funciona como renda do seguinte modo. Vimos que capital é definido como dinheiro adiantado para comprar meios de produção e força de trabalho, a serem usados para produzir uma mercadoria e, eventualmente, para recuperar uma soma maior de dinheiro. Por outro lado, renda é definida como dinheiro usado para comprar meios de consumo com o propósito de consumo individual. Essa distinção, que Marx creditou a Quesnay, por ter sido este o primeiro a enfatizá-la (*Teorias do mais-valor*, v. I p. 344), desempenha um importante papel na análise marxiana da reprodução e em sua crítica do dogma de Smith. Este argumentou que o preço do produto social total é inteiramente transformado em renda; Marx argumentou o contrário, que o preço do produto social total também inclui, e deve incluir, um componente de capital se a produção capitalista deve ser capaz de reproduzir a si mesma.

2 – Carta de 1863 a Engels

A primeira vez que Marx apresentou uma versão de suas tabelas de reprodução foi numa carta a Engels, escrita em 6 de julho de 1863 (*Selected correspondence*, pp. 132-6), logo depois de terminar o *Manuscrito de 1861-3*, o segundo esboço de *O capital*, a ser discutido na próxima seção. Não há discussão das tabelas de reprodução nos *Grundrisse*, embora haja extensas discussões das outras partes daquilo que, mais tarde, tornar-se-ão as seções primeira e segunda do Livro II de *O capital*.

Na carta, Marx pediu a Engels para examinar um “quadro econômico” que, disse ele, foi adaptado do *Tableau économique* de

⁶ Esse princípio de especificidade histórica foi enfatizado por Rubin (1972, Cap. IV), Korsch (1963, publicado originalmente em 1938, Cap. II) e Rosdolsky (1968, pp. 77-80).

Quesnay e que ele anexou à carta. Marx introduziu seu “quadro econômico” como se segue:

Você sabe que, segundo Adam Smith, o “preço natural” ou o “preço necessário” é composto de salários, lucro (juro), renda – e se reduz, assim, inteiramente em *renda*. Esse disparate foi assumido por Ricardo, embora ele exclua renda fundiária da lista, como meramente accidental. Quase *todos* os economistas aceitaram isso de Smith e aqueles que o combateram cometeram algum outro tipo de imbecilidade. O próprio Smith estava ciente do absurdo de reduzir o *produto total* da sociedade simplesmente a *renda* (que pode ser consumida anualmente), enquanto em *todo* ramo *separado* da produção ele decompõe o preço em *capital* (matéria-prima, maquinaria etc.) e *renda* (salários, lucro e renda da terra). De acordo com isso, a sociedade teria de recomeçar, *sem capital*, todo ano. (*Selected correspondence*, p. 133, grifos de Marx)

Essa passagem e o resto da carta deixam claro que o “quadro econômico” de Marx foi planejado originalmente para fornecer uma crítica da perspectiva errônea de Smith de que o preço do produto-mercadoria total da sociedade se resolvia inteiramente em salários, lucro e renda; isto é, que o preço é inteiramente resolvido em renda (sob a premissa de que todo o lucro é consumido em lugar de acumulado – o que é tanto o pressuposto de Smith quanto de Marx nesse contexto).

Marx, então, explicou o conteúdo e a lógica da tabela de reprodução a Engels. Ele dividiu a economia inteira em duas “categorias” amplas: Categoria 1, que produz meios de subsistência, e Categoria 2, que produz meios de produção⁷. Começou sua discussão com a Categoria 1, os meios de subsistência. O preço do produto da Categoria 1 inclui tanto um componente de *capital* (capital constante), igual aos custos dos meios de produção consumidos na produção dos meios de subsistência, e um componente de *renda*, igual ao capital variável e ao mais-valor. Portanto, o preço do produto da Categoria 1 não pode ser inteiramente resolvido na renda dentro da Categoria 1.

Sob o pressuposto de que os capitalistas gastam todo o seu lucro com meios de subsistência (isto é, o pressuposto da “reprodução simples”), os capitalistas na Categoria 1 são capazes de vender parte de seus meios de subsistência para trabalhadores e capitalistas *dentro* da Categoria 1. No entanto, outra parte dos meios de subsistência permanece sem ser vendida e os capitalistas nesta categoria ainda não recuperaram o capital gasto nos meios de produção. Portanto, emerge a seguinte questão: quem compra os meios de subsistência restantes da Categoria 1 e como o capital constante investido nela é recuperado, de modo que os meios de produção nesta

⁷ Há de se notar que essas categorias são o inverso dos dois departamentos nas versões posteriores das tabelas de reprodução de Marx.

categoria possam ser recomprados e a produção possa continuar na mesma escala, no período seguinte?

As respostas a essas questões envolvem as relações de troca entre Categoria 1 e Categoria 2. Os preços do produto da Categoria 2 também incluem tanto o componente de *capital* (capital constante) quanto o componente de *renda*, igual a capital variável e mais-valor. Os compradores adicionais para os produtos da Categoria 1 são os trabalhadores e capitalistas da Categoria 2, que gastam seus salários e mais-valor para comprar os meios de subsistência, permitindo, assim, aos capitalistas na Categoria 1 recuperarem seu capital constante investido.

Depois da compra dos meios de subsistência pelos trabalhadores e capitalistas na Categoria 2, entretanto, toda a renda da sociedade foi gasta para comprar os meios de subsistência produzidos pela Categoria 1. Se a perspectiva de Smith estivesse correta, e o preço total se reduzisse inteiramente a renda, quem compraria os meios de produção produzidos pela Categoria 2 e com qual dinheiro? A renda total da sociedade foi gasta e os meios de produção ainda não foram vendidos. De modo similar, se a perspectiva de Smith estivesse correta, como os meios de produção consumidos poderiam ser repostos em ambas as categorias, já que não haveria dinheiro disponível com o qual se comprassem novos meios de produção? Como Marx afirma na passagem citada acima, “De acordo com isso, a sociedade teria de recomeçar, *sem capital*, todo ano”.

A resposta de Marx a essa questão era que, evidentemente, a perspectiva de Smith tinha de estar errada. O preço total do produto social, tal qual o preço de cada mercadoria individual e o preço de cada categoria de bens, decompõe-se não apenas em renda, mas também em capital constante. Este componente do preço das mercadorias permite a capitalistas em ambas as categorias recuperarem o capital constante consumido na produção, o que, por sua vez, permite-lhes recomprar os meios de produção consumidos. Uma vez reconhecido que o preço total do produto social se decompõe tanto em capital constante quanto em renda, é fácil explicar como o capital constante é recuperado e como os meios de produção são recomprados nas duas categorias, de modo que a produção possa continuar na mesma escala.

Quase no final de sua carta, Marx comentou: “O movimento, parte na Categoria 1, parte entre as Categorias 1 e 2, mostra ao mesmo tempo como o *dinheiro* com o qual elas pagam novos salários, juros e renda da terra retorna aos respectivos capitalistas de ambas as categorias.” (*Selected correspondence*, p. 135, grifos de Marx) Este tema do “refluxo de dinheiro” foi muito enfatizado por Marx em seus últimos escritos sobre reprodução, e isso novamente indica, claramente, que as quantidades nas suas tabelas de reprodução são quantidades de capital-dinheiro e que a análise

marxiana da reprodução tem relação com o modo como quantidades de capital-dinheiro investidas são recuperadas pelos diferentes grupos de capitalistas, de tal forma que este capital-dinheiro possa ser reinvestido e a produção capitalista possa continuar sem interrupção.

Marx demonstrou, portanto, por meio de seu quadro econômico, que a visão de Smith era errônea: que o preço total do produto social total não pode ser resolvido inteiramente em renda, mas deve incluir também um componente de capital constante. Sem esse componente no preço das mercadorias, não haveria modo de os capitalistas recuperarem seu capital constante investido, nem de recomprarem os meios de produção consumidos.

3 – O Manuscrito de 1861-3

O uso de uma adaptação do *Tableau économique* de Quesnay para refutar o dogma de Smith parece ter sido desenvolvido a partir das discussões marxianas sobre Smith e Quesnay no *Manuscrito de 1861-3*, nas seções publicadas no primeiro volume das *Teorias do mais-valor*. Essas seções foram escritas no início de 1862, cerca de um ano antes da carta a Engels que se acabou de discutir.

3.1 – Smith

Marx discutiu o dogma de Smith, pela primeira vez, no Capítulo III, seções 8 e 10, das *Teorias do mais-valor*. A Seção 8 é uma breve introdução e a Seção 10 é uma discussão mais longa. Estas seções abordam algumas questões enfatizadas na carta de 1863: como o capital constante consumido na produção é recuperado, de modo que os meios de produção consumidos possam ser recomprados? Entretanto, a discussão nessas seções é muito menos clara do que na carta a Engels e o *Tableau économique* de Quesnay não é mencionado explicitamente. Aparentemente, Marx ainda não havia chegado à ideia de usar o *Tableau économique* para demonstrar o erro de Smith.

Na Seção 10, Marx distinguiu as mesmas duas categorias amplas de produtores, como fizera na carta de 1863, mas não agregou todos os capitais individuais em totais para essas duas categorias, como fez naquela carta e como faria em seus escritos posteriores sobre o assunto. Essa falta de agregação reflete a falta de clareza de Marx, nesse seu momento relativamente inicial, e isso faz os exemplos numéricos extremamente detalhados e tediosos de acompanhar. Entretanto, está claro que as quantidades de capitais individuais discutidas são definidas em termos de dinheiro, não de quantidades de insumos e produtos.

Assim como na carta de 1863, Marx começou sua análise, na Seção 10, com os produtores de bens de consumo (subseção “a”, “Impossibilidade de reposição do capital constante dos produtores de bens de consumo por meio da troca entre esses produtores”, pp. 107-25). Usando um longo e detalhado argumento, Marx mostrou que, como a soma dos salários mais o lucro para esses produtores é sempre menor do que a soma dos preços de seus produtos, é sempre impossível para eles vender todos os seus bens de consumo por meio de trocas entre eles mesmos e seus trabalhadores. Sempre restará um excedente não vendido, cujo preço é igual à soma do capital constante consumido por esses produtores. Este excedente de bens de consumo não vendidos significa que tais produtores não serão capazes de recuperar seu capital constante e, portanto, que não serão capazes de recomprar seus meios de produção consumidos.

Na subseção seguinte (subseção “b”, “Impossibilidade de reposição do capital constante total da sociedade por meio da troca entre os produtores de artigos de consumo e os produtores dos meios de produção”, pp. 25-38), Marx considerou trocas entre produtores de bens de consumo e produtores de meios de produção. Usando outro argumento longo e detalhado, ele demonstrou que, enquanto a renda dos produtores dos meios de produção (salário mais lucro) pode ser suficiente para comprar todos os artigos de consumo, não resta nenhuma renda para a compra de seus próprios produtos, os meios de produção. Com base na visão de Smith, seria impossível para ambos os grupos de capitalistas recuperarem seu capital constante e, portanto, recomprarem seus meios de produção. Assim, Marx chega à mesma conclusão da carta de 1863: de que a visão de Smith tem de estar errada. O preço total do produto social total consiste não apenas em renda, mas também num segundo componente “capital”, que é igual aos preços dos meios de produção consumidos e que permite aos capitalistas recuperarem o capital constante consumido e recomprarem esses meios de produção consumidos.

Nessa seção, Marx não apresentou sua própria análise da reprodução do capital social total e uma solução completa para os problemas que emergem da falsa asserção de Smith. Evidentemente, ainda não estava suficientemente claro o entendimento mesmo de Marx, para apresentar sua própria análise, especialmente numa forma concisa. No entanto, ele observou de fato, no final desta seção, que “nós deveremos retornar a essa questão a propósito da circulação do capital” (*Teorias do mais-valor*, v. I, p. 147), a indicar, assim, a relação entre a crítica do dogma de Smith e sua análise da circulação e reprodução do capital no Livro II de *O capital*.

3.2 – Quesnay

Alguns meses depois, Marx discutiu o *Tableau économique* de Quesnay pela primeira vez em seus escritos publicados (*Teorias do mais-valor*, v. I, Cap. VI). (Marx não mencionou o *Tableau économique* em sua primeira discussão dos fisiocratas no manuscrito – *Teorias do mais-valor*, Cap. II –, anterior a sua discussão de Smith.) A discussão do *Tableau économique* de Quesnay foi escrita em separado no caderno e intitulada “Digressão” (*Marx-Engels collected works*, v. XXXI, pp. 590-1). Não está totalmente claro por que Marx retornou a Quesnay depois da discussão sobre Smith. Talvez sua discussão sobre o dogma de Smith o tenha ajudado a compreender que o *Tableau économique* de Quesnay poderia ser usado para demonstrar o erro de Smith e seja esta a razão pela qual retornou ao primeiro⁸. Embora o erro de Smith não seja explicitamente mencionado nessa discussão de Quesnay, os temas abordados estão claramente relacionados ao debate anterior sobre o assunto. Marx revisou em detalhe as várias transações no quadro de Quesnay, a enfatizar a distinção entre capital e renda e a distinção correlata entre consumo produtivo (compra de meios de produção e força de trabalho) e consumo final (compra de meios de subsistência). Outros temas discutidos nesse capítulo incluem a recuperação do capital constante na agricultura, permitindo, assim, aos capitalistas, em ambos os setores, recomprarem os meios de produção consumidos; o “refluxo de dinheiro” aos capitalistas; e a determinação da quantidade de dinheiro pela circulação de mercadorias e capital (em oposição à teoria quantitativa da moeda). Todos esses temas se relacionam às quantidades de dinheiro e não dependem absolutamente de quantidades físicas de insumos e produtos.

Talvez esse estudo posterior de Quesnay tenha ajudado Marx a compreender que o *Tableau économique* poderia ser usado para demonstrar o erro do dogma de Smith. De todo modo, como já vimos, Marx tinha claramente essa conexão em mente, no momento de sua carta a Engels, um ano mais tarde.

4. Livro III, Capítulo II, de O capital

O Livro III de *O capital* foi escrito em 1864 e 1865, antes do Livro II tal qual o conhecemos. O Capítulo II é o único lugar no Livro III em que

⁸ Clarke (1994, p. 269) argumenta: “Essa adaptação do esquema de Quesnay foi desenvolvida a partir da crítica de Marx à negligência de Adam Smith em relação ao capital constante, reduzindo o produto nacional a rendas de salários, renda da terra e lucro, ignorando aquele componente que serve para repor os meios de produção usados durante o ano. Ela foi a base para a discussão da reprodução na terceira seção do Livro II de *O capital*.”

Marx discutiu explicitamente suas tabelas de reprodução⁹. É claro que este capítulo, logicamente, segue a terceira seção do Livro II, a ser discutida a seguir, embora tenha sido escrita antes. Esse capítulo é, uma vez mais, sobre o dogma de Smith e a sua teoria do valor ligada ao “custo de produção”. As questões colocadas são as mesmas das discussões anteriores feitas por Marx. Se o dogma de Smith fosse verdadeiro, como poderia o capital constante consumido na produção ser recuperado e como poderiam os meios de produção ser repostos, de modo que a produção pudesse ser continuada na mesma escala? Marx declara suas razões para “retornar” a essa análise da reprodução e do dogma de Smith como se segue:

Podemos ver que o problema posto aqui já foi resolvido quando lidamos com a reprodução do capital social total, no Livro II, terceira seção. Voltamos a ela aqui, em primeiro lugar, porque, ali, o mais-valor ainda não havia sido desenvolvido em suas formas de renda – lucro (lucro do empresário mais juro) e renda fundiária – e, portanto, ainda não poderia ser tratado nessas formas; em segundo lugar, porque é precisamente em conexão com a forma dos salários, lucro e renda fundiária que um incrível equívoco percorreu a análise de toda a economia política desde Adam Smith. (*O capital*, l. III, p. 975)

Esse capítulo fornece evidência adicional de que a análise marxiana da reprodução social do capital estava concernida primariamente com a refutação do dogma de Smith, que diz respeito aos componentes do preço das mercadorias e que não depende, de modo algum, da especificação da relação quantitativa entre quantidades físicas de insumos e produtos.

5 – Livro II, terceira seção, de O capital

Chegamos finalmente à mais conhecida e mais extensa discussão das tabelas de reprodução de Marx, na terceira seção do Livro II de *O capital*, que será abordada com algum detalhe, capítulo por capítulo, seção por seção.

5.1 – Capítulo XVIII (“Introdução”)

O Capítulo XVIII é um breve capítulo introdutório, que consiste em duas seções. Na seção I (“O objeto a ser investigado”), a reprodução e circulação do capital social total é definida, essencialmente, do mesmo modo como discutido acima, isto é, como a *contínua repetição das três fases da circulação do capital*: 1) a compra dos meios de produção e da

⁹ Deve-se observar que Marx não usou suas tabelas de reprodução para analisar a determinação dos preços de produção, na seção segunda do Livro III, tal qual na interpretação neorricardiana, iniciada por Bortkiewicz, para cujo trabalho Sweezy (1968) chamou a atenção.

força de trabalho com capital-dinheiro, na esfera da circulação; 2) o processo de produção; e 3) a venda do produto (reconversão em dinheiro), uma vez mais na esfera da circulação. O dogma de Smith não é mencionado especificamente nessa breve introdução. Entretanto, a significância do referido dogma para a discussão que Marx faz sobre a reprodução do capital social total é enfatizada nos dois capítulos seguintes.

Marx observou que a Seção II do Capítulo XVIII (“O papel do capital-dinheiro”) não pertence realmente à introdução. Os dois principais pontos discutidos brevemente são: que a circulação do capital começa com dinheiro; e que o montante de dinheiro que deve ser adiantado para manter uma dada escala de produção depende da duração da rotação do capital (ponto discutido na segunda seção do Livro II). Para nossos propósitos, o ponto principal é que essa seção fornece evidência adicional de que as tabelas de reprodução de Marx falam em termos de fluxos de capital-dinheiro.

5.2 – Capítulo XIX (“Exposições anteriores do tema”)

Este capítulo é quase inteiramente voltado à discussão do dogma de Smith (exceto por uma muito breve discussão do *Tableau économique* de Quesnay) e, assim, fornece importantes evidências de que um dos principais objetivos das tabelas de reprodução de Marx era refutar o mencionado dogma. Os principais pontos enfatizados nesse capítulo são os mesmos das discussões anteriores do dogma de Smith, que examinamos acima: a recuperação do capital constante e a distinção entre capital e renda. Marx resumiu sua crítica como se segue: “A estreiteza da concepção de Smith reside em incapacidade de ver aquilo que Quesnay já vira, a saber, *o reaparecimento do valor do capital constante numa forma renovada.*” (*O capital*, l. II, p. 438, grifo nosso)

Esse capítulo também discute dois pontos adicionais: que o capital variável não se torna renda para trabalhadores (a ser discutido abaixo) e que, embora preço possa ser parcialmente resolvido em renda, não é *determinado pela* renda de modo algum, ao contrário, uma vez mais, da teoria do valor de Smith, baseada no custo de produção.

A subseção final desse capítulo é uma reconsideração de “autores posteriores” (Ricardo, Say e Ramsay) e o principal ponto é que todos esses economistas clássicos posteriores aceitaram o dogma de Smith. Sobre Ricardo, Marx comentou que ele “reproduziu Adam Smith quase *verbatim*” (*O capital*, l. II, p. 465). E concluiu essa discussão das “exposições anteriores do tema” com a seguinte súpula: “O resultado é que a confusão de Smith persiste ainda hoje, e seu dogma forma um artigo de fé ortodoxa na economia política.” (*O capital*, l. II) Certamente, este

capítulo fornece forte evidência de que o principal propósito das tabelas de reprodução de Marx era refutar, de uma vez, o dogma de Smith, este “artigo de fé” na economia clássica.

5.3 – Capítulo XX (“Reprodução simples”)

O Capítulo XX começa com outra breve seção introdutória, intitulada “Formulação do problema”. Nessa seção, existe a afirmação sucinta do problema a ser investigado: “A forma imediata em que o problema se apresenta é a seguinte. Como o *capital constante consumido na produção é repostado em seu valor a partir do produto anual* e como o movimento dessa reposição está entrelaçado com o consumo do mais-valor pelos capitalistas e dos salários pelos trabalhadores?” (*O capital*, l. II, p. 469, grifos nossos) Esta questão era o foco das discussões prévias de Marx sobre o dogma de Smith e, claramente, diz respeito aos fluxos de dinheiro, dinheiro que funciona como capital e dinheiro que funciona como renda.

Nessa introdução, Marx também enfatizou que a reprodução do capital-dinheiro social total também envolve a reprodução dos elementos materiais da produção, especialmente os meios de reprodução.

Para nossos propósitos presentes, de fato, o processo de reprodução tem de ser considerado do ponto de vista da reposição dos componentes individuais de M' , *tanto em valor quanto em material*. (*O capital*, l. II, p. 469)

O movimento é não apenas uma reposição de valores, mas uma reposição de materiais, e, por isso, é condicionado não apenas pelas mútuas relações dos componentes de valor do produto social, mas igualmente por seus valores de uso, sua forma material. (*O capital*, l. II, p. 470)

Essa passagem tem sido interpretada com frequência de forma a apoiar a interpretação neorricardiana de que as tabelas de reprodução de Marx são definidas, fundamentalmente, em termos de quantidades físicas de insumos e produtos, similar às matrizes insumo-produto de Leontief ou Sraffa. Entretanto, deve ficar claro, de tudo que foi discutido acima, e que será discutido a seguir, que o objetivo primeiro da apreciação que Marx faz da reprodução do capital social era refutar o dogma de Smith, analisando a reprodução dos vários componentes do *capital-dinheiro*. O argumento central da refutação marxiana é que, se o dogma de Smith fosse verdadeiro e o preço total do produto-mercadoria total se reduzisse inteiro a renda, então o capital constante consumido não poderia ser recuperado, do que se segue que os meios físicos de produção não poderiam ser recomprados e a produção não poderia continuar na mesma escala. Este é o primeiro sentido no qual a análise marxiana da reprodução do capital também diz respeito à reprodução de valores de uso: *a necessidade de reproduzir os meios físicos de produção significa que o dogma de Smith não pode ser*

verdadeiro. Se o preço total se reduzisse inteiramente a renda, então, não haveria dinheiro com o qual se recomprassem os meios de produção consumidos.

Um segundo sentido no qual a análise de Marx diz respeito à reprodução de valores de uso, a ser desenvolvido abaixo, é o da possibilidade de perturbações que resultam do fato de que alguns dos meios físicos das produções (máquinas etc.) não são repostos todo ano, mas apenas depois de um número de anos. Nenhum desses pontos a respeito da reprodução de valores de uso requer a especificação de quantidades físicas de insumos e produtos. A análise marxiana da reprodução do capital não diz respeito às quantidades físicas de insumos e produtos, exceto em relação à reprodução do capital-dinheiro. Com efeito, a análise de Marx demonstra que *a reprodução dos valores de uso no capitalismo é dependente da reprodução do capital-dinheiro*, especialmente no sentido específico de que a reprodução dos meios físicos de produção depende da reprodução do capital constante. A reprodução dos valores de uso, no capitalismo, tem suas próprias e únicas características, que só podem ser analisadas em termos de reprodução do capital-dinheiro. Como Marx expressou sobre este ponto, “Se a produção tem a forma capitalista, então a reprodução também terá” (*O capital*, l. I, p. 711).

Nessa introdução, Marx também observou que sua análise da reprodução do capital social assume que os preços das mercadorias individuais são proporcionais a seus valores (*O capital*, l. II, p. 469). Entretanto, comentou que, mesmo se os preços divergissem de seus valores, “essa circunstância não poderia exercer qualquer influência no movimento do capital social” (*O capital*, l. II, p. 469). Em outras palavras, mesmo se os preços das mercadorias individuais divergissem de seus valores, seguiriam inalteradas as principais conclusões da sua análise da reprodução do capital social total – de que o dogma de Smith tem de estar errado (isto é, de que o preço do produto do capital social total contém um componente de capital constante em adição à renda) e de que a descontinuidade do investimento em capital fixo é uma possível fonte de perturbações na reprodução do capital (a ser discutido abaixo).

Como vimos, Marx retornou à questão da reprodução do capital social total no Capítulo IL do Livro III de *O capital*, depois que preços de produção foram deduzidos na segunda seção do Livro III. Portanto, se preços individuais divergentes de seus valores não fazem diferença na análise da reprodução, presumivelmente, Marx teria abandonado essa hipótese e examinado essas diferenças neste capítulo. Ao contrário, Marx afirmou no início do capítulo que continuaria a ignorar a distinção entre valores e preços de produção porque esta distinção não tem efeito na

reprodução do capital social total: “Para a análise que se segue, podemos ignorar a distinção entre valor e preço de produção, já que essa distinção desaparece sempre que nos ocupamos com o valor do produto total anual do trabalho, i. e., com o valor do produto do capital social total.” (*O capital*, l. III, p. 971) A ênfase de Marx nesse capítulo, como vimos, era, uma vez mais, na crítica ao dogma de Smith. Esta crítica não depende de modo algum da questão se os preços das mercadorias são ou não proporcionais a seus valores.

A *Seção 2* (“Os dois departamentos da produção social”) apresenta em detalhe a estrutura básica de suas tabelas de reprodução e a divisão do produto total da sociedade em dois departamentos (meios de produção e meios de consumo). As principais magnitudes nas tabelas de reprodução são partes componentes do capital investido e recuperado nos dois departamentos (capital constante, capital variável e mais-valor). É afirmado claramente que esses componentes do capital são definidos em termos de dinheiro: “As cifras podem estar em milhões de marcos, francos ou libras esterlinas.” (*O capital*, l. II, p. 473) Assim como nas discussões anteriores, a principal questão analisada por Marx nessas tabelas de reprodução é como os diferentes componentes do capital-dinheiro investido são eventualmente recuperados como resultado das várias transações entre os departamentos e dentro deles, de modo que a produção capitalista possa continuar no ano seguinte na mesma escala. Novamente, as quantidades precisas de insumos e produtos físicos não desempenha nenhuma função essencial na análise da reprodução dos vários componentes do capital-dinheiro.

A *Seção 3* (“Troca entre os dois departamentos”) analisa os principais atos de troca entre os dois departamentos: 1) a venda de meios de consumo por capitalistas no departamento II para trabalhadores e capitalistas no departamento I (uma troca entre capital e renda); e 2) a venda de meios de produção por capitalistas no departamento I para capitalistas no departamento II (uma troca entre capital e capital). Por meio dessas trocas (1) o dinheiro adiantado como capital constante no departamento II é recuperado, permitindo assim aos capitalistas neste departamento recomprarem meios de produção; e (2) o dinheiro adiantado como capital variável no departamento I é recuperado, possibilitando assim aos capitalistas neste departamento que recomprem força de trabalho. Marx também enfatizou novamente o “refluxo de dinheiro”, que é o resultado geral como o dinheiro que capitalistas lançam em circulação, seja por meio de investimento em capital ou gasto de mais-valor como renda, eventualmente retorna aos respectivos capitalistas, por meio da venda de seus produtos:

A conclusão geral que se segue, naquilo que concerne ao dinheiro que os capitalistas industriais põem em circulação para

mediar sua própria circulação de mercadoria, é que (...) o mesmo montante de valor reflui aos respectivos capitalistas, na medida em que eles o adiantaram para a circulação monetária. (*O capital*, l. II, p. 477)

A *Seção 4* (“Troca no departamento II”) começa com a seguinte afirmação, que diz respeito do dogma de Smith:

Do valor do produto-mercadoria no departamento II, ainda temos de investigar os componentes $v + m$. Isso não se relaciona com a questão mais importante com a qual lidamos aqui: a extensão em que a decomposição do valor de cada mercadoria de um capitalista individual em $c + v + s$ também vale para o valor do produto total anual, mesmo se mediada por uma forma diferente de aparência. Essa questão é resolvida pela troca de $I(v + s)$ contra $II(c)$, por um lado, e, por outro, pela reprodução de $I(c)$ no produto-mercadoria anual do departamento I, algo que será deixado para investigação posterior. (*O capital*, l. II, p. 478, grifos nossos)

A “questão mais importante” a que Marx se referiu nessa passagem – se o preço total do produto social se decompõe em $c + v + m$ ou apenas em $v + s$ – é, evidentemente, a questão fundamental com respeito ao dogma de Smith. Embora essa seção não aborde esta questão fundamental (porque não se ocupa do componente constante do preço das mercadorias), ela explica como o *dinheiro* adiantado como capital variável pelos capitalistas no departamento II retorna aos respectivos capitalistas neste departamento pela venda dos meios de consumo aos trabalhadores no departamento II.

A *Seção 5* (“A mediação da troca pela circulação monetária”) enfatiza que todo o dinheiro usado para comprar tanto os principais componentes do produto social total – os meios de produção e os meios de consumo – vem do dinheiro que os próprios capitalistas lançaram em circulação. Esse fato, de que todo o dinheiro em circulação advém originalmente dos capitalistas, é verdade mesmo no sentido de que o dinheiro que realiza o mais-valor dos capitalistas no departamento I foi lançado em circulação por estes mesmos capitalistas (por meio da compra de meios de consumo a partir dos capitalistas no departamento II).

A *Seção 6* (“Capital constante no departamento I”) apresenta a peça final na explanação de Marx sobre como os vários componentes do capital nos dois departamentos são recuperados. O capital constante adiantado no departamento I é recuperado por meio da venda dos meios de produção aos outros capitalistas no mesmo departamento. Essa compra de meios de produção pelos capitalistas no departamento I lhes permite repor em espécie os meios de produção consumidos na produção daquele ano e continuar a produção na mesma escala.

A *Seção 7* (“Capital variável e mais-valor nos dois departamentos”) explica uma razão por que Smith foi levado a pensar que o preço do produto social total se reduz inteiramente a renda. A *Seção 3* explicara como as trocas entre os dois departamentos – a venda de meios de consumo pelos capitalistas no departamento II aos trabalhadores e capitalistas no departamento I e a venda dos meios de produção pelos capitalistas no departamento I aos capitalistas no departamento II – leva ao resultado de que o capital constante no departamento II é igual ao capital variável e mais-valor no departamento I (isto é, igual à renda no departamento I). Nesse sentido, o preço dos meios de consumo realmente “se reduz inteiramente a renda”.

Marx mostrou, entretanto, por meio de suas tabelas de reprodução e da distinção entre departamento I e departamento II, que esse resultado só se aplica a este último, isto é, ele só se aplica ao preço dos meios de consumo. Ele não se aplica ao preço dos meios de produção e, por isso, não ao preço do produto-mercadoria total. Smith discutira que o preço dos meios de produção também poderia se reduzir a renda de maneira similar aos meios de consumo, mas ele estava errado. Toda a renda da sociedade é gasta na compra de meios de consumo produzidos no departamento II. Se o preço total das mercadorias consistisse inteiramente de renda, não haveria dinheiro disponível para comprar os meios de produção e capitalistas em ambos os departamentos não seriam capazes de recomprar os meios de produção consumidos.

Além disso, Marx avaliou que mesmo essa resolução do preço dos meios de consumo em renda não se aplica no sentido de que o valor total produzido no departamento II foi *produzido* pelo trabalho desse ano neste departamento. Ao contrário, parte do preço dos meios de consumo é devido ao valor produzido pelo trabalho de anos anteriores no departamento I, que existia previamente no preço dos meios de produção. E o preço dos meios de consumo é igual à renda total da sociedade somente porque essa renda total inclui a renda do departamento I e, portanto, inclui o valor produzido pelo trabalho desse ano neste departamento.

A *Seção 8* (“Capital constante nos dois departamentos”) apresenta argumento similar, relacionado ao último ponto da *Seção 7*: de que a confusão em torno de reprodução do capital constante se origina do fato de que o trabalho corrente nos dois departamentos produz novo valor, que é igual ao preço dos meios de consumo e que proporciona renda nos dois departamentos, com a qual os meios de consumo são comprados. Esse fato faz parecer que não haveria trabalho disponível para reproduzir os meios de produção, ou que os meios de produção, de algum modo, reapareceriam sem que qualquer trabalho tivesse sido despendido pela sociedade para

produzi-los. Entretanto, Marx explicara essa aparência contraditória por meio da existência do valor dos meios de produção consumidos antes do ano corrente e pela distinção entre trabalho abstrato e concreto. O trabalho do ano corrente tanto produz novo valor, em virtude de seu caráter de trabalho abstrato, quanto permite que o valor antigo dos meios de produção seja transferido ao produto final, em virtude de seu caráter de trabalho concreto, que utiliza os meios de produção para produzir um produto final.

A *Seção 9* (“Um exame retrospectivo de Adam Smith, Storch e Ramsay”) é uma breve versão preliminar daquilo que seria depois expandido e se tornaria o Capítulo XIX, que já foi discutido acima (essa seção, e a maior parte do Capítulo XX, foi escrita em 1870 e o Capítulo XIX foi escrito em 1878). Essa seção começa com a seguinte afirmação, clara e sucinta, sobre o dogma de Smith:

Adam Smith propôs esse dogma extravagante, em que ainda hoje se acredita, na forma já discutida, segundo o qual o inteiro valor do produto social se decompõe em renda... Até hoje em dia, isso continua a ser uma das mais bem-amadas platitudes, ou antes, verdades eternas da assim chamada ciência da economia política. (*O capital*, l. II, p. 510)

A *Seção 10* (“Capital e renda: capital variável e salários”) argumenta contra a visão, relacionada ao dogma de Smith, de que o capital variável que funciona como capital nas mãos dos capitalistas recebe renda das mãos dos trabalhadores após a compra da força de trabalho. Ao contrário, Marx argumentou que a compra da força de trabalho converte o capital variável dos capitalistas da forma de dinheiro à de força de trabalho. Entretanto, já que o capital variável permanece nas mãos do capitalista, embora numa forma diferente, ele não pode receber renda para os trabalhadores. Em lugar disso, do ponto de vista dos trabalhadores, aquilo que se converte em renda por meio da força de trabalho é o valor desta, não o capital variável dos capitalistas¹⁰.

A *Seção 11* (“Reposição do capital fixo”) será discutida abaixo, vinculada ao Capítulo XXI, devido à similaridade dos temas que abordam.

A *Seção 12* (“Reprodução do material monetário”) assume que o dinheiro é ouro e analisa a produção deste como um setor do departamento I. O principal ponto desta seção é a crítica das visões de Smith e Tooke a respeito das quantidades de dinheiro necessárias para a circulação, o que se relaciona ao dogma de Smith. Marx resume essa crítica como se segue:

Vimos que, para Adam Smith, o valor inteiro do produto social se decompõe em renda, em $v + s$ e que o valor do capital foi considerado como zero. Segue-se necessariamente disso que o

¹⁰ Este ponto também é discutido no Capítulo XIX, pp. 454-8.

dinheiro requerido para a circulação da renda anual seria também suficiente para circulação do produto anual inteiro... Essa era, de fato, a opinião de Smith e foi repetida por Thomas Tooke. Essa falsa concepção da proporção entre a quantidade de dinheiro requerida para realizar a renda e a quantidade de dinheiro que circula o produto social total é um resultado necessário da maneira ignorante e irrefletida pela qual eles veem a reprodução e a reposição anual dos diversos elementos materiais e de valor do produto anual total. Portanto, já foi refutada. (*O capital*, l. II, p. 551)

Finalmente, a *Seção 13* (“A teoria da reprodução de Destutt de Tracy”) serve para Marx como um exemplo da “incompreensão confusa e ao mesmo tempo presunçosa revelada pelos economistas políticos ao lidar com a reprodução social” (*O capital*, l. II, p. 556). A principal questão discutida é a tentativa de De Tracy de explicar mais-valor por meio de capitalistas vendendo suas mercadorias – para outros capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra – por um preço que excede seu valor¹¹. Em cada um desses casos, Marx mostrou a contradição lógica que resulta dessa explicação do mais-valor.

5.4 – Seção 11 do Capítulo XX (“Reposição do capital fixo”) e Capítulo XXI (“Acumulação e reprodução ampliada”)

A *Seção 11* do Capítulo XX e o Capítulo XXI foram escritos mais tarde (1878), em um dos últimos manuscritos para o Livro II (VIII) e introduzem um importante e novo tema na análise marxiana da reprodução, que Marx parece ter descoberto enquanto trabalhava em suas tabelas de reprodução: os efeitos da descontinuidade do investimento em capital fixo na reprodução do capital¹². No caso da reprodução simples (*Seção 11* do Capítulo XX), essa descontinuidade de investimento resulta do fato de que prédios e maquinaria, ou outras formas de capital fixo, não são repostos todo ano, mas apenas depois de um número de anos. Esse reinvestimento descontínuo significa que parte do capital constante recuperado por alguns capitalistas não é imediatamente usada para repor prédios, maquinaria etc., mas permanecem, ao contrário, na forma de *tesouro monetário*. Essa formação de tesouros parece implicar que, num dado ano, alguns capitalistas no departamento I não serão capazes de vender todo o seu produto. Essa dificuldade aparente é superada

¹¹ Marx comentou: “Aqui se tem cretinismo burguês em seu estado acabado de êxtase.” (*O capital*, l. II, p. 584)

¹² Marx chamou isso de um “grande problema” e comentou que “esse problema (...) não foi abordado em absoluto pelos economistas políticos até aqui” (*O capital*, l. II, p. 530). Ver Clarke (1994, pp. 268-73) para uma boa discussão da análise de Marx sobre os problemas colocados pela descontinuidade de investimento em capital fixo para a reprodução estável do capital.

parcialmente pelo fato de que, em qualquer ano, outros capitalistas possuem uma soma adicional de capital-dinheiro, que fora acumulada em anos anteriores dos encargos anuais de depreciação, o que eventualmente permite a estes capitalistas recomprarem sua maquinaria etc. quando está exaurida. Essa soma adicional de dinheiro é uma fonte adicional de demanda para a maquinaria etc. produzida no departamento I.

Para que a demanda por maquinaria etc. seja igual a sua demanda, entretanto, e, assim, para que a reprodução simples continue de modo estável, Marx enfatizou que as duas condições seguintes devem valer: (1 que o preço da maquinaria etc. que deve ser reposta por alguns capitalistas seja igual aos encargos anuais de depreciação dos demais capitalistas e (2 que esses montantes tenham de permanecer constantes a cada ano. Ele argumentou que, devido à natureza anárquica da produção capitalista, é extremamente improvável que tal equilíbrio pudesse ser atingido e mantido. Assim, ele conclui:

Esse exemplo do capital fixo – no contexto da reprodução numa escala constante – é impressionante. Uma produção desproporcional de capital fixo e circulante é um fator muito favorecido por economistas em sua explicação de crises. *É algo novo para eles que uma desproporção dessa natureza possa e deva emergir da mera manutenção de capital fixo.* (*O capital*, l. II, p. 545, grifos nossos)

Igualmente, o principal objetivo do Capítulo XXI é explorar mais esse tema da possibilidade de perturbações na reprodução do capital, no contexto da reprodução ampliada¹³. Assim como na discussão anterior, a principal fonte de perturbações é a descontinuidade de investimento em capital fixo – o fato de que um certo montante mínimo de capital-dinheiro é requerido antes que prédios e maquinarias adicionais possam ser comprados, de modo que dinheiro potencial tenha de ser entesourado durante múltiplos períodos de produção. No caso da reprodução ampliada (comparada à reprodução simples), a diferença é que o capital-dinheiro que tem de ser entesourado, para comprar máquinas depois, é parte do componente de mais-valor do preço das mercadorias, em lugar do componente do capital constante.

¹³ No início do século XX, esse debate sobre os esquemas de reprodução, entre Tugan-Baranowski, Hilferding, Luxemburgo, Lênin etc., concentrou-se quase inteiramente na reprodução ampliada. A reprodução simples, a maior parte do escrito marxiano a respeito de reprodução, quase nunca foi mencionada. Nenhum dos participantes do debate mencionou o dogma de Smith. Nem discutiram a descontinuidade do investimento em capital fixo como fonte de perturbações na reprodução. O principal ponto desse debate era se haveria demanda suficiente para realizar o mais-valor produzido, em caso de reprodução ampliada. Portanto, os participantes desse debate usaram as tabelas de reprodução de Marx para propósitos bem diferentes daqueles do próprio Marx. Entretanto, ao menos interpretaram as tabelas de reprodução de Marx em termos de quantidades de capital-dinheiro, não em termos de quantidades físicas de insumos e produtos.

O fato de que algum mais-valor seja entesourado em antecipação ao futuro investimento em capital fixo significa que, a menos que haja alguma fonte de compensação, haveria um déficit da demanda para comprar todas as mercadorias produzidas. Entretanto, uma vez mais, existe uma fonte de compensação da demanda: outros capitalistas que entesouraram mais-valor em períodos anteriores e que agora “desentesouram” seu potencial capital-dinheiro e o utilizam para comprar máquinas adicionais etc. Assim, a condição necessária para a reprodução ampliada estável é que o montante de potencial capital-dinheiro entesourado por alguns capitalistas tenha de ser igual ao montante de capital-dinheiro desentesourado por outros capitalistas, para comprar máquinas etc. Marx enfatizou, novamente, que é extremamente improvável que tal equilíbrio possa ser alcançado, devido à anarquia do capitalismo. Assim, a condição de reprodução ampliada estável se torna a condição para perturbações na reprodução. A necessidade de entesourar mais-valor como potencial capital-dinheiro é outra fonte inerente de instabilidade nas economias capitalistas.

Marx também comentou várias vezes nesse capítulo (*O capital*, l. II, pp. 569; 574; 594) que o sistema de crédito se desenvolveu como um meio de concentrar os múltiplos tesouros de potencial capital-dinheiro e para torná-los disponíveis para outros capitalistas usarem como capital-dinheiro ativo, comprarem meios de produção e força de trabalho, permitindo ao capitalismo superar, ao menos em parte, as perturbações originadas da necessidade de tesouro de potencial capital-dinheiro. No entanto, Marx também comentou que o sistema de crédito aumenta o “caráter artificial da reprodução” e, portanto, também aumenta as chances de que “seu curso normal seja perturbado” (*O capital*, l. II, p. 376).

Na Seção 3 desse capítulo, Marx identificou outra possível fonte de perturbação da reprodução – taxas variáveis de acumulação¹⁴. Por exemplo, um aumento na taxa de acumulação significa que uma menor proporção de mais-valor é usada para comprar meios de consumo e uma maior proporção é usada para comprar meios de produção. Essa mudança nas proporções de mais-valor que são acumuladas e consumidas significa que, se a reprodução deve continuar estável, meios de produção e meios de consumo devem ser produzidos em maior e menor proporções, respectivamente. Novamente, a anarquia do capitalismo torna improvável que tal mudança nas proporções entre meios de produção e meios de consumo venha a ocorrer de modo estável e sem perturbações.

¹⁴ Marx discutiu esse ponto, primeiramente, em termos de transição da reprodução simples para a expandida, mas o ponto se aplica, de modo mais geral, a qualquer mudança nas proporções de mais-valor que é acumulado e consumido.

Assim, está claro, na análise marxiana da reprodução ampliada, como na análise da reprodução simples, que as tabelas de reprodução são definidas em termos de quantidades de dinheiro, não de quantidades físicas de insumos e produtos. Todas as questões abordadas na análise da reprodução ampliada dizem respeito a *capital-dinheiro* e aos efeitos desse traço característico do capitalismo, especialmente sobre a tendência do capitalismo a crises periódicas. A análise de Marx das conclusões nesse capítulo – os efeitos da necessidade de entesouramento de capital-dinheiro potencial e de taxas variáveis de acumulação sobre a continuidade da reprodução e o desenvolvimento do sistema de crédito para ativar tesouros de potencial capital-dinheiro – não dependem em absoluto da especificação de quantidades físicas de insumos e produtos (ou seja, de coeficientes de insumo-produto). Essas quantidades físicas nunca foram especificadas ou assumidas por Marx porque elas não são necessárias para as questões em análise. Ao contrário, o foco está inteiramente nas quantidades de capital-dinheiro.

O fato de que a produção de mercadorias é a forma geral da produção capitalista já implica que o *dinheiro* desempenha um papel, não apenas como meio de circulação, mas também como *capital-dinheiro*, na esfera da circulação, e *origina certas condições para a troca normal que são peculiares a esse modo de produção, seja reprodução simples ou ampliada, o que se converte num número igual de condições para um curso anormal, possibilidades de crises, já que, na base, o padrão espontâneo dessa produção, esse equilíbrio é, em si mesmo, um acidente.* (*O capital*, l. II, pp. 570-1, grifos nossos)

Conclusão

Este artigo argumentou que as quantidades nas tabelas de reprodução de Marx, na Seção 3 do Livro II de *O capital* e esboços relacionados, não são delineadas em termos de quantidades físicas de insumos e produtos e não dependem de qualquer maneira da especificação destas quantidades físicas. Ao contrário, as tabelas de reprodução consistem em quantidades de dinheiro que circula como capital e como renda, e que diz respeito, primeiramente, à reprodução dos vários componentes do capital-dinheiro investido nos dois departamentos. O principal propósito das tabelas de reprodução de Marx era refutar o dogma de Smith, a visão errônea de que o preço do produto social total se reduz inteiramente a renda. Este dogma e sua refutação por Marx não dependem em absoluto de quantidades físicas de insumos e produtos. Em lugar disso, o dogma de Smith diz respeito aos componentes em que o preço total do produto social pode ser decomposto. Já que o preço total é definido em unidades monetárias, seus componentes também são definidos da mesma

forma. A refutação marxiana do dogma de Smith diz respeito à distinção entre dinheiro com funções de capital e dinheiro que funciona como renda. Como capital é definido em termos de dinheiro, os componentes do capital (capital constante, capital variável) e o mais-valor também são definidos em termos de dinheiro.

Um dos principais pilares da interpretação neorricardiana da teoria marxiana se revela, portanto, errôneo. As tabelas de reprodução de Marx não são matrizes de insumo-produto físicas. Essas tabelas de reprodução não fornecem qualquer evidência para a interpretação neorricardiana de que Marx começou sua teoria com dadas quantidades físicas de insumos e produtos e que derivou valores e preços dessas quantidades. Ao contrário, essas tabelas de reprodução apoiam a interpretação alternativa, que já foi apresentada em outra ocasião (MOSELEY, 1993), de que a estrutura básica da teoria marxiana é a *circulação do capital* e que esta circulação é definida em termos de quantidade de *dinheiro* que é investido e recuperado por meio da produção e da venda de mercadorias. As quantidades de dinheiro que iniciam a circulação do capital, com a compra de meios de produção e força de trabalho, são os dados fundamentais (o ponto de partida) da teoria de Marx, não as quantidades físicas de insumos e produtos. As implicações plenas desta interpretação são abrangentes. Discutimos alhures (MOSELEY, 1993; 1997) as implicações dessa interpretação alternativa para a teoria marxiana de iguais taxas de lucro e preços de produção (isto é, para o “problema da transformação”).

O ônus da prova pareceria estar com os neorricardianos, a quem cabe fornecer outros argumentos e outras evidências de que a teoria de Marx se baseia em tabelas de insumo-produto físicos, isto é, o mesmo que na teoria de Sraffa. As tabelas de reprodução de Marx fornecem evidências exatamente do contrário.

Referências bibliográficas

- CLARKE, S. *Marx's theory of crisis*. Londres: Macmillan, 1994.
FOLEY, D. *Undersanting "Capital"*. Cambridge: Harvard, 1986.
GEHRKE, C.; KURZ, H. Karl Marx and the physiocrats. *European Journal of History of Economic Thought*, Abingdon, Taylor & Francis, n. 1, pp. 53-90, 1995.
HEINRICH, M. “Capital in general” and the structure of Marx's *Capital*. *Capital & Class*, Thousand Oaks, n. 38, pp. 63-79, 1989.
HOWARD, M. C.; KING, J. E. *The political economy of Marx*. Nova York: New York University, 1985.
KORSCH, K. *Karl Marx*. Nova York: Russell, 1963.

- LANGE, O. *Theory of reproduction and accumulation*. Nova York: Pergamon, 1969.
- MARX, K. *Theories of surplus-value*. Moscou: Progress, 1963.
- _____. *Grundrisse: introduction to the critique of political economy*. Londres: Penguin/Harmondsworth, 1973.
- _____. *O capital* v. I. Nova York: Random House, 1977.
- _____. *O capital* v. II. Nova York: Random House, 1978.
- _____. *O capital* v. III. Nova York: Random House, 1981.
- _____; ENGELS, F. *Collected works* v. XXXI. Nova York: International Publishers, 1989.
- _____; _____. *Selected correspondence*. Moscou: Progress, 1975.
- MOSELEY, F. "Marx's logical method and the 'transformation Problem'". In: MOSELEY, F. (Org.). *Marx's method in 'Capital': a reexamination*. Atlantic Heights: Humanities Press, 1993.
- _____. Capital in general and Marx's logical method: response to Heinrich's critique. *Capital & Class*, Thousand Oaks, n. 56, pp. 5-48, summer 1995.
- _____. "The return to Marx: retreat or advance?". In: FREEMAN, A. (Org.) *The new value controversy and the foundations of economics*. Aldershot: Edward Elgar, 1997.
- MORISHIMA, M. *Marx's economics: a dual theory of value and growth*. Londres: Cambridge University, 1973.
- ROSDOLSKY, R. *The making of Marx's Capital*. Londres: Pluto, 1968.
- RUBIN, I. *Essays on Marx's theory of value*. Detroit: Black and Red, 1972.
- SWEEZY, P. *The theory of capitalist development*. Nova York: Monthly Review Press, 1968.

Como citar:

MOSELEY, Fred. Os esquemas de reprodução de Marx e o dogma de Smith. Trad. Leonardo Gomes de Deus. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 89-113, abr./2018.

Data de envio: 22/1/2018

Data de aceite: 27/2/2018

Lucro, taxa e tendência nos manuscritos inéditos de *O capital*¹

Leonardo Gomes de Deus²

Bovick Wandja Yemba³

Lucien André Regnault Marques⁴

Resumo:

O texto descreve o processo de elaboração da “lei de tendência de queda da taxa de lucro” a partir dos manuscritos inéditos de Marx, publicados entre 1975 e 2012. São apresentados os “quatro esboços” de *O capital*, respectivamente, os *Grundrisse*, o *Manuscrito de 1861-3*, o *Manuscrito de 1864-5* e o conjunto de textos escritos até o fim da vida por Marx. O texto aborda, finalmente, as discussões contemporâneas sobre esses escritos.

Palavras-chave: Taxa de lucro; Karl Marx; *O capital*; marxismo.

Profit, rate and tendency in the recently published manuscripts for Das Kapital

Abstract:

The paper describes the process of composition of the “law of the tendential fall in the rate of profit” from the perspective of the marxian manuscripts published between 1975 and 2012 in the new MEGA edition. The text discusses the “four drafts” for *Das Kapital*, the *Grundrisse*, the *Manuscript of 1861-1863*, the *Manuscript of 1864-1865* and the set of manuscripts Marx wrote until the end of his life. The paper also discusses the recent interpretations of those manuscripts.

Key words: Rate of profit; Karl Marx; *Das Kapital*; Marxism.

¹ Versões preliminares deste texto foram apresentadas no II Colóquio de Filosofia e Teoria Social (jun. 2016) e no Encontro da Anpec (dez. 2017). Agradecemos aos participantes pelos comentários feitos nas duas ocasiões, e ainda os dos membros do Grupo de Economia Política Contemporânea/Cedeplar, especialmente Eduardo da Motta e Albuquerque, Leonardo Costa Ribeiro e Pedro Mendes Loureiro, eximindo a todos de toda responsabilidade pelo conteúdo final deste artigo. Agradecimentos, ainda, ao CNPq e à Pró-Reitoria de Pesquisa pelo financiamento da pesquisa. Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Doutor, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço eletrônico: leodedeus@cedeplar.ufmg.br.

³ Graduando em economia, bolsista da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG. Endereço eletrônico: bovicw@yahoo.fr.

⁴ Graduando em economia, bolsista da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG. Endereço eletrônico: lucienrmarques@gmail.com.

Introdução

Durante várias décadas, vigorou a asserção marxiana de que a *lei de tendência de queda da taxa de lucro* tinha “grande importância” para a produção capitalista e, por outro lado, constituía um grande mistério para a economia política (*O capital*, l. III, MEGA2 II.15, p. 211). Descrita no Livro III de *O capital*, no século passado e mesmo neste, a lei foi explorada de diversas maneiras, desde Hilferding e Grossman, passando por Sweezy e Okishio, até autores contemporâneos. Todas essas explorações têm em comum o fato de se haverem debruçado sobre o livro publicado por Engels em 1894. Pode-se dizer que tomaram como pronta a teoria marxiana, sem mais preocupações com sua gênese, salvo raras exceções. Nos últimos 25 anos, todavia, com a publicação dos materiais preparatórios para *O capital*, a leitura que até então se realizou a respeito sofreu reparos consideráveis. Sabe-se agora em detalhe que o terceiro livro de *O capital*, publicado por Engels, representou uma tentativa de sistematização de material que não recebeu de Marx uma versão acabada. Publicados os materiais preparatórios, tem sido necessário avaliar como Marx elaborou várias categorias de sua obra, para além daquilo que foi publicado por Engels e, eventualmente, reconhecido como definitivo por gerações de leitores. Tanto o problema da transformação, quanto as leis a respeito de lucro e taxa de lucro estavam longe de receber um tratamento definitivo, bem ao contrário.

Este artigo não pretende encerrar os debates a respeito, evidentemente, mas mostrar como as questões relativas a lucro, taxa de lucro e, sobretudo, tendência de queda se apresentam nos escritos de Marx, como o tratamento se modifica a cada manuscrito. Os materiais preparatórios têm um duplo papel na evolução do pensamento marxiano: são tanto uma tentativa de sistematização de pesquisa previamente efetuada quanto representam também nova exploração intelectual sobre os temas, a abrir nova rodada de pesquisas. Busca-se mostrar, então, como o próprio autor efetua sua pesquisa durante mais de 25 anos e, notadamente, como se podem pensar tais questões à luz de seus manuscritos recentemente publicados. A evolução do pensamento é bastante nítida, desde uma visão da derrubada inevitável do capitalismo, presente nos *Grundrisse* (1857), até uma perspectiva mais prudente, carente de metodologia definida, nos textos finais – talvez, uma pesquisa em busca de um método de exposição ou, ainda, o próprio pesquisador em busca de uma nova abordagem para os problemas que tinha diante de si. De fato, depois dos *Grundrisse* e do *Manuscrito de 1861-3*, em que a tendência de queda da taxa de lucro é idêntica à derrubada do capitalismo, Marx se lança à redação daquilo que se tornaria o principal manuscrito

utilizado por Engels para a edição do Livro III, o chamado *Manuscrito de 1864-5*, em que é formulada pela primeira vez a abordagem das chamadas contratendências, por exemplo, dentre outras novidades. Imediatamente depois, Marx redige uma série de manuscritos curtos, em que tanto o problema da formação do lucro médio quanto a questão da lei de tendência de queda da taxa de lucro se lhe impõem, sem conclusão, até os manuscritos da sua última década de vida.

A tarefa aqui proposta é bastante arriscada, pois abandona a perspectiva da totalidade categorial de *O capital*, em benefício de uma parte bastante diminuta do material. O recorte, entretanto, tem plena justificativa, quando se rememora a advertência do próprio Marx, mencionada acima, sobre a importância e o mistério da lei em questão. De fato, no Livro III, conforme o plano original, está exposta a síntese que ultrapassa produção e circulação do capital e que lhe capta os movimentos como um todo, a gerar as formas concretas que emergem desses movimentos (*O capital*, l. III, MEGA2 II.15, p. 30). Em suma, os temas relativos a lucro, tendência e queda podem lançar luzes sobre as possibilidades e até mesmo limites temáticos do todo planejado por Marx. Ajudam a esclarecer, com efeito, a completude categorial e o inacabamento de *O capital*, permitindo especular até mesmo se o todo planejado receberia a conclusão que lhe conferiu Engels.

Além desta introdução, o artigo está dividido em quatro seções. A primeira investiga os manuscritos anteriores à redação de *O capital* e seus esboços, isto é, o caminho até 1857, quando tem início a redação dos *Grundrisse*, “primeiro esboço”, primeira tentativa efetiva de redação da crítica da economia política. A segunda seção analisa o *Manuscrito de 1861-3*, o “segundo esboço”, material prévio à efetiva redação dos manuscritos para o Livro III, mas que têm aqui sua importância desvelada. A terceira seção investiga, finalmente, o *Manuscrito de 1864-5*, o “terceiro esboço”, que constitui ponto de inflexão na tematização marxiana, mas também de sistematização do material previamente produzido. A quarta seção apresenta os manuscritos posteriores, de 1867 a 1875, em que Marx retorna à análise mais detalhada, menos sintética, das questões abordadas nos anos anteriores, um conjunto irregular de textos que compõem o chamado “quarto esboço”. Uma conclusão arremata o argumento, com um breve panorama das discussões surgidas a partir da publicação de todo o material apresentado.

I. Manuscritos iniciais e os Grundrisse: a primeira formulação

Desde os primeiros embates com a economia política clássica, Marx se defronta com a questão do lucro e sua tendência de queda, imersa nas contradições de classe descritas por Adam Smith, David Ricardo e outros.

Já nos *Manuscritos de 1844* chama-lhe a atenção o fato de que o confronto entre capital e trabalho e a concorrência entre capitais têm impacto na lucratividade do sistema, notadamente na formulação de Smith (*Manuscritos econômico-filosóficos*, MEGA2 I.2, p. 343). A concorrência, para Smith, rebaixaria os lucros, fato agravado pela própria acumulação do capital, que implicaria maior demanda por trabalho e conseqüente alta de salários. Chama a atenção do jovem Marx que, em Smith, o progressivo enriquecimento da sociedade implica a necessária dificuldade de lucratividade.

Passando pela parcial adesão à teoria do valor de Ricardo em *Miséria da filosofia*, outro momento privilegiado da trajetória marxiana está no *Trabalho assalariado e capital*, escrito em 1847. Neste texto, Marx desenvolve uma primeira “lei geral” de lucro e salários, nos seguintes termos: “Eles se encontram em proporção inversa. A participação do capital, o lucro, aumenta na mesma proporção em que diminui a participação do trabalho, o salário diário, e inversamente. O lucro aumenta na medida em que o salário diminui, diminui na medida em que o salário aumenta.” (*Trabalho assalariado e capital*, *Werke* VI, p. 414) A contradição, nestes primeiros anos, é posta tão somente no nível da economia política clássica, ou seja, no âmbito da contradição entre trabalho vivo e trabalho objetivado. Assim, a acumulação expressa pela introdução e expansão da maquinaria implica apenas, para o Marx de 1847, uma expansão da produção, com ganhos salariais em decorrência da maior demanda por trabalho. Trata-se de situação prejudicial ao trabalhador, mas, ainda assim, a mais benigna. Esta perspectiva reaparece, no ano seguinte, no *Manifesto comunista*, em que é retomada a tematização d’*A ideologia alemã*, da contradição entre forças produtivas e forma de intercâmbio, a produção de riqueza material que não cabe mais em sua forma jurídico-política. No texto de 1848, a derrubada do capitalismo, por suas contradições internas, parece inevitável. Entretanto, no mesmo texto, Marx, juntamente com Engels, manifesta pela primeira vez a intuição das “contratendências”, destruição de forças produtivas, conquista de novos mercados e exploração mais intensa daqueles já existentes. Esses mecanismos seriam o caminho até crises mais profundas e de difícil solução (*Manifesto comunista*, *Werke* IV, p. 468), ou seja, a queda seria inevitável, naturalmente, não em razão das forças econômicas, mas da ação dos proletários associados.

As construções desse período, até que se iniciem as pesquisas em Londres, em 1849, refletem algumas falhas de abordagem de Marx, imerso ainda na própria perspectiva da ciência que pretende criticar. Sem a correta formulação de uma teoria do valor, sem a devida elaboração categorial de uma crítica da economia política, Marx não poderia

compreender os fenômenos de mais-valor e, tampouco, de renda, isto é, salário, lucro e renda fundiária. Não poderia, portanto, elucidar suas leis e complexidade. Assim, os textos anteriores a 1849 não apresentam quaisquer nuances dialéticas: “o lucro aumenta quando o salário diminui” e esta é a conclusão e o limite da tematização do período. Nos anos seguintes, o enfoque se modifica. Em primeiro lugar, Marx empreende longas pesquisas a respeito da natureza do dinheiro e das discussões de economia monetária de seu tempo. A mudança de enfoque é clara, conforme se lê nessa passagem de um dos *Cadernos de Londres*, redigidos entre 1849 e 1853:

Se o *produto criado por capital e trabalho* fosse sempre o mesmo, então a questão seria sobre lucros e salários, o que regula a *divisão* do produto entre capitalistas e trabalhadores... esse produto, porém, não é sempre o mesmo; seu montante, em proporção ao capital e trabalho empregados, depende da proporção na qual população e capital se distribuem na terra ou, conforme designado, o campo de emprego para capital e trabalho; e, mais ainda, como população e capital aumentam em relação à terra, menos do que produzem é dividido entre eles. Segue que a questão de lucros e salários não é mera questão de participações ou divisão. A produção não é limitada apenas pelo capital, mas também pelo *campo de emprego* do próprio capital, em especial, a terra. (MEGA2 IV.8, p. 276)

Essas breves indicações mostram o estado da pesquisa marxiana durante mais de uma década e todas elas comprovam que, quando eclode a crise de 1857 e Marx inicia a redação do primeiro esboço de *O capital*, não está suficientemente preparado para a empreitada, conforme afirma Krätke (1998, p. 24). Mesmo assim, em alguns meses, terá produzido um texto de grande valor em si mesmo, os *Grundrisse*. Este texto representa uma síntese de todas as pesquisas empreendidas em Londres, bem como constitui uma resposta teórica aos desafios impostos pelas análises de conjuntura com que Marx teve de se haver durante os anos de periodista. Quando tem início a redação, sabe-se que o plano de Marx era escrever seis livros, sobre trabalho assalariado, capital, propriedade fundiária, comércio exterior, estado e mercado mundial. O manuscrito se dividiu, além da introdução, num capítulo sobre dinheiro e outro sobre capital, com importantes aquisições teóricas, como a formulação inicial do mais-valor absoluto e a própria tematização inicial sobre o dinheiro e seu curso.

O capítulo sobre o capital parte da transformação do dinheiro em capital, aborda processo de trabalho e valorização, algumas questões relativas à circulação do capital e, finalmente, apresenta uma pequena seção sobre juros e lucro. Nessa seção, Marx aborda a questão da lei de tendência de queda da taxa de lucro. Ele diz: “O mais-valor real é determinado pela proporção do sobretrabalho com trabalho necessário, ou

pela porção do capital, a proporção de trabalho objetivado que se troca por trabalho vivo, pela proporção de trabalho objetivo pelo qual ela se troca.” (*Grundrisse*, MEGA2 II.1, p. 620) Por outro lado, o mais-valor na forma de lucro “é medido pelo valor total do capital requerido no processo de produção, enquanto taxa de lucro”. Então, Marx conclui:

Portanto, quanto menor se torna a porção trocada por trabalho vivo, menor fica a taxa de lucro. Na mesma proporção, portanto, em que o processo de produção do capital como capital toma mais espaço em relação ao trabalho imediato – portanto, na proporção em que o sobrevalor aumenta – a força criadora de valor do capital – tanto mais a taxa de lucro cai. (*Grundrisse*, MEGA2 II.1, p. 621).

Quanto maior o valor despendido com o capital, menor, proporcionalmente, o novo valor criado. Assim, o valor produzido aumenta, o tamanho do capital também, mas, dadas as leis da produção capitalista, a tendência é, segundo Marx, de diminuição da parte alíquota despendida com o trabalho. Nos *Grundrisse*, Marx considera a lei “a mais importante da economia política, a mais essencial para compreender as mais difíceis relações”, também, a mais importante lei do ponto de vista histórico (*Grundrisse*, MEGA2 II.1, p. 622).

Nas páginas seguintes do manuscrito, o autor elenca alguns aspectos importantes, como o vínculo da lei com o desenvolvimento da ciência e da base material prévia ao processo de produção; a diminuição da participação do trabalho vivo, criador de valor, na composição do capital; o desenvolvimento de uma série de alíquotas do capital, desvinculadas de sua própria produção, como mercado, transportes, comunicações etc. E arremata:

A partir de certo ponto, o desenvolvimento das forças produtivas se torna uma barreira para o capital; portanto a relação de capital se torna uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Chegado esse ponto, o capital, isto é, o trabalho assalariado entra na mesma relação com o desenvolvimento da riqueza social que o sistema de guildas, a servidão, a escravidão e será necessariamente removido como um grilhão. (*Grundrisse*, MEGA2 II.1, p. 623)

O próprio processo de produção do capital produz seus limites e, com isso, está produzida também a necessidade histórica de sua superação. Entretanto, este processo não se dá de modo linear, já que também produz meios de escapar do fim inevitável. A contradição entre forças produtivas e relações sociais, no interior da produção capitalista, produz ela mesma crises, contradições agudas e, finalmente, coloca a exigência de superação do capitalismo. De fato, logo em seguida no texto, Marx aponta, sem assim as chamar, algumas contratendências, como desvalorização do capital constante, desperdício, criação de novos ramos

de produção. Aqui, ele ainda considera as crises e convulsões não contratendências, mas simplesmente meios de o capital escapar do suicídio (*Grundrisse*, MEGA2 II.1, p. 624). E conclui: “Entretanto, essas catástrofes regularmente recorrentes conduzem à sua repetição numa escala maior, e finalmente à sua derrubada.” (*Grundrisse*, MEGA2 II.1, p. 624). O efeito agudo da tendência de queda da taxa de lucro, portanto, é a própria derrubada do sistema. A despeito da atuação de contratendências, as contradições que a lei expressa conduzem a um momento em que não podem mais funcionar.

As páginas seguintes do manuscrito se ocupam de um breve exame da literatura a respeito da lei, notadamente, Ricardo, além de, em seguida, estabelecer algumas leis da relação entre mais-valor e lucro. Marx efetivamente acredita que um dos principais problemas da economia política que trata de criticar é não distinguir as duas categorias. No caso de Ricardo, com isso, a tendência de queda da taxa de lucro só poderia ser pensada em razão de aumento de salários.

O valor das intuições desenvolvidas nos *Grundrisse* fica bem exemplificado pela formulação inicial da lei tendencial de queda da taxa de lucro. O plano para uma crítica da economia política está relativamente distante, e o lugar dessa tematização ainda não está definido. Pode-se ver, aqui, como a relação entre a lei e a totalidade categorial de *O capital* ganha consistência nos manuscritos seguintes. Com efeito, nos *Grundrisse*, a enunciação da lei se vincula fortemente ao próprio processo de produção de mais-valor absoluto e relativo, ponto que Marx critica em vários autores. Somente nos anos seguintes o autor poderá situar precisamente o lugar das leis sobre lucro em sua obra. Cabe dizer, ademais, que o próprio desenvolvimento futuro da *lei geral da acumulação capitalista*, contrapartida da lei tendencial de queda do lucro, tem efeitos importantes nesse desenvolvimento. Finalmente, cabe lembrar que Marx concebe essas páginas no momento em que a crise de 1857 produz seus efeitos mais agudos. Seriam necessárias outras crises ainda para que essa correlação entre taxa de lucro e derrubada do capitalismo fosse abandonada.

II. Manuscrito de 1861-3: a agenda para futuras investigações

Vencidas as primeiras dificuldades de pesquisa e exposição, e depois de um ano imerso na polêmica com Karl Vogt, Marx retoma em agosto de 1861 o processo de redação de sua crítica. Conta continuar exatamente de onde havia parado em *Para a crítica da economia política*, ou seja, pensa escrever então o terceiro capítulo de sua crítica, que corresponderia ao capital, em continuidade aos capítulos sobre “mercadoria” e “dinheiro” de 1859. Trabalha ainda com o plano dos seis livros, possivelmente abandonado em 1863. Naturalmente, o processo de redação se torna

novamente processo de pesquisa, a demandar novos esforços que adiarão, uma vez mais, a publicação definitiva. O *Manuscrito de 1861-3*, ao longo de seus 23 cadernos, retoma vários temas desenvolvidos nos *Grundrisse* e expande consideravelmente a matéria. Conquanto seja texto menos exuberante do que os *Grundrisse*, as aquisições dessa obra são definitivas. Basta indicar que, ao final de pouco mais de dois anos de trabalho, segundo a orientação mais aceitável, de Rosdolsky (2001) e Grossmann (1929), *v.g.*, Marx alcança um plano consistente de redação para os três livros de *O capital*, tendo abandonado, possivelmente, o plano dos seis livros. As etapas de redação passam pelo capítulo do “capital” propriamente, em que são desenvolvidas as categorias de mais-valor absoluto e mais-valor relativo, e pelas chamadas *Teorias do mais-valor*, única parte do manuscrito publicada antes de 1975, sob o enganoso subtítulo de “livro quarto de *O capital*”. Entre dezembro de 1862 e janeiro de 1863, Marx redige os cadernos XVI e XVIII, que tratam especificamente dos temas posteriormente abordados no Livro III, a serem analisados aqui. Além disso, haveria ainda dois cadernos sobre maquinaria e outros três sobre mais-valor relativo, em que são desenvolvidas as categorias de subsunção formal e real, dentre outras.

Desenvolvida e consolidada a tematização sobre mais-valor, e depois de uma detida análise dos autores que dela trataram na economia política clássica, Marx pode se dedicar às especificidades fenomênicas, especialmente lucro e renda. O plano inicial do manuscrito em questão era fazer para a categoria “capital” o mesmo que fora feito para “mercadoria” e “dinheiro” no livro de 1859, ou seja, uma exposição seguida de uma crítica dos principais autores. Ocorre que, durante a redação, Marx se dá conta de que, para tratar de capital, teria de percorrer exatamente toda a economia política que o precedeu, razão pela qual o *Manuscrito de 1861-3* encerra uma extensa análise de autores da economia política clássica. O manuscrito, além disso, acaba por deixar claro para seu autor que sua abordagem de mais-valor e excedente acabaria por absorver os três livros iniciais que planejara, quais sejam, os livros sobre trabalho assalariado, capital e propriedade da terra. Essa perspectiva parece emergir ao longo da análise das “teorias do mais-valor”, notadamente o embate com a obra de David Ricardo, desenvolvido no Caderno XII do manuscrito. No Caderno XVI, escrito em dezembro de 1862, Marx se volta para as questões deixadas em aberto durante o exame da obra ricardiana, ou seja, redige um adendo ao capítulo sobre o capital que escrevera no início do manuscrito. Os temas abordados são: a relação entre mais-valor e lucro, algumas leis relativas a essa relação, ou seja, uma retomada dos *Grundrisse*, a questão dos custos de produção e, finalmente, a lei geral de queda da taxa de lucro, assim chamada no curso do texto.

A parte do texto dedicada à lei tem início com o argumento marxiano de que, dado que a lei decorre diretamente do processo de produção capitalista, não é necessário abordar os múltiplos capitais em concorrência para enunciá-la, isto é, ela vale para o capital da sociedade. Marx diz que “Essa lei é, e é a lei mais importante da economia política, que a taxa de lucro, com o progresso da produção capitalista, tem uma tendência a cair” (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1.632). Além das flutuações circunstanciais no valor do capital adiantado, que impactam a taxa de lucro, só se podem pensar em duas hipóteses de queda da taxa de lucro: queda na magnitude do mais-valor e queda na proporção entre capital variável e capital constante (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1.634). Para Marx, o desenvolvimento da produção capitalista consiste precisamente na permanente modificação dessa proporção, isto é, no declínio permanente do capital variável, a constante produção de mais-valor relativo. Ele diz:

Portanto, em geral: a queda da taxa de lucro médio expressa o aumento da força produtiva do trabalho ou do capital e, com isso, por um lado, elevada exploração do trabalho vivo empregado e, por outro lado, *massa relativamente diminuída de trabalho vivo*, com a taxa mais elevada de exploração, calculada em relação à magnitude determinada de capital. (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1.639)

O efeito da queda na taxa de lucro, dentre outros, será a elevação do valor mínimo de capital, como uma barreira à entrada, além da concentração de capitais, já que é mais fácil obter determinada lucratividade para capitais maiores. Isso, porém, não impede nova queda da taxa de lucro e, portanto, crises violentas, “a cura para a plethora de capitais” (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1.633).

No capítulo sobre o capital, o *Manuscrito de 1861-3* é marcado por longos exemplos numéricos, que serão retomados anos depois por Marx. Seu objetivo é mostrar os diversos componentes da taxa de lucro e como eles a influenciam, como a massa de lucro e o capital podem continuar a aumentar, mesmo com taxa de lucro declinante. No manuscrito em tela, portanto, o objetivo do autor ainda é determinar o impacto das mudanças entre capital constante e variável sobre a taxa de lucro, em suma, determinar as leis sobre o avanço da produção capitalista: “A tendência de queda da taxa geral de lucro, portanto = o desenvolvimento da força produtiva do capital, i. e., o aumento da proporção em que trabalho objetivado se troca com trabalho vivo.” (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1.636) Esse gênero de asserção reaparece algumas vezes no manuscrito.

Cabe destacar que, embora tenha a mesma natureza inacabada dos *Grundrisse*, o *Manuscrito de 1861-3* é muito mais prudente tanto no

enunciado da lei quanto nas consequências que dela se podem extrair. Em outras palavras, Marx adota aqui uma perspectiva segundo a qual a “derrubada do capitalismo” não tem uma imediata relação com a tendência de queda da taxa de lucro, não neste manuscrito. Naturalmente, as páginas finais do Livro I, sobre a acumulação primitiva e a contradição entre força produtiva do trabalho e forma de intercâmbio pode indicar o contrário. No caso de 1862, entretanto, tal asserção é descabida. Aqui, a tendência de queda da taxa de lucro não é um elemento essencial da derrubada do capitalismo, muito menos nos moldes em que aparecia no *Manifesto* ou nos *Grundrisse*. Em várias passagens do texto (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1638, *v. g.*), Marx chega a pensar em situações que, no manuscrito seguinte, aparecerão como as contratendências propriamente ditas. Ademais, no texto em tela, a forma de redação é determinada pelo constante diálogo com os autores canônicos da economia política. Por isso, em verdade, a lei tendencial de queda da taxa de lucro aparece ali como um elemento crucial da crítica da economia política, a ser devidamente depurado nos anos seguintes. De fato, Marx aborda o problema no interior de sua análise da obra ricardiana, no Caderno XIII do manuscrito:

Taxa de lucro tem tendência a cair. De onde? A. Smith diz: em consequência da crescente acumulação e da concomitante concorrência crescente dos capitais. R. responde: a concorrência pode balancear os lucros (vimos acima que ele não é consequente nisso) nos diferentes mercados; mas ela não pode fazer a taxa de lucro cair. Isso só seria possível, se, em consequência da acumulação do capital, os capitais aumentassem mais rápido do que a população, de modo que a demanda por trabalho fosse *constantemente* maior que sua oferta, portanto, que o salário nominal, real e segundo seu valor de uso – em valor e valor de uso – aumentasse constantemente. (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1.063)

Segundo Marx, a tematização ricardiana opera “abstrações violentas”, *in casu*, ele estabelece arbitrariamente a identidade entre lucro e mais-valor, entre taxa de lucro e taxa de mais-valor, o que faz que a única explicação plausível para a tendência de queda da taxa de lucro esteja situada no âmbito da própria queda do mais-valor, isto é, o lucro só pode cair se aumentar a parte da jornada de trabalho em que o trabalhador trabalha para si mesmo. Isso, por sua vez, é explicado pelo aumento no preço dos alimentos, ou seja, aumento na renda da terra. Com isso, permanece a deterioração da agricultura como a única explicação para a tendência de queda da taxa de lucro.

A abordagem da economia política, para Marx, não leva em conta precisamente os elementos específicos de mais-valor e lucro, não lhes capta a diferença específica, circunscrevendo-se a arbitrariedades

metodológicas que impedem a compreensão de determinados fenômenos. Tomar a aparência pela essência, aqui, é o mote da crítica de Marx e, ao mesmo tempo, o motor de sua própria construção teórica. Seja como for, os elementos para uma nova rodada de pesquisa e redação são fornecidos pelo manuscrito de 1863. Ali, ele determina um plano de redação, que põe em execução imediatamente. No caso da queda da taxa de lucro, trata-se de articular a tematização do lucro com uma abordagem da formação do lucro médio e, em segundo lugar, tornar compatível a tendência com suas contratendências, o que fará no manuscrito seguinte.

III. Manuscrito de 1864-5: reformulação e sistematização do problema

A conclusão do *Manuscrito de 1861-3* se dá, segundo hipótese aceitável, no momento em que Marx acredita ter diante de si material suficiente para iniciar a redação de sua crítica. O resultado desses anos está consignado nas páginas finais do manuscrito, quando formula, de modo explícito, um plano para sua obra, não cabendo aqui a discussão a respeito do possível abandono do plano original de seis livros (*Manuscrito de 1861-3*, MEGA2 II.3.5, p. 1.861). Há apenas que se consignar que, em 1863, ele elabora um plano inicial para sua obra, a partir de então, centrada na análise categorial do capital, desde sua produção, passando por sua circulação, até o somatório, o processo capitalista completo. Embora tivesse minimamente claro o cerne do Livro II, qual seja, o processo de circulação do capital (como bem o atesta a carta a Engels de 6 de julho de 1863, a carta em que reformula o “quadro econômico” como crítica a Smith [*Cartas sobre O capital*, p. 99]), em 1864, a redação de Marx se inicia de modo incerto, com idas e vindas. Com efeito, naquele momento redige uma série de textos para os livros I e II. No caso do Livro I, restaram apenas as páginas conhecidas como “Capítulo VI”, provavelmente de 1864. Marx tinha o hábito de destruir manuscritos publicados, o que ocorreria em 1867, *in casu*. A parte restante só foi aproveitada parcialmente na primeira edição.

Além desse capítulo, na primeira metade de 1865, Marx redige o chamado *Manuscrito I*, primeiro de uma série voltada para os temas do Livro II. Este manuscrito, entretanto, só foi redigido durante a redação do próprio *Manuscrito de 1864-5*. De fato, Marx inicia a redação do Livro III antes de iniciar a redação do Livro II, cujos problemas só se lhe impõem a partir do manuscrito do Livro III, conforme afirma para si mesmo: “O quanto o tempo de circulação influencia a taxa de lucro são questões em que não queremos entrar em detalhe (pois ainda não foi escrito o Livro II, onde isso é discutido *ex professo*).” (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 225) Essa observação está consignada na segunda parte do manuscrito,

cuja redação teria sido interrompida para que o *Manuscrito I* fosse escrito. Isso posto, Marx retoma a redação do Livro III, que perdura até dezembro de 1865, segundo os editores da MEGA. Portanto, se em 1863 Marx tem um plano para sua obra, no início de 1866, já havia esboçado os três livros, podendo-se lançar à redação definitiva, com a primeira edição do Livro I publicada no ano seguinte. A redação do Livro II seria retomada, com sucessivas interrupções, até 1881, em meio a alterações no Livro I, publicadas em sucessivas edições. No caso do Livro III, o manuscrito concluído em 1865 restaria como texto fundamental. Ele só seria publicado em 1993, iniciando vários debates a serem referidos a seguir.

O *Manuscrito de 1864-5* se subdivide em sete capítulos, transformados posteriormente em seções por Engels: 1) Transformação de mais-valor em lucro; 2) A transformação do lucro em lucro médio; 3) Lei da queda tendencial da taxa geral de lucro com o avanço da produção capitalista; 4) Transformação do capital-mercadoria e do capital-dinheiro em capital comercial e capital monetário ou em capital mercantil; 5) Divisão do lucro em juro e ganho da empresa (Lucro industrial ou comercial); O capital portador de juros; 6) Transformação do lucro excedente em renda da terra; 7) Os rendimentos e suas fontes. As semelhanças estruturais e temáticas do manuscrito com o texto efetivamente publicado por Engels são evidentes. Para os propósitos deste artigo, cabe analisar precisamente algumas descontinuidades, especialmente no Capítulo III do manuscrito, objeto de modificações significativas por Engels. O que importa aqui, além disso, são os passos dados por Marx na construção de sua abordagem sobre taxa de lucro e sua tendência de queda, como aparecem em 1865 e no livro efetivamente publicado em 1894.

Para abordar o tema do artigo, cabe antes indicar brevemente algumas questões relativas aos dois primeiros capítulos do manuscrito. O trabalho editorial de Engels implicou um corte de 30% do material. No caso do segundo capítulo, as diferenças são de natureza estilística, não havendo cortes ou acréscimos substanciais. O caso do primeiro capítulo, transformação de mais-valor em lucro, é mais complexo. Para publicar esta seção, Engels efetivamente edita o texto, combinando várias fontes, como bem atesta a edição MEGA do terceiro livro (MEGA2 II.15, pp. 946 ss) e como ele mesmo afirma no prefácio ao Livro III (*O capital*, l. III, MEGA2 II.15, p. 7). Isso se deve à própria natureza do *Manuscrito de 1864-5*, que retoma as intuições dos *Grundrisse* e do *Manuscrito de 1861-3* (MEGA2 II.4.2, pp. 1.205 ss), tentando sistematizá-las por meio da dedução de leis a respeito da relação entre taxa de mais-valor e taxa de lucro, algo que fizera de modo indicativo nos manuscritos anteriores. No início do manuscrito (pp. 14-42), as tentativas de Marx resultam em muito

pouco, já que parte das diferenças entre as duas taxas, em lugar de buscar estabelecer-lhes as relações matemáticas, coisa que faria ao longo das páginas subsequentes, bem como nos manuscritos posteriores, também aproveitados por Engels. De todo modo, o primeiro capítulo do manuscrito e sua correlata seção no livro editado apresentam as maiores diferenças, notadamente naquilo que, na edição engelsiana, aparece como os dois primeiros capítulos do livro (“Preço de custo e lucro” e “A taxa de lucro”), ou seja, antes da entrada propriamente nas leis da relação entre taxa de lucro e taxa de mais-valor. Além disso, ao contrário do que se aceitou comumente, a segunda seção engelsiana segue de modo bastante linear o texto marxiano de 1865, isto é, o chamado “problema da transformação” está longe de ser um problema para Marx ou para o Engels de 30 anos depois (MEGA2 II.4.2, pp. 958 ss). O próprio Engels o admite no já citado prefácio (p. 8). Tais comparações, para os propósitos aqui estabelecidos, importam pouco, mas merecem estudo específico. O que importa é afirmar que, ao iniciar a redação do terceiro capítulo de seu manuscrito, e tendo em vista todo o material já redigido nos anos anteriores, Marx atinge um ponto de síntese e, ao mesmo tempo, de novas possibilidades teóricas a serem exploradas.

Como sempre fez na fase de redação de *O capital*, Marx retoma, inicialmente, o material que tinha diante de si, notadamente, o *Manuscrito de 1861-3*. Com a formulação do plano de 1863, o autor situa a lei de tendência de queda da taxa de lucro precisamente depois de abordar o processo de formação do lucro médio e sua taxa, seus pressupostos metodológicos. Tal qual aparecerá no terceiro livro, o enunciado da “lei como tal” é feito de modo simples e direto:

Com taxa constante de exploração do trabalho, a mesma taxa de mais-valor se expressaria então numa *taxa de lucro decrescente*, em consequência da crescente magnitude de valor do capital constante e, com isso, do *capital total*, com o aumento de sua escala material (quando não na mesma magnitude crescente em que se expressa maior massa meios de trabalho). (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 286)

Marx explicita em seguida que, embora se trate de corolário da “lei do modo de produção capitalista” de aumentar a composição orgânica do capital, a queda da taxa de lucro “não aparece nessa forma absoluta, mas antes numa *tendência à queda progressiva*” (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 287). Trata-se, portanto, de tendência, decorrente do aumento de produtividade do capital médio. Para Marx, no manuscrito em questão, a tendência de queda faz parte da essência da produção capitalista: “[A lei] é *demonstrada*, deduzida da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade evidente, que, em seu desenvolvimento, deve expressar a taxa geral de mais-valor numa *taxa de*

lucro geral em queda.” (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 287) A natureza do valor do capital e do mais-valor que consegue extrair, isto é, a proporção entre valor adiantado e mais-valor produzido é a causa da tendência. E Marx afirma que esta tendência é inevitável: “Mas essa proporção de mais-valor e valor do capital total empregado constitui a *taxa de lucro*, que, portanto, tem de cair constantemente.” (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 287) A tendência de ganhos da produtividade do capital social, com a constante diminuição do valor relativo do capital variável, implica necessariamente a tendência de queda da taxa de lucro, a queda da taxa de lucro é a contrapartida do processo de acumulação. Essas passagens serão úteis aqui, quando se discutirem alguns pontos de vista a respeito da edição feita por Engels.

Nas páginas seguintes Marx aborda as questões relativas à taxa de lucro em diversos países e, sobretudo, a questão do aumento da massa de lucro simultânea à queda da taxa de lucro. Em grande medida, retoma a argumentação desenvolvida no *Manuscrito de 1861-3*. No desenvolvimento dessa argumentação, fica evidente a indeterminação que o problema assumiria nos anos seguintes, conforme se indicará no próximo item. Nas páginas iniciais do capítulo, portanto, Marx aponta para o duplo fenômeno relativo à lei, qual seja, a tendência de queda da taxa de lucro e, por outro lado, o correlato aumento da massa de mais-valor, de lucro, isto é, a produtividade crescente do trabalho social tem um duplo efeito, com a diminuição do valor em geral, mas com sua distribuição numa crescente massa de valores de uso (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, pp. 297 ss). A queda tendencial da taxa de lucro, com isso, pode ser minorada se o aumento da dotação de capital for mais acelerado, isto é, se o aumento da massa de mais-valor for superior à taxa de substituição de capital variável por capital constante. Essa distinção, segundo Marx, nem sempre foi feita pelos economistas que o precederam, razão de confusões intermináveis, notadamente no caso de David Ricardo.

No esboço de 1865, Marx passa dessa discussão diretamente para a abordagem das contratendências. Ele diz, depois de constatar que o lucro não caíra na velocidade esperada nos últimos 30 anos: “Deve haver influências contrárias a atuar, que detêm o efeito da lei geral, impedem-na e lhe dão apenas o caráter de uma *tendência*, razão pela qual também designamos a queda da taxa geral de lucro como uma *queda tendencial*.” (*Manuscrito de 1863-4*) O caráter prudencial aqui se intensifica, em relação ao manuscrito anterior. As contratendências fazem parte imediata do argumento, a lei, por isso, trata-se de tendência e não de um comportamento necessariamente observável. Tem-se, com isso, uma aquisição fundamental: a lei sobre a tendência traz em seu enunciado os elementos de sua contradição, as contratendências. Marx as enuncia aqui

tal qual aparecerão no terceiro livro: 1) exploração mais intensa do trabalho (p. 302); 2) pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho (p. 305); 3) causas de elevação da taxa de lucro enquanto a taxa de mais-valor permanece constante, que Engels denominará de barateamento dos elementos do capital constante (p. 305); 4) superpopulação relativa (p. 305); 5) comércio exterior (p. 306). Páginas adiante, Marx acrescenta ainda o capital produtor de juros à enumeração (p. 309). Com a atuação desses efeitos, a lei não é anulada, mas seus efeitos são inibidos, adiados, ou seja, “A lei atua apenas como tendência, cujos efeitos aparecem como amplamente contundentes apenas sob circunstâncias determinadas e em longos períodos” (p. 308).

A partir dessa constatação, Marx explora uma série de aspectos da lei previamente descrita, sempre a reiterar que queda da taxa de lucro e acumulação acelerada são duas faces do mesmo fenômeno. Esta tematização aparecerá de modo explícito dois anos depois, na primeira edição do Livro I, quando Marx enuncia a “lei geral da acumulação”. O cerne da abordagem marxiana, na parte final de seu terceiro capítulo, são os efeitos recíprocos de acumulação e tendência de queda da taxa de lucro. Não se trata, como ocorria em Ricardo, de uma tendência à derrubada do sistema, mas simplesmente de um retardo, imposto pela tendência de queda, na acumulação. Com efeito, conforme Marx reitera várias vezes, a tendência de queda não anula a acumulação, ou seja, uma taxa menor de lucratividade não significa uma massa menor de lucros, antes ao contrário. Assim, contraditoriamente, com o aumento da produtividade, o valor das mercadorias diminui, mas a massa, a quantidade delas aumenta, ou seja, a massa de lucro aumenta (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 316). Marx analisa, então, uma série de situações em que o lucro ora permanece o mesmo, ora diminui ou até mesmo aumenta. Ele diz:

Considerada abstratamente, a taxa de lucro pode permanecer *a mesma*, no caso de queda do *preço da mercadoria individual* em consequência do aumento da força produtiva do trabalho e, por isso, do simultâneo aumento do *número* dessas mercadorias de preço mais baixo. Por exemplo, se o aumento da força produtiva do trabalho atuasse *proporcional e simultaneamente* em *todos* os componentes das mercadorias, de tal modo que o *preço total* das mercadorias caísse na mesma proporção em que aumentasse a produtividade do trabalho, por outro lado, a *proporção* entre os diversos componentes do preço da mercadoria permaneceria *a mesma* (constante), *cairia*, conforme investigações anteriores, ou aumentaria, se à elevação da taxa de mais-valor se ligasse uma significativa depreciação da parte constante do capital. (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 319)

Essa citação é exemplar da maneira como Marx, no processo de redação de 1865, aproximou-se do tema, com toda a cautela necessária, a

ênfase em tendências, contratendências e os seus efeitos recíprocos na vida econômica. Esse fenômeno consiste precisamente na essência do modo de produção capitalista, no qual o permanente aumento da produtividade do trabalho, com o aumento dos números da imensa coleção de mercadorias, a massa de lucros e a taxa de lucro de cada mercadoria individual geralmente caem, “mas a massa de lucro decorrente da soma das mercadorias aumenta” (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 319). Durante a própria redação de seu manuscrito, Marx constata, de modo explícito, que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, no regime de acumulação capitalista, produz fenômenos contraditórios: o aumento da produtividade diminui a taxa de lucro, mas, ao mesmo tempo, promove a depreciação do estoque de capital e, com isso, impede que a taxa de lucro continue a cair, abrindo nova rodada de acumulação acelerada (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 323). Uma das soluções para a tendência de queda, portanto, é a própria crise econômica, ou seja, o capitalismo parece propor as barreiras que ele mesmo supera, frase retomada no Livro I (*Manuscrito de 1864-5*, MEGA2 II.4.2, p. 324).

O leitor familiarizado com o Livro III perceberá que todos os elementos previamente apresentados aparecem na edição engelsiana. Entretanto, a diferença crucial entre um e outro texto reside no caráter impreciso, aproximativo da tematização marxiana. Ao dividir o capítulo do *Manuscrito de 1864-5* em três capítulos, com alterações de localização de várias passagens, Engels transforma em sistema algo que estava longe de ser sistemático. Em segundo lugar, decompõe algo que, possivelmente, não poderia ser decomposto, a saber, a atuação das forças que promovem e aquelas que atenuam a queda da taxa de lucro. Engels separa tendência de queda de contratendências, depois, avança em direção à resultante dos dois conjuntos de forças. Esse procedimento não é efetivamente correto do ponto de vista de Marx. Não se pode, contudo, responsabilizar Engels pela recepção que estas páginas tiveram no século passado e contemporaneamente. Por outro lado, alguns reparos merecem ser feitos em relação à literatura contemporânea.

Antes disso, diante do que foi exposto, cabe ao menos consignar que, em 1865, Marx não mais trabalha com uma teoria da derrubada do capitalismo a partir das crises, e muito menos a partir da formulação de uma lei tendencial. Em oito anos, abandona sua perspectiva das crises intermináveis e, ironicamente, parece retomar alguns aspectos desenvolvidos no *Manifesto comunista*, isto é, o desenvolvimento capitalista é contraditório, essencialmente permeado de crises, mas estas mesmas crises são antes um modo de o sistema se reinventar e retomar a produção e a acumulação, ou seja, são interrupções necessárias, mas que jamais o condenariam à queda e derrubada. Esse aspecto pode ser mais

bem compreendido ainda com o exame do chamado quinto capítulo, transformado na quinta seção por Engels, em que Marx aborda as questões do crédito, flutuações econômicas e crises, o que não pode ser feito neste artigo.

IV. Manuscritos finais: as leis do movimento

O processo de redação de *O capital* não se encerra em 1865, antes começa ali. O Livro I é redigido nos dois anos seguintes, publicada a primeira edição em 1867, com mais duas em vida de Marx, sem falar da muito significativa edição francesa. Depois de 1868, Marx se lança a um longo processo de redação do Livro II, deixando vários manuscritos, sistematizados por Engels e lançados como o Livro II em 1885. O processo de redação do Livro III, entretanto, deveu sua parte mais importante ao próprio *Manuscrito de 1864-5*, tendo Marx se dedicado aos temas ali tratados apenas de modo esporádico (MEGA2 II.4.3 e MEGA2 II.14). Poucos materiais foram deixados por Marx fora desse texto, mas os textos disponíveis permitem a formulação de algumas hipóteses. Em verdade, as questões suscitadas pelos manuscritos para o Livro III têm sido objeto de debate intenso nos anos recentes. No caso da lei de tendência de queda da taxa de lucro, o problema é ainda mais complicado, uma vez que Marx parece não ter retomado o tema em absoluto nos anos posteriores a 1865.

Conforme se disse, a diferença do manuscrito marxiano para o texto editado por Engels é o caráter indicativo, não sistemático, do primeiro. Depois da abordagem bastante delimitada do *Manuscrito de 1861-3*, o manuscrito seguinte, de 1865, apresenta uma maior abertura a respeito do tema. Existe uma tendência de queda, confrontada permanentemente com contratendências, dentre as quais, a própria crise econômica, com barateamento e destruição de capital, por um lado, e desemprego e aumento da extração de mais-valor absoluto, de outro. Nos manuscritos seguintes, Marx parece dar um passo atrás a respeito. Com efeito, os textos posteriores ao *Manuscrito de 1864-5* trazem nova rodada de investigações acerca dos diversos componentes de lucro, taxa de lucro e, conseqüentemente, podem indicar nova necessidade de reflexão sobre as leis tendenciais envolvidas nessas categorias. Cabe indicar aqui alguns passos analíticos fornecidos por esses manuscritos.

Em 1867, Marx redige três pequenos esboços para o início do Livro III (MEGA2 II.4.3, pp. 7-31). Entre outubro e dezembro do mesmo ano, redige o pequeno texto “Leis da taxa de lucro”, em que, conforme se disse, dá um passo atrás em seu procedimento analítico, para investigar os diversos determinantes da taxa de lucro e como ela varia conforme eles se modificam. Podem-se enunciar as leis como segue: 1) A taxa de lucro é sempre menor do que a taxa de mais-valor (MEGA2 II.4.3, p. 57); 2) se o

capital adiantado é constante, então a taxa de lucro aumenta ou cai conforme o mais-valor aumente ou diminua (MEGA2 II.4.3, p. 57); 3) a mesma taxa de mais-valor pode-se expressar nas mais variadas taxas de lucro e também o contrário: as mais variadas taxas de lucro podem expressar a mesma taxa de mais-valor (MEGA2 II.4.3, p. 58); 4) diferentes taxas de mais-valor podem se expressar na mesma taxa de lucro e, ao contrário, a mesma taxa de lucro pode expressar diferentes taxas de mais-valor (MEGA2 II.4.3, p. 61). As páginas finais do curto manuscrito tratam de explicitar essas leis, extrair-lhes as consequências e, principalmente, relacioná-las aos demais componentes da taxa de mais-valor, capital constante, capital variável etc.

Entre o outono e o inverno de 1868, o tema reaparece em texto mais extenso, 79 páginas manuscritas, intitulado “Sobre taxa de mais-valor e taxa de lucro. Leis da taxa de lucro, preço de custo e rotação do capital” pelos editores da MEGA. O primeiro ponto investigado, novamente, é a relação entre taxa de mais-valor e taxa de lucro e Marx analisa várias situações, quais sejam: a) aumento do capital aplicado por meio do aumento do capital constante, permanecendo iguais a taxa e a massa de mais-valor (MEGA2 II.4.3, p. 78); b) capital aplicado constante, com variação no mais-valor (MEGA2 II.4.3, p. 81); c) aumento da magnitude do capital aplicado em consequência do aumento de magnitude do capital variável, com capital constante inalterado (MEGA2 II.4.3, p. 87). O quarto item discute possibilidades de a taxa de lucro permanecer a mesma, embora varie a taxa de mais-valor. Depois de vários exemplos numéricos, Marx conclui: “A taxa de lucro aqui permanece constante, embora a taxa de mais-valor caia ou aumente, com capital variável inalterado, portanto, a massa de mais-valor aumenta ou cai com a taxa de lucro.” (MEGA2 II.4.3, p. 97) E mais adiante: “Isso só mostra aqui que, com *crecente* ou *cadente* taxa de mais-valor, a taxa de lucro pode permanecer inalterada.” (MEGA2 II.4.3, p. 98). Finalmente, o mais importante, Marx afirma em seguida que é possível pensar casos “de taxa de lucro em queda com aumento da taxa de mais-valor ou com capital variável inalterado” (MEGA2 II.4.3, p. 100). De modo mais decisivo do que no manuscrito escrito poucos meses antes, este “Sobre taxa de mais-valor e taxa de lucro...” apresenta uma investigação muito mais detalhada dos diversos componentes da taxa de lucro – e também do próprio lucro – e seus respectivos impactos sobre ela. No final da primeira seção, Marx chega a investigar como a diferença entre as duas taxas se comporta com variações simultâneas em seus componentes. Logo em seguida, deduz as mesmas leis anteriormente citadas, com poucas modificações (MEGA2 II.4.3, pp. 104-39). A terceira parte do manuscrito é dedicada a preço de custo e rotação do capital, temas do Livro II, que aparecem até mesmo na

primeira edição do Livro I. Nessa parte do manuscrito e também num breve escrito de junho ou julho de 1868 (MEGA2 II.4.3, pp. 244-80), os temas aqui descritos se confundem com aqueles do Livro II, quais sejam, tempo de rotação e decomposição do capital adiantado em capital fixo e circulante. Não cabe abordar esses temas aqui. Cabe indicar, no entanto, que Marx pretendia se debruçar sobre este tema, tendo anunciado em todas as edições do Livro I que o abordaria, isto é, que demonstraria “que a mesma taxa de mais-valor poderia se expressar nas mais diversas taxas de lucro e que taxas diferentes de mais-valor, sob determinadas circunstâncias, poder-se-iam expressar na mesma taxa de lucro” (MEGA2 II.5, p. 423), conforme enunciado da primeira edição do Livro I, a reaparecer nas três edições seguintes (MEGA2 II.6, p. 488; MEGA2 II. 8, p. 497; MEGA2 II.10, p. 470). Essa pretensão, bem como a própria exegese acima, diz muito sobre o momento da pesquisa marxiana e parece, à primeira vista, apontar para uma ausência: Marx não está plenamente satisfeito com a abordagem desenvolvida no *Manuscrito de 1864-5* a respeito da questão do lucro médio, isto é, da conversão de mais-valor em lucro. Em segundo lugar, de fato, nada diz sobre a lei de tendência de queda da taxa de lucro. A interpretação do material posterior a 1865 parece indicar o abandono da questão, na forma como fora enunciada previamente. Com efeito, nos manuscritos de 1867 e 1868, Marx se volta novamente para a questão do lucro médio, seus componentes, a comparação entre capitais de composições orgânicas distintas, por exemplo.

Os mesmos problemas reaparecem nos manuscritos finais em que Marx aborda lucro e taxa de lucro. No manuscrito “Taxa de mais-valor e taxa de lucro”, concluído entre outubro e novembro de 1875, Marx tenta analisar a relação entre taxa de lucro e taxa de mais-valor a partir de sua diferença numérica. Tal diferença reaparece aqui em novas tentativas de dedução das leis a respeito da taxa de lucro. Marx diz:

Como a concorrência entre os capitais (as frações do capital total da sociedade que funcionam autonomamente) não produz em absoluto distribuição igual do mais-valor social em relação à magnitude dos capitais adiantados, então é possível que diferentes taxas de mais-valor se consolidem em diferentes ramos de produção, consideradas em relação ao capital total adiantado, desde que produzam a mesma taxa de lucro. (MEGA2 II.14, p. 13)

Novamente, as preocupações de Marx são os determinantes da taxa de lucro, especialmente sua relação com a taxa de mais-valor. Em verdade, os textos aqui discutidos se situam na discussão de lucro e formação do lucro médio, ou seja, matéria preliminar a qualquer consideração sobre as leis da taxa de lucro. Essa parece ser a tônica de outro manuscrito, o mais

copioso do período, “Taxa de mais valor e taxa de lucro matematicamente consideradas”, escrito entre maio e agosto de 1875. Tal como o texto anterior, podem-se ver claramente as razões pelas quais, nos anos seguintes, Marx tem de se haver com temas da matemática. De fato, um dos elementos centrais dos escritos posteriores a 1865 é a tematização da diferença entre taxa de lucro e taxa de mais-valor. Naquele momento, parece a Marx necessário empreender estudos de cálculo, o que resultará nos manuscritos matemáticos, ainda inéditos no âmbito da MEGA, mas publicados em livros autônomos nas últimas décadas. O fato fundamental é que, depois de 1865, as pesquisas de Marx a respeito do Livro III parecem ter resultado em muito pouco em relação ao que havia sido obtido. Com efeito, os manuscritos posteriores a 1865 não avançaram além da questão de preço, lucro e lucro médio. Renda, crédito ou crise, por exemplo, não foram mais abordados.

A mudança de gradiente analítico dos textos finais, naquilo que diz respeito às leis tendenciais do lucro, é significativa. A volta analítica a questões insatisfatórias no manuscrito de 1865 é representada pela necessidade de um estudo mais detalhado de todas as categorias envolvidas. Por isso, a pesquisa sobre as leis que regem a taxa de lucro deveria ser refeita, nos termos em que o autor enuncia no final do manuscrito:

Ao abordar a taxa de lucro – à diferença da taxa de mais-valor – partimos de um dado capital, com dada composição e dada taxa de valorização. Então, nós a deixamos passar pela série possível de mudanças que produzem alterações na taxa de lucro, que é, em última análise, função de diferentes variáveis e descobrimos as leis que determinam o aumento, queda ou constância da taxa de lucro, numa palavra, as leis de seu movimento. As leis descobertas desse modo são válidas para o capital social, considerado um capital, portanto, para a taxa de lucro considerada a proporção entre o capital social em operação e o mais-valor por ele produzido. (MEGA2 II.14, p. 128)

A pretensão, em 1875, como em 1844, é ainda desvendar as “leis de movimento”, isto é, o funcionamento da sociedade capitalista. Essas leis, entretanto, estão muito distantes, em Marx, das leis da física newtoniana, abraçadas pela ciência econômica canônica. Segundo Lukács:

Só quando se levam em conta essas contínuas interações entre o econômico, rigidamente submetido a leis, e as relações, forças etc. heterogêneas com relação a esse nível, ou seja, o extraeconômico, é que a estrutura de *O capital* se torna compreensível: nela são colocadas de modo experimental conexões legais puras, homogêneas em sua abstratividade, mas também a ação exercida sobre elas, que por vezes leva até sua supressão, por componentes mais amplos, mais próximos da realidade, inseridos de maneira subsequente, para chegar finalmente à totalidade concreta do ser social. (2012, p. 217)

Pode-se afirmar, a partir dessa asserção, ao menos, que existe um elemento de continuidade entre 1863 e 1875: a natureza contraditória, por assim dizer, dialética, do comportamento da taxa de lucro. Uma vez desvelada a interação entre tendência e contratendências, o comportamento da taxa de lucro não pode ser descrito como linear, em direção à queda, mas se torna mais complexo. As “conexões legais puras”, portanto, têm de se aproximar de uma causalidade bastante complexa. A abordagem marxiana, com isso, pode-se dizer, evolui das leis de movimento newtonianas para uma espécie de física hegeliana, isto é, sua filosofia da natureza, que supera as leis lógicas e abstratas em favor de leis lógico-ontológicas. Lamentavelmente, esta investigação restou inacabada.

Considerações finais

A lei de tendência de queda da taxa de lucro tem provocado discussões desde a publicação do Livro III. A partir de 1993, a nova rodada de debates se baseia, em grande medida, no cotejamento entre os manuscritos e o material efetivamente publicado. No caso da lei tendencial de queda da taxa de lucro, o problema é duplo: investigar o trabalho engelsiano de edição e, por outro lado, o próprio lugar da lei na teoria marxiana, considerando o fato de que, como se viu, os últimos manuscritos pouco ou nada falam a respeito, enquanto outros aspectos são conservados. Dado o uso que se fez, desde o século passado, da lei da tendência de queda da taxa de lucro, não causa surpresa que o tema envolva polêmicas acaloradas. Para simplificar a exposição, cabe indicar relativa divisão nos debates a separar alemães, em geral, ligados à edição da MEGA, e anglo-saxões, muitas vezes, envolvidos em desenvolvimentos das categorias marxianas tal qual apareciam tradicionalmente. Naturalmente, tal divisão é arbitrária e imprecisa.

No caso da questão engelsiana, Vollgraf e Jungnickel (2002, p. 47) e Heinrich (1996-97, p. 459) afirmam que, ao dividir o terceiro capítulo do manuscrito nos três capítulos da terceira seção, Engels fez algumas inserções e inversões no material, fazendo que o texto adquirisse certa ordem e estrutura que não possuía. Em outras palavras, teria construído uma teoria da crise e da derrubada do capitalismo, como se mostrou aqui, longe dos planos de Marx. Heinrich (2006, pp. 327 ss) apresenta uma série de inconsistências internas na formulação marxiana da lei, e além disso indica que esta não seria essencial para a teoria marxiana e, até mesmo, que não seria investigada em textos posteriores. Para esse autor, o cerne de uma teoria da crise estaria no quinto capítulo do manuscrito, a quinta seção do Livro III. Reuten (2004, p. 171) acrescenta ainda que a separação que Engels fez entre tendências e contratendências, ao contrário do que se apontou aqui, faz que a ênfase recaia exatamente na tendência de queda.

Todos esses autores apresentam também certos acréscimos de Engels. Num deles, apontado pelos autores mencionados, Engels teria acrescentado a frase “Entretanto, na realidade, como vimos, a taxa de lucro cairá no longo prazo” (*O capital*, l. III, MEGA2 II.15, p. 227). Embora enganosa, outras frases no manuscrito indicam a mesma ideia, como a já citada: “[A lei] é *demonstrada*, deduzida da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade evidente, que, em seu desenvolvimento, deve expressar a taxa geral de mais-valor numa *taxa de lucro geral em queda*.” (*Manuscrito de 1864-5*, p. 287) Outra inserção criticada pelos autores citados acima é a substituição “*zum Klappen bringen*” (chegar a um momento crítico) por “*Zusammenbruch*” (derrubada) (respectivamente, *Manuscrito de 1864-5*, p. 315, l. III, p. 243).

Dois autores, dentre outros, insurgem-se contra essa perspectiva. Krätke diz:

Graças à assim chamada “nova leitura de Marx”, entre os marxistas eruditos e marxólogos, hoje se tornou preconceito popular que Engels teria corrompido *O capital*. Definitivamente, ele teria encorajado interpretações erradas e conduzido gerações de marxistas e críticos de Marx por pistas falsas, não contra seu melhor juízo, mas antes porque ele não teria compreendido ou teria compreendido mal o método e a teoria de Marx. (2015, p. 202)

Para Krätke, a edição de Engels, no caso da lei de tendência de queda da taxa de lucro, não teve a pretensão de tornar o texto mais sistemático, notadamente, de construir uma teoria das crises. Como argumento, o autor menciona as diversas estações, em todos os manuscritos, em que se constrói não uma teoria das crises, mas uma abordagem que, uma vez concluída a redação, explicitaria o caráter contraditório do capitalismo, desde a mercadoria. Essa também é a posição de Callinicos (2014, pp. 242 ss), para quem uma abordagem das crises perpassa os três livros de *O capital*, em diversas instâncias.

A avaliação que Moseley (2016, pp. 19 ss) faz do problema Marx-Engels, por sua vez, é bastante distinta dos autores citados acima. Em primeiro lugar, Moseley considera os deslocamentos de Engels consistentes com o texto marxiano. O autor também aponta diversas frases marxianas que corroboram as inserções engelsianas, isto é, a tendência de longo prazo. Em terceiro lugar, Moseley indica a ação da tendência e de suas contratendências como elemento da abordagem marxiana das crises, especialmente o papel de desvalorização do capital da sociedade. Segundo o autor, muitas das críticas da terceira seção do Livro III desconsideram precisamente o seu nexos com a quinta, apontado por Marx e mantido por Engels: a visão da lei e sua compatibilidade com os elementos

apresentados na seção relativa a crédito, capital portador de juros e flutuações econômicas.

Todo o debate contemporâneo, desde o desastre do comunismo soviético e o desaparecimento do movimento de trabalhadores no mundo, em verdade, promoveu um passo atrás na própria recepção da obra marxiana. Com efeito, várias gerações de marxistas tomaram o texto marxiano como completo, ainda que inacabado. As categorias que o animaram, durante décadas, foram utilizadas para ampliar o escopo da teoria, como forma de apropriação do mundo e crítica das formas de pensamento enraizadas no modo de vida capitalista. Nas últimas três décadas isso nem sempre tem sido possível. Assim, com a publicação dos esboços aqui apresentados de modo bastante parcial, a teoria parece ter se tornado, muitas vezes, mais confusa do que afirmativa, mais incompleta do que acabada. Basta que se comparem, *v. g.*, os usos que se fizeram de obras como os *Grundrisse*, *A ideologia alemã* ou os *Manuscritos de 1844* com a recepção problemática dos materiais aqui discutidos. Preservado o otimismo ponderado, se ainda não contribuíram para a melhor compreensão da obra de Marx e para o próprio avanço da teoria econômica e do pensamento em geral, cabe dizer que o fim do marxismo oficialista, ao menos, possui a grande vantagem de permitir a livre apropriação desse material, sem preconceitos da moda: *compelle intrare!*

Cabe dizer, finalmente, que o procedimento deste artigo, conforme se viu, correu o risco de desnaturar a natureza do próprio objeto exposto. A lei tendencial de queda da taxa de lucro não pode ser compreendida plenamente sem a devida consideração da totalidade categorial em que está inserida. Assim, fazemos nossas as palavras de Lukács:

primeiro, que a tendencialidade, enquanto forma fenomênica necessária de uma lei na totalidade concreta do ser social, é consequência inevitável do fato de que nos encontramos diante de complexos reais que interagem de modo complexo, frequentemente passando por amplas mediações com outros complexos reais; a lei tem caráter tendencial porque, por sua própria essência, é resultado desse movimento dinâmico-contraditório entre complexos. Segundo: que a taxa de lucro, em sua queda tendencial, é o resultado final de atos teleológicos individuais, ou seja, de pores conscientes, mas seu conteúdo, sua direção etc. produzem o exato oposto do que era visado objetiva e subjetivamente por esses atos individuais. Esse fato fundamental, elementar e necessário, da existência e das atividades histórico-sociais dos homens se apresenta, também nesse caso, sob uma forma factual que pode ser verificada de modo exato; quando as relações econômicas são compreendidas em sua totalidade dinâmica e concreta, torna-se evidente, a cada passo, que os homens fazem sua própria história, mas os resultados do decurso histórico são diversos e frequentemente

opostos aos objetivos visados pelos inelimináveis atos de vontade dos indivíduos humanos (2012, p. 228).

A compreensão das leis econômicas, das “leis de movimento” da produção capitalista parte do intercâmbio humano com a natureza e tem resultados distintos das pretensões individuais. No caso das leis relativas ao lucro e sua taxa, essas leis, em última análise, expressam exatamente o ímpeto social de domínio maior da humanidade sobre a natureza, o que implica a capacidade de produzir mais em menos tempo. Trata-se, portanto, de desenvolvimento essencialmente contraditório e de difícil compreensão. Os manuscritos aqui apresentados mostram precisamente a tentativa de seu autor de captar fenômenos complexos e, por isso, cabe ao tempo presente o devido desenvolvimento da teoria e de suas possibilidades práticas.

Referências bibliográficas

CALLINICOS, Alex. *Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny*. Londres: Bookmarks, 2014.

HEINRICH, Michael. *Die Wissenschaft von Wert*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2006.

HEINRICH, Michael. Engels' edition of the third volume of "Capital" and Marx's original manuscript. *Science & Society*, v. 60, n. 4, 1996/1997.

_____. [2013]. Crisis theory, the law of the tendency of the profit rate to fall, and Marx's studies in the 1870s. *Monthly Review*, v. 64, n. 11. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2013/04/01/crisis-theory-the-law-of-the-tendency-of-the-profit-rate-to-fall-and-marxs-studies-in-the-1870s/>>, acessada em 20 nov. 2017.

KRÄTKE, Michael. Kapitalismus und Krisen. Geschichte und Theorie der zyklischen Krisen in Marx' ökonomischen Studien 1857/58. *Beiträge zur Marx-Engels-Forschung. Neue Folge*, pp. 5-45, 1998.

KRÄTKE, Michael. O problema Marx-Engels: por que Engels não falseou *O capital* marxiano. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 20, pp. 191-206, 2015.

LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social* v. I. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *Das Kapital* 1.3. Briefe über das Kapital. Berlim: Dietz, 2010.

_____; ENGELS, Friedrich. *Werke* v. IV. Berlim: Dietz, 1977.

_____; _____. *Werke* v. VI. Berlim: Dietz, 1961.

_____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.3.5. Berlim: Dietz, 1980a.

_____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.1. Berlim: Dietz, 1981.

_____; _____. *Gesamtausgabe* v. I. 2. Berlim: Dietz, 1982. _____;

_____. *Gesamtausgabe* v. II.5. Berlim: Dietz, 1983.

_____; _____. *Gesamtausgabe* v. IV.8. Berlim: Dietz, 1986.

_____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.6. Berlim: Dietz, 1987.

- _____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.4.1. Berlim: Dietz, 1988.
- _____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.8. Berlim: Dietz, 1989.
- _____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.10. Berlim: Dietz, 1991.
- _____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.14. Berlim: Akademie, 2003.
- _____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.15. Berlim: Akademie, 2004.
- _____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.4.2. Berlim: Akademie, 2012a.
- _____; _____. *Gesamtausgabe* v. II.4.3. Berlim: Akademie, 2012b.
- MOSELEY, Fred. "Introduction". In: MARX, Karl. *Economic manuscript of 1864-1865*. Leiden: Brill, 2016.
- REUTEN, Geert. "Zirkel vicieux" of trend fall? The course of the profit rate in Marx's *Capital III*. *History of Political Economy*, v. 36, n. 1, pp. 163-86, 2004.
- VOLLGRAF, Carl-Erich; JUNGNICHEL, Jürgen. "Marx in Marx's words"?: On Engels's edition of the main manuscript of book 3 of *Capital*. *Journal of Political Economy*, v. 32, n. 1, pp. 35-78, 2002.

Como citar:

DE DEUS, Leonardo Gomes; YEMBA, Bovick Wandja; MARQUES, Lucien André Regnault. Lucro, taxa e tendência nos manuscritos inéditos de *O capital*. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 114-138, abr./2018.

Data de envio: 22/1/2018
Data de aceite: 27/2/2018

A *coupure* como segredo do entendimento e o desentendimento das categorias: Althusser e a cientificidade de Marx¹

Antônio José Lopes Alves²

Resumo:

Neste artigo discutem-se aspectos importantes da interpretação elaborada por Althusser acerca da cientificidade da obra marxiana de maturidade. O exame aqui realizado se volta em especial a *Lire Le capital* e *Pour Marx*. Neste sentido, a abordagem do autor francês se efetiva pressupondo uma aproximação investigativa que teve o pensamento de Marx por objeto e a todo momento recorre ao cotejamento da leitura althusseriana com a propositura da crítica da economia política da maturidade.

Palavras-chave: Althusser; corte epistemológico; Marx; crítica da economia política.

The coupure as a secret of understanding and the misunderstanding of categories: Althusser and the Marx's scientificity

Abstract:

In this article we discuss important aspects of the interpretation elaborated by Althusser about the scientificity of Marx's mature work. In this sense, the approach of the French author effectively assuming an investigative approach that had the thought Marx by object and every moment makes the readback feature of Althusser's reading with the filing of the critique of political economy of maturity.

Key words: Althusser; epistemological cut; Marx; critique of political economy.

¹ Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Doutor em filosofia, professor do Colégio Técnico (Coltec) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço eletrônico: ajlopesalves@gmail.com.

O presente artigo tem como objeto de discussão o pensamento de Althusser. No entanto, não se propõe aqui um exame de toda a obra do autor francês, nem mesmo, sob forma sumária, o debate dos principais aspectos de sua obra ou das metamorfoses que se podem apontar no curso do desenvolvimento de sua reflexão. Oriundo de trabalho de pesquisa acerca do caráter próprio da cientificidade marxiana na crítica madura da economia política, o qual resultou em tese de doutorado, o trabalho aqui apresentado tem como centro o modo como Althusser se posiciona numa questão bem específica: aquela das relações de Marx com a filosofia hegeliana, no ato de sua delimitação do caráter científico da obra marxiana. Trata-se, em poucas palavras, da conhecida tese de uma “cesura epistemológica” no curso de constituição do pensamento do autor de *O capital*. Duas obras caracterizam bem a posição althusseriana acerca da fundamentação epistêmica da crítica da economia política: *Pour Marx e Lire Le capital*, as quais abordaremos a seguir, buscando delinear o modo como o pensador francês pretende resolver a questão do caráter da cientificidade marxiana.

Em *Pour Marx*, num primeiro momento, a “prática teórica” marxiana se caracteriza predominantemente por um caráter ideológico, ou seja, *filosófico*: a concepção de que a ciência começa pela abordagem direta dos entes ou por meio da extração das categorias pela abstração daqueles. E isto mesmo no interior da crítica de Marx à especulação hegeliana, à identificação de ser e ideia. Para precisar este problema, Althusser toma para exame as objeções marxianas contidas em “Mistérios da construção especulativa”, capítulo de *A sagrada família*. No capítulo em questão, Marx resume a forma geral da especulação, bem como aponta sua crítica a partir da exposição do método da especulação, como extensão ontologicamente indevida da abstração, servindo-se discursivamente de uma imagem, a relação entre as frutas e o conceito de fruta. Ressaltando o caráter indevido da especulatividade em geral, o fato de tornar a abstração “fruta” o ser e a verdade das frutas existentes, Marx afirmaria, para Althusser, ser o conceito algo extraído diretamente dos entes. O filósofo alemão teria então invertido a relação entre ideia e ser que havia no método de Hegel.

Nessa simplicidade, segundo Althusser, esta inversão não basta para fundar um padrão de cientificidade, em razão de não ter ainda “conscientemente abandonado a ideologia empirista que permitia sustentar que um conceito científico é produzido exatamente como o conceito geral de ‘fruta’ seria produzido pela abstração operando sobre frutas concretas” (ALTHUSSER, 1965, p. 194). Neste sentido, a extração de pontos comuns, de produção de conceitos, não se constitui ainda em momento propriamente dito do processo científico. Assim sendo, “o ato de

abstração, o qual extrairia dos indivíduos concretos sua pura essência, é um *mito ideológico*” (ALTHUSSER, 1965, p. 195). Contrapondo-se à própria ideia de uma inversão da dialética idealista, Althusser propõe que em dado momento Marx põe em marcha uma “teoria pura”, não contaminada por elementos ideológicos (DOSSE, 1993, pp. 337-40).

Além disso, e da separação radical entre ciência e ideologia, é importante ressaltar igualmente outro aspecto característico da tematização althusseriana, a diferença entre objeto e objeto do conhecimento. Indicando os níveis de abstração sob os quais entende dividir-se o andamento da cientificidade, adverte que não se deve confundir o primeiro nível de generalidade, no qual as abstrações são extraídas, com o último, em que se têm propriamente as categorias científicas. No *intermezzo* destes dois graus de generalidade aconteceria o momento de elaboração metódica dos conceitos propriamente ditos, os “fatos científicos” sobre os quais laboraria a prática científica, o objeto desta prática. Deste modo, à ciência caberia, pois,

elaborar seus próprios fatos científicos, por meio de uma crítica dos “fatos” *ideológicos* elaborados pela prática teórica ideológica anterior. (...) elaborar sua própria “teoria”, pois o fato científico – e não o dito fenômeno puro – não é identificado senão no campo de uma prática teórica (ALTHUSSER, 1965, p. 187).

Entre categoria e ente abre-se um abismo que a laboração científica virá a preencher. Enquanto linha temática mais que conhecida, a decisão acerca de quando começa efetivamente a “ciência de Marx” fornece ao mesmo tempo uma indicação que a une a todas as demais linhas de abordagem da obra marxiana: a aproximação por vias extrínsecas à própria obra. O problema central seria assinalar em que momento preciso sua reflexão se aparta de temas, questões ou procedimentos não científicos. No caso em pauta, a utilização da noção de *ruptura epistemológica*, oriunda da reflexão de Bachelard sobre os desenvolvimentos da física contemporânea, como metro da cientificidade. Neste contexto,

a prática teórica se distingue sempre claramente da prática teórica de sua pré-história: esta distinção toma a forma de uma descontinuidade “qualitativa” teórica e histórica, que podemos designar, com Bachelard, pelo termo “corte epistemológico” [*coupure épistémologique*] (ALTHUSSER, 1965, p. 168).

Pretende Althusser, por via daquele instrumento *metateórico*, centrar sua análise além do próprio corte e colocar-se no interior da “prática científica” marxiana uma vez já constituída, flagrando a série de procedimentos que informam seu método e a construção de seu objeto.

Em *Lire Le capital*, Althusser desdobra a investigação acerca do estatuto da cientificidade marxiana num sentido vertical. Ou seja, não se

trata apenas de investigar no nível mais geral o que fundamenta a ciência de *O capital*, mas de buscar na *leitura filosófica* desta obra o que a anima e sustenta como exercício científico. Nesse contexto, a questão que se pretende responder é precisamente aquela legada pela tradição do marxismo, quando esta tomou o próprio pensamento maduro de Marx como objeto:

O capital se distingue, então, da economia clássica não por seu objeto, mas unicamente por seu método, a dialética tomada de empréstimo a Hegel? Ou, antes, totalmente ao contrário, *O capital* constitui uma verdadeira mutação epistemológica em seu objeto, sua teoria e seu método? (ALTHUSSER, 1973, pp. 11-2)

Althusser toma aqui o epistemológico como uma totalidade de aspectos que determinam e estão implicados na definição do que efetivamente pode qualificar um discurso como científico. Nesse sentido, o problema dessa determinação não se resume à resolução do método. Ainda que este continue a ser o momento predominante do exercício da cientificidade, o filósofo da *École Normale* não o toma como aquele que genética e conceitualmente põe o discurso e a prática de uma ciência. Tomando agora a obra que realiza a crítica da economia política em sua feição mais madura como objeto de inquirição, Althusser amplia e ao mesmo tempo circunscreve o sentido da pesquisa pela fundamentação epistemológica da ciência marxiana. Amplia, à medida que tenta apreender o que, para ele, constitui o todo da prática científica de Marx, mas igualmente circunscreve, porquanto passa a considerar *O capital* uma totalidade científica em si. Para Althusser, *O capital* se define como “la fondation en acte d'une science” (ALTHUSSER, 1973, p. 12).

Em outros termos, o essencial da nova posição científica inaugurada por Marx deve ser encontrado na análise interpretativa de sua obra mais acabada, conforme Althusser. Muito embora ainda reconheça a importância de momentos anteriores para a posição da *cesura epistêmica* – como o que se consubstancia em *Die deutsche Ideologie*, por exemplo –, não mais avalia que nestes possa estar o que é mais central para o correto entendimento da crítica de Marx aos clássicos da economia política. Com referência a este problema em especial, assevera explicitamente que,

nós pusemos a *O capital* a questão da diferença específica, tanto de seu objeto quanto de seu discurso, perguntamos, em cada passo de nossa leitura, em que o objeto d'*O capital* se distingue não somente do objeto da economia clássica (e mesmo moderna), mas também do objeto das obras de juventude de Marx, em particular do objeto dos *Manuscritos de 44* (ALTHUSSER, 1973, p. 11).

Uma pressuposição essencial que permanece aqui intocada é a da radical distinção entre o *Jovem Marx* e o *Marx Maduro*. De um lado da

linha temporal epistêmica, está o pensador que arrimaria suas reflexões, mesmo aquelas voltadas às produções de cientificidade de ponta de seu tempo, sobre a base de uma posição ideológica, imediatamente filosófica e referida a uma *ideia de essência do humano*. Na outra ponta, localiza-se o cientista propriamente dito, que se põe a escarafunchar metodicamente um objeto novo, antes, melhor, a posicioná-lo como objeto de ciência. Não mais o *homem* e sua *essência genérica*, mas a produção humana, a atividade da riqueza, categorialmente configurada, teoricamente posta em independência para com as demais dimensões da vida social. Trata-se, pois, de um dúplice contraste entre dois períodos da produção intelectual marxiana.

A metateoria acima referida atinge nesse escrito o nível de particularização que pretende esclarecer em detalhes a constituição de uma ciência. Mas não é, ao mesmo tempo, e por isso mesmo, a propositura de uma leitura particular. Não é uma aproximação cuja meta seria a da explicitação de aspectos de *O capital* atinentes a cada uma das ciências humanas e sociais isoladamente. Ao contrário, é “la question de la nature du type de discours mis en oeuvre pour traiter de cet objet, la question du discours scientifique” (ALTHUSSER, 1973, p. 10). Problemática que supera e, simultaneamente, estaria aquém dos diversos olhares investigativos acerca do social; radicaria no pressuposto mesmo de qualquer posição científica. Leitura examinadora que dessa maneira se situa num terreno bem diferente daquele sobre o qual se erguem as diferentes aproximações das ciências humanas e sociais; a perspectiva da filosofia é aqui o lugar do qual se interroga *O capital*. Acerca disso, Althusser é bastante claro quando refere retrospectivamente o esforço de entendimento empreendido sob sua inspiração, ao assinalar que “Nós éramos todos filósofos. Não tínhamos lido *O capital* como economistas, como historiadores. Não pusemos a *O capital* a questão nem de seu conteúdo econômico ou histórico, nem de sua simples ‘lógica’ interna” (ALTHUSSER, 1973, p. 10). A abordagem interpretativa de *O capital* a partir da perspectiva filosófica, ou seja, de sua fundamentação como obra supera mesmo aquela delimitada pela mera intelecção de sua forma discursiva imediata, e de cada de seus elementos como tal. Como pergunta pela fundamentação é esta mesma uma pergunta mais fundamental:

Ler *O capital* enquanto filósofo é exatamente colocar em questão o objeto específico de um discurso científico, e a relação específica deste discurso com seu objeto, é, portanto, pôr a unidade discurso-objeto, a questão dos cunhos [*titres*] epistemológicos, os quais distinguem esta unidade precisa de outras formas de unidade discurso-objeto (...) (ALTHUSSER, 1973, p. 11).

Tal interrogação de fundamentos, inquirição acerca do título de cidadania científica de um dado discurso, remete forçosamente, ao menos do ponto de vista de Althusser, àquela relativa ao estabelecimento de distinções do caráter de cada forma discursiva. Posição filosófica de um problema a partir da qual se devem estatuir rigorosamente os elementos por meio dos quais o discurso científico pode ser posto em relevo frente àqueles de caráter ideológico. Nesse contexto, “Marx apenas poderia tornar-se Marx fundando uma teoria da história e uma filosofia da distinção histórica entre a ideologia e a ciência” (ALTHUSSER, 1973, p. 14). A leitura do filósofo pretende exatamente flagrar conceitualmente as condições de possibilidade da cientificidade, aquelas que posicionam um discurso para além e criticamente frente aos demais que se remeteriam, em última instância, ao jogo de interesses em torno da manutenção, ou não, da ordem social vigente. Por esse motivo, “*Une lecture philosophique du Capital est donc tout le contraire d'une lecture innocente*” (ALTHUSSER, 1973, p. 12). O novo discurso marxiano teria se elevado ao nível da ciência na exata medida em que se afastaria das pressuposições conceituais pretensamente compartilhadas com aquelas posições filosóficas idealistas ou mesmo neo-hegelianas. Além disso, superaria pontos de vista acerca da fundamentação do conhecer que se filiariam, conscientemente ou não, às ideologias do mundo societário do capital então em consolidação, as quais se assentam na pressuposição de uma *transparência* quase natural do mundo concreto à percepção do sujeito (cf. ALTHUSSER, 1973, p. 14).

A diferença científica entre a *essência* e a *aparência dos fenômenos* assinalada por Marx³ é tomada na perspectiva althusseriana sob o viés da tematização da intransparência essencial e inevitável do mundo ao sujeito. As determinações descobertas pela analítica marxiana, as quais podem apresentar-se no nível do cotidiano e do imediato econômico de modo espelhado ou até invertido, acabam elas mesmas sendo entendidas como categorias do fetichismo.

Tal aproximação do discurso científico marxiano pressupõe mesmo uma particular posição acerca do *ler*, do ato de decifrar, ou atribuir, sentidos ao que se lê – seja o real, tomado como *Grand Livre*, seja um discurso qualquer tornado objeto. Propositura hermenêutica que deveria romper tanto com a ordem dos procedimentos tradicionais em filosofia quanto, e principalmente, com aquela dos pressupostos nela implicados. Ou seja, o abandono da segurança de um acesso efetivo e direto à objetividade dada. Segundo o pensador francês, o próprio Marx teria, com

³ “(...) alle Wissenschaft wäre überflüssig, wenn die Erscheinungsform und das Wesen der Dinge unmittelbar zusammenfielen” (MARX, 1993, p. 825).

a elaboração de sua cientificidade, na ruptura teórica com sua “obra de juventude”, essa nova posição, avançando nas trilhas abertas por Espinosa, na direção de *une philosophie de l'opacité de l'immédiat*. Nesse sentido, “nós podemos precisamente apreender nele, não somente no que diz, mas no que faz, a passagem de uma primeira ideia e prática da leitura a uma nova prática da leitura, e a uma teoria da história capaz de nos fornecer uma nova teoria do ler” (ALTHUSSER, 1973, p. 15). Marx teria sido ele também, no decurso de sua produção, *un lecteur* das obras da economia política, de seus momentos iniciais, como disciplina científica, até a sua consolidação como forma de cientificidade com Smith e Ricardo. Um leitor cuja prática “É uma leitura dupla – ou, antes de tudo, uma leitura a qual coloca em ação dois princípios de leitura radicalmente diferentes” (ALTHUSSER, 1973, p. 16). Primeiramente, uma leitura que tem como escopo fixar méritos e deméritos da aproximação científica de outrem, a partir dos pontos conquistados pela própria análise marxiana, tendo como fundamento, segundo Althusser, uma concepção de conhecimento que se arrima no *ver*, no ato de visualizar o objeto, identificando corretamente, ou não, suas características. Nesse contexto, “toda falha no sistema de conceitos (...) faz o conhecimento se encontrar reduzido a uma falha psicológica do ‘ver’” (ALTHUSSER, 1973, p. 17). O objeto mesmo da cognição se reduziria à *la simple condition de donné*. O outro padrão de leitura que se poderia encontrar na crítica da economia política da maturidade, conforme sustenta Althusser, pode ser considerado *un protocole de lecture par Marx de l'économie classique*. Uma leitura que não somente assinala *presenças e ausências, vistos e não-vistos*, mas desvela o próprio não ver como um modo inerente à cientificidade clássica, não como defeito ou lacuna a serem corrigidos, mas como caráter daquela cientificidade. Assim:

A partir dessa restauração de um enunciado portador de vazios, e dessa produção de sua questão a partir da resposta, é possível trazer à luz as razões que tenham em conta a cegueira da economia clássica sobre o que, no entanto, ela vê, portanto de seu não-ver interior a seu ver. (ALTHUSSER, 1973, p. 23)

Althusser afirma que o padrão científico de Marx inaugura, no campo da investigação sobre o social, com essa segunda leitura, uma nova concepção de cognição, pela qual se abandona “o mito especular da visão e da leitura imediatas e do conceber o conhecimento como produção” (ALTHUSSER, 1973, p. 23). O conhecimento adquire então o significado de uma *prática produtiva*, cuja *démarche* teria como momento inaugural a produção da própria questão, do *objeto* como tal. A crítica da economia política não seria, entre outras coisas, a assinalação de um equívoco de percepção de um *objeto preexistente* à análise, mas antes a fundamentação de um *objeto de análise*. Apoiava-se na afirmação marxiana consoante a

qual a distinção entre *trabalho* e *força de trabalho* não significava uma aproximação do “real”, mas antes que a análise da questão envolvia uma transformação de registro teórico. Assim, o que cabia “não era resolver o problema tal qual ele se apresenta ao ponto de partida, mas mudar-lhe completamente os termos”; assevera haver aquele ato inaugural epistêmico de *produção de um objeto científico*. Em outros termos, a diferenciação, não feita pela economia política, entre o ato de pôr valor, o qual *aparece* como trocado por salário, e o fundamento subjetivo concreto e vivo do pôr valor/mais-valor, cujo uso é *efetivamente* adquirido pelo capital, entre determinações aparentes e essenciais, equivaleria à criação de um objeto de conhecimento.

A produção do objeto de conhecimento assinala, então, que, uma vez posta em marcha a fundação de uma nova cientificidade, “Ces nouveaux objets et problèmes sont nécessairement invisibles dans le champ de la théorie existante”. A questão do *Standpunkt* social, que define as condições objetivas da “prática” dos cientistas, não entra em cômputo aqui, na delimitação do que determina a possibilidade do conhecimento científico. Esta comparecerá na figura da *ideologia* como expressão de uma adstrição à produção do saber teórico, provinda da sociabilidade, na qual se exprimem os confrontos dos interesses antagônicos. Confrontação esta que se realiza como combate de forças em situação de necessária assimetria, entre dominados e dominantes.

Deste modo, por meio da distinção dicotômica entre cientificidade e ideologia, a separação gnosiológica dos discursos exerce o papel de horizonte da reflexão. A questão da pertinência discursiva se resolveria obrigatoriamente pela identificação do elemento de fundamentação da cientificidade. O terreno das produções ideais é considerado, assim, um dado campo de ação tomado em separado, assentado na compreensão das dimensões do complexo da sociabilidade, da qual a cientificidade é um momento, como um de seus *campi*. Engendramento de um novo objeto que corresponderia, segundo Althusser, a uma revolução não no que tange à natureza das respostas às questões de uma ciência estabelecida – a economia política –, mas ao caráter das próprias questões. Nesse sentido, Marx, na leitura crítica dos economistas, foi levado a “formuler une *réponse sans question*” (ALTHUSSER, 1973, p. 30). Situação de inovação radical, no interior da qual a análise marxiana teria sido levada, frente à ausência *du concept adéquat propre à penser ce qu'il produisait*, que não poderia ser outro senão aquele da determinação da articulação entre estruturas e elementos, teve de lançar mão de conceitos e fórmulas antigas, as quais corresponderiam ao *Darstellungsweise* dialético. Marx estaria, na verdade, empreendendo um roteiro que o levaria do terreno ideológico, no qual ainda se assentavam as tentativas de compreensão científica da

sociabilidade, para um efetivamente científico, não obstante sem a clara percepção e, conseqüentemente, tematização disso. É exatamente essa lacuna, ausência, ou esse *silêncio*, do discurso que serve de parâmetro à leitura propugnada pela investigação althusseriana.

Althusser propugna examinar o texto marxiano no mesmo diapasão do que identifica como leitura *symptomal*: “num mesmo movimento, ela demonstra o indemonstrável no próprio texto, apresenta uma ausência necessária no primeiro” (ALTHUSSER, 1973, p. 29). Ou seja, uma leitura que vasculha as ausências, o *não dito*, que seriam indícios dos verdadeiros fundamentos do discurso. Forma de ler que se coaduna com o abandono também da suposição de um *sujeito* ao qual o mundo poderia aparecer em sua transparência, ou ainda do próprio sujeito como fundamento da cognição, uma vez que já não se trataria mais da crítica de um déficit individual. Desse modo:

A visão não é mais então o feito de um sujeito individual, dotado de uma faculdade de “ver” que ele exerceria seja na atenção, seja na distração; a visão é o feito de suas condições estruturais, a visão é a relação de reflexão imanente do campo da problemática sobre seus objetos e seus problemas. (ALTHUSSER, 1973, p. 25)

A partir dessa construção discursiva, arrimada nessa noção peculiar de *lecture*, Althusser busca enfim se aproximar de *la philosophie de Marx*. Pretende acercar-se de sua *etundue*, a qual não poderia, segundo ele, estar já dada, *en personne*, nas obras que demarcariam aquela *Coupure* com os modos de pensamento ideológicos da tradição. Seguindo indicações, temporais, de Engels, e hermenêuticas, de Lênin, o pensador francês pretende encontrar *la logique du Capital*, sobre a qual estaria edificada a apreensão propriamente científica da produção social capitalista, na leitura atenta da grande obra de maturidade (cf. ALTHUSSER, 1973, p. 33). Intenta no fim das contas a resposta fundamental e fundante da crítica da economia política, a qual remete à *inversão da dialética hegeliana*: “quelle est la différence spécifique qui distingue la dialectique marxiste de la dialectique hégélienne?” Questão esta que, segundo o pesquisador da *École Normale*, Marx não teria posto, mas que teria respondido.

Neste contexto, a fundamentação do discurso científico do marxismo teria permanecido latente, ativa, mas inconsciente, não tematizada ou abordada como tal. Althusser “lê” a sentença segundo a qual a dialética em Hegel *Sie steht bei ihm auf dem Kopf*, como apenas uma *métaphore*, a qual remeteria a outra como sua solução de caráter tão somente verbal – *Man muß sie umstülpen, um den rationalen Kern in der mystischen Hülle zu entdecken* –, em que seria possível inferir uma *absence du concept sous le mot*. Nesse diapasão, tanto o que precede

quanto aquilo que se segue à observação marxiana acerca da *Mystifikation* da apreensão categorial da contradição na forma de ser, e do ser, que a filosofia hegeliana perpetra ao versá-la no viés do absoluto acaba sendo praticamente ignorado. O caráter mais fundamental da crítica marxiana, o qual se encontra enunciado quando se explicita, sucintamente, o modo especulativo de tomar a efetividade finita e concreta, está já de certa maneira enunciado, e com este a distinção também no terreno da cientificidade. A *differentia specifica* não se dá na maturidade, como nunca se deu nas fases de elaboração mais iniciais do pensamento marxiano, no âmbito da fundamentação epistêmica, mas da delimitação do estatuto de ser da realidade.

Duas questões diferentes, ainda que interdependentes, guiam *la lecture* de Althusser. Ambas declaradamente externas ao texto marxiano, porquanto encontram sua validade definida por um parâmetro não explicitamente dado ou indicado pelos escritos de Marx. Não obstante haja o esforço hermenêutico de assentar o balizamento de leitura pela remissão atributiva do talhe *sintomático* na crítica marxiana aos economistas clássicos e vulgares, tal recurso apenas atenua, mas não anula, o fato de a leitura assim propugnada advir de uma circunscrição estranha ao próprio pensamento marxiano. De certo modo, a *soupeçon* imputada ao padrão de reflexão marxiano é voltada contra este, como modo de investigação do seu discurso. O *não dito* passa a valer mais que o explicitado como pista de intelecção. Cabe à leitura flagrar, pelo comportamento sintomático posto semântica e epistemicamente, aquilo que não se declara, mas constitui o verdadeiro do discurso:

Trata-se, por conseguinte, de produzir, no sentido mais preciso da palavra, o qual parece significar: tornar manifesto o que está latente; antes ainda quer dizer transformar (para dar a uma matéria preexistente a forma de um objeto ajustado a um fim) o que, em um sentido, *já existe*. (ALTHUSSER, 1973, p. 37)

Resta inquirir aqui se Althusser, ao menos o de *Lire Le capital*, não troca um mito por outro. À pretensa narrativa fabulosa de uma verdade transparente que se ofereça à simples abordagem do “olhar” (ALTHUSSER, 1973, pp. 40-1) – presente na *conception empiriste de la connaissance* – parece contrapor outra, que versa sobre o pecado original do logos, o encobrimento fatal posto pela intransparência do discurso ao ente que o engendra. Não se trata, evidentemente, de um mito *trágico* ou *psicológico*, mas social, o problema, em última instância, do *ideológico*. No curso de uma exposição crítica do empirismo, Althusser arma, no fundo, uma recusa da noção mesma de abstração, tomada num sentido unívoco, aquele que lhe deu a tradição da filosofia das sensações e do *feeling*. E dessa sua recusa se transfere à de *abstração real*. O conhecimento estaria já posto no real, à espera de que venha a ser

“extraído” pelo tatear do entendimento conceitual exercitado como generalização das impressões sensoriais.

Na realização de seu intento judicioso, o filósofo francês faz que a forma empiricista de tomar as coisas seja no fundo a nota dominante, retomada e desenvolvida nas mais diversas modalidades sonoras da história da filosofia. Mesmo a ilusão hegeliana do concreto realmente existente como resultado da posição da razão é reportada nesse quadro de referências (cf. ALTHUSSER, 1973, p. 46). Resulta, além disso, que Althusser, na sustentação de sua tese, da radical reconfiguração metodológico-discursiva feita por Marx – a criação de uma ciência sobre o capital, propriamente dita –, ultrapassa o próprio diagnóstico marxiano sobre a economia política. Porquanto coloque todo o itinerário da economia política como precedente à posição do objeto como tal, acaba por identificar as diversas posições científicas – ajuizadas por Marx como insatisfatórias, incompletas ou ambíguas (pensar na duplicidade da determinação do trabalho produtivo em Smith, por exemplo) – com posições ideológicas. Nesse sentido, enuncia o *télos* da própria *leitura* de *O capital*: “pôr o problema das condições da cesura epistemológica que inaugura toda ciência, isto é, para retomar a terminologia clássica, o problema das condições da descoberta científica, e que nos é requerido pôr também com relação a Marx” (ALTHUSSER, 1973, p. 53). O que, curiosamente, repõe a discussão althusseriana, não obstante a alteração dos pressupostos, no terreno o mais clássico da teoria filosófica do conhecimento.

É importante ressaltar que, conquanto isso, a argumentação althusseriana se propõe a criticamente estabelecer as bases de uma compreensão *prática* do conhecimento, como atuação metódica de produção teórica – do objeto ao conceito – oposta à concepção estática da tradição empiricista. Mas parece não ver que *abstrair* é um ato não de um *sujeito racional autônomo* ou *suporte abstrato de impressões*, mas de um ente vivo, atuante e socialmente determinado em Marx; que o sujeito, consoante a reflexão marxiana, é antes de tudo *um objeto real* no seu modo socialmente ativo de ser frente à mundanidade, e não um *cogito desencarnado*.

Afora isso, Althusser também toma a distinção entre a *forma de o concreto se constituir* e aquela da sua constituição como objeto *no pensamento* como uma distinção atinente apenas entre *Gegenstand* e *Objekt*, como uma diferenciação cujo escopo se situa imediatamente na esfera do conhecer. Parece não levar muito em conta a delimitação marxiana do *Konkretum* mesmo, imediatamente dado, como uma *Zusammenfassung vieler Bestimmungen*. Há, em Marx, o reconhecimento de um caráter de por-si ao concreto dado, o qual o *Gedankenkonkretum*

deve, a seu modo, reproduzir. Althusser entende a questão do *Standpunkt* a partir do qual os cientistas (ou grupos de cientistas) colaboram ou competem entre si, a sua *posição determinada*, como algo que se remete diretamente a um sistema de divisão social de produção teórica. Esta, de modo análogo àquele pelo qual os indivíduos se distribuem em classes sociais e ramos de produção material, repartiria funções de caráter epistêmico ou espiritual, o entendimento e a explicação da realidade, entre indivíduos como pensadores, cientistas etc. A realidade que à cientificidade cabe apreender aparece determinando e limitando, em essência, a tarefa mesma de sua compreensão. O que poderia tender a quase um interdito ao acesso objetivo ao mundo social (cf. ALTHUSSER, 1973, pp. 47-9). Não obstante a estruturação adquirida pelo modo de produção do capital, a qual vai sendo constituída historicamente, diversificando-se etc., exprimir-se também como organização complexa da divisão social da produção ideal, não parece que a analogia possa ser levada adiante, ao menos a partir de Marx, em sentido absoluto. As respostas a problemas da produção obtidas do *Standpunkt* do capital não são necessariamente *falsas, enviesadas* ou tão somente *ideológicas*, nem mesmo respondem apenas a demandas da propriedade privada como tal, como pode ser observado na avaliação feita por Marx acerca das posições de Ricardo.

Em Marx, a objetividade científica aparece determinada e condicionada, mas não necessariamente interdita. As condições sociais objetivas de compreensão científica da realidade têm um peso específico que amplia ou alarga os horizontes da possibilidade de apropriação do concreto e de sua transformação em concreto pensado, mas esta grandeza vetorial não se exerce aqui somente em sentido negativo. A transformação das condições sociais de produção da vida pode resultar ou bem numa abertura maior à inteligência, ou bem pode ter como consequência o impedimento mesmo do entendimento. Como tal o sentido e a direção da força exercida pelo social podem variar inteiramente, tanto dependendo da posição do(s) sujeito(s) concreto(s) que enfrenta(m) a efetividade social quanto das transformações que a forma de existência desta última venha a sofrer.

Nesse sentido, mesmo tendo razão ao pontuar determinados problemas, como o do duplice afastamento que identifica na cientificidade marxiana com relação a certos padrões da tradição filosófica – nomeadamente, a especulação hegeliana e o historicismo –, Althusser, partindo de sua concepção de uma separação (mais que uma mera diferença) entre objeto real e aquele do conhecimento, parece não tomar a *Gliederung* como um complexo real. Ou seja, como uma síntese, por assim dizer, *dada* na efetividade imediata, mas apenas como

resultado/fundamento teoricamente posto. Verifica-se uma recusa decidida em reconhecer à cientificidade de Marx uma pressuposição qualquer de natureza não epistemológica, anterior à questão da fundamentação metodológica. Nesse contexto, à observação marxiana de que as categorias da produção capitalista não se esclarecem com a montagem de sua história, mas com o remetimento destas à articulação recíproca que assumem *um ihre Gliederung innerhalb der modernen bürgerlichen Gesellschaft*, apõe o seguinte desdobramento “explicativo”: “É justamente essa *Gliederung*, esta totalidade-articulada-de-pensamento que se trata de produzir no conhecimento, como objeto do conhecimento para alcançar o conhecimento da *Gliederung* real, da totalidade-articulada real, a qual constitui a existência da sociedade burguesa” (ALTHUSSER, 1973, p. 56). O problema reside precisamente em considerar na imediatidade a *Gliederung* uma construção importante para a elaboração científica, se não apenas, principalmente do pensamento. Como já se viu na sua crítica do empirismo, a abordagem althusseriana dá a impressão de tomar toda e qualquer referência à identificação de uma totalidade sintética de determinações anterior à dimensão do conhecimento como *metafísica do sujeito*. Não obstante reconheça explicitamente a existência da articulação real, não parece concebê-la como metro da cientificidade. O ato de pôr o objeto da ciência não possui, para Althusser, outro caráter senão o epistêmico. A fundamentação, ainda que por veios diametralmente opostos aos da tradição desde Descartes, continua a ser o momento determinativo da compreensão do concreto. O principal desafio nesse sentido é o de compreender, antes de mais, o estatuto das próprias categorias em seus diferentes níveis. A existência efetiva daquelas, primeiramente, como momentos da coisa, e depois como elementos mentalmente separados, e depois como conceitos articulados etc. O que implicaria o reconhecimento de uma conexão mais que circunstancial entre conceito e coisa, uma relação de remetimento ontológico da categoria ao concreto. Em Althusser, entretanto a cientificidade seria atinente apenas a estas na submissão a um dado esquema epistêmico. Não por acaso, somente tangencialmente o *rückwärts angetretene Reise* marxiano poderia ser referido. No entanto, explicitamente, na discussão do *caminho* do conhecimento, este é apontado por Marx como a *differentia specifica* de seu modo de proceder cientificamente não somente em relação à economia política, mas também aos modos idealistas de abordar a questão da relação entre *Gedankenkonkretum* e *Konkretum* (MARX, 1983, p. 35). *Differentia specifica* que radica não numa propositura de caráter epistemológico, mas na identificação da determinação histórica concreta dos próprios objetos. Para Althusser, a articulação da produção do conhecimento e da configuração *teórica* de seu

objeto parece não ter em si um lugar cabível para o referimento da objetividade exterior e anterior à ciência. É uma *prática* cujos parâmetros como prática propriamente dita (ou seja, não se levando em conta a sua determinação pelos vetores adstringentes da sociabilidade capitalista) têm um caráter endógeno. Não se trata aqui, evidentemente, de postulados psicológicos ou neurofuncionais, mas do tracejamento de uma *lógica discursiva*. Encadeamento fundador de cientificidade que, da posição do objeto – por meio da *resposta sem pergunta* – à do método, encaminha no sentido de uma separação irremediável para com a finitude imediata. Em alguns aspectos, a menção à relação mesma do conhecimento estruturado, ou da estruturação do ato de conhecer, com *o real* possui um aroma ideológico. A intransparência radical da efetividade surge, ela mesma, como um postulado da cientificidade. A ideia de uma aproximação contínua, não necessariamente “progressiva”, da ciência ao que é dado, por meio do abstrair, reduz-se à concepção ideológica das *Luzes*; uma retomada do *empirismo*.

Nos momentos em que defronta a questão da relação entre a categoria como objeto do conhecimento e o real, Althusser remete-a sem mais àquela da *sucessão* ou da *gênese históricas* das categorias. O historicamente posto, como totalidade complexa e dinâmica de categorias, configurando um modo *atualmente existente* da produção, que como tal é algo de determinado, não encontra guarida na reflexão crítica do autor francês. A pista analógica para compreender a *Umkehrung* da forma da dialética em Hegel somente encontraria algum sentido quando se afasta – como o faz acertadamente Althusser – de qualquer sentido lógico específico, mas também se remetida à ordem de distinções teóricas anterior à epistemológica: a esfera atinente ao reconhecimento do estatuto de ser da efetividade que se pretende explicar cientificamente. Assim como a conversão da finitude em momento do desdobramento da *Idée* não é uma postulação epistemológica, sua crítica igualmente não o é. Não há, assim, somente *la logique du Capital*, entendida justamente como exposição articulada das categorias em sua ordem necessária no sistema do capital, a sustentar teoricamente a crítica da economia política em sua feição mais madura; há também, e antes, como fundamento da própria analítica das formas e das categorias, uma pressuposição da qual parte Marx, e que é indemonstrável no interior da crítica da economia política. Propositura fundamental, ainda que não ao modo de uma fundamentação epistêmica, que é ela mesma conquista do conhecimento obtido a duras penas, e no roteiro da história humana, extremamente complexo e problemático, de desvendamento racional e científico da efetividade do mundo. A assertiva da prioridade do ser em relação à consciência e, mais ainda, deste como um por-si, como processo e/ou ente objetivamente

dados, é um posicionamento teórico – que não é uma mera postura ou disposição equivalente a tantas outras – que depende como tal do que a cientificidade e a reflexão desta, acumuladas historicamente, permite concluir. Nesse sentido, é uma *posição* em sentido forte, *Standpunkt*, que se alcança a partir dos resultados obtidos pelo próprio exercício histórico, inconcludente e indefinido da cientificidade. Denomine-se isso ou não pelo termo *materialismo*, ou por qualquer outro, não altera em nada a questão. Nem mesmo oblitera-la discursivamente no empuxo de problemas ou de concepções dominantes em dado momento acadêmico ou político resolve-a adequadamente.

No fim das contas, a questão de fundo aqui seria antes se interrogar se a posição marxiana de cientificidade, independentemente de seu acerto ou eficácia teóricos, coaduna-se com a pergunta feita a ela. O problema da fundamentação *gnosioepistêmica* da teoria seria um problema marxiano? Ou ao menos intrínseco ao pensamento de Marx, posto na ordem do dia por ele mesmo? Althusser não foge da questão, ao contrário, assume-a em sua resposta negativa e se propõe a realizar, num novo registro, com o próprio pensamento marxiano o que este teria efetuado com o seu *discurso-objeto*, com a economia política. A questão que, em realidade, anima a formulação althusseriana é a da construção de uma *théorie de l'histoire du théorique* (ALTHUSSER, 1973, p. 58). Nesse diapasão, o problema nodal é pôr o objeto mesmo dessa teoria da cientificidade, partindo de um novo *discurso-objeto*, a crítica da economia política.

Como consequência disso, conquanto indique a improcedência da propositura de uma *inversão lógica* da dialética hegeliana, não a considerando mais que um recurso analógico utilizado expositivamente por Marx, Althusser repete o que se observa na maior parte das aproximações interpretativas à obra marxiana. Verifica-se a consideração de que o decisivo seria compreender o “caractere complexe et original de l'ordre de démonstration qu'il instaure en économie politique” (ALTHUSSER, 1973, p. 58).

O *modo de apresentação* das categorias, e da articulação das formas de ser, acaba por sobrepor-se ao *modo de pesquisa*. Porquanto este modo tenha um caráter eminentemente analítico, não pode prescindir de seu referimento à efetividade a ser reproduzida na forma do *Gedankenkonkretum*. Acerca do *Forschungsweise*, Althusser, em coerência com sua propositura de transmutar em *lecture* o esforço de cientificidade acerca do social, descreve-o como “la recherche concrète que Marx a effectuée pendant des années sur les documents existants”. Ou seja, não toma a questão da analítica das formas de ser atual, do existente, das *Daseinsformen*, propriamente dita, senão pela via transversa do enfrentamento de outros discursos. À mercadoria restaria então ser uma

categoria discursiva, não se trataria, portanto, de uma forma social efetiva de existir que os produtos do trabalho assumem no interior do modo de produção do capital. Por consequência, a análise mesma já se entende como uma forma discursiva. Althusser afirma textualmente a esse respeito que ambos os *Weisen*, o “*méthode d'analyse, dont parle Marx, fait un avec le mode d'exposition*” – quando, conforme o próprio Marx o declara, ao reverso, seria necessário distingui-los. A relação entre ambas as instâncias da cientificidade – operação analítica e discurso – se complica demasiadamente, muito além da complexidade efetiva que possuem na crítica marxiana da economia. A identificação do caráter próprio do padrão científico de Marx, que se pretendia rigorosa e precisa, resulta tornar-se oscilante e vacilante:

Se pudemos estabelecer, com muitas provas para afirmá-lo, que o discurso de Marx é em seu princípio estranho ao discurso de Hegel, que sua dialética (o posfácio o identifica ao modo de exposição do qual falamos) é de todo diferente da dialética hegeliana, nós não fomos muito longe. Estamos muito longe de ver de onde Marx havia tomado este método de análise que ele dá como preexistente – não pusemos a questão de saber se Marx, longe de tomá-lo emprestado, não teria propriamente inventado este método de análise, o qual ele pensava ter somente aplicado. (ALTHUSSER, 1973, p. 59)

O que torna a situação ainda mais curiosa, quando Marx, em certos momentos, valendo-se da metáfora do anatomista, e do cotejamento com outros ramos da cientificidade (como a química), aponta alguns indícios na direção talvez mais frutífera e apropriada (MARX, 1998, pp. 11-2). A *abstração*, como coisa produzida pela mediação da atividade de um cérebro humano vivo, a abstração como atividade de extração de determinações, substitui os métodos e elementos objetivos das ciências voltadas aos complexos existentes naturais. E isso em nome da regência da própria coisa investigada – um determinado modo de produção social da vida humana –, e não em virtude de uma eleição epistêmica.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx*. Paris: Maspero, 1965.

_____. *Lire Le capital*. Paris: Maspero, 1973.

DOSSE, François. *História do estruturalismo* v. II. São Paulo: Ensaio, 1993.

HEGEL, Georg. *Science de la logique*. Paris: Aubier Montaigne, 1972-1981. 2 t.

MARX, Karl. “Einleitung zun den Grundrisse der polistischen Ökonomie”. *In: Marx-Engels Werke* Band 42. Berlim: Dietz Verlag, 1983.

_____. “Das Kapital, drittel Buch”. In: *Marx-Engels Werke* Band 25. Dietz Verlag: Berlim, 1993.

_____. “Das Kapital, erster Buch - Kritik der politischen Ökonomie”. In: *Marx/Engels Werke* Band 23. Berlim: Dietz Verlag, 1998.

Como citar:

ALVES, Antonio José Lopes. *A coupure* como segredo do entendimento e o desentendimento das categorias: Althusser e a cientificidade de Marx. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 139-155, abr./2018.

Data de envio: 19/3/2018

Data de aceite: 9/4/2018

La relevancia contemporánea de Marx¹

Claudio Katz²

Resumen:

Marx recupera interés. Su clarificación del funcionamiento del capitalismo contrasta con las simplificaciones neoclásicas y las ingenuidades heterodoxas. Indicó la lógica de la plusvalía que subyace en la agresión neoliberal y el tipo de superexplotación que prevalece en el trabajo precario. Esclareció el origen de la desigualdad y el sentido actual del beneficio. *El capital* permite refutar la identificación de la revolución digital con el desempleo. Cuestiona las explicaciones de la crisis por desaciertos gubernamentales o carencias de regulaciones. Remarca tensiones intrínsecas en la esfera del consumo y la rentabilidad. Marx subrayó los determinantes productivos de las convulsiones financieras. Sugirió las conexiones de la mundialización con los patrones nacionales de acumulación. Anticipó las polarizaciones que generan subdesarrollo en la periferia y los enlaces del antiimperialismo con estrategias socialistas. También conceptualizó la combinación de ilusiones y temor que propaga la ideología burguesa. Su proyecto igualitario resurge junto a nuevas síntesis de la acción política con la elaboración teórica.

Palabras claves: Capitalismo; neoliberalismo; marxismo.

The contemporary relevance of Marx

Abstract:

Marx regains interest. His clarification of the functioning of capitalism contrasts with neoclassical simplifications and heterodox naiveties. He indicated the logic of surplus value that underlies neoliberal aggression and the type of super-exploitation that prevails in precarious work. He clarified the origin of inequality and the current meaning of benefit. Capital allows to refute the identification of the digital revolution with unemployment. Question the explanations of the crisis due to government mistakes or lack of regulations. It highlights intrinsic tensions in the sphere of consumption and profitability. Marx stressed the productive determinants of financial convulsions. He suggested the connections of globalization with national patterns of accumulation. He anticipated the polarizations that generate underdevelopment in the periphery and the

¹ Este artículo sintetiza ideas expuestas en Katz (2001; 2009; 2016; 2018). Revisado por Carmen Isabel Rojas e Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Doutor, Professor da Universidade de Buenos Aires (UBA). Página na Internet: <www.lahaine.org/katz>.

links of anti-imperialism with socialist strategies. He also conceptualized the combination of illusions and fear propagated by bourgeois ideology. His egalitarian project resurfaces with new syntheses of political action with theoretical elaboration.

Key words: Capitalism; neoliberalism; Marxism.

La conmemoración del 150 aniversario de *El capital* ha renovado el debate sobre las contribuciones legadas por Marx a la comprensión de la sociedad actual. El texto continúa suscitando apasionadas adhesiones y fanáticos rechazos, pero ya no ejerce la enorme influencia que tuvo en los años 1960 y 70. Tampoco padece el olvido que acompañó al desplome de la Unión Soviética. Ningún investigador de peso ignora actualmente el significado del libro y las relecturas traspasan la academia e influyen sobre numerosos pensadores.

El interés por Marx se verifica entre los economistas, que resaltan su anticipación de la mundialización. Otros descubren una precoz interpretación de la degradación del medio ambiente y vinculan la ausencia de soluciones al desastre ecológico con la crisis civilizatoria que previó el teórico germano.

Su obra es retomada con mayor frecuencia para caracterizar la etapa neoliberal. Varios autores indagan las semejanzas de ese esquema con el “capitalismo puro” y desregulado que prevalecía en la época de Marx.

En un período de privatizaciones, apertura comercial y flexibilización laboral se transparentan rasgos del sistema que permanecieron ocultos durante la fase keynesiana. Los diagnósticos del pensador alemán recuperan nitidez en el siglo XXI.

La gran crisis que estalló en el 2008 reubicó a *El capital* en un lugar preponderante de la literatura económica. Ese desplome financiero no sólo desembocó en una impactante recesión. Precipitó además una expansión inédita del gasto público para socorrer a los bancos.

Marx recobra importancia en este escenario de agudos desequilibrios capitalistas. Por esta razón sus explicaciones del funcionamiento y la crisis del sistema son revisadas con gran atención.

Algunos analistas igualmente estiman que sus respuestas han perdido actualidad al cabo de 150 años. Es evidente que el régimen vigente es muy distinto al imperante en el período que conoció el escritor alemán. El registro de estas diferencias contribuye a evitar búsquedas dogmáticas de lo “ya dicho por Marx” sobre acontecimientos que lo sucedieron.

Pero conviene también recordar que el estudioso germano investigó el mismo modo de producción que opera en la actualidad. Ese régimen continúa regulado por las mismas leyes y sujeto a los mismos principios.

Todas las denominaciones que ocultan esa persistencia (economía a secas, mercado, modernidad, pos-industrialismo) obstruyen la comprensión del capitalismo de nuestra era.

La obra de Marx mantendrá su interés mientras subsista una estructura económico-social gobernada por la competencia, el beneficio y la explotación. ¿Pero cuáles son los señalamientos más pertinentes de su teoría para clarificar el modelo neoliberal actual?

Refutaciones fallidas

Marx captó la especificidad del capitalismo corrigiendo las inconsistencias de sus antecesores de la economía política clásica. Mantuvo la indagación totalizadora de la economía que encararon Smith y Ricardo superando las ingenuidades de la “mano invisible”. Al descubrir las obstrucciones que afronta el capitalismo revolucionó el estudio de ese modo de producción.

El autor de *El capital* comprendió que esas tensiones son inherentes al sistema. Destacó que los desequilibrios no provienen del comportamiento o la irracionalidad de los individuos, ni obedecen a la inadecuación de las instituciones.

Marx postuló que el capitalismo está corroído por contradicciones singulares y distintas a las prevalecientes en regímenes anteriores. Esa comprensión le permitió transformar las críticas intuitivas en una impugnación coherente del capitalismo.

La ortodoxia neoclásica intentó refutar sus cuestionamientos con burdos panegíricos del sistema. Concibió insostenibles fantasías de mercados perfectos, consumidores racionales y efectos benévolos de la inversión. Recurrió a un cúmulo de mitos inverosímiles que contrastan con las aproximaciones realistas asumidas por Marx.

Los precursores del neoliberalismo no lograron desmentir el carácter intrínseco de los desequilibrios capitalistas. Ensayaron una presentación forzada de esas tensiones como resultado de injerencias estatales, sin explicar por qué razón el propio sistema recrea tantos desajustes.

Los criterios neoclásicos de maximización -complementados con las sofisticadas formalizaciones para seleccionar alternativas- ignoran la lógica general de la economía. Reducen la indagación de esa disciplina a un simple adiestramiento en ejercicios de optimización.

El predicamento actual de ese enfoque no proviene por lo tanto de su solidez teórica. Es apuntalado por las clases dominantes para propagar justificaciones de los atropellos a los asalariados. Instrumentan esas agresiones alegando exigencias naturales de la economía. Subrayan, por ejemplo, la imposibilidad de satisfacer los reclamos populares por

restricciones derivadas de la escasez. Pero omiten el carácter relativo de esas limitaciones presentándolas como datos atemporales o invariables.

La hostilidad de los neoclásicos hacia Marx contrasta con el reconocimiento exhibido por el grueso de la heterodoxia. Algunos autores de esa vertiente han buscado incluso la integración de la economía marxista a un campo común de opositores a la teoría neoclásica. Esa pretensión ilustra áreas de afinidad, pero olvida que la concepción forjada a partir de *El capital* conforma un cuerpo contrapuesto a la herencia de Keynes.

La principal diferencia entre ambas visiones radica en la valoración del capitalismo. La heterodoxia acepta el carácter conflictivo del sistema, pero considera que esas tensiones pueden resolverse mediante una adecuada acción estatal.

Marx postuló, en cambio, que esa intervención sólo pospone (y finalmente agrava) los desequilibrios que pretende resolver. Con ese señalamiento colocó los cimientos de una tesis de gran actualidad: la imposibilidad de forjar modelos de capitalismo humano, redistributivo o regulado. Este planteo ordena todo el pensamiento marxista contemporáneo.

Plusvalía y superexplotados

Marx formuló observaciones sustanciales para entender el deterioro actual del salario. El modelo neoliberal ha generalizado esa retracción al intensificar la competencia internacional. La apertura comercial, la presión por menores costos y el imperio de la competitividad son utilizados para achatar los ingresos populares en todos los países. Los patrones recurren a un chantaje de relocalización de plantas -o a desplazamientos efectivos de la industria a Oriente- para abaratar la fuerza de trabajo.

Ese atropello obedece a las crecientes tasas de explotación que exige la acumulación. Marx esclareció la lógica de esta presión al distinguir el trabajo de la fuerza de trabajo, al separar las labores necesarias de las excedentes y al registrar qué porción de la jornada laboral remunera efectivamente el dueño de la empresa.

Con esa exposición ilustró cómo opera la apropiación patronal del trabajo ajeno. Señaló que esa confiscación queda enmascarada por la novedosa coerción económica que impera bajo el capitalismo. A diferencia del esclavo o el vasallo el asalariado es formalmente libre, pero está sometido a las reglas de supervivencia que imponen sus opresores.

Marx fundamentó este análisis en su descubrimiento de la plusvalía. Demostró que la explotación es una necesidad del sistema. Pero también

remarcó que la caída del salario es un proceso periódico y variable. Destacó que depende de procesos objetivos (productividades, base demográfica), coyunturales (ciclo de prosperidad o recesión) y subjetivos (intensidad y desenlace de la lucha de clases).

Esta caracterización permite entender que el trasfondo del atropello neoliberal en curso es una generalizada compulsión capitalista a elevar la tasa de plusvalía. Indica también que la intensidad y el alcance de esta agresión están determinados por las condiciones económicas, sociales y políticas vigentes en cada país.

La teoría del salario de Marx se ubica en las antípodas de las falacias neoclásicas de retribución al esfuerzo del trabajador. También rechaza la ingenuidad heterodoxa de mejoras invariablemente acordes a la redistribución del ingreso.

Pero es un enfoque alejado de cualquier postulado de “miseria creciente”. El teórico alemán nunca pronosticó el inexorable empobrecimiento de todos los asalariados bajo el capitalismo. La significativa mejora del nivel de vida popular durante la posguerra corroboró esas prevenciones.

En la etapa neoliberal el salario vuelve a caer por la necesidad cíclica que afronta el capitalismo de acrecentar la tasa de plusvalía, mediante recortes a las remuneraciones de los trabajadores.

Marx postuló además un segundo tipo de caracterizaciones referidas a los desocupados de su época, que tiene especial interés para la actual comprensión de la exclusión. Este flagelo obedece presiones de la acumulación semejantes a las estudiadas por el pensador germano, en su evaluación de situaciones de pauperización absoluta.

El intelectual europeo quedó muy impactado por las terribles consecuencias del desempleo estructural. Ilustró con estremecedoras denuncias las condiciones inhumanas de supervivencia afrontadas por los empobrecidos. Esos retratos vuelven a cobrar actualidad en los escenarios de pérdida definitiva del empleo y consiguiente degradación social. Lo que Marx indagó en su descripción del “leprosario de la clase obrera” reaparece hoy en el drama de los sectores agobiados por la tragedia de la subsistencia.

El neoliberalismo ha extendido la pauperización a gran parte de los trabajadores informales o flexibilizados. Esos segmentos soportan no sólo situaciones de sujeción laboral extrema, taylorización o descalificación, sino también remuneraciones del salario por debajo del valor de la fuerza de trabajo.

En las últimas décadas ese tomento no impera sólo en la periferia. La precarización se ha extendido a todos los rincones del planeta y se verifica en los centros. El nivel de los salarios continúa difiriendo en forma

significativa entre los distintos países, pero la explotación redoblada se verifica en numerosas regiones. Es un padecimiento agudo en el centro y dramático en la periferia. Lo que Marx observaba en los desocupados de su época golpea también en la actualidad a gran parte de los precarizados de todas las latitudes.

Desigualdad y acumulación

Las ideas que expuso el autor de *El capital* permiten interpretar la explosión de desigualdad que recientemente midió Piketty. Los datos son escalofriantes. Un puñado de 62 enriquecidos maneja el mismo monto de recursos que 3.600 millones de individuos. Mientras se desploma la seguridad social y se expande la pobreza, los acaudalados desfinancian los sistemas previsión, escondiendo sus fortunas en paraísos fiscales.

La desigualdad no es el fenómeno pasajero que describen los teóricos ortodoxos. Los exponentes más realistas (o cínicos) de esa corriente explicitan la conveniencia de la inequidad para reforzar la sumisión de los asalariados.

La fractura social actual es frecuentemente atribuida a la preeminencia de modelos económicos regresivos. Pero Marx demostró que la desigualdad es inherente al capitalismo. Bajo este sistema las diferencias de ingresos varían en cada etapa, difieren significativamente entre países y están condicionadas por las conquistas populares o la correlación de fuerza entre opresores y oprimidos. Pero en todos los casos el capitalismo tiende a recrear y ensanchar las brechas sociales.

Marx atribuyó esa reproducción de la desigualdad a la dinámica de un sistema asentado en ganancias derivadas de la plusvalía extraída a los trabajadores. *El capital* subraya ese rasgo en polémica con otras interpretaciones del beneficio, centradas en la astucia del comerciante. También objeta las caracterizaciones que subrayan retribuciones a la contribución del empresario, sin especificar en qué consisten esos aportes.

Los neoclásicos nunca lograron refutar estos planteos, con su presentación de la ganancia como un premio a la abstención del consumo o al ahorro individual. Más insatisfactorias fueron sus caracterizaciones de retribuciones a un inanimado “factor capital” o a pagos de funciones gerenciales divorciadas de la propiedad de la empresa.

Desaciertos parecidos cometieron los keynesianos, al interpretar al lucro como una contraprestación al riesgo o a la innovación. Los pensadores más contemporáneos de esa escuela han optado por soslayar cualquier referencia al origen del beneficio.

Otros teóricos reconocen la inequidad del sistema, pero reducen el origen de la desigualdad a anomalías en la distribución del ingreso,

derivadas de favoritismos o políticas erróneas. Nunca conectan esos procesos con la dinámica objetiva del capitalismo.

Las caracterizaciones convencionales de la ganancia son más insostenibles en el siglo XXI que en la época de Marx. Nadie puede explicar con criterios usuales la monumental fortuna acumulada por el 1% de billonarios globales. Esos lucros están más naturalizados que en el pasado sin justificaciones de ninguna índole.

Las críticas en boga al enriquecimiento cuestionan a lo sumo las escandalosas ganancias de los banqueros. Ponderan en cambio los beneficios surgidos de la producción, sin evaluar las conexiones entre ambas formas de rentabilidad.

La relectura de *El capital* permite recordar que la tajada obtenida por los banqueros constituye tan sólo una porción de la masa total de beneficios creada con la explotación de los trabajadores.

Marx analizó también las formas violentas que en ciertas circunstancias asume la captura de ganancias. Evaluó esa tendencia en estudios de la acumulación primitiva, que han sido actualizados por los teóricos de la acumulación por desposesión (Harvey).

En *El capital* investigó las formas coercitivas que presentó la apropiación de recursos en la génesis de capitalismo. Pero el sistema continuó recreando esas exacciones en distintas situaciones de la centuria y media posterior. Las guerras de Medio Oriente, los saqueos de África o las expropiaciones de campesinos en Asia ilustran modalidades recientes de esa succión.

Marx inauguró los estudios de formas excepcionales de confiscación del trabajo ajeno. Esa investigación sentó las bases para clarificar la dinámica contemporánea de la inflación y la deflación.

Al igual que sus precursores clásicos Marx postuló una determinación objetiva de los precios en función de su valor. Precisó que esa magnitud queda establecida por el tiempo de trabajo socialmente necesario para la producción de los bienes, en convulsivos procesos de extracción de plusvalía y realización del valor.

Esa caracterización no sólo permite refutar la ingenua presentación neoclásica de los precios como reflejos de la utilidad personal, o como espontáneos emergentes de la oferta y la demanda. También desmonta la absurda imagen del capitalista como víctima de escaladas inflacionarias o deflacionarias ajenas a su conducta.

En las coyunturas críticas, la determinación turbulenta de los precios reditúa ganancias extraordinarias a los grandes patrones por medio de abruptas desvalorizaciones del salario. Esos mecanismos operan, en la actualidad, con la misma intensidad que las expropiaciones virulentas de la época de Marx.

El capital facilitó la identificación posterior de quiénes son los artífices y beneficiarios del nivel que asumen los precios. Esa caracterización no se limita a retratar situaciones de “pugna distributiva”. Subraya la desigualdad de condiciones en que disputan los trabajadores con sus patrones y resalta la consiguiente dominación que ejercen los formadores de precios.

Desempleo e innovación

La masificación actual del desempleo constituye otra razón para releer a Marx. Algunos pensadores neoclásicos asumen esa calamidad como un simple dato. Otros difunden consuelos sobre la futura potencialidad de los servicios, para compensar la caída del empleo industrial. Esas previsiones no se corroboran en ningún país.

Muchos analistas afirman que la educación resolverá el problema. Pero olvidan mencionar el creciente número de desocupados con títulos universitarios. La destrucción de puestos de trabajo ya afecta severamente a los segmentos más calificados.

Distintas mediciones han comenzado a registrar que en el modelo actual el desempleo no se reduce en las fases expansivas, en proporción equivalente a su incremento en los periodos recesivos. Este flagelo se acrecienta con la rotación acelerada del capital y la reducción vertiginosa de los gastos administrativos.

La revolución digital es invariablemente mencionada como la principal causa de esta creciente pérdida de puestos de trabajo. Pero las computadoras son culpabilizadas omitiendo quiénes definen su utilización. Se olvida que esos instrumentos nunca actúan por sí mismos. Son gestionados por capitalistas que apuntalan sus beneficios sustituyendo mano de obra. La informática y la automatización no destruyen espontáneamente el empleo. La rentabilidad empresaria provoca esa demolición.

El capital introdujo los principales fundamentos de esta caracterización del cambio tecnológico. Marx afirmó que las innovaciones son incorporadas para incrementar la tasa de explotación que nutre el beneficio patronal.

La revolución informática en curso se ajusta plenamente a ese postulado. Es un recurso utilizado por las grandes empresas para potenciar la captura del nuevo valor generado por los asalariados.

Tal como ocurrió en el pasado con el vapor, el ferrocarril, la electricidad o los plásticos, la digitalización introduce transformaciones radicales en la actividad productiva, comercial y financiera. Abarata el transporte y las comunicaciones y modifica por completo los procedimientos de fabricación o venta de las mercancías.

Un indicio de esa mutación es la influencia alcanzada por los “señores de las nubes”. Siete de las diez empresas con mayor capitalización bursátil actual pertenecen al sector de nuevas tecnologías de la información. Hace una década y media las firmas con mayor espalda financiera eran petroleras, industriales o automotrices. Actualmente son Google, Amazon, Facebook o Twitter.

Esta irrupción suscita presagios venturosos entre los pensadores que ocultan las consecuencias de la gestión capitalista de la informática. Omiten, por ejemplo, que la masificación de la comunicación digital reforzó la privatización del espacio virtual. Ese ámbito es controlado por pocas empresas privadas estrechamente asociadas con el Pentágono. *El capital* permite entender los determinantes capitalistas de este perfil de la innovación.

Marx inició la indagación de la tecnología como un fenómeno social, abriendo un camino de estudios que floreció en las últimas décadas. Pero a diferencia de los teóricos evolucionistas o schumpeterianos demostró que el cambio tecnológico desestabiliza la acumulación y potencia la crisis.

La innovación guiada por principios de lucro impone una descarnada competencia que multiplica la sobreproducción. Induce además a jerarquizar el desenvolvimiento de ramas tan destructivas como la industria militar.

Marx explicó por qué razón el sistema actual impide una gestión social provechosa de las nuevas tecnologías. Señaló que ese manejo requeriría introducir criterios cooperativos opuestos a los principios de rentabilidad. Las potencialidades de la informatización como instrumento de bienestar y solidaridad sólo emergerán en una sociedad emancipada del capitalismo.

Multiplicidad de crisis

Actualmente Marx suscita especial interés por los criterios que enunció para interpretar las crisis. El neoliberalismo no sólo genera crecientes sufrimientos populares. Cada quinquenio o decenio desencadena convulsiones que conmocionan a la economía mundial. Esos estallidos inducen a estudiar *El capital*.

Las crisis del último período incluyeron la burbuja japonesa (1993), la eclosión del Sudeste Asiático (1997), el desplome de Rusia (1998), el desmoronamiento de las Punto.Com (2000) y el descalabro de Argentina (2001). Pero la magnitud y el alcance geográfico del temblor global del 2008 superaron ampliamente esos antecedentes. Su impacto obligó a revisar todas las teorías económicas.

Las crisis recientes son efectos directos de la nueva etapa de privatizaciones, apertura comercial y flexibilidad laboral. No son prolongaciones de tensiones irresueltas de los años 70. Emergieron al calor de los desequilibrios peculiares del neoliberalismo.

Ese modelo erosionó los diques que morigeraban los desajustes del sistema. Por esa razón el capitalismo actual opera con grados de inestabilidad muy superiores al pasado.

Los neoclásicos atribuyeron la crisis del 2008 a desaciertos de los gobiernos o irresponsabilidades de los deudores. Redujeron todos los problemas a comportamientos individuales, culpabilizaron a las víctimas y apañaron a los responsables. Justificaron además los socorros estatales a los bancos, sin registrar que esos auxilios contrarían todas sus prédicas a favor de la competencia y el riesgo.

Los heterodoxos explicaron las mismas convulsiones por el descontrol del riesgo. Olvidaron que esas supervisiones son periódicamente socavadas por las rivalidades entre empresas o bancos. Las normas que protegen los negocios de las clases dominantes son quebrantadas por la propia continuidad de la acumulación.

La relectura de *El capital* permite superar esas inconsistencias de la economía convencional. Induce a investigar el origen sistémico de esos estallidos. Brinda pistas para indagar los diversos mecanismos de la crisis, recordando que el capitalismo despliega una amplia gama de contradicciones.

El cimiento común de esos desequilibrios es la generación periódica de excedentes invendibles. Pero esa sobreproducción se desenvuelve por varios carriles complementarios.

Marx resaltó la existencia de tensiones entre la producción y el consumo, derivadas de la estratificación clasista de la sociedad. Esta caracterización tiene gran aplicación en el escenario de agudos problemas de realización del valor de las mercancías, que ha generado el neoliberalismo.

Ese modelo propicia una ampliación de los consumos sin permitir su disfrute. Expande la producción estrechando los ingresos populares y precipita crisis derivadas del deterioro del poder adquisitivo. El enorme engrosamiento del endeudamiento familiar no atenúa la vulnerabilidad de la demanda.

Marx fue el primero en ilustrar cómo la competencia obliga a los empresarios a desenvolver dos tendencias opuestas. Por un lado, amplían las ventas y por otra parte reducen los costos salariales. Esa contradicción presenta envergaduras y localizaciones muy distintas en cada época.

El neoliberalismo estimula en la actualidad el consumismo y la riqueza patrimonial financiada con endeudamiento en las economías

centrales. Al mismo tiempo impone brutales retracciones del poder de compra en la periferia.

El capital también pone el acento en los problemas de valorización. Indaga cómo opera la tendencia decreciente de la tasa de ganancia. Demuestra que el aumento de la inversión produce una declinación porcentual del beneficio, al compás de la propia expansión de la acumulación. El trabajo vivo que nutre a la plusvalía decae proporcionalmente, con el incremento de la productividad que impone la competencia.

Marx resaltó que las crisis emergen del crecimiento capitalista. No son efectos ocasionales del despilfarro o del uso inadecuado de los recursos. Explicó, además, cómo el sistema contrapesa primero y agrava después la caída periódica de la tasa de beneficio.

Esta tesis permite entender de qué forma el neoliberalismo incrementó la tasa de plusvalía, redujo los salarios y abarató los insumos para contrarrestar el declive del nivel de rentabilidad. También ilustra cómo el mismo problema reaparece al cabo de esa cirugía. La contradicción descubierta por Marx se verifica actualmente en las economías más capitalizadas que padecen desajustes de sobre-inversión.

La presentación marxista combinada de los desequilibrios de realización y valorización es muy pertinente para comprender la heterogeneidad de la mundialización neoliberal. Indica que contradicciones de ambos tipos irrumpen en los distintos polos de ese modelo y socavan su estabilidad desde flancos complementarios.

Finanzas y producción

Marx siempre subrayó los determinantes productivos de las crisis capitalistas. En el marco de las enormes transformaciones generadas por la globalización, ese señalamiento permite evitar lecturas simplistas en clave puramente financiera.

Los grandes capitales se desplazan actualmente de una actividad especulativa a otra, en escenarios altamente desregulados que acrecientan las explosiones de liquidez. La gestión accionaria de las firmas potencia además los desajustes crediticios, la inestabilidad cambiaria y la volatilidad bursátil.

Ese proceso multiplica las tensiones suscitadas por los nuevos mecanismos de titularización, derivados y apalancamientos. Es evidente que el neoliberalismo abrió las compuertas para un gran festival de especulación.

Pero hace 150 años Marx demostró que esas alocadas apuestas son propias del capitalismo. La especulación es una actividad constitutiva y no

opcional del sistema. Alcanzó dimensiones mayúsculas en las últimas tres décadas, pero no constituye un rasgo exclusivo del modelo actual.

Esta precisión permite observar las conexiones entre desequilibrios financieros y productivos que resalta *El capital*. Marx describió las tensiones autónomas de la primera esfera, pero remarcó que en última instancia derivan de transformaciones registradas en el segundo ámbito.

Siguiendo esta pista se puede notar que la hegemonía actual de las finanzas constituye sólo un aspecto de la reestructuración en curso. No es un dato estructural del capitalismo contemporáneo. La clase dominante utiliza el instrumento financiero para recomponer la tasa de ganancia mediante mayores exacciones de plusvalía.

La globalización financiera está enlazada además con el avance de la internacionalización productiva. La multiplicidad de títulos en circulación es funcional a una gestión más compleja del riesgo. Permite administrar actividades fabriles o comerciales mundializadas y sujetas a inesperados vaivenes de los mercados.

También la expansión del capital ficticio está vinculada a esos condicionantes y evoluciona en concordancia con los movimientos del capital-dinero. Aprovechona a la producción e intermedia en la circulación de las mercancías.

Estas conexiones explican la persistencia de la globalización financiera luego de la crisis del 2008. Los capitales continúan fluyendo de un país a otro con la misma velocidad y libertad de circulación, para aceptar el funcionamiento de estructuras capitalistas más internacionalizadas.

Es cierto que todos los intentos de reintroducir controles a los bancos fallaron por la resistencia que opusieron financistas. Pero esa capacidad de veto ilustra el entrelazamiento del mundo del dinero con el universo productivo. Son dos facetas de un mismo proceso de internacionalización.

El capital aporta numerosas observaciones de la dinámica financiera que explican esos vínculos, a partir de una interpretación muy original de la lógica del dinero. Destaca el insustituible papel de la moneda en la intermediación de todo el proceso de reproducción del capital. Remarca que las distintas funciones del dinero en la circulación, el atesoramiento o el despliegue de los medios de pago están sujetas a la misma lógica objetiva, que regula todo el desenvolvimiento de las mercancías.

Ese rol ha presentado modalidades muy distintas en los diversos regímenes de regulación monetaria. El patrón oro del siglo XIX diverge significativamente de las paridades actualmente administradas por los

bancos centrales. Pero en todos los casos rige un curso determinado por la dinámica de la acumulación, la competencia y la plusvalía.

El capital contribuye a recordar estos fundamentos no sólo en contraposición a los mitos ortodoxos de transparencia mercantil, asignación óptima de los recursos o vigencia de monedas exógenas, neutrales y pasivas.

También pone de relieve las ingenuidades heterodoxas. Marx no presentó a la moneda como una mera representación simbólica, un mecanismo convencional o un instrumento amoldado al marco institucional. Explicó su rol necesario y peculiar en la metamorfosis que el capital desenvuelve, para consumir su pasaje por los circuitos comerciales, productivos y financieros.

Economía mundial y nacional

La centralidad que tiene *El capital* para comprender la dinámica contemporánea de los salarios, la desigualdad, el desempleo o la crisis debería conducir a una revisión general de sus aportes a la teoría económica. Resultaría muy oportuno actualizar, por ejemplo, el estudio de las controversias suscitadas por ese libro que realizó Mandel, en el centenario de la primera edición.

La obra del pensador germano no sólo esclarece el sentido de las categorías básicas de la economía. También sugiere líneas de investigación para comprender la mundialización en curso. Marx nunca llegó a escribir el tomo que preparaba sobre la economía internacional, pero esbozó ideas claves para entender la lógica globalizadora del sistema.

Esos principios son muy relevantes en el siglo XXI. El capitalismo funciona en la actualidad al servicio de gigantescas empresas transnacionales, que corporizan el salto registrado en la internacionalización. La producción de Wal-Mart es mayor que las ventas de un centenar de países, la dimensión económica de Mitsubishi desborda el nivel de actividad de Indonesia y General Motors supera la escala de Dinamarca.

Las firmas globalizadas diversificaron sus procesos de fabricación en cadenas de valor y mercancías “hechas en el mundo”. Desenvuelven todos sus proyectos productivos, en función de las ventajas que ofrece cada localidad en materia de salarios, subsidios o disponibilidad de recursos.

La expansión de los tratados de libre-comercio se amolda a esa mutación. Las compañías necesitan bajos aranceles y libertad de movimientos, para concretar transacciones entre sus firmas asociadas. Por eso imponen convenios que consagran la supremacía de las empresas en cualquier litigio judicial. Esos pleitos son decisivos en ciertas áreas como la genética, la salud o el medio ambiente.

Una relectura de *El capital* permite superar dos errores muy corrientes en la interpretación de la internacionalización en curso. Un equívoco supone que el capitalismo actual se maneja con los mismos patrones de preeminencia nacional, que regían en los siglos XIX o XX. El desacierto opuesto considera que el sistema se globalizó por completo, eliminando las barreras nacionales, disolviendo el papel de los estados y forjando clases dominantes totalmente transnacionalizadas.

Marx escribió su principal obra en una etapa de formación del capitalismo muy distinta al contexto actual. Pero conceptualizó acertadamente cómo operan las tendencias hacia la mundialización en el marco de los estados y las economías nacionales. Ha cambiado la proporción y relevancia comparativa de esa mixtura, pero no la vigencia de esa combinación.

El capital mejoró las ideas expuestas en el *Manifiesto comunista* sobre el carácter internacional de la expansión burguesa. En el primer ensayo Marx había retratado la gestación de un mercado mundial, la pujanza del cosmopolitismo económico y la veloz universalización de las reglas mercantiles. En su libro de madurez precisó las formas que asumían esas tendencias y remarcó su enlace con los mecanismos nacionales del ciclo y la acumulación.

Marx ajustó su mirada de la internacionalización objetando las tesis ricardianas de las “ventajas comparativas”. Resaltó el carácter estructural de la desigualdad imperante en el comercio internacional. Por eso rechazó todas las expectativas de convergencia armoniosa entre países y las visiones de amoldamiento natural a las aptitudes de los concurrentes.

Este enfoque le permitió notar la vigencia de remuneraciones internacionales más elevadas para los trabajos de mayor productividad. En el debut del capitalismo Marx percibió algunos fundamentos de explicaciones posteriores de la brecha en los términos de intercambio.

El teórico germano también observó la secuela de desajustes generados por el desborde capitalista de las fronteras nacionales. Registró cómo ese proceso provoca crecientes fracturas a escala global.

Pero *El capital* investigó esa dinámica en escenarios nacionales muy específicos. Indagó la evolución de los salarios, los precios o la inversión en economías particulares. Detalló puntualmente esa dinámica en el desenvolvimiento industrial de Inglaterra.

La lectura de Marx invita, por lo tanto, a evaluar la mundialización actual como un curso preeminente, que coexiste con el continuado desenvolvimiento nacional de la acumulación. Sugiere que ambos procesos operan en forma simultánea.

Polaridades con nuevo razonamiento

El capital es muy útil también para analizar la lógica de la relación centro-periferia subyacente en la brecha global actual. Marx anticipó ciertas ideas sobre esa división, en sus observaciones sobre desenvolvimiento general del capitalismo.

Al principio suponía que los países retrasados repetirían la industrialización de Occidente. Estimaba que el capitalismo se expandía demoliendo murallas y creando un sistema mundial interdependiente.

Expuso esa visión en el *Manifiesto comunista*. Allí describió cómo China e India serían modernizadas con el ferrocarril y la importación de textiles británicos. Marx realzaba la dinámica objetiva del desarrollo capitalista y consideraba que las estructuras precedentes serían absorbidas por el avance de las fuerzas productivas.

Pero al redactar *El capital* comenzó a percibir tendencias opuestas. Notó que la principal potencia se modernizaba ampliando las distancias con el resto del mundo. Esta aproximación se afianzó con su captación de lo ocurrido en Irlanda. Quedó impresionado por la forma en que la burguesía inglesa sofocaba el surgimiento de manufactureras en la isla, para garantizar el predominio de sus exportaciones. Notó, además, cómo se aprovisionaba de fuerza de trabajo barata para limitar las mejoras de los asalariados británicos.

En esta indagación intuyó que la acumulación primitiva no anticipa procesos de pujante industrialización, en los países sometidos al yugo colonial. Este registro sentó las bases para la crítica posterior a las expectativas de simple arrastre de la periferia por el centro. Con este fundamento se conceptualizó posteriormente la lógica del subdesarrollo.

Marx no expuso una teoría del colonialismo, ni una interpretación de la relación centro-periferia. Pero dejó una semilla de observaciones para comprender la polarización global, que retomaron sus sucesores y los teóricos de la dependencia.

Esta línea de trabajo es muy relevante para notar cómo en la actualidad el neoliberalismo exagera las fracturas globales. En las últimas tres décadas se ampliaron todas las brechas que empobrecen a la periferia inferior. Esa degradación se intensificó con la consolidación del agro-negocio, el endeudamiento externo y el avasallamiento de los recursos naturales de los países dependientes. Estas confiscaciones asumieron modalidades muy sangrientas en África y el mundo árabe.

Las observaciones de Marx incluyeron también cierto registro de diversidades en el centro. Intuyó que el debut industrial británico no sería copiado por Francia y notó la presencia de cursos novedosos de crecimiento mixturados con servidumbre (Rusia) o esclavismo (Estados Unidos).

El autor de *El capital* captó esas tendencias madurando un cambio de paradigma conceptual. En sus trabajos más completos reemplazó el primer enfoque unilineal -asentado en el comportamiento de las fuerzas productivas- por una mirada multilineal, centrada en el papel transformador de los sujetos.

Con este último abordaje la rígida cronología de periferias amoldadas a la modernización quedó sustituida por nuevas visiones, que reconocen la variedad del desenvolvimiento histórico.

Esta metodología de análisis es importante para notar la especificidad de las formaciones intermedias, que han irrumpido en forma persistente en distintos periodos de la última centuria y media. Con esa óptica se puede evaluar la dinámica de acelerados procesos de crecimiento contemporáneo (China), en etapas de gran reorganización del sistema (neoliberalismo).

Anticipos de anti-imperialismo

Marx estudió la economía del capitalismo para notar su efecto sobre la lucha de clases que socava al sistema. Por eso indagó los procesos políticos revolucionarios a escala internacional.

Siguió con especial interés el curso de las rebeliones populares de China, India y sobre todo Irlanda e intuyó la importancia de los nexos entre las luchas nacionales y sociales. Por eso promovió la adhesión de los obreros británicos a la revuelta de la isla contigua, buscando contrarrestar las divisiones imperantes entre los oprimidos de ambos países.

A partir de esa experiencia Marx ya no concibió la independencia de Irlanda, como un resultado de victorias proletarias en Inglaterra. Sugirió un empalme entre ambos procesos y transformó su internacionalismo cosmopolita inicial en un planteo de confluencia de la resistencia anticolonial con las luchas en las economías centrales.

En su etapa del *Manifiesto* el revolucionario alemán propagaba denuncias anticoloniales de alto voltaje. No se limitaba a describir la destrucción de las formas económicas pre-capitalistas. Cuestionaba a viva voz las atrocidades de las grandes potencias.

Pero en esos trabajos juveniles Marx suponía que la generalización del capitalismo aceleraría la erradicación ulterior de ese sistema. Defendía un internacionalismo proletario muy básico y emparentado con viejas utopías universalistas.

En su mirada posterior Marx resaltó el efecto positivo de las revoluciones en la periferia. Esos señalamientos fueron retomados por sus discípulos de siglo XX, para indicar la existencia de una contraposición entre potencias opresoras y naciones oprimidas y postular la convergencia de batallas nacionales y sociales. De esas caracterizaciones surgieron las

estrategias de alianza de los asalariados metropolitanos con los desposeídos del mundo colonial.

Con este fundamento se forjó también la síntesis del socialismo con el antiimperialismo, que desarrollaron los teóricos del marxismo latinoamericano. Esa conexión indujo las convergencias de la izquierda regional con el nacionalismo revolucionario, para confrontar con el imperialismo estadounidense. Ese empalme inspiró a la revolución cubana y ha sido retomado por el proceso bolivariano.

En una coyuntura signada por las agresiones de Trump ese acervo de experiencias recobra importancia. Los atropellos del magnate inducen a revitalizar las tradiciones antiimperialistas, especialmente en países tan vapuleados como México. Allí resurge la memoria de resistencias a los avasallamientos perpetrados por Estados Unidos.

Marx observaba cómo las grandes humillaciones nacionales desatan procesos revolucionarios. Lo que percibió en el siglo XIX vuelve a gravitar en la actualidad.

Adversidades e ideología

Marx debió lidiar con momentos de aislamiento, reflujo de la lucha popular y consolidación del dominio burgués. La escritura de varias partes de *El capital* coincidió con esas circunstancias. Afrontó la misma adversidad que prevalece en la actualidad en las coyunturas de estabilización del neoliberalismo.

En ese tipo de situaciones el pensador germano indagó cómo domina la clase dominante. Conceptualizó el papel de la ideología en el ejercicio de esa supremacía. En el estudio del fetichismo de la mercancía que encaró en *El capital* hay varias referencias a esa problemática.

Es importante retomar esas consideraciones para notar cómo ha funcionado el neoliberalismo en las últimas décadas. Los artífices del modelo actual transmiten fantasías de sabiduría de los mercados e ilusiones de prosperidad espontánea. Presagian derrames del beneficio y recrean numerosas mitologías del individualismo.

Con esa batería de falsas expectativas propagan una influyente ideología en todos los sentidos del término. Marx destacó esa variedad de facetas de las creencias propagadas por los dominadores para naturalizar su opresión.

El credo neoliberal provee todos los argumentos utilizados por el establishment para justificar su primacía. Aunque el grado de penetración de esas ideas es muy variable, salta a la vista su incidencia en la subjetividad de todos los individuos.

Pero al igual que en la época de Marx el capitalismo se reproduce también a través del miedo. El sistema transmite creencias sobre un futuro venturoso y al mismo tiempo generaliza el pánico ante ese devenir. El neoliberalismo ha multiplicado especialmente la angustia del desempleo, la humillación frente a la flexibilidad laboral y la desesperanza ante la fractura social.

Esos temores son transmitidos por los grandes medios de comunicación con sofisticados disfraces y cambiantes engaños. No sólo configuran el sentido común imperante en la sociedad. Operan como usinas de propagación de todos los valores conservadores.

Los medios de comunicación complementan (o sustituyen) a las viejas instituciones escolares, militares o eclesiásticas en el sostenimiento del orden burgués. La prensa escrita, los medios audiovisuales y las redes sociales ocupan un espacio inimaginable en siglo XIX. Expanden las ilusiones y los temores que sostienen la hegemonía política del neoliberalismo.

Pero esos mecanismos han quedado seriamente erosionados por la pérdida de legitimidad que genera el descontento popular. Trump, el Brexit o el ascenso de los partidos reaccionarios en Europa, ilustran cómo ese malestar puede ser capturado por la derecha. Frente a este tipo de situaciones Marx forjó una perdurable tradición de concebir alternativas, combinando la resistencia con la comprensión de la coyuntura.

Proyecto socialista

Marx participó activamente en los movimientos revolucionarios que debatían las ideas del socialismo y el comunismo. Mantuvo esa intensa intervención mientras escribía *El capital*. Nunca detalló su modelo de sociedad futura, pero expuso los basamentos de ese provenir.

El acérrimo crítico de la opresión alentaba la gestación de regímenes económicos asentados en la expansión de la propiedad pública. También promovía la creación de sistemas políticos cimentados en la auto-administración popular.

Marx apostaba a un pronto debut de esos sistemas en Europa. Percibió en la Comuna de París un anticipo de su proyecto. Concebía el inicio de esa transformación revolucionaria en el Viejo Continente e imaginaba una propagación ulterior a todo el planeta.

Es sabido que la historia siguió una trayectoria muy diferente. El triunfo bolchevique de 1917 inauguró la secuencia de grandes victorias populares del siglo XX. Esos avances incluyeron intentos de construcción socialista en varias regiones de la periferia.

Las clases dominante quedaron aterrorizadas y otorgaron concesiones inéditas para contener la pujanza de los movimientos

anticapitalistas. En los años 1970-80 los emblemas del socialismo eran tan populares que resultaba imposible computar cuántos partidos y movimientos reivindicaban esa denominación.

Pero también es conocido lo ocurrido posteriormente. El desplome de la Unión Soviética dio lugar al prolongado periodo de reacción contra el igualitarismo, que persiste hasta la actualidad.

Este escenario ha sido alterado por la resistencia popular y el declive del modelo político-ideológico que nutrió a la globalización neoliberal. En estas circunstancias la relectura de *El capital* converge con redescubrimientos del proyecto socialista. Los jóvenes ya no cargan con los traumas de la generación anterior, ni con las frustraciones que pavimentaron la implosión de la Unión Soviética.

La propia experiencia de lucha es aleccionadora. Muchos activistas comprenden que la conquista de la democracia efectiva y la igualdad real exige forjar otro sistema social. Frente al sufrimiento que ofrece el capitalismo intuyen la necesidad de construir un horizonte de emancipación.

La llegada de Trump incorpora nuevos ingredientes a esta batalla. El acaudalado mandatario intenta recuperar por la fuerza la primacía de Estados Unidos. Pretende reforzar la preponderancia de Wall Street y la preeminencia del lobby petrolero, reactivando el unilateralismo bélico.

No sólo proclama que Estados Unidos debe alistarse para “ganar las guerras”. Ya inició su programa militarista con bombardeos en Siria y Afganistán. Exige, además, una subordinación del Viejo Continente que socava la continuidad de la Unión Europea. Trump no se limita a construir el muro en la frontera mexicana. Acelera la expulsión de inmigrantes, alienta golpes derechistas en Venezuela y amenaza a Cuba.

En esta convulsionada coyuntura Marx recobra actualidad. Sus textos no sólo aportan una guía para comprender la economía contemporánea. También ofrecen ideas para la acción política en torno a tres ejes primordiales del momento: reforzar la resistencia antiimperialista, multiplicar la batalla ideológica contra el neoliberalismo y afianzar la centralidad del proyecto socialista.

Actitudes y compromisos

Las teorías que introdujo Marx revolucionaron todos los parámetros de la reflexión y trastocaron los cimientos del pensamiento social. Pero el teórico alemán sobresalió también como un gran luchador. Desarrolló un tipo de vida que actualmente identificaríamos con la militancia.

Marx se ubicó en el bando de los oprimidos. Reconoció los intereses sociales en juego y rechazó la actitud del observador neutral. Participó en forma muy decidida en la acción revolucionaria.

Ese posicionamiento orientó su trabajo hacia los problemas de la clase trabajadora. Promovió la conquista de derechos sociales con la mira puesta en forjar una sociedad liberada de la explotación.

Marx propició una estrecha confluencia de la elaboración teórica con la práctica política. Inauguró un modelo de fusión del intelectual, el economista y el socialista que ha sido retomado por numerosos pensadores.

Con esa postura evitó dos desaciertos: el refugio académico alejado del compromiso político y el deslumbramiento pragmático por la acción. Legó un doble mensaje de intervención en la lucha y trabajo intelectual para comprender la sociedad contemporánea. Continuar ese camino es el mejor homenaje a los 150 años de *El capital*.

Referencias bibliográficas

- AMIN, Samir. *¿Cómo funciona el capitalismo?* Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- ANDERSON, Kevin B. *Marx at the margins*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabajo y capital monopolista*. México: Nuestro Tiempo, 1980.
- BRUNHOFF, Suzanne. *La concepción monetaria de Marx*. Buenos Aires: Ediciones del Siglo, 1973.
- CALLINICOS, Alex. *Social theory*. Great Britain: Polity Press, 1999.
- CARCHEDI, Guglielmo. *Frontiers of political economy*. Londres/Nova York, Verso, 1991.
- DUMENIL, Gérard; LEVY, Dominique. *La dynamique du capital*. Paris: PUF, 1996.
- FOLEY, D. K. *Para entender El capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- GROSSMAN, Henryk. *La ley de la acumulación y el derrumbe del sistema capitalista*. México: Siglo XXI, 1979.
- HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- HILFERDING, Rudolf. *El capital financiero*. Madri: Tecnos, 1973.
- HUSSON Michel. *Capitalismo puro*. Madri: Maia, 2009.
- KATZ, Claudio. *La economía marxista, hoy*. Seis debates teóricos. Madri: Maia, 2009.
- _____. *Neoliberalismo, neo desarrollismo, socialismo*. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2016.
- _____. *Marx y la periferia*. Disponible en: <www.rebellion, 28/3/2016>, acesado en 7 febrero. 2018. _____ . *The Manifesto and*

globalization. *Latin American Perspectives*, Issue 117, v. 28, n. 5, September 2001.

KOHAN, Néstor. *Marx en su (Tercer) Mundo: hacia un socialismo no colonizado*. Buenos Aires: Biblos, 1998.

LUXEMBURG, Rosa. *La acumulación del capital*. Buenos Aires: s/e, 1968.

MANDEL, Ernest. *El capitalismo tardío*. México: Era, 1978.

_____. *Cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. Madri: Siglo XXI, 1985.

MARX, Carlos. *El capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

_____; ENGELS, F. *El manifiesto comunista*. Buenos Aires: Claridad, 1967.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *The making of global capitalism*. Nova York: Verso, 2012.

PIKETTY, Thomas. *Le capital au XXIe siècle*. Paris: Seuil, 2013.

ROSDOLSKY, Román. *Génesis y estructura de El capital*. México: Siglo XXI, 1979.

RUBIN, Isaac. Ensayo sobre la teoría del valor. *Cuadernos de Pasado y Presente*, México, n. 53, 1985.

SALAMA, Pierre ; TRAN, Hai Hac. *Introduction a l'économie marxiste*. Paris: La Decouverte, 1992.

SHAIKH, Anwar. *Valor, acumulación y crisis*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1991.

SWEEZY, Paul. *Teoría del desarrollo capitalista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

Como citar:

KATZ, Claudio. La relevancia contemporánea de Marx. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 156-176, abr./2018.

Data de envio: 19/9/2017

Data de aceite: 27/2/2018

Marx e Hegel: três momentos da crítica marxiana ao direito¹

Vitor Bartoletti Sartori²

Resumo:

Aqui, tratar-se-á do itinerário marxiano tendo como parâmetro três momentos da obra do autor no que toca à crítica ao direito. O primeiro momento conforma uma transição, em que o autor alemão desenvolve uma crítica ao direito que se volta diretamente contra Hegel e contra grandes expoentes da economia política. O segundo aparece diante da proeminência de Proudhon no cenário político; o autor da *Filosofia da miséria*, na medida em que tem o direito por central, pode ser visto, segundo Marx, como um epígono de Hegel no que toca a esse terreno. Por fim, traremos à tona a posição de Marx quanto a dois autores essenciais para a conformação da “teoria do direito”, John Austin e Jeremy Bentham. Estes, segundo o autor de *O capital*, aceitam acriticamente a economia vulgar, e são, deste modo, uma expressão clara da apologia ao existente.

Palavras-chave: Marx; Hegel; crítica do direito; crítica da economia política.

Marx and Hegel: three moments of critic of law in Marx

Abstract:

Here, we intent to show the Marxian itinerary, having as parameter three moments of the work of the author in what concerns the critic to the Right. The first moment constitutes a transition, in which the German author develops a critique of the Law that turns directly against Hegel and against great exponents of the political economy. The second moment appears before the prominence of Proudhon in the political scene. The author of the *Philosophy of misery*, insofar as it has the Right by center, can be seen, according to Marx, as an epigone of Hegel. Finally, we will bring to the fore Marx's position on two essential authors for the conformation of the "theory of law," J. Austin and J. Bentham. These authors, according to the author of *Capital*, acritically accept the vulgar economy, and are, thus, a clear expression of the apology to the existing.

Key words: Marx; Hegel; critic of law; critic of political economy.

¹ Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

²Doutor, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço eletrônico: vitorbsartori@gmail.com.

I

No presente texto, passando pela posição [*Standpunkt*] de Marx acerca dos embates intelectuais e políticos de sua época, pretendemos mostrar que, de 1843 até o final de sua vida, o autor alemão faz, mesmo que de modo meandrado, uma decidida crítica ao direito.

Ao realizar uma crítica ao direito e ao estado em Hegel, na continuação da *Crítica à Filosofia do direito de Hegel*, acreditamos – ao contrário do que pontua o melhor da crítica marxista nacional acerca do direito (cf. NAVES, 2014) – que Marx dá forma ao seu próprio pensamento (cf. CHASIN, 2009); logo depois, em 1844, chega, mesmo que de modo inicial, à análise e à crítica da “anatomia da sociedade civil-burguesa” ao tratar, já nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, da “posição” da economia política. Com isso, progressivamente, mas sem que se imponha qualquer espécie de “corte epistemológico” (cf. ALTHUSSER, 1979)³, o autor de *O capital* passa por momentos qualitativamente distintos em sua crítica ao direito, de modo que o tom marxiano fica progressivamente mais duro quanto à questão. A sua posição sobre o âmbito jurídico é sempre subordinada à análise da efetividade das tensões que perpassam o modo de produção capitalista, é claro; também é dependente da relação estabelecida entre o “terreno do direito” e a política, traçando suas heterogeneidades e diferenças específicas; no entanto, tem sempre em questão a relação tanto da política quanto do direito com a esfera produtiva (cf. SARTORI, 2016). Aqui, procuraremos estabelecer o percurso marxiano sobre a esfera jurídica como aquele em que, não raro, há um pano de fundo preenchido pelo debate com Hegel e com o hegelianismo.

Com isso em mente, procuraremos explicitar como, primeiramente, o autor alemão critica a filosofia hegeliana e neo-hegeliana, de modo que, de acordo com Marx, tem-se, real e efetivamente, uma verdadeira impossibilidade de o direito e o estado trazerem em si qualquer “suprassunção” [*Aufhebung*] das oposições classistas que marcam a sociedade civil-burguesa – com isso, o autor dirige-se ao terreno da economia política; em um segundo momento, procuraremos mostrar como o autor de *O capital* critica aqueles que tomam o “terreno do direito” e a “justiça eterna” como parâmetros para a crítica social – trata-se da crítica marxiana a Proudhon. Então, por fim, a partir dos aspectos destacados, por assim dizer, em uma ênfase “negativa”, buscaremos explicitar como Marx trata de maneira mais

³ Alguns, como Lukács, chegam a dizer, não sem um tom bastante ácido: “certamente é uma estupidez historiográfica insistir sobre a contraposição entre jovem Marx e o Marx maduro” (LUKÁCS *apud* HOLZ *et alii*, 1969, p. 56). [Ver a respeito texto de Antonio J. L. Alves nesta edição da *Verinotio*. NE]

detida da posição jurídica: ao mesmo tempo em que realiza seus estudos para os materiais que compoariam os livros I e II de *O capital* (livros de que não poderemos tratar aqui e que, via de regra, são vistos como o essencial da posição de Marx quanto ao direito), o autor alemão adentra em um embate com a “etnologia”, em que, principalmente em sua análise dos escritos de Maine, realiza uma crítica ácida a dois dos autores com os quais a “teoria do direito” se conforma, Jeremy Bentham e John Austin (cf. MUÑOZ, 2008; MACEDO, 2011). Ou seja, ao contrário do que estabelece o melhor da tradição marxista nacional e internacional (cf. PACHUKANIS, 2017; NAVES, 2014), procuraremos ler a obra marxiana sobre o direito, também, tendo em mente como decisivos livros que não *O capital*.

Neste texto, procuraremos mostrar, por meio de uma leitura dos embates intelectuais e políticos de Marx, o processo pelo qual se conforma a análise marxiana do direito. Explicitaremos que o autor se posiciona, progressivamente, em 1843, 1) trazendo muito respeito quanto à teoria hegeliana e, de certo modo, tendo-a como parâmetro; em 1847, 2) fazendo uma crítica ao “epigonismo” de Proudhon; e, por fim, na década de 1880, 3) com uma posição de duro rechaço à “apologética” de Austin e Bentham. Escolhemos estes embates devido à sua posição no itinerário marxiano e devido ao modo pelo qual, neles, o autor de *O capital* se posiciona de modo claro quanto a questões decisivas para a crítica marxista ao direito; apontamos desde já que seria possível trazer o debate de Marx com Bruno Bauer, com Ferdinand Lassalle e com Nicolai Bakunin à tona, o que pode ser realizado em outro momento, mesmo que as questões que apreciamos neste texto apareçam naqueles embates de modo mais meandrado. Porém, tal análise escaparia aos propósitos deste artigo, em que procuramos adentrar a relação entre a economia política, o direito e a posição dos diferentes autores quanto a Hegel.

II

Neste momento do texto, procuraremos mostrar como Marx passa de uma posição substancialmente elogiosa (em 1842-3) para uma posição de crítica ao direito. Isto, porém, significará uma mudança de ênfase no texto marxiano, em que as questões que aparecem na economia política vêm à dianteira e os problemas jurídicos acabam figurando de modo subordinado.

É após a época da *Gazeta Renana* que Marx depara-se pela primeira vez com questões que compõem aquilo que viria a se transformar na crítica marxiana à economia política: “em 1842-1843, na qualidade de redator da

Gazeta Renana [*Rheinische Zeitung*], encontrei-me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais” (MARX, 2008, p. 46). Em 1842-3, como dito pelo autor, tal contato com questões econômicas, centrais ao marxismo, havia sido necessário de acordo com uma “embaraçosa obrigação”, de modo que, com isso, o primeiro momento da obra propriamente marxiana (que se dá justamente depois deste período [cf. CHASIN, 2009]) conforma-se em uma decidida crítica à sua concepção anterior, marcada pelo neo-hegelianismo e por uma tematização somente derivada acerca dos chamados interesses materiais. Se é verdade que, como apontou György Lukács, “o jovem Hegel estudou economia na obra do inglês James Steuart; conhecemos apenas os títulos de seu comentário, escrito em 1799. (...) Conhecemos bem mais os manuscritos sobre economia que escreveu em Iena. Sabemos que ele estudou atentamente Adam Smith” (LUKÁCS, 2007, p. 92), há de se apontar que a formação marxiana, de um modo ou de outro, não tematizara consciente e explicitamente tais aspectos no tempo da *Gazeta Renana*; antes, a temática só aparece na figura daquilo que o autor chama de uma “embaraçosa obrigação”. Ou seja, aquilo que se tornaria central no marxismo e na posição do próprio Marx tem pouco destaque em 1842-3; esta mudança de ênfase, pode-se dizer, é central na mudança do ideário de Marx (cf. LUKÁCS, 2012; 2013; CHASIN, 2009).

Como aponta o próprio Marx, no momento posterior de sua formação – ou seja, depois da redação da “Introdução” à *Crítica da Filosofia do direito de Hegel* e dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, o período que vai do final de 1843 até 1844, tratou-se de buscar “a conexão entre a economia política e o estado, o direito, a moral, a vida civil-burguesa [*bürgerliches Leben*] etc., na medida em que a economia política mesma, *ex professo*, trata destes objetos” (MARX, 2010, p. 19)⁴. Assim, o papel que a economia política – a crítica desta, em verdade – exerce na formação do autor de *O capital* não é nada desprezível. Pode-se mesmo dizer, neste sentido, que o caminho marxiano vai

⁴ Marx, na passagem completa, descreve seu itinerário do seguinte modo: “anunciei, nos ‘Anais franco-alemães’, a crítica do direito e da ciência do estado sob a forma de uma crítica da filosofia *hegeliana* do direito (...). Farei, por conseguinte e sucessivamente, em diversas brochuras independentes, a crítica do direito, da moral, da política etc., e por último, num trabalho específico, a conexão do todo, a relação entre as distintas partes, demarcando a crítica da elaboração especulativa deste mesmo material. Assim, será encontrado o fundamento, no presente escrito, da conexão entre a economia política e o estado, o direito, a moral, a vida civil [*bürgerliches Leben*] etc., na medida em que a economia política mesma, *ex professo*, trata destes objetos” (MARX, 2010, p. 19). Destacamos que modificamos ligeiramente a tradução do trecho, em razão do termo “*nationalökonomie*”, que, posteriormente, em solo alemão será substituído por “*politischen Ökonomie*”, que remete à noção de economia política. Também modificamos a tradução do termo *bürgerliches Leben* de vida civil para vida civil-burguesa.

da crítica ao direito à crítica da economia política, que se conforma plenamente em sua obra magna⁵, embora esteja presente, de certo modo, já desde 1844.

Um momento central no desenvolvimento do pensamento propriamente marxiano, pois, é a conformação de uma posição contrária àquela de quando foi editor da *Gazeta Renana*; trata-se, em verdade, de posição marcada por uma crítica decidida à centralidade do direito. Na época da *Gazeta Renana* (1842-3) havia, efetivamente, um elogio enfático por parte de Marx ao “direito legal”, de modo que a equação hegeliana entre direito e liberdade (cf. SALGADO, 1996) era plenamente aceita pelo autor alemão. Com isto, pode-se dizer que na *Gazeta Renana* o autor ainda se encontrava em seu momento neo-hegeliano. Até 1842-3, era perceptível em Marx uma apologia bastante decidida da política (EIDT, 1998) e do “terreno do direito”, vistos enquanto terrenos marcados pela universalidade da própria razão; tratava-se também de uma valorização bastante positiva do estado, valorização esta que buscava e pressupunha, inclusive, uma “assembleia verdadeiramente pública”, fazendo um elogio ao “espírito público” de modo entusiasmado: nas palavras de Marx, “uma assembleia verdadeiramente política só prospera sob a grande égide do espírito público, assim como a vida só se desenvolve ao ar livre” (MARX, 1998, p. 200). Assim, a posição marxiana, antes de romper com o hegelianismo, era a de um elogio ao estado e ao direito que “correspondam minimamente ao seu conceito” (cf. MARX, 2017) e, assim, neste momento de sua obra, ganhava destaque não só a centralidade da tematização da política e do terreno jurídico, mas o modo pelo qual o autor de *O capital*, na época, via como resolutivas tais esferas, as quais deveriam se contrapor aos “interesses” mesquinhos da sociedade civil-burguesa, “suprassumindo-os”⁶ na esfera estatal e jurídica.

Bem ao estilo hegeliano (embora com nuances), tratava-se de opor à irracionalidade do real [*Reale*], conformado na Alemanha de sua época, o “conceito” [*Begriff*] que estaria na efetividade [*Wirklichkeit*] do presente⁷,

⁵ Ressaltamos novamente que neste texto não trataremos de *O capital*.

⁶ A expressão refere-se ao verbo *aufheben*, o qual, em um contexto hegeliano, acreditamos poder ser traduzido por “suprassumir”; em um contexto mais propriamente marxiano, acreditamos ser a melhor tradução, dependendo da situação, “suprimir” ou “superar”.

⁷ Em Hegel, a realidade efetiva traz as seguintes determinações quanto ao ideal e o material: “realidade e idealidade são consideradas muitas vezes como uma dupla de determinações que se contrapõem uma à outra com igual autonomia e, por esse motivo, se diz que fora da realidade há também uma idealidade. Ora, a idealidade não é algo que haja fora e ao lado da realidade, mas o conceito de idealidade consiste expressamente em ser a verdade da realidade, isto é, que a realidade posta como é em si, mostra-se ela mesma como idealidade” (HEGEL, 2005, p. 194).

em que o estado moderno poderia ser trazido à tona incorporando as inspirações de racionalidade de uma época em que, para se dizer com Hegel, “o racional é real e o real é racional” (HEGEL, 2003, p. XXXVI). Ou seja, se a posição propriamente marxiana é aquela em que é central uma crítica ao direito e ao estado (cf. SARTORI, 2013; 2016), trata-se, em 1843, depois do tempo da *Gazeta Renana*, de uma reviravolta quanto à sua concepção anterior. Como editor do periódico, Marx trazia uma posição diametralmente oposta àquela que viria a desenvolver em 1843-4. Veja-se, por exemplo, o modo pelo qual o direito, com sua universalidade, oposta ao particularismo do privilégio, apresentava-se bastante valorizado pelo autor no contexto do debate acerca da liberdade de imprensa e sobre a regulamentação legal:

As leis não são medidas repressivas contra a liberdade, como tampouco a lei da gravitação é uma medida repressiva contra o movimento, só porque, enquanto lei gravitacional, impele o eterno movimento dos corpos do mundo, mas, enquanto lei da queda, me derruba no momento em que a infrinjo, querendo dançar no ar. As leis são muito mais as normas positivas, claras e universais, nas quais a liberdade adquire existência impessoal, teórica e independente do arbítrio individual. Um código de leis é a bíblia da liberdade de um povo. (MARX, 1998, p. 210)

A equação entre lei e liberdade, bastante presente no pensamento hegeliano, era bem clara em Marx, de modo que o reconhecimento da liberdade real e efetiva somente poderia se dar, de acordo com o editor da *Gazeta Renana*, mediado pelo estado e trazendo consigo uma espécie de “natureza jurídica das coisas”, em que a universalidade concreta estaria presente em meio ao desenvolvimento racional da história e da política (cf. MARX, 2017). Diante da “grande égide do espírito público” – expressa também na universalidade do direito e defendida por ele em oposição ao particularismo do privilégio –, Karl Marx opunha-se à normatividade que se coloca simplesmente como aquela de “normas positivas”, de modo que a codificação, com seu ímpeto racional, no limite, aparece como a “bíblia de um povo”: não só o direito não se confunde com qualquer normatividade, pois, de acordo com o Marx de 1842-3, que se opõe às formas de normatividade que não trouxessem consigo a universalidade da razão, que apareceria na forma legal, mas também – *in nuce* – no “direito consuetudinário dos pobres” (cf. MARX, 2017). Se, para Hegel, “Deus é a verdade, e só ele é a verdade” (HEGEL, 2005, p. 39), Marx procurava trazer a realização da ideia divina no plano político e jurídico, de tal forma que aquilo que aparecia de modo divino deveria se mostrar aos homens não mais na religião, mas no plano estatal, indissociável do terreno jurídico e da universalidade do último. Com “normas

positivas, claras e universais”, a liberdade ultrapassaria o simples livre-arbítrio, e qualquer tipo de arbitrariedade, chegando à apreensão universal. A vontade deixaria de estar ligada simplesmente ao “interesse”, chegando, por meio do estado e da universalidade jurídica, a um modo de existência condizente ao seu “conceito”, em que a mediação universal e impessoal não se coloca por Deus, mas pela legislação, em que a “pessoa”⁸ é valorizada independentemente de qualquer prerrogativa: “um código de leis é a bíblia da liberdade de um povo” neste sentido também. Fica clara, pois, uma posição de elogio ao direito.

A simples vontade, que aparece tanto no “livre-arbítrio” quanto no “interesse”, deste modo, encontrar-se-ia suprassumida [*aufgehoben*] na liberdade expressa no campo jurídico, que, permeada pelo estado moderno, estaria erigida em universalidade concreta, contraposta ao particularismo dos privilégios e da sociedade civil-burguesa. Em outras palavras, em 1842-3, a verdadeira contraposição marxiana era aquela entre a irracionalidade de uma realidade eivada pelo particularismo dos privilégios, como a alemã – tratada nos embates da *Gazeta Renana* –, e a realidade efetiva [*Wirklichkeit*] do conceito de estado e de direito. Para se contrapor à liberdade tacanha do interesse dos proprietários fundiários, interesses que representariam o pior da sociedade civil-burguesa, o autor de *O capital* ainda não se voltava à crítica da economia política, mas à possibilidade (depois abandonada por ele) de reconciliação [*Vorsönung*] dos interesses particulares, que, suprassumidos, encontrar-se-iam negados e afirmados simultaneamente na universalidade concreta do direito e dos direitos do homem. Marx, na época, pois, ao denunciar a censura e os privilégios dos proprietários fundiários na Alemanha, trazia uma crítica ao direito e ao estado alemães, mas o fazia em nome do direito e do estado que correspondessem ao seu “conceito”; a base desta denúncia ainda estava na busca hegeliana da política condizente com o processo de desenvolvimento e realização da razão [*Vernunft*], a ser trazida na história. Está-se, assim, em meio a hegelianismo, a uma concepção ontopositiva de estado (cf. EIDT, 1998) em que a liberdade – por meio da valorização do “terreno do direito” – só poderia ser vista permeada pelo

⁸ Marx, posteriormente, relacionará a abstração “pessoa”, em grande parte, também, à religião: “para uma sociedade de produtores de mercadorias, cuja relação social geral de produção consiste em se relacionar com seus produtos como mercadorias, ou seja, como valores, e, nessa forma reificada [*sachlich*], confrontar mutuamente seus trabalhos privados como trabalho humano igual, o cristianismo, com seu culto do homem abstrato, é a forma de religião mais apropriada, especialmente em seu desenvolvimento burguês, como protestantismo, deísmo etc.” (MARX, 2013, pp. 153-4). Pachukanis (2017) procurará trazer esta questão para a seara da crítica ao direito (cf. SARTORI, 2015).

desenvolvimento racional da eticidade [*Sittlichkeit*], a qual teria no direito moderno e universal um momento essencial.

Em um primeiro momento da obra de Marx, quando ainda estava alinhado ao hegelianismo, o autor trazia um elogio aos conceitos de direito e de estado hegelianos, buscando contrapô-los à realidade alemã e, assim, fazer uma crítica ao presente que buscasse realizar o ímpeto racional da razão. E isto só foi possível porque Marx confluía substancialmente com Hegel.

III

Tratar da questão do direito em Marx implica, pois, buscar compreender também a relação do autor de *O capital* frente ao autor da *Fenomenologia do espírito*. Em verdade, a temática relativa à ligação e à ruptura entre o pensamento de Marx e o de Hegel é bastante controversa no marxismo, com posições bastante diferentes, e mesmo opostas. Althusser, por exemplo, sustenta uma posição segundo a qual o pensamento marxiano significa uma ruptura em praticamente todos os aspectos diante de Hegel, de modo que Lênin, em um primeiro momento, nem sequer precisaria ter compreendido Hegel para se colocar como um grande marxista (cf. ALTHUSSER, 1979). Lukács, por outro lado, diz haver certa continuidade temática nos autores, ao mesmo tempo em que haveria uma ruptura significativa no que toca à posição de Marx e à crítica ao idealismo hegeliano (cf. LUKÁCS, 1963; 2013). Não adentraremos a questão neste artigo⁹. A crítica marxiana ao hegelianismo, no entanto, podemos dizer com certeza, significa uma tomada de posição diametralmente oposta àquela que o autor tinha antes de 1843, em que o direito era resolutivo das questões colocadas na sociedade civil-burguesa (cf. CHASIN, 2009). O ponto de partida de Marx, em verdade, é o de uma crítica do direito e do estado. Veja-se o que o autor diz:

Anunciei, nos *Anais franco-alemães*, a crítica do direito e da ciência do estado sob a forma de uma crítica da filosofia *hegeliana* do direito (...). Farei, por conseguinte e sucessivamente, em diversas brochuras independentes, a crítica do direito, da moral, da política etc., e por último, num trabalho específico, a conexão do todo, a relação entre as distintas partes, demarcando a crítica da elaboração especulativa deste mesmo material. Assim, será encontrado o fundamento, no presente escrito, da conexão entre a economia política e o estado, o direito, a moral, a vida civil-burguesa [*bürgerliches Leben*] etc., na medida em que a economia política mesma, *ex professo*, trata destes objetos. (MARX, 2010, p. 19)

⁹ Sobre a relação de Marx com Hegel, cf. Sartori (2014).

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, obra em que se encontra esta citação, Marx pretende esboçar um caminho que vai da crítica do direito à economia política. Ou seja, já na passagem mencionada, resta não só a crítica à política como algo essencial ao “pensamento propriamente marxiano” (cf. CHASIN, 2009), mas também a “crítica do direito”. Vale mesmo notar que o autor destaca um percurso quase, por assim dizer, sucessivo: passa pelo direito, pela moral, pela política para chegar justamente às bases reais da conformação da realidade efetiva [*Wirklichkeit*], as quais estariam colocadas nos “objetos” tratados pela economia política mesma. O caminho que o autor alemão trilha é a “antítese direta” daquele da posição hegeliana (cf. SARTORI, 2014), não só porque “inverte” o hegelianismo em abstrato, mas porque a relação mesma entre sociedade civil-burguesa e estado é repensada de modo radical; no momento em que a formação ideal que compõe o ideário marxiano se autonomiza frente ao hegelianismo, portanto, o autor dos *Manuscritos econômico-filosóficos* realiza críticas a distintas esferas que apareciam como centrais no desenvolvimento da “eticidade” hegeliana. Ele as coloca “sobre os próprios pés” ao buscar uma posição oposta àquela da “elaboração especulativa”¹⁰. Com isso, Marx chega a conclusões diametralmente opostas àquelas de seu pensamento precedente. Em 1844, ele percebe que tanto no direito como na moral e na política não há esferas em que os problemas decisivos à conformação real e efetiva da sociedade civil-burguesa se apresentem com a clareza necessária à apreensão da “lógica da coisa”, ao movimento do próprio real. Se Marx aponta em *O capital* que “em sua forma mistificada, a dialética foi a moda alemã porque ela parecia tornar sublime o existente” (MARX, 1988b, p. 27), ele tenta se voltar contra isto, também, ao colocar para si a tarefa de realizar “a crítica do direito e da ciência do estado sob a forma de uma crítica da filosofia hegeliana do direito”. A “inversão” de Marx quanto a Hegel, pois, passa por uma tomada de posição contra a importância atribuída por Hegel ao direito e ao estado¹¹. Se no começo de 1843, mesmo ainda tendo como parâmetro o estado e o direito, Marx afirma que “o momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica” (MARX, 2005, p. 39), em fins de 1843 e no início do ano seguinte, ele percebe

¹⁰ Como apontam Marx e Engels: “ali onde termina a especulação, na vida real [*wirklichen Leben*], começa também, portanto, a ciência real, positiva [*wirkliche, positive Wissenschaft*], a exposição da atividade prática [*Darstellung der praktischen Betätigung*], do processo prático de desenvolvimento dos homens [*des praktischen Entwicklungsprozesses der Menschen*]” (MARX; ENGELS, 2007 p. 95).

¹¹ Como aponta Marx em *O capital*: “a mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. É necessário invertê-la, para descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico” (MARX, 1996, p. 140).

que, para apreender a “lógica da coisa” [*Logik der Sache*], seria necessário o estudo da economia política e, em verdade, a própria crítica a esta¹².

Marx, deste modo, critica campos do conhecimento diversos, como aquele do direito e da “ciência do estado”¹³, de tal forma que o movimento de seu pensamento ruma, também, da crítica da “ciência do estado” à crítica da “economia política”. A tarefa, por assim dizer, “negativa” de Marx redundava, dessa maneira, não só na elaboração da “conexão do todo, a relação entre as distintas partes, demarcando a crítica da elaboração especulativa deste mesmo material”. Neste processo, há a percepção de que, com isso, encontrou-se um novo ponto de partida, qualitativamente distinto: aquele em que é central a apreensão das questões e da realidade tratadas, mesmo que de modo unilateral, na economia política. Em *O capital*, Marx diz que “a economia política geralmente tem-se contentado em tomar, tal como se encontram, as expressões da vida comercial e industrial e operar com elas sem se dar em absoluto conta de que ela, com isso, se restringe ao círculo estreito das ideias que essas palavras exprimem” (MARX, 1996, p. 152). Neste momento, ele faz algo muito similar¹⁴, e que é de importância decisiva para que se compreenda a questão do direito:

A sociedade – assim como aparece para o economista político – é a sociedade civil-burguesa, na qual cada indivíduo é um todo de carências, e apenas é para o outro, assim como o outro apenas é para ele na medida em que se tornam reciprocamente meio. O economista político – tão bem a política nos seus direitos humanos – reduz tudo ao homem, isto é, ao indivíduo, do qual retira toda determinidade, para o fixar como capitalista ou trabalhador. (MARX, 2010, p. 149)

No limite, seria necessária a crítica desta posição, que se depararia com “paixões” bastante “violentas”, as quais não poderiam aparecer “suprassumidas” nos direitos humanos, como pretendeu antes o editor da

¹² Diz Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos* que: “a economia política parte do fato dado e acabado da propriedade privada. Não nos explica o mesmo. Ela percebe o processo *material* da propriedade privada, que passa, na realidade [*Wirklichkeit*], por fórmulas gerais, abstratas, que passam a valer como *leis* para ela. Não concebe estas leis, isto é, não mostra como têm origem na essência da propriedade privada. A economia política não nos dá esclarecimento algum a respeito do fundamento da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra” (MARX, 2010, p. 79).

¹³ É bom destacar que há em Marx uma crítica ao conhecimento parcelar, dado que a própria história é unitária; como diz, com Engels, “não há história da política, do direito, da ciência etc., da arte, da religião etc.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 77), e continuam: “conhecemos apenas uma ciência, a ciência da história” (MARX; ENGELS, 2002, p. 107).

¹⁴ Também sob este aspecto não podemos concordar com a existência de um corte epistemológico em Marx, como querem Althusser e os althusserianos no Brasil, como Márcio Naves.

Gazeta Renana. Estes direitos trariam somente o reconhecimento da miséria mesma da sociedade civil-burguesa; como diria Marx um ano depois: “o reconhecimento [*Anerkennung*] dos direitos humanos [*Mensherechte*] por parte do estado moderno tem o mesmo sentido que o reconhecimento da escravatura pelo estado antigo” (MARX; ENGELS, 2003, p. 131)¹⁵. Os direitos humanos, pois, no limite, somente reconheceriam o indivíduo atomizado da sociedade civil-burguesa e, assim, passariam longe de ser resolutivos; ao retirar toda a determinidade do “homem”, estes direitos trariam simultaneamente o indivíduo considerado “um todo de carências”, carências estas em que os interesses materiais têm um papel decisivo e, por assim dizer, “apaixonado”¹⁶. Segundo Marx, isto se daria porque a posição da economia política não é outra que aquela da propriedade privada e da defesa dos interesses burgueses. Como ele diz:

No campo da economia política, a livre pesquisa científica depara-se não só com o mesmo inimigo que em todos os outros campos. A natureza peculiar do material que ela aborda chama ao campo de batalha as paixões mais violentas, mesquinhas e odiosas do coração humano, as fúrias do interesse privado. (MARX, 1996, p. 132)

O interesse privado – tratado somente de modo a cumprir “a embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais” no tempo da *Gazeta Renana* – ganha destaque na economia política, de modo que “paixões violentas”, relacionadas com a “fúria do interesse privado” (justamente ao que Hegel se contrapunha com o estado e o direito) têm seu

¹⁵ Veja-se a passagem inteira: “demonstrou-se como o reconhecimento [*Anerkennung*] dos direitos humanos [*Mensherechte*] por parte do estado moderno tem o mesmo sentido que o reconhecimento da escravatura pelo estado antigo. Com efeito, assim como o estado antigo tinha como fundamento natural [*Naturbasis*] a escravidão, o estado moderno tem como base natural a sociedade [civil-]burguesa [*bürgerliche Gesellschaft*] e o homem da sociedade [civil-]burguesa, quer dizer, o homem independente, entrelaçado com o homem apenas pelo vínculo do interesse privado [*Privatinteresses*] e da necessidade natural inconsciente [*bewußtlosen Naturnotwendigkeit*], o escravo do trabalho lucrativo e da necessidade egoísta [*eigennütigen Bedürfnisses*], tanto da própria quanto da alheia. O estado moderno reconhece [*anerkannt*] essa sua base natural [*Naturbasis*], enquanto tal, nos direitos gerais do homem [*allgemeinen Menschenrechten*]. Mas não os criou. Sendo como é, o produto da sociedade burguesa, impulsionada por seu próprio desenvolvimento [*Entwickelung*] até mais além dos velhos vínculos políticos, ele mesmo reconhece, por sua vez, seu próprio local de nascimento e sua própria base mediante a proclamação dos direitos humanos” (MARX; ENGELS, 2003, p. 132). Para uma análise detida da passagem, cf. Sartori (2016).

¹⁶ De acordo com Marx, “a revolução [política] considera a sociedade civil[-burguesa], o mundo das necessidades, o trabalho, os interesses privados e a lei civil, como a base de sua própria existência, como um pressuposto inteiramente subsistente, portanto, como sua base natural. Finalmente, o homem como membro da sociedade civil[-burguesa] é visto como homem autêntico, o *homme*, como distinto do *citoyen*, porque é o homem na sua existência sensível, individual e imediata, ao passo que o homem político é unicamente o homem abstrato, artificial, o homem como pessoa alegórica moral” (MARX, 2001, p. 36).

solo na sociedade em que se desenvolve a economia política, a capitalista. Mesmo os direitos humanos não teriam a capacidade de se opor àquilo que aparece na sociedade civil-burguesa e que é elevado ao patamar de normalidade pela economia política, de tal modo que, segundo Marx, “as paixões mais violentas, mesquinhas e odiosas do coração humano, as fúrias do interesse privado” não seriam mais que a outra face do reconhecimento dos direitos humanos por parte do estado¹⁷. Assim, o autor de *O capital* vem a trazer ao centro de sua análise justamente a compreensão da sociedade capitalista e de seus porta-vozes mais destacados, tratando-se de perceber que “a sociedade – assim como aparece para o economista político – é a sociedade civil-burguesa” e de realizar uma crítica a esta sociedade.

Neste sentido, o campo da economia política também ganha destaque em oposição ao terreno do direito por causa da “natureza peculiar do material” tratado, de modo que a própria reprodução material da sociedade é tematizada neste campo de modo muito mais direto. Ou seja, a passagem de Hegel a Marx também traz consigo a centralidade da compreensão dos “chamados interesses materiais”, de modo que há de se perceber: mesmo que o campo de Smith e de Ricardo seja o de uma posição burguesa, ele o faz ao trazer à tona uma esfera essencial para que se entenda a própria conformação da sociedade civil-burguesa como um todo, tendo-se em mente a efetividade “da conexão entre a economia política e o estado, o direito, a moral, a vida civil-burguesa etc., na medida em que a economia política mesma, *ex professo*, trata destes objetos”. A crítica de Marx a Hegel redundava em uma crítica ao direito e ao estado que traz consigo certa importância a ser atribuída à economia política; e mais, traz uma mudança de ênfase, da esfera jurídica para aquela que se coloca em meio aos interesses materiais, a esfera econômica. A “crítica à economia política”, que aparece desde 1844, é bastante destacada pelo autor posteriormente. Marx é claro em *O capital*:

À medida que é burguesa, ou seja, ao invés de compreender a ordem capitalista como um estágio historicamente transitório de evolução, a encara como a configuração última e absoluta da produção social, a economia política só pode permanecer como ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou só se manifestar em episódios isolados. (MARX, 1996, p. 134)

Se “o economista político – tão bem a política nos seus direitos humanos – reduz tudo ao homem, isto é, ao indivíduo, do qual retira toda determinidade, para o fixar como capitalista ou trabalhador”, há de se apontar

¹⁷ Para Marx, “os direitos do homem são, em parte, direitos políticos, que só se pode exercer quando se é membro da comunidade. O seu teor é a participação na vida da comunidade, na vida política do grupo, na vida política do estado” (MARX, 2001, p. 30).

que o caráter acríptico da economia política, que Marx aponta em *O capital* (na passagem acima), é denunciado já em 1844, momento em que a crítica marxiana a Hegel toma a forma, também, de uma crítica ao direito¹⁸. Aquilo que não fora efetivamente superado, “suprassumido” no pensamento hegeliano (o interesse privado e sua “fúria”), pois, teria sua origem e solo na própria posição burguesa, explícita tanto na economia política quanto, mesmo que de modo meandrado, no horizonte do pensamento hegeliano e nos direitos humanos (cf. SARTORI, 2014; 2016). A crítica marxiana a Hegel é, portanto, uma crítica ao direito e ao estado, certamente. No entanto, isto só se dá efetivamente na medida em que o central está em uma nova visão, por parte de Marx, acerca da sociedade civil-burguesa e da economia política. O “fundamento” que o autor busca é trazido à tona não só porque existe a compreensão acerca da necessidade de se levar em conta a “determinação econômica” das diferentes esferas da sociabilidade burguesa. Destaca-se também como estas esferas, as quais se explicitam como determinações reflexivas [*Reflexionsbestimmungen*], só podem ser pensadas tendo em conta o “momento preponderante” da produção social (cf. MARX, 2011), tratada pela economia política; Marx é claro ao dizer, em 1844, que “será encontrado o fundamento, no presente escrito, da conexão entre a economia política e o estado, o direito, a moral, a vida civil-burguesa [*bürgerliches Leben*] etc., na medida em que a economia política mesma, *ex professo*, trata destes objetos”. Se a posição da economia política seria problemática na medida em que, em verdade, ela “supõe o que deve desenvolver” (MARX, 2010, p. 79), tratar-se-ia de buscar, em sua historicidade, a conformação real e efetiva “da conexão entre a economia política e o estado, o direito, a moral, a vida civil-burguesa”. Trata-se, já em 1844, de uma crítica à economia política.

Marx critica Hegel, portanto, também, por este não ter feito uma análise detida economia política; se na *Crítica à Filosofia do direito de Hegel*, de 1843, Marx ainda se atém à análise hegeliana do direito e do estado (que acreditava não condizer com o “conceito” apreendido pelo próprio Hegel), depois de 1843, com a “Introdução” à *Crítica à Filosofia do direito*, mas, principalmente, com os *Manuscritos econômico-filosóficos*, o autor desloca-se do terreno da política e do direito para o campo da economia política. Ao mesmo tempo, porém, não bastaria uma mera análise da economia política: seria preciso que se desenvolvesse uma tomada de posição contrária àquilo que ela representa, a “ordem capitalista”, a qual, em verdade, figura “como

¹⁸ Para Marx, trata-se de uma situação em que, “nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais etc. que, em épocas históricas anteriores, o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado” (MARX, 2011, p. 54).

um estágio historicamente transitório de evolução” e não como algo de absoluto. Na economia política mesma, para Marx, há um elemento acrítico, já que esta figura como representante da sociedade civil-burguesa. Mesmo que nela apareçam elementos essenciais para a compreensão da realidade capitalista, promove a mistificação destas relações, sendo extremamente necessário ter em conta que os episódios de cientificidade dela são ora isolados, ora dependentes da latência da luta de classes¹⁹. Ou seja, a real superação do pensamento hegeliano, e dos problemas trazidos à tona no hegelianismo, passaria por uma crítica ao direito, ao estado e à economia política, pondo-se a totalidade do modo de produção capitalista em xeque. A questão aparece já em 1843-4, momento em que o itinerário do pensamento propriamente marxiano se inicia (cf. CHASIN, 2009).

Deste modo, de acordo com Marx, a economia política vem a assumir papel central na conformação da sociedade civil-burguesa [*burgerliche Gesellschaft*] e da vida civil-burguesa nela constante; por isso mesmo, para a compreensão da realidade efetiva, é bastante importante a Marx voltar-se ao entendimento e à crítica da economia política. Neste sentido preciso, aponta Marx que o “fundamento” de seu estudo se apresenta na medida mesma em que a economia política trata, mesmo que de modo mistificado, de questões decisivas. Ou seja, a posição da economia política, segundo Marx, traz elementos essenciais para que se compreenda a real entificação das contradições sociais de uma época determinada, no caso, aquela da sociedade civil-burguesa, da sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, ela os deturpa, tratando-se de realizar uma crítica à economia política.

Nesse sentido, percebe-se que a crítica ao direito é essencial a Marx, em um primeiro momento de seu itinerário, em um duplo sentido: primeiramente, para que ele possa superar [*aufheben*] sua concepção anterior, hegeliana e bastante centrada no estado e no direito enquanto portadores de uma universalidade concreta. Em segundo lugar, porém, porque, por meio de diversas críticas, dentre elas, a crítica ao direito, o autor de *O capital* encontra sua própria concepção ao chegar à conclusão segundo a qual não é por uma análise da esfera propriamente jurídica que as questões essenciais para a conformação da realidade efetiva se explicitam. De um lado,

¹⁹ Para Marx, “uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir uns ao lado de outras. De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária mesma. A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que poderiam se engendrar no seio da sociedade antiga” (MARX, 1989, p. 159).

pois, a crítica ao direito é muito importante para o percurso marxiano – por meio dela, ele começa sua crítica a Hegel e à sua própria concepção presente na *Gazeta Renana* –, doutro lado, ela fica longe de conformar o elemento mais importante no pensamento do autor, que procura estabelecer uma “crítica da economia política”. A passagem mencionada acima, de 1844, traz bastantes similitudes com uma citação muito conhecida e, até certo ponto, “clássica” para o marxismo, aquela do “Prefácio” de 1859 – nela, Marx explica sua própria posição e, por isso, vale trazê-la aqui:

Minha investigação chegou ao resultado de que tanto as relações jurídicas como as formas de estado não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas sim se assentam, pelo contrário, nas condições materiais de vida cujo conjunto Hegel resume, seguindo o precedente dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de “sociedade civil-burguesa”, e que a anatomia da sociedade civil-burguesa deve ser buscada na economia política. (MARX, 1982, p. 25)²⁰

A crítica ao direito e ao estado, pois, ao se ter em mente o modo pelo qual Marx se relaciona com Hegel, é importante para que se compreenda que, ao fim, o central estaria na crítica à economia política e na posição desta, uma posição burguesa. Trazer à tona as limitações do autor da *Fenomenologia do espírito*, portanto, significa, para Marx, que o fundamento da posição sobre o direito e sobre a política está na compreensão da sociedade civil-burguesa e na crítica à sua “anatomia”. Seria simplesmente impossível qualquer hipostasia quanto às distintas esferas do ser social; e, assim, a crítica ao hegelianismo não prescindiria da crítica à economia política e, de certo modo, colocar-se-ia como um momento desta: a crítica ao direito e à política somente seria possível tendo por base a crítica à sociabilidade capitalista e a seus representantes (como os economistas políticos). Como aponta o autor de *O capital*, o próprio Hegel, em verdade, teria trazido a sociedade civil-burguesa à tona em referência aos “precedentes ingleses e franceses” do século XVIII, principalmente, Smith e Steuart, autores bastante importantes da economia política (cf. LUKÁCS, 2012). Ou seja, a crítica ao direito e ao estado está ligada à liquidação do hegelianismo também porque traz uma posição substancialmente distinta quanto ao campo da economia. A conclusão marxiana de 1844, em verdade, é bastante próxima do que diz o autor em 1859, ao contrário do que postula toda a tradição althusseriana. A crítica à

²⁰ Citação com tradução ligeiramente modificada pelo autor no que toca ao termo *burgeliche Gesellschaft*, que optamos por traduzir por “sociedade civil-burguesa”, em vez de “sociedade civil”.

política e ao direito leva o autor de *O capital* a encarar mais de perto as “condições materiais de vida”, que na vida civil-burguesa se apresentam sob a égide da relação-capital. O caminho da conformação do pensamento de Marx tem figuras correlatas na crítica ao direito, ao hegelianismo e à economia política. Pode-se dizer, pois, que o primeiro momento em que Marx destaca a crítica ao direito é aquele em que ele se volta, simultaneamente, contra Hegel, contra sua posição anterior, e contra a economia política.

IV

Vimos acima que Marx busca, em 1844, voltar-se ao estudo e à crítica da economia política. O foco marxiano muda de modo bastante claro: de uma crítica ao direito e ao estado, vai em direção a uma crítica à economia política. Na medida em que, mesmo que de modo mistificado, a economia política coloque a questão da organização da produção em tela, ele procura trazer uma ênfase diferente aos seus estudos. Pode-se dizer que o autor de *O capital* critica a esfera jurídica e a política durante toda a vida (cf. SARTORI, 2013), no entanto, é marcante o modo pelo qual esta questão, que fora central em 1842-3 sob a forma de uma crítica à esfera jurídica alemã, deixa de ser o centro dos estudos e dos apontamentos marxianos. O autor, com isto, tenta abordar temas que, normalmente, aparecem na literatura dos “economistas políticos”. Deste modo, a conexão entre “a economia política e o estado, o direito, a moral, a vida civil-burguesa” vem a ser decisiva no itinerário de Marx; por conseguinte, é possível mesmo dizer que, com isso, ele tem um novo ponto de partida. Neste, tanto sua formação de “filósofo” quanto a de “economista” seriam de grande serventia. Os embates intelectuais e políticos de sua época trazem esta conexão entre filosofia e economia, não só na crise do hegelianismo, criticado por Marx no primeiro momento em que critica o direito como tal (em 1843-4), mas entre aqueles que pretendem ter uma posição destacada na luta de classes entre trabalho e capital, como é o caso de Proudhon, que, já adiantamos, tal qual o Marx do tempo da *Gazeta Renana*, enfoca o direito. Neste sentido específico, é preciso que se atente à crítica de Marx a Proudhon:

O senhor Proudhon tem a infelicidade de ser singularmente desconhecido na Europa. Na França tem o direito de ser um mau economista, porque passa por um filósofo alemão. Na Alemanha, tem o direito de ser mau filósofo, pois passa por um dos mais vigorosos economistas franceses. Nós, na qualidade de alemão e economista, quisemos protestar contra este duplo erro. (MARX, 1989, p. 35)

O modo pelo qual Marx procede em sua crítica a Proudhon remete à necessidade de superação simultânea da economia política e da filosofia clássica alemã; ou seja, trata-se de reconhecer os méritos, ao mesmo tempo em que se questiona de modo decidido aquilo que há de melhor no pensamento burguês (cf. LUKÁCS, 1963; 2013). Por conseguinte, a posição de Proudhon é peculiar no mau sentido: o autor falharia tanto enquanto “economista” quanto como “filósofo” e, nesta direção, em diversos aspectos – embora não em todos – estaria muito aquém de Hegel, Smith e Ricardo. Dialogando, também, com Hegel, o autor da *Filosofia da miséria*, em verdade, traria não tanto aquilo de melhor do hegelianismo – como, acreditamos, acontece com Marx no tempo da *Gazeta Renana* –, mas os piores elementos da dialética hegeliana. Ele também seria cego diante da real conformação das contradições sociais que marcam de modo decidido a sociedade capitalista, tentando, de modo inaceitável (de acordo com Marx) opor o “lado bom” ao “lado mau” das coisas, redundando em uma peculiar “dialética”, essencialmente unilateral e viciada. Segundo Marx, Proudhon se coloca do seguinte modo, buscando “modificar” a posição hegeliana:

Vejamos agora que modificações o Sr. Proudhon impõe à dialética de Hegel ao aplicá-la à economia política. Para o Sr. Proudhon, toda categoria econômica tem dois lados – um bom, outro mau. Ele considera as categorias como o pequeno-burguês considera os grandes homens da história: Napoleão é um grande homem; fez muita coisa boa mas, também, fez muita coisa má. O lado bom e o lado mau. A vantagem e o inconveniente, tomados em conjunto, constituem, para o Sr. Proudhon, a contradição em cada categoria econômica. Problema a resolver: conservar o lado bom, eliminando o mau. (MARX, 1989, pp. 107-8)

Ao tentar superar Hegel, dá-se um passo para trás, chegando-se a “modificações”; com isso, conforma-se no autor da *Filosofia da miséria* uma posição que Marx diz ser aquela do pequeno-burguês – tenta-se, com meras “modificações” mais ou menos pontuais, resolver problemas estruturais, no caso, da filosofia hegeliana. Ao tentar dissociar o “lado bom” do “lado mau”, o sincretismo que se pretende com tal procedimento chega a tal ponto que a peculiar “dialética” de Proudhon seria muito inferior ao hegelianismo, outrora defendido pelo próprio Marx no tempo da *Gazeta Renana*, ao ter o direito como elemento central para a solução das vicissitudes da sociedade capitalista. As “soluções” proudhonianas seriam bastante questionáveis, pois; elas não estariam assentadas na apreensão reta do movimento real e efetivo da realidade social, mas em uma espécie de imputação de um ideal à própria realidade, ideal este – por vezes arbitrário – relacionado à noção de “justiça eterna” e à primazia do elemento jurídico (cf. MARX, 1989). Em Proudhon,

tratar-se-ia de atribuir importância decisiva a um ideal a ser realizado, como se se tratasse de buscar outra realidade, desejada de acordo com a noção de “justiça eterna”, no limite, de modo utópico (cf. ENGELS, 1989); também neste sentido o autor francês dá um passo atrás diante da crítica hegeliana às posições que têm o dever-ser [*Sollen*] como central, como a kantiana. Simultaneamente, retrocede diante da inseparabilidade entre “lado bom” e “lado mau” presente, por exemplo – segundo Marx – em Ricardo. Em correlação com esta postura, surgem tanto a degeneração da concepção do “filósofo” quanto a posição do “economista”: em meio à complexa e antagônica tessitura das relações sociais de produção, o autor francês comporta-se como o pior do hegelianismo, de tal modo que o idealismo de sua posição salta aos olhos.

Segundo Marx, seria preciso criticar de modo bastante direto e decidido tanto tal posição quanto este procedimento, já que os elementos que fazem o hegelianismo inaceitável no presente da sociedade capitalista marcariam a obra do autor da *Filosofia da miséria*. Veja-se Marx:

Reduzidas todas as coisas a uma categoria lógica e todo movimento, todo ato de produção ao método, a consequência natural é a redução de qualquer conjunto de produtos e de produção, de objetos e de movimento a uma metafísica aplicada. O que Hegel fez em relação à religião, ao direito etc., o Sr. Proudhon procura fazer em relação à economia política. (MARX, 1989, p. 104)

Marx procura mostrar que Proudhon traz à tona em seu procedimento uma espécie de hegelianismo recauchutado. O autor francês pretende superar Hegel, mas opera um retrocesso; ao mesmo tempo, traz algo central à tona (a economia política) e a mistifica bem ao pior do estilo hegeliano; se o autor da *Fenomenologia* havia procedido de modo “metafísico” diante do direito e do estado, Proudhon procede deste modo também diante da economia política. Isto ocorre, novamente, na medida em que o embate com o que resta do hegelianismo é decisivo para a conformação do pensamento de Marx e para os embates filosóficos e políticos do século XIX – as críticas marxianas à política e ao campo jurídico, que tiveram como palco a filosofia hegeliana do direito, aparecem aqui também. Em seu posicionamento diretamente contrário ao tratamento dispensado pelo autor da *Filosofia da miséria* ao campo econômico, Marx marca posição e procura deixar claro que tanto como “filósofo” como na figura de “economista” Proudhon é limitadíssimo.

Se em 1843-4 a crítica ao hegelianismo trouxe consigo uma posição crítica quanto ao direito e à centralidade deste, em 1847 a figura que adquire a teoria marxiana é bastante ríspida quanto à abordagem “econômica” de Proudhon. Este dá um passo à frente de Hegel ao tematizar a economia

política direta e conscientemente; no entanto, não só o autor da *Filosofia da miséria* permanece com o pior do procedimento hegeliano, como também o faz sem que os méritos do hegelianismo apareçam em sua obra. Pode-se dizer, pois, que, em um primeiro momento, a crítica marxiana à especulação atinge o próprio Hegel e seus seguidores. Eles defendiam a universalidade do estado e do direito modernos em oposição aos privilégios e à irracionalidade, tal qual Marx no tempo da *Gazeta Renana*; posteriormente, porém, a questão se apresenta de modo que não seria mais possível cometer os erros de Hegel diante do desenvolvimento bastante antagônico e inconciliável da sociedade civil-burguesa (cf. LUKÁCS, 2013). Ou seja, a postura proudhoniana seria aquela de um epígono e, sendo assim, os embates do autor de *O capital* tomam lugar de modo visivelmente mais ácido e jocoso.

O importante aqui, pois, não diz respeito só ao fato de o antagonista de Marx, em 1847, ter uma estatura muito menor que autores como Hegel, Smith e Ricardo. Em verdade, o decisivo é que, mesmo que trate explícita e conscientemente da economia política, a ênfase de Proudhon está naquilo que Marx, já no final de 1843, havia relegado a uma posição secundária: a centralidade que adquire o direito na obra do socialista francês, em verdade, é digna de destaque, tendo sido analisada, também, por Engels que, com base na *Miséria da filosofia*, o critica:

Toda a doutrina de Proudhon assenta neste salto de salvação que vai da realidade econômica para a frase jurídica. O valente Proudhon, sempre que deixa escapar a conexão econômica — e isto acontece nele com todas as questões sérias — refugia-se no campo do direito e apela para a justiça eterna.²¹ (ENGELS, 1982, p. 12)

Se, em Hegel, tal qual em Marx no período de 1842-3, o direito e o estado eram elementos ativos na solução das vicissitudes da sociedade civil-burguesa, em Proudhon a questão muda de foco: a centralidade do direito vem, no autor da *Filosofia da miséria*, a deixar eclipsada a dimensão essencial para que se compreenda a real tessitura da sociedade capitalista. Se o autor da *Fenomenologia do espírito* acredita efetivamente poder superar — “suprassumir” — as tensões e os antagonismos de sua época na universalidade

²¹ Veja-se o que diz Marx sobre a relação entre economia (e tendências contraditórias existentes em meio ao seu desenvolvimento) e justiça em Proudhon: “estas duas tendências opostas uma à outra. Quem as conciliará? Como harmonizá-las? Poder-se-á estabelecer entre elas, pelo menos, um ponto de comparação? Claro que existe este ponto, exclama o Sr. Proudhon — trata-se do livre-arbítrio. O preço resultante desta luta entre a oferta e a demanda, a utilidade e a opinião, não será a expressão da justiça eterna. (...) Portanto, não há nenhum resultado possível. Existe uma luta entre duas potências, por assim dizer incomensuráveis, entre o útil e a opinião, entre o comprador livre e o produtor livre” (MARX, 1989, pp. 45-6).

do direito e na racionalidade estatal, o autor francês, segundo Engels, esconde-se na “frase jurídica”, escapando dos problemas essenciais à conformação da realidade efetiva por meio de uma espécie de “refúgio” no campo do direito e em meio ao apelo à “justiça eterna”. Ou seja, não deixa de haver um elemento retórico e de manipulação em Proudhon, o que não se dava em Hegel. Se a “anatomia da sociedade civil-burguesa” está, segundo Marx, na economia política, o autor da *Filosofia da miséria* deixa de lado este fato básico, procurando uma analogia entre relações econômicas e jurídicas que traz um elemento “utópico” inaceitável, elemento este que aparece tanto na centralidade do direito quanto na demanda de realização da “justiça eterna”. Marx já criticara Hegel por colocar o direito e o estado – e não a sociedade civil-burguesa – como o centro da eticidade; e, assim, Proudhon não é só rústico, se comparado a Hegel: ele é muito mais unilateral na ênfase no elemento jurídico.

Marx, ao acertar as contas com sua concepção da época da *Gazeta Renana* (1842-3), traz uma crítica ao direito e ao estado, rumando à economia política e à crítica desta última; ao tratar da posição proudhoniana, pois, até certo ponto, ele se depara com uma posição similar à sua visão de mundo anterior. No entanto, o proudhonismo estaria imbuído de uma “dialética” pueril em que a mistificação se encontra em todos os campos: da economia política, passando pela filosofia, ao direito. Enquanto na *Gazeta Renana*, utilizando noções de estado e de direito hegelianas, Marx pretendia colocar seu hegelianismo contra Hegel, Proudhon “impõe modificações” que empobrecem tanto o sistema hegeliano como a economia política, colocando-se não no sentido de uma superação destas, mas muito aquém de gigantes como Hegel e Smith²².

Para Marx, e para Engels, há uma inversão no raciocínio de Proudhon. Engels, com base na *Miséria da filosofia*, aponta que “Proudhon coloca à sociedade de hoje a exigência de se remodelar não segundo as leis do seu próprio desenvolvimento econômico mas segundo as prescrições da justiça” (ENGELS, 1982, p. 49). Para Marx e Engels, as “lentes jurídicas” (cf. ENGELS; KAUTSKY, 2012) de que se serve o autor que criticam o levam à incompreensão dos processos econômicos, isso fica evidente. Com um salto em direção à “frase jurídica”, deixam-se escapar elementos essenciais para o entendimento da realidade efetiva mesma e, com isso, inverte-se de modo

22 Marx é bastante ríspido e diz sobre o “método” proudhoniano: “como se vê, o ‘método histórico e descritivo’ do Sr. Proudhon serve para tudo. Responde tudo, explica tudo. Especialmente quando se trata de explicar, em termos de história, a ‘origem de uma ideia econômica’, ele supõe um homem que propõe a outros homens, seus colaboradores em funções diversas, a realização deste ato criador e não há mais a dizer” (MARX, 1989, p. 42).

pungente a relação entre a esfera jurídica e o desenvolvimento contraditório da economia.

Novamente, pois, Marx depara-se com a necessidade de realizar uma crítica ao direito. Tal qual quando criticou a filosofia do direito hegeliana, sua posição quanto ao direito passa pelo questionamento ao hegelianismo, mesmo que se trate de um questionamento que tem o enfoque nas “modificações” que Proudhon realiza na tradição hegeliana. O enfoque marxiano é aquele de quem já criticou a economia política e o campo jurídico, trazendo algo essencial a qualquer leitura do direito, aquilo que Lukács, ao tratar da *Miséria da filosofia*, chamou de “prioridade ontológica do econômico” (cf. LUKÁCS, 2013). Diz Marx:

O ouro e a prata só são aceitáveis de direito porque o são de fato, e o são de fato porque a organização atual da indústria necessita de um agente universal de troca. O direito não é mais que o reconhecimento oficial do fato. (MARX, 1989, p. 86)

O autor da *Filosofia da miséria*, ao tratar da relação entre o campo jurídico e a economia política, segundo Marx, inverte as determinações da própria realidade. Ao fim, vem a dizer que é a mediação jurídica que torna possível e efetiva a faticidade econômica; ou seja, a posição de Proudhon, diz Marx, é a de que, até certo ponto, o direito é a verdadeira potência demiúrgica que se coloca diante da realidade econômica e social como um sujeito.

Marx, por sua vez, ao tratar do tema, aponta justamente o contrário: diz que existe real e efetivamente prioridade da necessidade de um “agente universal de troca” frente à regulamentação jurídica deste agente e, deste modo, tem-se a prioridade – colocada no plano do ser (trata-se do que Lukács chamou de “prioridade ontológica”) – do movimento engendrado pela conformação real e efetiva da produção e da reprodução social diante daquilo que vem com o direito, a saber, “oficialização” deste fato por parte do estado (cf. LUKÁCS, 2013; SARTORI, 2010).

Ao tratar de Proudhon, traz-se, assim, em correlação com o hegelianismo e com a economia política, uma crítica ao direito. Este último, por si, de acordo com Marx, não “faz” coisa alguma; ele, em meio às relações econômicas, traz, *post festum*, a oficialização – por meio do estado – de determinadas alternativas colocadas em potência em meio à faticidade econômica (cf. LUKÁCS, 2013; SARTORI, 2010). Mesmo que esta relação não seja epifenomênica, contra Proudhon, pode-se dizer que “o direito não é mais que o reconhecimento oficial do fato”. Assim, ao abordar o direito, Marx o critica de modo decidido. Diz com todas as letras que não é nesta esfera do ser social em que se encontram as tensões essenciais para a conformação e o entendimento daquilo que se passa na sociedade civil-burguesa. O autor, na

esteira do que já havia apontado em 1843-4, destaca que é necessária a superação tanto da posição do direito e da “ciência do estado” quanto do ponto de vista limitado da economia política. E, deste modo, mesmo que exista um tom mais duro por parte de Marx em 1847, percebe-se que os delineamentos essenciais de sua posição quanto ao direito permanecem (cf. SARTORI, 2016). Se o autor se colocava no começo da década de 1840 em crítica ao hegelianismo, a crítica marxiana a Proudhon é feita por um autor que já domina os meandros do trabalho de um “economista” e, simultaneamente, traz as credenciais de um “filósofo”.

Isto é importante para o que tratamos porque, neste segundo momento de crítica, a posição marxiana quanto ao direito ataca certo hegelianismo requentado e com um grau de epigonismo. Trazer à tona uma concepção que não se fundamente na “dialética” entre o “lado bom” e o “lado mau” seria essencial, portanto. Tal “dialética” que se expressa em Proudhon, também, na oposição entre direito e “justiça eterna” contra a faticidade da sociedade capitalista, segundo Marx, é inaceitável, tanto no que toca a seu conteúdo quanto no que diz respeito ao procedimento²³. Ou seja, neste segundo momento que analisamos, há uma espécie de descendente nos conhecimentos de “economista” e de “filósofo” de Proudhon frente a Hegel. Marx, assim, procura destacar de modo crítico as duas dimensões em sua obra. Para que seja possível uma crítica real e efetiva à sociedade civil-burguesa, isto seria de grande relevo; se a centralidade do direito aparece nos dois autores que Marx critica, e no próprio Marx do tempo da *Gazeta Renana* (mesmo que em Hegel e em Marx o essencial estivesse colocado no plano estatal), a posição do autor de *O capital* é a de uma crítica ao direito, desde que ela reconheça: nem sequer o posto central ao se ter em conta os problemas da sociedade capitalista aparece no campo jurídico. Eles se mostram, mesmo que de modo mistificado, não tanto na “jurisprudência”, na ciência do estado ou mesmo na

²³ Como Engels aponta, há também uma posição de Proudhon em relação à justiça que é bastante importante destacar, também na medida em que é, verdadeiramente, a posição da burguesia: “a justiça e a igualdade de direitos são os fundamentos sobre os quais o burguês dos séculos XVIII e XIX desejava construir o seu edifício social, após liquidar as injustiças, desigualdades e privilégios feudais. Como Marx o demonstrou. A determinação do valor das mercadorias pelo trabalho e a livre troca de produtos do trabalho que se realiza sobre a base desta medida do valor entre os donos das mercadorias, iguais em direitos, são os pilares reais sobre que se erguem toda a ideologia política, jurídica e filosófica da burguesia moderna. Uma vez estabelecido que o trabalho é a medida do valor da mercadoria, o bom burguês deve escandalizar-se até a medula dos seus melhores sentimentos com este mundo imoral, onde aquela lei primária da justiça é afirmada de direito e, de fato, negada vergonhosamente a cada instante” (ENGELS, 1989, p. 104).

política²⁴, mas na realidade econômica, que – na figura de uma crítica à economia política – passa ao centro da obra de Marx.

V

Vimos, pois, que o pensamento marxiano passa constantemente pela relação existente entre crítica do direito e crítica da economia política. De certo modo, em seu itinerário, é também este o modo pelo qual o autor de *O capital* – em meio ao embate com a economia política – depara-se com Hegel, e com aquilo que se apresenta, de certo modo, próximo ou como uma tentativa de superação ou “modificação” do hegelianismo, como é o caso do autor da *Filosofia da miséria*. No primeiro momento da conformação do pensamento marxiano enquanto uma formação ideal autônoma, momento este em que critica diretamente Hegel, a questão aparece ganhando um destaque especial, de maneira que foi necessário um embate com o autor da *Fenomenologia do espírito* para que, em um segundo momento, fossem tidos em conta aqueles que se apresentam, de certa maneira, como epígonos de Hegel. O embate com a filosofia deste último autor, também no que diz respeito à crítica ao direito, apresentou-se a todo o momento como algo subjacente à argumentação marxiana. Ocorre, porém, como vimos, que o tom da argumentação marxiana muda substancialmente em seu itinerário. Em um primeiro momento, em que o próprio Hegel precisaria ser superado, Marx reconhece a grandeza do autor, ao mesmo tempo em que acredita haver limitações na posição hegeliana. Trata-se, acima de tudo, da superação de um gigante. Proudhon e o proudhonismo, por seu turno, não chegariam, em verdade, a requisitar nenhuma superação propriamente dita: em verdade, não alcançariam a dimensão e a importância do pensamento hegeliano e nem mesmo do hegelianismo, vertente esta de que, no tempo da *Gazeta Renana*, Marx foi um expoente significativo, mesmo que de modo *sui generis*.

Algo importante a se destacar sobre aqueles que Marx, de certo modo, via como epígonos de Hegel é: mesmo que eles se colocassem, por assim

²⁴ A questão da crítica à política é patente nos textos marxianos de 1843-4, sendo tal fato destacado, sobretudo, por J. Chasin (2009). Ocorre, porém, que na *Miséria da filosofia* Marx também é explícito quanto à questão e, neste sentido, vale trazeremos aqui o texto: “Isto significa que, após a ruína da velha sociedade, haverá uma nova dominação de classe, resumindo-se em um novo poder político? Não. A condição da libertação da classe laboriosa é a abolição de toda classe, assim como a condição da libertação do terceiro estado, da ordem burguesa foi a abolição de todos os estados e de todas as ordens. A classe laboriosa substituirá, no curso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil-burguesa.” (MARX, 1989, p. 160)

dizer, “mais à esquerda”, este não seria o critério decisivo (como fica evidente em suas críticas a Lassalle e Saint-Simon, dentre outros) para que se julgasse a qualidade dos seus escritos. Depois de determinado momento (essencialmente, depois de 1848, mas principalmente após 1871), seria necessário, de acordo com o raciocínio marxiano, perceber o modo pelo qual as bases mesmas do hegelianismo – uma posição em que o estado e o direito seriam resolutivos das tensões que permeiam a sociedade civil-burguesa – estariam real e efetivamente solapadas. De acordo com a *Miséria da filosofia*, assim, o autor da *Filosofia da miséria* pretende ultrapassar Hegel somente em sua imaginação, e não na conformação real e efetiva da sociedade. A imaginação proudhoniana, marcada pela noção de “justiça eterna” e por uma espécie de centralidade do aspecto jurídico, colocar-se-ia ecleticamente, buscando separar analiticamente em uma peculiar “dialética” o “lado bom” do “lado mau”; seu pensamento ficaria muito aquém daquilo que pretende ultrapassar, retomando uma espécie pueril de “dever-ser”, presente na noção de “justiça eterna”, e já criticada por Hegel (cf. LUKÁCS, 2013). O procedimento mesmo de Proudhon seria bastante questionável também, precisando-se no presente retomar o “núcleo racional” hegeliano (cf. MARX, 1996), e não seu aspecto mistificador.

Marx adota um procedimento bastante distinto, como visto. Em sua crítica ao direito, acerta as contas com Hegel e com sua própria concepção anterior, vigente até o começo de 1843. Reconhece as limitações do hegelianismo e de si mesmo, e não procurando “salvar” estas concepções contrapondo o “lado bom” ao “lado mau”; depara-se, posteriormente, porém, com autores – como Proudhon, mas também seria possível apontar Lassalle – que enfatizam unilateralmente o âmbito jurídico. Para o autor de *O capital*, com o desenvolvimento do capitalismo mesmo, a ênfase no direito, que aparecera como central em sua obra de 1842-3, em verdade, deixou de ser possível e desejável. Depois dos acontecimentos que antecedem as Revoluções de 1848, e que culminam na repressão violenta à Comuna de Paris, de 1871, tem-se, de acordo com o autor, que a burguesia e sua concepção de mundo deixam de estabelecer parâmetros defensáveis, seja do ponto de vista do “filósofo”, seja do ponto de vista do “economista” (cf. LUKÁCS, 2013). Neste sentido preciso, a retomada do terreno do direito, por parte de Proudhon – mas também de outros autores colocados “à esquerda” (Lassalle, Menger, entre outros) –, seria bastante anacrônica e representaria, em verdade, a decadência de um pensamento que, na época ascensional da classe burguesa, teria sido importante na derrubada do medievo.

Pode-se dizer, pois, que, de acordo com Marx, os últimos respiros progressistas da “concepção jurídica de mundo” (cf. ENGELS; KAUTSKY, 2012) estariam, real e efetivamente, relacionadas a uma noção de estado que confluiria com a razão, tal qual aquela defendida na postura hegeliana. E, deste modo, o embate crítico com Hegel seria inevitável e necessário àqueles que pretendem tratar do direito no presente. A defesa do direito e de sua universalidade teria sua figura mais coerente na formação ideal em que apareceria como central a oposição entre a irracionalidade da sociedade civil-burguesa, o direito e o estado, os quais “correspondam minimamente ao seu conceito”. Isso, como vimos, dá-se tal qual aconteceu no próprio Marx do tempo da *Gazeta Renana*. Tratar-se-ia, pois, da defesa de uma posição em que a política e o direito fossem acompanhados da realização da razão na história. Este seria, segundo Marx, o melhor fundamento de uma defesa do âmbito jurídico. Esta fundamentação, no entanto, teria expirado ao passo que a evolução mesma da sociedade capitalista teria deixado para trás a concepção de estado e de direito hegelianas, as quais seriam dependentes da contraditória evolução da classe burguesa.

Deste modo, neste momento final de nosso texto, é preciso que destaquemos, mesmo que rapidamente e em tom de apontamentos, que há, no autor de *O capital*, outra espécie de crítica a pensadores que têm o direito por central. Trata-se da crítica a pensadores que, em verdade, não se aproximam, mesmo que minimamente, do legado de Hegel. Agora, por fim, buscaremos explicitar como isto se dá na obra marxiana, procurando deixar claras as consequências desta sua análise no que diz respeito à “ciência” que Marx reputa estar fundamentando a posição concreta destes autores. Deve-se ver, pois, como Austin e Bentham, importantes expoentes daquilo que veio a ser chamado de “teoria do direito”, são enxergados pelo autor cujos passos e itinerário aqui desejamos traçar. Diz-se nos *Manuscritos etnológicos*:

Austin chegou à “sua teoria da soberania” apartando todas as características e todos os atributos do governo e da sociedade, com exceção de um só, relacionando toda a forma de dominação política com aquilo de comum no uso do poder. [Não é este o problema principal, mas tomar a dominação política, qualquer que seja sua forma característica e qualquer que seja o conjunto de seus elementos, como algo acima da sociedade, baseado em si mesmo.] Este procedimento desdenha elementos importantes, algumas vezes, de importância capital, pois compreendem todos os elementos que dirigem a ação humana, com exceção da força diretamente aplicada ou diretamente percebida. (MARX, 1988a, p. 289)

De acordo com Marx, precisamente o necessário para uma análise cuidadosa e crítica do ser-propriadamente-assim da sociedade civil-burguesa – apreender, mesmo que de modo mediado, os “atributos” de determinada sociabilidade de uma época e da forma política a ela relacionada – é o que é elipsado e conscientemente negligenciado por autores como John Austin. Para o autor de *O capital*, ao invés da apreensão cuidadosa dos atributos e das determinações da realidade efetiva mesma, Austin isola estes elementos de modo, em essência, irrazoável e apressado. Trata-se, segundo Marx, de um procedimento que, diferentemente de qualquer pessoa que tenha Hegel como referência – mesmo que isso se desse ao considerar o autor da *Fenomenologia* algo a ser superado –, é carente de uma preocupação com a historicidade do próprio processo de desenvolvimento do ser social: “por este procedimento de abstração que conduz à noção de soberania, deixa-se de fora (...) toda a história de cada comunidade (...) o modo como se alcançou o resultado” (MARX, 1988a, pp. 289-90). A maneira pela qual se chega àquilo que é deduzido pela exposição dialética foi essencial ao “método” de Hegel e ao hegelianismo; aqui, pois, podemos dizer que a questão se modifica (para pior) de modo decisivo, é claro, se formos tomar a posição marxiana como parâmetro: tem-se, de acordo com os *Manuscritos etnológicos*, a completa ausência de preocupação acerca da gênese e do desenvolvimento daquilo que é analisado. Se Marx tem em conta a questão das abstrações razoáveis (cf. MARX, 2011), que buscariam a tessitura histórica e transitória do ser social (cf. CHASIN, 2009), o mesmo não se dá aqui. Antes, o direito, o estado e a soberania são tomados como uma espécie de segunda natureza estranhada.

O “método” de Austin, a que Marx chama de seu “procedimento de abstração”, seria comum à “jurisprudência analítica” enxergada em sua unidade²⁵. Tratar-se-ia do modo de proceder que se afasta tanto dos méritos de Hegel quanto da tentativa de dar uma base histórica que estaria presente em Proudhon: o primeiro procuraria, por meio de uma análise – mesmo que idealista – das contradições que marcam a eticidade [*Sittlichkeit*], explicitar com cuidado o modo pelo qual se dá o desenvolvimento da história, o qual levaria ao triunfo do estado e do direito como portadores da razão. O autor da *Filosofia da miséria*, por sua vez, com uma dialética “peculiar”, procura traçar a gênese do presente, é verdade. E, neste sentido, aproximar-se-ia do modo hegeliano de se pensar a realidade efetiva. No entanto, a maneira pela qual

²⁵ Como aponta Marx ao comentar Maine: “o senhor Maine comunica à assombrada Europa que a Inglaterra possui o privilégio dos ‘juristas analíticos’, como ali são chamados, cujos representantes mais ilustres são Jeremy Bentham e John Austin. O *Province of jurisprudence determined* de Austin se constituiu durante muito tempo como um dos manuais mais respeitados na Universidade de Oxford” (MARX, 1988a, p. 287).

isso se daria dependeria de uma separação artificiosa entre o “lado bom” e o “lado mau” e, para o autor de *O capital*, isto deixaria expostos a fraqueza e o epigonismo de Proudhon. Com Austin e Bentham, no entanto, a questão seria muito pior. Ter-se-ia, em verdade, um “dogmatismo”, que procura a resolução das questões ligadas ao estado e ao direito ao trazer a noção de “soberania” como uma espécie de pedra filosofal; de acordo com o autor de *O capital*, ter-se-ia, assim, “este dogmatismo seriamente colocado por Austin, a que Maine chama de 'método' dos juristas analíticos, muito análogo ao que seguem as matemáticas e a economia política e 'estritamente científico’” (MARX, 1988a, p. 290).

O tom de Marx é bastante duro, portanto: Hegel apreenderia, mesmo que de modo idealista, aquilo de melhor na economia política, dialogando, sobretudo, com Smith e Ricardo; Proudhon pretenderia desenvolver uma concepção própria, em que a “filosofia” aparece desfigurada, bem como a “economia”; mas, ainda assim, isto se daria procurando a apreensão da historicidade dos fenômenos. Mesmo que verbalmente, tem-se um procedimento que procura colocar-se de modo “crítico” – com base no direito e na justiça – diante do existente. Austin, por sua vez, traria somente o “método dos juristas analíticos”, e este, em verdade, seria “muito análogo” àquele da economia política; mas com um detalhe importante: ele se voltaria somente a seu elemento apologético, já que a gênese – tratada por meio de robinsonadas pelos economistas políticos (cf. MARX, 2011) – nunca chega a ser uma preocupação do autor que se coloca como alguém central à teoria do direito. Ou seja, para que sejamos rigorosos, pode-se dizer que, de acordo com Marx, a economia política que fornece o seu procedimento a Austin já é apologética, tratando-se da economia vulgar.

Naqueles que conformariam a dianteira da teoria do direito, ao tratar do elemento político e do aspecto jurídico de cada sociedade, “toda a história de cada comunidade” precisaria ser deixada de lado. Assim, seria possível um tratamento “estritamente científico” e que, deste modo, para Marx, conforma uma concepção, em todos os sentidos, acrítica e apologética quanto ao que deve ser considerado “ciência”. Trata-se, portanto, do desenvolvimento de uma teoria em consonância com o pior das formas ideológicas que aparecem como centrais ao desenvolvimento da sociedade capitalista: o caráter a-histórico seria patente, bem como o procedimento “vulgar” e unilateral.

A hipostasia que o direito e a política sofrem nas mãos dos “juristas analíticos”, de acordo com Marx, traz algo muito distinto do que fazem Hegel e Proudhon com o elemento jurídico e com o estado. Isto ocorre porque o primeiro autor, mesmo que de modo idealista, busca apreender a real

tessitura da sociedade. O autor da *Fenomenologia do espírito* faz do direito e do estado o ápice do desenvolvimento histórico, que, em sua teoria, teria procurado trazer uma análise da complexidade e da contraditoriedade da realidade efetiva mesma. Proudhon, por sua vez, traria uma tentativa de desenvolvimento histórico que, em verdade, não chegaria a tentar real e efetivamente compreender a historicidade, a gênese e o desenvolvimento do presente. No autor, assim, o elemento jurídico viria a ganhar corpo justamente neste ímpeto unilateral, sendo tal ênfase ligada a um procedimento histórico falho. Segundo Marx, o caso dos “juristas analíticos” é, porém, muito pior: conforma-se como uma teoria em que a ausência de um desenvolvimento histórico, seja ele mistificado ou unilateral, é tido como a quintessência da “cientificidade” e, deste modo, há um elemento apologético – calcado na ausência total de crítica diante da historicidade da atual sociedade – bastante consciente e que se manifesta de modo direto em autores como Austin.

De acordo com Marx, eles deixam de lado “elementos importantes”, por vezes, “de importância capital” e, com isso, isolam de modo abstrato e arbitrário um elemento da sociabilidade, no caso, “aquilo de comum no uso do poder”, e vêm a tratar do estado e do direito como algo que, tanto em relação à sociedade quanto no que diz respeito ao desenvolvimento histórico, aparecem como por si subsistentes. Austin e Bentham desenvolvem seu método “estritamente científico” deixando de lado “todos os elementos que dirigem a ação humana, com exceção da força diretamente aplicada” e, para Marx, isto é justamente o que caracteriza a apologia do existente.

Para o autor de *O capital*, a “força diretamente aplicada” – que é isolada de modo abstrato pelos “juristas analíticos” –, certamente, não poderia ser deixada de lado. No entanto, ela não é tanto o “princípio” de uma ciência ou o ponto de partida para a compreensão da real tessitura da sociedade; antes, ela é o ponto terminal de complexas relações entre a sociedade civil-burguesa e o estado e, neste sentido, não pode ser desconsiderada, mas, para compreendê-la, é necessário fazer o oposto do que fazem Bentham e Austin. Ou seja, o procedimento destes autores, como um todo, é rechaçado por Marx. Eles, é verdade, estão bastante relacionados à tradição inglesa, de que provêm grandes autores da economia política (Smith e Ricardo, por exemplo), mas também grandes expoentes da filosofia política. E, neste sentido, é preciso que fique claro que o embate destes autores não é mais com Hegel, seja de modo rigoroso, seja ao modo dos epígonos. Efetivamente, tais autores, centrais às origens da “teoria do direito”, debateriam com Hobbes; diz Marx: “como confessa o mesmo Maine, o

essencial das ideias de Austin em quando coincidentes com as dele, as de Bentham, provém de Hobbes” (MARX,1988a, p. 288). Ou seja, não obstante o desprezo do autor de *O capital* quanto a Austin e Bentham, há razões, por assim dizer, “objetivas” para isto: primeiramente, tem-se que o modo pelo qual eles debatem com a economia política já configura um diálogo com aquilo que Marx chamou de “economia vulgar”, e que não traz preocupação nenhuma com a gênese das condições presentes. Em segundo lugar, não há, diz Marx, espaço para qualquer compreensão dialética por parte destes autores. Aquilo que precisaria ser superado, a melhor expressão burguesa do estado e do direito, a teoria de Hegel, é desconhecida destes autores.

É verdade que, com o inglês Maine, Marx acredita que Bentham e Austin procuram fundamentar suas teorias em um filósofo político como Hobbes. Ou seja, tanto o aspecto do “filósofo” como o do “economista” – a que Marx se refere ao ter em conta Proudhon – aparecem aqui. No entanto, a abordagem dos autores é bastante problemática, ainda que procure esta “fundamentação”, como resta claro pelo que diz o autor dos *Manuscritos etnológicos*:

Diz Maine: Hobbes tinha um propósito político; o propósito de Austin era “estritamente científico” [Científico! Somente no significado que pode ter esta palavra para os estudiosos jurídicos britânicos, entre os quais se pode ter por ciência a antiquada classificação, definição etc.] (...) No mais, Hobbes pensava sobre as origens do estado (governo e soberania); este problema não existe para o jurista Austin; para ele, este fato existe, de certo modo, *a priori*. (MARX, 1988a, pp. 288-9)

Marx é bastante ríspido quanto a Bentham e Austin, pois. O modo “estritamente científico” pelo qual estes autores procedem teria como ponto de partida uma concepção de ciência bastante questionável: pretensamente afastada de qualquer “propósito político” e ligada à “antiquada classificação, definição etc.”, ela se colocaria de modo sistemático na medida mesma em que carece de qualquer questionamento acerca da historicidade das esferas jurídica e estatal.

Com isso, mesmo que partam de Hobbes, um filósofo político que escreve em meio à emergência da burguesia como classe revolucionária, o “método” da “jurisprudência analítica” é “análogo” ao da economia política em sua figura mais execrável, aquela da economia vulgar; segundo o autor de *O capital*, pois, aqui aparece aquilo de mais vil tanto na “economia” como na “política”. De acordo com Marx, ao tratar do estado e do direito, para o “jurista Austin”, em verdade, “este fato existe, de certo modo, *a priori*” e, deste modo, a gênese e o desenvolvimento da política e do aspecto jurídico

não precisariam ser explicados e desenvolvidos, podendo ser somente supostos enquanto algo já dado e acabado. O procedimento destes autores é similar àquele da economia política somente na medida em que esta também “supõe o que deve desenvolver” (MARX, 2010, p. 79). Neste sentido, o caráter acrítico é, de acordo com Marx, bastante marcado nos autores que se tornaram referência para a teoria do direito. Inclusive, o problema do qual “padece” Hobbes, sob o prisma dos “juristas analíticos”, seria: ele teria tentado pensar historicamente e, nesta medida, “pensava sobre as origens do estado”. A cientificidade da “teoria do direito” emergente, desta maneira, e de acordo com o que vemos aqui, é bastante questionada por Marx: configura-se sem preocupação alguma com a historicidade, com a gênese e com o desenvolvimento dos fenômenos sociais. Tem-se, assim, uma concepção que, pelo que dissemos, é apologética e acrítica sobre o direito, o estado, mas, essencialmente, sobre a sociabilidade capitalista. O nascimento e o desenvolvimento da teoria do direito, aos olhos de Marx, tem esta marca indelével. E, desta forma, é bastante visível o modo pelo qual o tom do autor de *O capital* sobre a crítica do direito vai se tornando bastante duro com a progressão de seu itinerário. Marx, portanto, não pode ser considerado, no que toca ao direito, senão um crítico decidido deste.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Trad. Dirceu Lindoso. São Paulo: Zahar, 1979.
- CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- EIDT, Celso. *O estado racional: lineamentos do pensamento político de Karl Marx nos artigos da Gazeta Renana (1842-3)*. 1998. Dissertação (Mestrado) apresentada à UFMG, Belo Horizonte, 1998.
- ENGELS, Friedrich. *A questão da habitação*. Trad. João Pedro Gomes. Lisboa/Moscú: Edições Progresso, 1982.
- _____. “Prefácio”. In: MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1989.
- _____; KAUTSKY, Karl. *O socialismo jurídico*. Trad. Márcio Naves e Livia Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2012.
- HEGEL, Georg. *Princípios da filosofia do direito*. Trad. Orlando Vittorino. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Enciclopédia das ciências filosóficas v. I: a ciência da lógica*. Trad. Paulo Menezes. São Paulo, Loyola, 2005.

- HOLZ, Hans H.; KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang. *Conversando com Lukács*. Trad. Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LUKÁCS, György. *El joven Hegel y los problemas de la sociedad capitalista*. Trad. Manuel Sacristan. Mexico: Grijalbo, 1963.
- _____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- _____. *Para uma ontologia do ser social v. I*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Para uma ontologia do ser social v. II*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MACEDO, Ronaldo Porto. *Do xadrez à cortesia*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MARX, Karl. *Para uma crítica da economia política*. Trad. Edgar Malagoti. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *Los apuntes etnológicos de Karl Marx*. Org. de Lawrence Krader. Madri: Pablo Iglesias Editorial, 1988a.
- _____. *O capital v. I*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988b.
- _____. *Miséria da filosofia*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1989.
- _____. *O capital v. I*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. *Debates sobre a liberdade de imprensa e a publicação das discussões da Dieta*. Trad. Celso Eidt, mimeo., 1998.
- _____. “Sobre A questão judaica”. In: *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- _____. *Crítica à Filosofia do direito de Hegel*. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Grundrisse*. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Os despossuídos*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *A sagrada família*. Trad. Marcelo Beckers. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Luta de classes na Rússia*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MUÑOZ, Alberto Alonso. *Transformações na teoria do direito contemporânea*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. Boitempo: São Paulo, 2000.

_____. *A questão do direito em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PACHUKANIS, Evgeni. *A questão do direito em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

_____. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.

SALGADO, Joaquim Carlos. *A ideia de justiça em Hegel*. Petrópolis: Loyola, 1996.

SARTORI, Vitor Bartoletti. *Lukács e a crítica ontológica ao direito*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Apontamentos sobre estado, sociedade civil-burguesa e revolução em Marx. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Belo Horizonte, n. 14, 2013.

_____. De Hegel a Marx: da inflexão ontológica à antítese direta. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 130, 2014.

_____. Teoria geral do direito e marxismo de Pachukanis como crítica marxista ao direito. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Belo Horizonte, n. 19, 2015.

_____. Direito, política e reconhecimento: apontamentos sobre Karl Marx e a crítica ao direito. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, v. 61, 2016.

Como citar:

SARTORI, Vitor Bartoletti. Marx e Hegel: três momentos da crítica marxiana ao direito. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 177-208, abr./2018.

Data de envio: 20/10/2017

Data de aceite: 10/1/2018

Fetichismo, ideologia e direito em *O capital*: conexões e implicações teóricas¹

Pablo Biondi²

Resumo:

Este artigo estuda as categorias de fetichismo e de ideologia por meio de uma análise d'*O capital* de Marx, buscando conexões entre elas. O direito, entendido como forma jurídica capitalista, apresenta elementos que fortalecem essa abordagem e que aparecem nas elaborações do autor. Tanto o fetichismo quanto a ideologia emergem da forma mercadoria e das relações burguesas de produção, e ambas possuem um aspecto jurídico fortemente acentuado. Essa é a tese proposta nesse breve estudo.

Palavras-chave: fetichismo; ideologia; direito; capital; marxismo.

Fetishism, ideology and law in Capital: connections and theoretical implications

Abstract:

The current article studies the categories of fetishism and ideology through an analysis of Marx's *Capital*, seeking connections between them. Law, understood as capitalist legal form, presents elements which strengthen this approach, and which appear in author's elaborations. Both fetishism and ideology emerge from commodity form and from bourgeois relations of production, and both possess a strongly highlighted legal aspect. This is the proposed thesis in this brief study.

Key words: fetishism; ideology; law; capital; Marxism.

¹ Revisado por Yuri Martins Fontes e Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Doutor, professor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Endereço eletrônico: pablobiondi@gmail.com.

Introdução

O tema do fetichismo da mercadoria em Marx já deu ensejo a diversos debates no marxismo. Ao que parece, contudo, ele é ainda menos controverso do que a noção de ideologia, para a qual existem interpretações que chegam a se opor frontalmente.

Sabendo que estamos diante de dois conceitos espinhosos, arriscamos-nos, ainda assim, à sua análise, mas com dois esforços teóricos que, em nosso entendimento, hão de fazer a diferença: i) propomo-nos a um decidido cotejo entre as duas categorias, seguindo de perto as passagens d'*O capital* que autorizam esta incursão; ii) introduzimos um novo item, o direito – o qual, portando internamente as características do fetichismo e formulando uma ideologia jurídica, mostra-se um elemento capaz de iluminar o problema que enfrentaremos.

Caminharemos, então, do fetichismo à ideologia, e dela à ideologia jurídica, passando pelo direito como uma forma histórica do capitalismo, e que, como tal, condensa em si as suas principais determinações. Se nos lançamos a este desafio, não é apenas por contarmos com os indícios presentes n'*O capital* de Marx. Contamos, outrossim, com a revolução teórica levada a cabo no direito por Evgeni Pachukanis e continuada por aqueles que reivindicaram o seu legado.

De qualquer maneira, nosso enfoque será a obra de Marx. Queremos demonstrar os horizontes que ela oferece para a solução das dificuldades relativas ao assunto. Não temos aqui, por certo, nenhuma pretensão de esgotar o problema, apenas sinalizar uma direção que nos parece promissora.

O fetichismo capitalista ao longo da análise marxiana

O termo fetiche, originalmente, significa feitiço. Designa, assim, uma espécie de força sobrenatural incompreensível, uma figura mágica. Nas comunidades primitivas, surge a imagem de um ente imaginário, uma divindade, que concentra em si as representações da comunidade, inclusive da unidade comunitária e das suas condições de reprodução. Mais do que isso, forjam-se objetos totêmicos que simbolizam essas representações com muita intensidade, sendo reconhecidos como mágicos, como artefatos capazes de realizar prodígios.

É de se indagar o que levou Marx a retirar uma categoria primitiva e aplicá-la, ainda que como alegoria, ao modo capitalista de produção – justamente o autor que mais destacou a necessidade de se delimitarem

historicamente as formas sociais que são particulares a cada modo de produção. Sem dúvida, trata-se de uma metáfora que dialoga com a religião, conforme explicaremos mais à frente. Contudo, essa metáfora oferece algo mais: em certa medida, uma apreciação irônica sobre a circunstância contraditória de que a tão racional sociedade burguesa também padece de algum grau de misticismo, apesar do credo positivista na ciência e no progresso – o que se expressaria depois, em Weber, como “desencantamento do mundo” pela modernidade capitalista. Ao fim e ao cabo, o capitalismo também apresenta os seus totens e os seus feitiços³.

Longe de ser uma imagem decorativa, a teoria do fetichismo ocupa um lugar de grande relevância na crítica marxiana da sociedade capitalista – é talvez um dos aspectos mais corrosivos da análise. Como se observa ao longo d'*O capital*, trata-se de um fenômeno que ultrapassa o mundo das mercadorias, desenvolvendo-se como um fetiche totalizante no conjunto da ordem social. Assim é porque a economia capitalista em seu conjunto, e não apenas a sua esfera mercantil, está impregnada de formas mistificadas que consistem em derivações e aprofundamentos da forma mercadoria.

No curso d'*O capital*, Marx aponta inicialmente o fetichismo da mercadoria, mas vai além, indicando, pouco depois, o caráter fetichista do dinheiro enquanto um desdobramento direto da mercadoria. De um modo mais difuso, o autor oferece ainda elementos para se pensar o próprio capital como uma forma também fetichizada, chegando a mencionar o capital portador de juros, uma das formas variadas do capital, como o ápice do fetiche econômico.

Trabalharemos com a sequência desenvolvida n'*O capital*, a qual corresponde a um desenvolvimento lógico das categorias sociais. Marx começa sua análise sobre o fetichismo com a constatação de que a mercadoria é uma forma misteriosa, isto é, que contém nela mesma um elemento de mistificação, apresentando características sociais do trabalho como se fossem características naturais das coisas criadas por ele:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se

³ “O mundo moderno, ao contrário do que dirá depois Max Weber, não está ‘desencantado’, mas *encantado*, na mesma medida em que é o mundo dos objetos de valor e dos valores objetivados.” (BALIBAR, 1995, p. 75)

tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. (MARX, 1996a, p. 198)

Nesse excerto, encontramos dois pontos essenciais à discussão. O primeiro é a imagem distorcida promovida pela divisão mercantil do trabalho, levando o observador a crer que as coisas comportam-se como mercadorias independentemente do mercado. O segundo é a concepção de uma materialidade da mercadoria que é distinta da materialidade natural (física) das coisas, sendo que esta circunstância é completamente ocultada pelo fetiche.

Os objetos úteis tornam-se mercadorias apenas na medida em que consistem em objetos de trabalhos privados direcionados à troca e realizados de maneira independente. Mas essas mercadorias formam, via mercado, um complexo de trabalho, um trabalho social total em que cada indivíduo participa isoladamente. Com esse tipo de divisão do trabalho, o contato social dos produtores entre si só pode se dar pelo intercâmbio mercantil daquilo que produzem. É somente com a intermediação do circuito de trocas que os trabalhos privados assumem uma dimensão coletiva, social, e o mesmo vale para os produtores. Forja-se, pois, uma socialização guiada pelos objetos, condicionada pela sua aparência, de sorte que as relações mercantis aparecem aos indivíduos “não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas” (MARX, 1996a, p. 199). Objetivamente, as coisas interpõem-se entre os indivíduos e ditam a dinâmica da vida material, apassivando os agentes econômicos, infundindo-lhes um impulso interno, do qual falaremos mais adiante.

Essa interposição das coisas entre os indivíduos, e de maneira que elas adquirem uma feição autônoma, funcionando quase à revelia dos agentes, assemelha-se, de acordo com Marx, ao que ele chama de fantasmagoria religiosa. No caso do fetichismo, estabelece-se a forma fantasmagórica de relações entre coisas, como na religião, em que os produtos do cérebro humano (os seres fantásticos, as divindades) parecem dotados de existência própria, atuando como entidades autônomas que guardam relações entre si e com os homens. Os indivíduos sujeitam-se ao domínio dos mitos que eles mesmos criaram, indiretamente, como reflexo distorcido da vida material.

Isso não quer dizer, no entanto, que o fetichismo corresponda a um mito. Estamos falando de um fenômeno mais complexo: não de um engano corroborado pelos usos e costumes, mas, antes, da forma mesma como o mercado se coloca perante os indivíduos. Debater o fetichismo é debater a realidade e a forma contraditória como ela se apresenta, escondendo sua

essência com uma imagem aparente reversa. É preciso, pois, compreender a contradição que se encerra na mercadoria, o que nos leva ao outro aspecto essencial do tema.

Vejamos o que Marx diz acerca dessa contradição interna da forma mercadoria:

Somente dentro da sua troca, os produtos recebem uma objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso, fisicamente diferenciada. Essa cisão do produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem realmente duplo caráter social. Por um lado, eles têm de satisfazer determinada necessidade social, como trabalhos determinados úteis, e assim provar serem participantes do trabalho total, do sistema naturalmente desenvolvido da divisão social do trabalho. Por outro lado, só satisfazem às múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado útil particular é permutável por toda outra espécie de trabalho privado, portanto lhe equivale. A igualdade de trabalhos *toto coelo* (...) diferentes só pode consistir numa abstração de sua verdadeira desigualdade, na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força de trabalho do homem, como trabalho humano abstrato. (MARX, 1996a, p. 199)

A mercadoria possui dois fatores distintos e opostos entre si, daí o seu “duplo caráter social”. De um lado, ela é uma utilidade, um objeto destinado ao consumo, seja ele pessoal ou produtivo. De outro, ela é valor concentrado, uma quota de trabalho abstrato que se exprime como valor de troca – e é precisamente esse o seu aspecto dominante, que de fato a qualifica como mercadoria. Contudo, ao invés de revelar essa dualidade, o fetichismo a obscurece, perfazendo uma superposição de planos de existência. O bem alienado na troca é projetado como um objeto imanentemente permutável, como se a substância do valor estivesse presente na coisa enquanto um dom natural, uma propriedade inseparável da coisa permutada. O fato de que um objeto converte-se em mercadoria apenas se for lançado no mercado como tal, inserindo-se nos marcos de uma divisão mercantil do trabalho, acaba obliterado pela naturalização do valor e do ato de permuta.

Marx deixou claro, em diversas passagens, que a característica definidora da mercadoria não se confundia, de maneira nenhuma, com qualquer qualidade física do objeto comercializado. Lê-se n’*O capital* que “em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias,

não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor”, e que a objetividade do valor é “puramente social” (MARX, 1996a, p. 199).

O valor, enquanto abstração social do trabalho, não comporta nenhuma aferição física de magnitude. Nosso autor insiste neste ponto, denunciando a estreiteza de horizonte dos economistas por não conseguirem ultrapassar o véu místico do fetichismo:

Até que ponto uma parte dos economistas é enganada pelo fetichismo aderido ao mundo das mercadorias ou pela aparência objetiva das determinações sociais do trabalho demonstra, entre outras coisas, a disputa aborrecida e insípida sobre o papel da natureza na formação do valor de troca. Como o valor de troca é uma maneira social específica de expressar o trabalho empregado numa coisa, não pode conter mais matéria natural do que, por exemplo, a cotação de câmbio. (MARX, 1996a, p. 207)

Entende-se melhor agora o que Marx pretendeu dizer com a expressão “coisas físicas metafísicas ou sociais”. Conforme percebeu Sohn-Rethel (1978, p. 56), “o processo de troca apresenta a sua própria materialidade, por assim dizer, dotada de um *status* de realidade que forma um par com a materialidade física das mercadorias que ela exclui”, de modo que “a negação da materialidade física e natural constitui a realidade positiva da materialidade social abstrata do processo de troca do qual a rede social é tecida”⁴. Com o fetichismo da mercadoria, desaparece a dissociação entre o valor e o valor de uso, assim como a fronteira entre o elemento histórico das formas sociais e o elemento “natural” das necessidades sociais. A representação da forma mercantil, assim, torna-se mistificada e enigmática.

Cabe ponderar aqui que a materialidade “metafísica” da mercadoria, quer dizer, a sua dimensão “puramente social” enquanto depósito de valor, decorre da reiteração das trocas, assentando-se sobre a redução dos diferentes trabalhos na sociedade a “trabalho não diferenciado, uniforme, simples”. É uma redução que “apresenta a aparência de uma abstração; mas é uma abstração que ocorre todos os dias no processo de produção social” (MARX, 2008, pp. 55-6). A grandeza do valor é abstrata por definição, dando ensejo a uma forma monetária ainda mais abstrata, dedicada a medir a equivalência de valores no mercado: o dinheiro.

Num mercado minimamente desenvolvido, destaca-se o dinheiro, o qual não faz senão aprofundar o fetichismo. E, com o capitalismo, temos a máxima expressão dessa categoria, a mais ampla dimensão das funções que ele exerce no mercado. O resultado é uma nova distorção, ou ainda, um

⁴ Informamos que todas as citações de obras em língua estrangeira foram traduzidas livremente por nós.

desdobramento da distorção anterior do fetiche da mercadoria. O dinheiro é concebido, ilusoriamente, não como representante da riqueza, como instrumento de contagem, mas como a riqueza em si mesma, como se ele fosse dotado da faculdade de atribuir valor às coisas fora do âmbito da produção, ofuscado pela circulação. Mais do que isso: imagina-se que a matéria que dá lastro ao dinheiro – ouro e prata, sobretudo o primeiro, antes do desmonte do padrão dólar-ouro – tenha uma vocação monetária imanente, natural:

Uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ela é dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa atrás de si nenhum vestígio. As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas coisas, ouro e prata, tais como saem das entranhas da terra, são imediatamente a encarnação direta de todo o trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. (MARX, 1996a, pp. 216-7).

É interessante notar que, de alguma maneira, o próprio capitalismo deu provas de que o dinheiro é apenas a encarnação do trabalho abstrato, e que, para operar com essa função, ele dispensa qualquer tipo de lastro natural. A eliminação do padrão dólar-ouro demonstrou que a forma dinheiro, na qualidade de uma forma social, não está atrelada a uma grandeza física. Ao contrário: esse atrelamento era um obstáculo à livre e completa realização do dólar como moeda mundial, em especial no que concerne à função de medida dos valores. Não obstante, o fim da regra de Bretton Woods agravou as ilusões, ao invés de dissipá-las. Houve um agravamento justamente ao se reforçar o caráter abstrato do dinheiro, que assumiu, com o dólar, a sua natureza de abstração do tempo de trabalho e seu descompromisso com o mundo físico. Desvinculando-se da referência metálica, o dólar tornou-se autorreferenciado, o que leva os observadores a acreditarem ainda mais na magia do dinheiro, ignorando a rede mercantil que lhe confere sentido e sustentação. Ora, não poderia ser diferente, já que “o ouro ou a prata ou outra matéria que empresta ao dinheiro o seu corpo palpável e visível é meramente uma metáfora da abstração do valor que ele incorpora, não essa abstração em si” (SOHN-RETHEL, 1978, p. 34).

Seja como for, o dinheiro adquire um realce excepcional na sociedade burguesa, em que a divisão do trabalho está enraizada na forma mercadoria, de modo a estabelecer uma dependência recíproca entre os produtores privados. Como já mencionamos, o indivíduo no mercado só consegue se alçar ao nível coletivo do trabalho total recorrendo à troca, isto é, engajando-se no

circuito da metamorfose das mercadorias. O dinheiro, nessas condições, é o código universal que medeia o intercâmbio entre os agentes econômicos, e é também a forma universal de renda, mesmo nos casos de trabalho improdutivo.

Se o dinheiro exerce tanto fascínio e mistificação nas mentes dos agentes do mercado, isto se deve à sua onipresença na economia – uma entidade que transita livremente por qualquer ramo da economia – e ao seu poder social de representar a riqueza, autorizando um indivíduo a coletar uma fração do trabalho alheio encarnado nos produtos. Nos *Grundrisse*, o ensaio de Marx para *O capital*, consta que “o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como o proprietário de *valores de troca*, de *dinheiro*” (MARX, 2011a, p. 157), o que fomenta a aparência extremamente real e operante de que o indivíduo porta o seu poder social e o seu nexos com a sociedade no bolso.

Não admira, pois, que o dinheiro seja socialmente reconhecido não como uma mercadoria especializada no cumprimento de funções monetárias, mas, antes, como a fonte autêntica do valor das coisas. Esse feitiço social é alimentado repetidamente no conjunto das práticas sociais: o dinheiro, tanto quanto um título de crédito, é uma forma capaz de mover o mercado e fomentar as transferências de valor, qualquer que seja a sua origem. Ele se autonomiza em face do trabalho na vida prática, embora dependa dele no conjunto da ordem social para ser efetivo – já que o valor de uso do dinheiro é encarnar o valor de troca, faltando-lhe, por certo, toda capacidade útil fora da arena mercantil. Desconectado do mercado, o dinheiro não faz sentido como tal, tampouco é capaz de substituir concretamente o trabalho na produção de utilidades. Tudo isto é ocultado aos indivíduos em função do fetichismo inerente à categoria em questão.

Cumprido notar, contudo, que o dinheiro ainda não é o momento mais elevado do fetichismo. O próprio capital é uma figura altamente fetichizada, enigmática. Como o dinheiro – mas em intensidade maior –, ele contradiz sua essência com uma aparência enganosa em diferentes aspectos. O tratamento dado n’*O capital* é análogo. Marx (1996b, p. 384) identifica, por ocasião do debate com Wakefield acerca da colonização, que “o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas intermediada por coisas”. Nada é em si capital, nem o dinheiro, nem os meios de produção. É a utilização capitalista desses recursos, isto é, a sua mobilização de maneira a extorquir mais-valia da classe proletária, que os define como capital.

E isso não é tudo. O capital vive da exploração do trabalho, mas o explora consumindo itens que adquiriu no mercado: a força de trabalho e os

bens de produção. O processo de produção é um processo que se dá com a combinação de coisas que pertencem ao capitalista, e soa natural que ele se aproprie do resultado final, tal como se coletasse, espontaneamente, os frutos da fermentação em sua adega (MARX, 1996a, p. 304). O capital parece ser dotado da faculdade fantástica da automultiplicação: é uma entidade que cria continuamente a si própria a partir de si própria. Com efeito, ele se assemelha a um artefato mágico, a uma coisa munida de poderes intrigantes.

No livro III d'*O capital*, coroando esse raciocínio, Marx (1986a, pp. 37-8) aponta que “*o capital aparece como relação consigo mesmo*, uma relação em que ele, como soma original de valor, se distingue de um valor novo, por ele mesmo posto”, e que este movimento “está mistificado e parece provir de qualidades ocultas, inerentes a ele”. O diagnóstico do fundador do materialismo histórico-dialético é certo: “quanto mais perseguirmos o processo de valorização do capital, tanto mais a relação-capital há de se mistificar e tanto menos há de pôr a nu o segredo de seu organismo interno” (MARX, 1986a, p. 38).

A maior prova disso está no capital portador de juros, em que o dinheiro parece confundir-se com o capital, e de tal forma que a acumulação capitalista, tão somente em sua superfície, prescinde da produção. Eis aí o desenrolar do fetichismo até a sua expressão mais extremada e absurda:

Na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento. A relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro, consigo mesmo. Em vez da transformação real do dinheiro em capital aqui se mostra apenas sua forma sem conteúdo. Como no caso da força de trabalho, o valor de uso do dinheiro torna-se aqui o de criar valor, valor maior que o contido nele mesmo. O dinheiro como tal já é potencialmente valor que se valoriza, e como tal é emprestado, o que constitui a forma de venda dessa mercadoria peculiar. Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como a de uma pereira é dar peras. (MARX, 1986a, p. 294)

O fetichismo capitalista, como se vê, apenas se inicia na mercadoria. A ordem social capitalista caracteriza-se por um amplo sistema de fetiches, em que um desemboca diretamente no outro, tecendo-se toda uma rede de “equivocos” socialmente necessários, de ilusões operantes e materialmente enraizadas. O núcleo do fetichismo é a projeção de determinadas relações sociais sob a forma de coisas, coisas que, na realidade, consistem na cristalização das relações sociais subjacentes. Não à toa, Marx combateu o

modo de manifestação do capital com a categoria “relação-capital”, frisando que não estamos diante de um objeto todo-poderoso.

Podemos acrescentar, por derradeiro, que o fetichismo não se detém na esfera econômica: ele estende-se para outros domínios da ordem social. Isso significa que os fetiches da economia capitalista são refletidos em outras esferas, desdobrando-se em outros tipos de fetiche. Mais à frente, veremos como esse fato ocorre no âmbito do direito. Por ora, pontuaremos apenas o exemplo do estado conforme a elaboração de John Holloway: se a feição do estado como um poder impessoal⁵, como uma instituição autônoma, pode ser pensada como decorrência do fetichismo da mercadoria, ou mesmo como um aspecto peculiar, “então é importante conceber o fetichismo não como um fato estabelecido, mas como um processo sempre repetido de fetichização” (HOLLOWAY, 1991, p. 236). Antes, todavia, de avançarmos nessa direção, cabe examinar o conceito de ideologia.

O conceito de ideologia em O capital

A noção de ideologia em Marx nunca comportou uma acepção neutra, como se ela pudesse conter um conteúdo “conservador” ou um conteúdo “progressista” ou até socialista. Falar em ideologia, numa visão marxiana, é falar não de formas quaisquer de consciência, e sim de formas mistificadas e mistificadoras de consciência. Em acréscimo, importa considerar a maneira mesma como se efetiva esta mistificação, o que depende, invariavelmente, da estrutura material de uma formação social.

Em sua obra máxima, Marx não introduziu uma definição categórica sobre a ideologia, embora tenha empregado o termo “ideológico” em repetidas ocasiões, particularmente como uma característica própria dos pensadores da economia política que se deixavam conduzir pelas aparências da sociedade burguesa. Nosso intuito é destrinchar esse conceito de acordo com as pistas deixadas pelo autor – não com uma pretensão de exaurir o assunto, e sim com o objetivo de identificar as conexões entre os conceitos de ideologia e fetichismo.

Marx chega a se referir ao economista político como o ideólogo do capitalista (1986a, p. 205), ou ainda, num tom menos delicado, como um “rábula ideológico” da classe burguesa. A elaboração dos teóricos da economia

⁵ “A dominação de fato adquire um nítido caráter jurídico de juspublicismo quando, ao lado e independentemente dela, surgem as relações ligadas aos atos de troca, ou seja, relações privadas *par excellence*. Atuando como fiador dessas relações, o poder torna-se um poder social, público, um poder que persegue o interesse impessoal da ordem.” (PACHUKANIS, 2017, p. 168)

política, na medida em que está condicionada à posição que a burguesia ocupa no processo de produção, é apresentada como ideológica por excelência, a ponto de qualificar os autores como autênticos ideólogos. Veja-se esta passagem:

Como o trabalho passado se disfarça sempre em capital, isto é, o passivo do trabalho de A, B, C etc. torna-se o ativo do não-trabalhador X, burgueses e economistas políticos se excedem em louvar os méritos do trabalho passado que, segundo o gênio escocês MacCulloch, deve até mesmo receber um soldo próprio (juros, lucro etc.). (...) O peso sempre crescente do trabalho passado, que colabora no processo vivo de trabalho sob a forma de meios de produção, é atribuído, portanto, à figura em que o trabalho passado é alienado pelo próprio trabalhador, como trabalho não-pago, isto é, à sua figura de capital. Os agentes práticos da produção capitalista e seus rábulas ideológicos são incapazes de conceber o meio de produção separadamente da máscara social antagônica, que hoje adere nele, assim como um possuidor de escravos não concebe o próprio trabalhador separado de seu caráter de escravo. (MARX, 1986a, p. 240)

Nesse trecho, Marx aponta que a posição capitalista no processo de produção impõe determinadas restrições perceptivas ao observador. Quer seja o capitalista ou o teórico que o representa, o indivíduo revela-se incapaz de transpor o fetiche do capital, pelo qual a existência dos meios de produção é indissociável da propriedade capitalista. Não ocorre ao empresário e ao economista uma possibilidade distinta, e esse certamente não é um problema cognitivo individual.

Já no prefácio de sua obra, nosso autor adverte que não retratou os capitalistas com cores róseas – não por uma circunstância pessoal, e sim porque os indivíduos das classes dominantes, no que diz respeito ao funcionamento do modo capitalista de produção, personificam o capital que possuem, agem segundo as regras internas dessa forma de propriedade, dessa particularíssima relação social. Nos dizeres de Marx (1996a, p. 131), “aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, *portadoras* de determinadas relações de classe e interesses”.

É nos contornos dessa personificação, portanto, que os capitalistas não conseguem ultrapassar certos limites de horizonte. Não lhes é dado enxergar além daquilo que é perceptível de acordo com a posição social que ocupam, sendo que os economistas políticos, intérpretes oficiais da “anatomia” da sociedade burguesa, enfrentam dificuldades análogas. No entanto, é preciso diferenciar os economistas conforme a relação deles com os fetiches do capitalismo: há aqueles que os alimentam enquanto porta-vozes contratados

pela classe capitalista, e há também aqueles que esbarram inconscientemente nesses obstáculos, produzindo um conhecimento científico limitado.

Verifica-se na obra de Marx um cuidado de separar o joio do trigo. No Livro I d'O *capital*, ele compara dois nomes da teoria social burguesa: Edmund Burke, de um lado, e um pensador menos conhecido do público atual, denominado como “Reverendo Tucker”, de outro. O primeiro é descrito como um “sicofanta” que se opôs à Revolução Francesa a soldo da oligarquia inglesa, da mesma forma que apoiou os liberais contra essa oligarquia a soldo das colônias norte-americanas. Sobre o segundo, consta que, apesar de ser cura e *tory*, era “um homem correto e competente economista político” (MARX, 1996b, pp. 378-9).

O juízo de Marx transcende todo elemento pessoal de juízo de caráter. O que está colocado é o problema da postura dos intelectuais diante das relações capitalistas, ou ainda, as distintas maneiras de se defender o capitalismo, no caso dos economistas burgueses:

A forma e as fontes de renda [*revenue*] constituem a expressão *mais fetichista* das relações da produção capitalista. Está aí a existência dessas relações tal como aparece na superfície, uma existência separada dos nexos ocultos da mediação dos elos intermediários. Assim, a *terra* passa a ser a fonte da *renda fundiária*, o capital, a fonte do *lucro*, e o trabalho, a do *salário*. A forma distorcida em que se exprime a inversão efetiva reproduz-se naturalmente nas ideias dos agentes desse modo de produção. É uma espécie de ficção sem fantasia, uma religião do vulgar. Os economistas vulgares – que é mister distinguir bem dos economistas pesquisadores que criticamos – na realidade traduzem as ideias, motivos etc. dos titulares da produção capitalista, prisioneiros do sistema e nos quais ela só se reflete em sua aparência superficial. Efetuam essa tradução em linguagem doutrinária e segundo o prisma da classe dominante, os capitalistas, portanto, sem ingenuidade e sem objetividade, mas com finalidade apologética. A expressão acanhada e pedantesca das ideias vulgares que necessariamente se geram nos agentes desse modo de produção difere muito do afã dos economistas políticos como os fisiocratas, A. Smith, Ricardo, de apreenderem as conexões internas do sistema. (MARX, 1985c, pp. 1.493-5)

Os “economistas vulgares” consistem, nos termos de Marx, nos teóricos que elaboram de maneira interessada e com o estrito objetivo de fazer apologia da ordem existente. São os ideólogos da classe capitalista num sentido rasteiro, já que seu pensamento não é senão reflexo das impressões e aspirações burguesas do dia a dia. Trata-se de uma espécie de teorização encomendada a soldo, e que não faz mais do que sofisticar o senso comum da

burguesia com ares doutrinários, exprimindo as ideias e motivos dos proprietários do capital como se fossem claridades autoevidentes ou necessidades incontornáveis.

Diferente é o caso dos “economistas pesquisadores”, que destoam consideravelmente dos colegas propagandistas do capital. O que os instiga, de certa maneira, é um apreço sincero pela ciência, a procura “ingênua” e objetiva do conhecimento. Mas não é a motivação deles que nos interessa aqui. O que importa é o fato de que mesmo as mentes mais destacadas da economia clássica detiveram-se nos fetiches da sociedade burguesa, ainda que atuassem intelectualmente com idoneidade e desinteresse.

As deficiências da economia política, como se pode supor, não se devem à ausência de talento ou à simples deturpação dos fatos pelos apologistas conscientes da ordem social capitalista. Em contraste com o que foi esboçado n’*A ideologia alemã*, em que Marx e Engels atribuem a inversão da realidade à inconsistência da filosofia idealista, o que se percebe agora, principalmente n’*O capital*, é que é a realidade mesma que lança mão de formas invertidas de manifestação. Como estudamos no tocante ao fetichismo da mercadoria, a categoria mercantil é objetivamente enigmática, misteriosa, e com isso ela se põe no centro de uma concepção rigorosa sobre a ideologia:

Não é simplesmente uma questão da percepção distorcida dos seres humanos, que invertem o mundo real em suas consciências e, assim, imaginam que as mercadorias controlam suas vidas. Marx não está postulando que sob o capitalismo as mercadorias parecem exercer uma influência tirânica sobre as relações sociais; ele está argumentando que elas efetivamente o fazem. A ideologia é agora menos uma questão de a realidade se tornar invertida na mente do que a mente refletindo uma inversão real. De fato, ela não é mais primariamente e de modo algum uma questão de consciência, mas está ancorada nas operações econômicas do dia a dia do sistema capitalista. (EAGLETON, 1991, p. 85)

Não se nega, aqui, o apontamento original de que, “em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). O que se coloca é o seguinte: de forma análoga ao valor, o qual, como substância, é uma abstração real, a inversão promovida no processo ideológico é igualmente uma “deturpação real”. Não é o cérebro do sujeito que capta erroneamente a realidade, mas a realidade que ludibria o agente com uma imagem superficial que destoa da sua essência recôndita. O objeto do conhecimento induz seus observadores a erro.

Sendo a realidade um fenômeno já mistificado, a probidade científica dos economistas clássicos não é suficiente para decifrá-la. Não basta o

desprendimento: exige-se uma análise dialética e materialista que ultrapasse a casca aparente do fenômeno. Fora desse marco, os economistas clássicos intelectualmente idôneos lograram alguns avanços científicos, mas continuaram a incidir em concepções ideológicas (invertidas), reproduzindo, desse modo, a lógica do capital.

Um exemplo interessante é o de Adam Smith. A respeito do economista escocês, Marx percebeu oscilações e desvios teóricos, afirmando que sua concepção esotérica do valor-mercadoria “é entrecruzada constantemente por concepções exotéricas que em amplitude nele prevalecem, enquanto seu instinto científico, de tempos a tempos, faz reaparecer o ponto de vista esotérico” (MARX, 1985b, p. 280). Note-se, então, que a economia política de Smith obteve êxito ao identificar “conexões internas do sistema”, o que não impediu que ela fosse “entrecortada constantemente por concepções exotéricas”, que inclusive mostraram-se dominantes.

Em virtude de motivos estritamente ideológicos, derivados do misticismo particular do capitalismo, Adam Smith não conseguiu ser coerente com sua própria análise. Apesar do grande mérito de descobrir no trabalho a fonte da riqueza, cedeu em diversos momentos aos encantos do capital – não como um sicofanta desonesto, mas como um estudioso “ingênuo”, ludibriado por enganos objetivos. Se Smith conduzisse a cabo sua teoria do valor-trabalho, necessariamente se depararia com a mais-valia e com as suas implicações. Entretanto, como o próprio capitalismo esconde essa coleta do excedente sob suas formas econômicas (além de outras formas), desde a casca ilusória das fontes de renda até o fetichismo do capital, a economia política clássica não consegue ir além das aparências. Ao não se colocar criticamente perante a sociedade burguesa, ela é apenas descritiva, cuidando apenas daquilo que é externo e evidente, e sem nunca questionar essa evidência socialmente estabelecida⁶. Por conta disso, “a economia política clássica aproxima-se da verdadeira relação das coisas, sem entretanto formulá-la conscientemente. Isso não lhe é possível enquanto ficar metida em sua pele burguesa” (MARX, 1996b, p. 171).

Essa “pele burguesa” é precisamente a ideologia, compreendida como um conjunto de representações ou de formas de manifestação do capitalismo, sendo que, em nosso entendimento, essas representações estão impregnadas dos fetiches burgueses. Demasiadamente apegada a esses objetos ilusórios, a

⁶ “Com efeito, o caráter próprio da ideologia é impor (sem que se dê por isso, uma vez que se trata de ‘evidências’) as evidências como evidências, que não podemos deixar de reconhecer e diante das quais temos a inevitável e natural reação de exclamar (em voz alta, ou no ‘silêncio da consciência’): ‘é evidente! é isso mesmo! é mesmo verdade!’.” (ALTHUSSER, 1999, p. 211)

economia clássica está fadada a produzir um conhecimento fetichizado, limitado por amarras sociais, gerando teorias ideológicas.

Sob esse aspecto, os teóricos respeitáveis da economia clássica são também “prisioneiros” do capital, no sentido de estarem “por inteiro presos ao horizonte da produção capitalista”, concebendo as relações burguesas de produção como “relações absolutamente (e não historicamente) necessárias, naturais e racionais do trabalho social” (MARX, 1985c, p. 1.308). Em adendo, esses teóricos “refutaram a si mesmos” ao declarar o trabalho como única fonte do valor, de um lado, e ao proclamar, de outro, o capital como o senhor da riqueza, que teria no trabalho apenas um custo de produção. Essa incongruência teórica é o testemunho da ideologia em funcionamento.

Até agora, abordamos a ideologia num estado teórico, isto é, na qualidade de um conhecimento organizado. Assim o fizemos para seguir de perto os apontamentos gerais de Marx, em sua fase de maturidade, a respeito do funcionamento da ideologia, muito embora alguns desses elementos já estivessem presentes em obras anteriores. Não é casual que o teórico e militante alemão tenha afirmado, já em 1847, que, “assim como os *economistas* são os representantes científicos da classe burguesa, os *socialistas* e os *comunistas* são os teóricos da classe proletária” (MARX, 1985a, p. 118). E essa relação de representação entre os economistas e a burguesia não é necessariamente uma decisão consciente por parte daqueles pensadores. Ao menos desde 1852, Marx entendia que o que define a “relação entre os *representantes políticos e literários* de uma classe e a classe que representam” é, em termos gerais, o fato de “não conseguirem transpor em suas cabeças os limites que os membros dessa classe, nessa condição, não conseguem superar na realidade”, o que os leva a serem “impelidos teoricamente para as mesmas tarefas e soluções” dessa classe na experiência prática (MARX, 2011b, p. 64).

De qualquer maneira, entendemos que Marx caminhava, n’*O capital*, para uma definição mais delimitada de ideologia, servindo-se da análise dos erros e deturpações da economia política. Como é cediço, o texto em questão restou inconcluso. Não obstante, existem indícios suficientes, conforme procuramos demonstrar, para se entender que a conceituação marxiana de ideologia está estreitamente ligada à crítica das formas fetichistas do capital, tanto na prática econômica como no pensamento econômico.

Fetichismo e ideologia: um necessário cotejo de conceitos

Faremos agora algumas aproximações entre as noções de fetichismo e de ideologia que julgamos imprescindíveis para a melhor compreensão de ambos, sobretudo da segunda categoria, a qual se mostra muito mais controversa no âmbito do marxismo.

Começemos com o seguinte excerto d'*O capital*:

Portanto, os homens relacionam entre si seus produtos de trabalho como valores não porque consideram essas coisas meros envoltórios materiais de trabalho humano da mesma espécie. Ao contrário. Ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem. (...) Por isso, o valor não traz escrito na testa o que ele é. O valor transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieróglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o sentido do hieróglifo, descobrir o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores, assim como a língua, é seu produto social. A tardia descoberta científica, de que os produtos de trabalho, enquanto valores, são apenas expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção, faz época na história do desenvolvimento da humanidade, mas não dissipa, de modo algum, a aparência objetiva das características sociais do trabalho. (MARX, 1996a, p. 200)

Essa passagem contém elementos altamente relevantes para o cotejo entre os conceitos de fetichismo e ideologia. Há que se identificar três pontos-chave de discussão: o aspecto inconsciente da ação dos indivíduos no mercado (“não o sabem, mas o fazem”), a contraposição social entre a aparência e a essência (“o valor não traz escrito na testa o que ele é”) e, finalmente, o caráter mistificador objetivo dessa aparência (um “hieróglifo social”).

No que concerne ao primeiro ponto-chave, deve-se lembrar que, para Marx, “a divisão do trabalho é um organismo de produção que se desenvolveu naturalmente e cujos fios se teceram e continuam a tecer-se às costas dos produtores de mercadorias” (MARX, 1996a, p. 229). Esse “tecer-se às costas” corrobora o aspecto inconsciente que indicamos, e que figura tanto no fetichismo quanto na ideologia.

O fetichismo da mercadoria, assim como as demais modalidades de fetichismo, ocorre independentemente da consciência dos agentes do mercado. É um mecanismo automático, caracterizado pela espontaneidade – o desenvolvimento “natural” da divisão do trabalho, de acordo com Marx, significa um desenvolvimento espontâneo e historicamente necessário (e não absolutamente necessário). Os indivíduos são tomados como suportes das

relações econômicas, queiram eles ou não, saibam eles ou não. Em geral, não o sabem, o que auxilia o automatismo do funcionamento do mercado.

Similarmente, a ideologia é uma inversão real que não é captada pelo olhar comum – seja dos agentes sociais, seja dos economistas. Se o fosse, ela já não seria ideologia. O fenômeno ideológico, ao jogar com as aparências, lança imagens e códigos falsificados à maneira do capital (mistificados, fetichizados), abrindo o caminho para uma atuação no plano do inconsciente, da ação espontânea, automática. Podemos concordar com Althusser em sua definição inicial de ideologia:

A ideologia é, antes de tudo, um sistema de representações: mas essas representações na maior parte das vezes nada têm a ver com a “consciência”: elas são na maior parte das vezes imagens, às vezes conceitos, mas é antes de tudo como *estruturas* que elas se impõem à imensa maioria dos homens, sem passar para a sua “consciência”. São objetos culturais percebidos-aceitos-suportados, e que agem funcionalmente sobre os homens por um processo que lhes escapa. (ALTHUSSER, 1979, p. 206)

A ideologia impõe-se aos indivíduos, enquanto sistema de representações, com a mesma espontaneidade que o fetichismo. Essa imposição está ancorada na projeção de uma aparência social distinta da essência dos fenômenos do mercado – projeção essa que, como já discutimos, não é um engano subjetivo do observador, “uma percepção falsa da realidade”, e sim “o modo pelo qual a realidade (uma certa forma ou estrutura social) não pode aparecer” (BALIBAR, 1995, p. 76).

Sendo uma forma de apresentação que oculta o conteúdo, ou que o distorce com uma inversão, tal como a ideologia, o fetichismo constitui um obstáculo epistemológico a ser transposto pela ciência⁷. Pode-se dizer, aliás, que os fetiches são os “encantos” imanentes às coisas no capitalismo, são as representações às avessas das relações sociais que edificam um sistema ideológico, tanto na vida prática capitalista quanto nas doutrinas dos ideólogos e dos estudiosos que se restringem ao plano aparente das coisas.

A ultrapassagem dos obstáculos fetichistas pela ciência, contudo, não é suficiente para a desmistificação da realidade. De fato, a teoria marxista fornece um conhecimento desmistificado, capaz de contornar os enganos induzidos pelos fetiches – e com isso alcança patamares superiores de elaboração. Ainda assim, o ato de se decifram os fetiches não compromete o seu funcionamento cotidiano, da mesma maneira que o ato de se desvendar o funcionamento da ideologia não interrompe a dominação capitalista. A

⁷ Marx (1986b, p. 271) entendia, não por acaso, que “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”.

tradução dos hieróglifos não é capaz, por si só, de desvelar os mistérios do mundo antigo, e o mesmo vale para os mistérios da época contemporânea.

O nível de enraizamento social das categorias fetichistas na realidade social expressa-se na ideologia, que é também um sistema de relações imaginárias dos homens e mulheres com o mundo existente e conforme as mediações ditadas pelas próprias condições materiais de existência. No processo ideológico, propõe Althusser, cada pessoa é interpelada como um sujeito, submetendo-se a uma relação imaginária com o plano social objetivo. Essa relação imaginária, porém, “é dotada em si mesma de uma existência material” (ALTHUSSER, 1999, p. 207). Em nossa compreensão, o elemento material dessa experiência “imaginária” conhecida como ideologia é, justamente, o fetichismo – e é material com a mesma conotação da objetividade social do valor como substância.

Vimos de passagem que o capital, na qualidade de propriedade capitalista e de relação de produção determinada, é também uma interação entre pessoas, disfarçada de interação entre coisas. Esse disfarce dá o tom de impessoalidade à dominação e à exploração capitalistas, sobretudo em função do mercado (POSTONE, 2014, p. 149). A arena mercantil fixa uma independência pessoal dos agentes baseada na dependência “coisal”. O mercado consiste numa interação entre proprietários privados independentes entre si enquanto produtores, e que, contudo, precisam das mercadorias alheias enquanto consumidores. Isso se traduz no confronto entre capital e trabalho, numa forma peculiar de subordinação do segundo ao primeiro. Em contraste com seus antecessores feudais, escravistas e assemelhados, os capitalistas podem se dar ao luxo de recorrer à coerção extraeconômica apenas em situações excepcionais. “Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às ‘leis naturais da produção’, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada” (MARX, 1996b, p. 359).

A dinâmica automática do capital – o processo de acumulação contínua e sua reprodução ampliada – pressupõe a dinâmica automática do trabalho, isto é, a mobilização espontânea da classe trabalhadora em direção ao mercado de trabalho. Em sua condição de despojados dos meios de produção, os proletários dirigem-se ao mercado de trabalho sob uma compulsão econômica – embora o façam sob a intermediação de relações imaginárias, ideológicas, entre eles e a imperiosidade da dependência econômica. Os fetiches integram um mecanismo ideológico de dominação que mobiliza os assalariados e compromete sua capacidade ordinária de percepção da exploração.

Seja como for, essa compulsão econômica é qualitativamente distinta das formas de trabalho compulsório (conduzidas *manu militari* pelas classes dominantes) exercidas nas sociedades pré-capitalistas. Nelas, não há necessidade de fetiche, eis que a exploração e a dominação exercem-se de forma transparente:

Desloquemo-nos da ilha luminosa de Robinson à sombria Idade Média europeia. Em vez do homem independente, encontramos aqui todos dependentes — servos e senhores feudais, vassalos e suseranos, leigos e clérigos. A dependência pessoal caracteriza tanto as condições sociais da produção material quanto as esferas de vida estruturadas sobre ela. Mas, justamente porque relações de dependência pessoal constituem a base social dada, os trabalhos e produtos não precisam adquirir forma fantástica, diferente de sua realidade. Eles entram na engrenagem social como serviços e pagamentos em *natura*. A forma natural do trabalho, sua particularidade, e não, como na base da produção de mercadorias, a sua generalidade, é aqui sua forma diretamente social. (MARX, 1996a, pp. 202-3)

No feudalismo, a corveia entregue pelos servos, os quais se encontravam sujeitados pessoal e diretamente perante o senhor da propriedade, dispensava a forma mistificada da mais-valia. Ela se colocava ante os nossos olhos tal como efetivamente era: fornecimento não pago de produto excedente. Não havia fetiche social, e a “ideologia” da dominação feudal lidava com outros tipos de representações. A doutrina teológica da Igreja Católica até naturalizava a ordem existente, mas não o fazia refletindo categorias em si mesmas contraditórias, como é o caso da mercadoria.

Sem a “dependência coisal” dos agentes de mercado, inexistente fetichismo. Sob o capitalismo, com sua divisão mercantil do trabalho, “cada indivíduo possui o poder social sob a forma de uma coisa. Retire da coisa esse poder social e terá de dar tal poder a pessoas sobre pessoas” (MARX, 2011a, p. 158). Portanto, a própria ideologia no capitalismo assume feições específicas, já que está intrinsecamente relacionada aos fetiches desse tipo de sociedade. Revela-se indispensável, então, conceber a ideologia no interior das formas sociais burguesas, e não de um modo alheio às determinações históricas.

Da estreita relação entre a forma e o funcionamento da ideologia e do fetichismo, extraímos a sua conexão necessária no capitalismo. O sistema ideológico de representações capitalistas só pode ser um sistema de representações fetichistas. Todavia, ainda estamos longe de encerrar o assunto. Devemos lembrar que o fetichismo é uma característica não só da mercadoria, mas do capital como um todo, o que faz que esse tipo de mistificação desponte também nas áreas entrelaçadas com a economia.

Faremos constar a seguir que isso se aplica particularmente ao direito, o que já era vislumbrado de algum modo por Marx.

Fetichismo, ideologia e direito

Como é sabido, a riqueza no capitalismo adquire a compleição de uma imensa rede de mercadorias. A própria produção capitalista é intermediada pelo mercado, dado que o proprietário do capital deve ir a esta esfera para comprar meios de produção e força de trabalho. Sendo assim, a oposição entre capital e trabalho, constitutiva do modo capitalista de produção, pressupõe o desenvolvimento da forma mercadoria e o impulsiona continuamente. Verifica-se uma unidade dialética entre as esferas da produção e da circulação, com a prevalência da primeira, em última instância⁸. Com isso, a sociedade é transformada num grande mercado, e cada relação que nela se origina carrega consigo certo traço mercantil.

No caso do direito, mais do que uma tonalidade mercantil, encontra-se uma vinculação direta. Marx não deixou de notar que a figura da mercadoria constitui um indivíduo abstrato como polo contratual numa relação jurídica, que traz como aparência um encontro de vontades livres⁹, abrigo no conteúdo as relações econômicas de mercado:

As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. (...) Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma. As pessoas aqui só existem,

⁸ O mercado, enquanto esfera de circulação determinada pela produção em última instância, consagra-se como o conjunto das relações de distribuição por excelência no capitalismo, relações que “são essencialmente idênticas a essas relações de produção, sendo um reverso delas, de modo tal que ambas partilham o mesmo caráter historicamente transitório” (MARX, 1986b, p. 312).

⁹ “No direito privado, as relações de propriedade existentes são declaradas como o resultado da vontade geral. O próprio *jus utendi et abutendi* (...) denota, por um lado, o fato de que a propriedade privada tornou-se plenamente independente da comunidade e, de outro, a ilusão de que a própria propriedade privada descansa na simples vontade privada, na disposição arbitrária das coisas.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 76)

reciprocamente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias. (MARX, 1996a, p. 209)

É a própria categoria da mercadoria que constitui os seus possuidores como sujeitos de uma relação jurídica, quer dizer, como sujeitos de direito. Ora, uma vez que a mercadoria é difundida de modo expressivo apenas na época capitalista, e que, fora disso, a troca e o valor não ultrapassam os marcos de ocorrências casuais, tem-se que o próprio direito, considerado e delimitado pela categoria do sujeito jurídico (e não simplesmente por normas coercitivas), é uma decorrência do capitalismo, o único modo de produção que coloca a forma mercantil no cerne da produção material.

Ao se examinar uma relação mercantil, imediatamente aparecem os elementos jurídicos de caráter contratual. Entretanto, a forma jurídica que reveste o liame mercantil não é meramente um adorno, um envoltório imparcial. Ela está inteiramente impregnada dos atributos da mercadoria, inclusive de fetichismo, mas como uma contraface dele:

A relação mercantil revela a contraposição do sujeito e do objeto em um sentido jurídico particular. O objeto é a mercadoria, o sujeito é o possuidor da mercadoria, que dispõe da mercadoria nos atos de aquisição e alienação. É precisamente no acordo de troca que o sujeito se manifesta pela primeira vez na plenitude de suas determinações. O conceito formalmente mais completo do sujeito a quem restou apenas a capacidade jurídica nos leva para longe do sentido histórico real e vivo dessa categoria jurídica. É por isso que é tão difícil aos juristas renunciar completamente ao elemento ativo e volitivo nos conceitos de sujeito e direito subjetivo.

A esfera do domínio, que assume a forma do direito subjetivo, é um fenômeno social imputado ao indivíduo da mesma maneira que o valor, também um fenômeno social, é imputado à coisa, um produto do trabalho. O fetichismo da mercadoria completa-se com o fetichismo jurídico.

Assim, em determinado grau de desenvolvimento, as relações humanas no processo de produção adquirem uma forma duplamente enigmática. Por um lado, elas atuam como relações de coisas-mercadorias, e, por outro lado, como relações volitivas de unidades independentes e iguais umas em relação às outras: os sujeitos jurídicos. Ao lado da propriedade mística do valor, surge uma coisa não menos misteriosa: o direito. Ao mesmo tempo, uma relação única e integral assume dois aspectos abstratos fundamentais: um econômico e um jurídico. (PACHUKANIS, 2017, p. 146)

O direito é descortinado por Pachukanis, outrossim, como parte do aspecto mistificado do capitalismo, e essa mistificação jurídica inicia-se com o sujeito jurídico. Esse sujeito, em unidade umbilical com a categoria da

mercadoria, constitui uma forma fetichista unificada. “Assim como há um fetichismo econômico das *coisas*, há um fetichismo jurídico das *pessoas*, que na realidade formam um único, porque o contrato é a outra face da troca” (BALIBAR, 1995, p. 88).

A constituição do indivíduo em sujeito de direito, figurando como a face reversa do agente de mercado, ocorre por meio de uma interpelação ideológica. Isso não significa, de nenhum modo, que o sujeito de direito consista numa ideologia ou, melhor dizendo, numa representação ideológica simplesmente. Longe disso, ele é dotado de uma existência material, ainda que não seja física – o caráter de sua materialidade objetiva é análogo ao da forma valor. O que estamos dizendo é que o funcionamento cotidiano da subjetividade jurídica passa por uma mediação ideológica, uma interpelação que, estando embasada nas abstrações próprias do direito, produz uma ideologia essencialmente jurídica, definida centralmente pelo fetichismo jurídico denunciado por Pachukanis.

Conforme constatou Márcio Naves numa de suas incursões na crítica marxista do direito, “a ideologia jurídica é a base de toda a ideologia burguesa, é ela que estrutura o discurso da grande tradição da filosofia clássica, que é a tradução especulativa das determinações do valor de troca” (NAVES, 2014, p. 89). Isso acontece porque, dentre as diversas facetas da unidade ideológica da sociedade burguesa, é no direito que encontramos a forma mais mística da configuração social capitalista: a figura de um indivíduo puro, abstrato, que existe como um átomo desgarrado da comunidade, e que existe antes dela e mesmo contra ela. Não é outro o sentido do “contrato social” da filosofia iluminista: a sociedade capitalista é pensada como o produto de um grande contrato original, no qual os contratantes teriam renunciado à liberdade absoluta e se submetido a um regime de direitos e deveres recíprocos, cujo cerne seria o resguardo das liberdades jurídicas individuais contra o arbítrio estatal. A concepção de mundo emergente na modernidade é uma concepção eminentemente jurídica, na qual os dogmas religiosos foram secularizados, substituídos por doutrinas e formulações amparadas em componentes do direito.

Se o contrato parece construir os pilares da sociedade burguesa, isso acontece porque, diante da mercantilização em ampla escala da força de trabalho, toda a sociabilidade curva-se à forma mercadoria, de modo que até mesmo a exploração formula-se nos termos mercantis-contratuais do contrato de trabalho. A forma jurídica, com isso, “adquire um significado universal, a ideologia jurídica torna-se ideologia por excelência”, o que explica o fato de que “a defesa dos interesses de classe dos exploradores se apresenta,

com cada vez mais êxito, como a defesa de princípios abstratos de subjetividade jurídica” (PACHUKANIS, 2017, p. 64).

Compreende-se melhor agora a proeminência da ideologia jurídica no sistema ideológico do capital. O ato de nascimento dessa ideologia jurídica, para Bernard Edelman (1976, p. 25), “é o postular que o homem é naturalmente um sujeito de direito, isto é, um proprietário em potência”. Está no âmago dessa ideologia um fetiche relacionado ao direito e ao homem abstrato que ele engendra, tanto como prática efetiva quanto como representação ideológica. É tipicamente fetichista tomar o sujeito de direito como a condição natural dos indivíduos, sem se indagar sobre as causas que fazem que “o homem, de indivíduo zoológico, transforme-se em um abstrato e impessoal sujeito de direitos, numa pessoa jurídica” (PACHUKANIS, 2017, p. 143).

Se a divisão mercantil do trabalho é imaginada como um modo eterno e incontornável de organização do trabalho e da vida material, também a condição de ser sujeito de direito é ideologicamente eternizada e naturalizada – um autêntico fetiche, no qual a subjetividade jurídica é sugerida como um atributo inseparável do homem. Pois bem: a naturalização do homem como sujeito de direito é o complemento necessário da naturalização da forma mercantil e do capitalismo. Essas duas formas misteriosas atuam em conjunto e são interdependentes, construindo um procedimento ideológico unitário, assentado num par dialético fetichista.

Não há dúvidas quanto à importância desse procedimento ideológico para a proeminência e perpetuação do capital. Como apontou Flávio Batista (2015, p. 103), “a interpelação ideológica do sujeito de direito não interfere apenas na constituição de sua individualidade”, ela opera “como própria condição de possibilidade de que cada indivíduo mantenha relações sociais de produção no seio do capitalismo”. Assim é porque o sujeito de direito é um ente formalmente livre e igual aos demais, consubstanciando-se ainda como um proprietário abstrato e dotado de interesses particulares – e esse é exatamente o perfil de individualidade produzido e exigido pela ordem social burguesa.

Esses componentes do sujeito de direito estão a tal ponto internalizados nos guardiões da mercadoria que chegaram a ser captados por Marx, mesmo que ele não estivesse interessado em fazer uma análise jurídica do assunto. A troca mercantil capitalista inevitavelmente salienta no sujeito de direito as características sociais refletidas da mercadoria:

A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O

que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são determinados apenas por sua livre-vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum. Igualdade! Pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. Bentham! Pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. O único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados. (MARX, 1996a, p. 293)

Com esses atributos, o sujeito de direito é habilitado a comportar-se como um legítimo agente de mercado, consagrando-se como “o abstrato possuidor de mercadorias elevado às nuvens” (PACHUKANIS, 2017, p. 150). O direito emerge como um componente inseparável da sociedade baseada na divisão mercantil do trabalho. Além disso, ele “assume esta dupla função de fixar concreta e ‘imaginariamente’ – e valeria mais dizer que a fixação concreta jurídica é ao mesmo tempo ideológica – o conjunto das relações sociais” (EDELDMAN, 1976, p. 126).

Com relação ao aspecto ideológico do direito, pode-se dizer, a partir de Pachukanis (2017, p. 186), que a chamada “regra de correlação entre possuidores de mercadorias” deve estar presente não apenas num aparelho público distanciado formalmente das partes do contrato, respeitando a sua equivalência jurídica, mas igualmente “no espírito de cada um deles, ser sua lei interna”. Essa lei interna que inspira o indivíduo, representada em Kant com a noção de imperativo categórico, equivale à engrenagem de funcionamento ideológico do sujeito de direito:

A ideologia dominante (ideologia da classe dominante) pode assim interpelar os indivíduos produzindo a evidência de sua subjetividade, dissolvendo os vínculos de classe que os determina no processo de produção, introjetando neles as tarefas que lhes são atribuídas na divisão do trabalho, sob a dominação da classe dominante. Os indivíduos das classes dominadas, assim, parecem “funcionar” por si mesmos, reproduzindo as condições de seu próprio subjugamento ao capital, sem que seja necessário o uso da violência direta, sem a intervenção imediata e permanente dos aparelhos repressivos do estado. (NAVES, 2014, p. 90)

Desse modo, o indivíduo inserido no capitalismo enquanto trabalhador assalariado é constantemente incentivado a conduzir-se livremente na entrega remunerada de sua força de trabalho, assumindo para si, ainda, um senso de responsabilidade em relação a si mesmo – o que é, inclusive, um

fator de incremento de produtividade¹⁰. Diferentemente do escravo, que é compelido externamente, o proletário é estimulado pela necessidade econômica e, em paralelo, convencido ideologicamente de que o labor assalariado, mais do que uma forma natural, seria também um dever moral, um imperativo associado à dignidade mesma do homem. Essa convicção ideológica, sendo internalizada no indivíduo como uma lei interna, fundamenta a autossujeição do trabalhador no capitalismo.

Resta indubitável, então, que o assalariamento – ou seja, o regime de comercialização da força de trabalho – contém em si “um elemento operante de ‘convencimento’ que”, como nunca antes testemunhado na história, “disciplina a força de trabalho e a coloca em movimento sem que ela seja coagida militarmente a trabalhar” (BIONDI, 2017, p. 94). E o assalariamento efetiva-se inapelavelmente pelo contrato de trabalho, quer dizer, nos termos da forma jurídica e da ideologia jurídica.

Ainda no tocante a esse fato, cabe agregar a contribuição de Bernard Edelman, que percebeu que o direito é uma expressão organizada das aparências do mercado e que faz funcionar todas as categorias da circulação, corroborando a ilusão – outro fetiche – de que o contrato de trabalho consiste na troca de salário por trabalho (e não por força de trabalho). Nesse contrato, o trabalhador é diluído em mero contratante, como um homem abstrato equiparável ao capitalista que o contrata. “O homem, o trabalho e o salário estão organicamente ligados no contrato de trabalho, e toda a jurisprudência” – tal como a economia política – “tomará como dados esses elementos, sem poder tocar *estruturalmente* no essencial, no ‘segredo’: a extorsão do mais-valor” (EDELMAN, 2016, p. 30).

Se o sujeito de direito confirma o fetichismo da mercadoria, aquilo que Edelman denomina como “poder jurídico do capital” confirma o fetichismo do próprio capital. A inversão capitalista que coloca o trabalho como fonte da propriedade pessoal do indivíduo, e não como origem da propriedade do capital em detrimento do trabalhador, transparece juridicamente como títulos distintos: trabalho e propriedade. Edelman é certo ao afirmar que “a relação capital/trabalho resolve-se numa relação de título: título de trabalho em oposição a título de propriedade” (EDELMAN, 2016, p. 31) e que essa

¹⁰“(…) o escravo, com efeito, só trabalha sob pressão de um temor exterior, e não para *sua existência* – que, ainda que não lhe pertença, não obstante, está *garantida*, ao passo que o trabalhador livre trabalha impulsionado por suas necessidades [*wants*]. A consciência (ou melhor, a representação) de uma determinação pessoal livre, da liberdade, assim como o sentimento [*feeling*] (consciência) de responsabilidade [*responsability*] ligado àquela, fazem deste um trabalhador muito melhor do que aquele” (MARX, 1978, pp. 62-3).

polaridade confirma a separação capitalista entre os meios de produção e a força de trabalho. E mais: pelo prisma do direito, o capital reproduz juridicamente a aparência de uma coisa prodigiosa, agraciada com o dom da automultiplicação. Em termos de direito, isto se exprime na lógica civilista dos “frutos da propriedade”:

Vejamos as coisas pelo lado do direito de propriedade. Para o direito, os meios de produção são objetos de propriedade, aparecem como “coisas” autônomas, dotadas da estranha faculdade de “nascer” de um título – o título de propriedade ou a “origem da propriedade” – e, portanto, de aumentar por si mesmas. Com efeito, uma vez que o “título” cria a coisa, e a substância da coisa é seu próprio sinal, seu crescimento é apenas um desenvolvimento de sua própria substância, um sinal a mais. Toda a teologia e toda a contabilidade ensinam: só se pode criar a partir de si *mesmo*.

Assim, quando as “coisas” são produtivas, quando oferecem lucro ou, tecnicamente, “frutos”, esses frutos pertencem a quem os produziu: a própria “coisa”. Da mesma forma que a maçã pertence à macieira, o lucro pertence ao objeto de propriedade. (EDELMAN, 2016, pp. 30-1)

É por isso que o poder de dominação do capital é um poder jurídico e assume a dupla forma do contrato de trabalho e do direito de propriedade – um desdobramento do capital nas formas de trabalho e de propriedade. “Mas é exatamente uma forma desdobrada, pois sua unidade não é nada além do capital sob a forma do direito de propriedade” (EDELMAN, 2016, p. 31).

À guisa de conclusão

O fetichismo da mercadoria é o núcleo social da ideologia capitalista, que se manifesta centralmente como ideologia jurídica, na medida em que o fetichismo jurídico completa a mistificação do mercado. Mas o fetichismo econômico da mercadoria desdobra-se em fetichismo do dinheiro e do capital, alastrando-se, enquanto característica mística do capitalismo, para o conjunto da ordem social, sobretudo com a ideologia jurídica e suas formas de mascarar a captura da mais-valia.

A ideologia no capitalismo trabalha sempre com representações fetichistas da realidade, encontrando na forma jurídica não somente uma fonte constitutiva de fetiches, mas um verdadeiro corpo ideológico que envolve a sociedade burguesa com brumas densas. A ideologia do capital, assim como o seu poder, é de natureza jurídica.

Não se deve inferir daí que os mistérios do capitalismo são indecifráveis. Eles exigem, de início, um método científico dialético e

materialista que consiga levantar o véu das aparências e promover a crítica radical da economia política e, paralelamente, do direito. Marx fez um percurso magistral na crítica da economia política e, se deixou indicações úteis à desmistificação do direito, foi em virtude da íntima associação entre essas duas esferas.

Não obstante o êxito científico de sua empreitada, Marx estava ciente de que nem mesmo uma vigorosa crítica poderia debelar o fetichismo capitalista e a ideologia na qual ele se organiza. Essa conquista é possível apenas com o desfazimento dos alicerces materiais em que se apoiam os fetiches, isto é, com o desmonte do mercado capitalista e com a reconstrução socialista da sociedade em direção ao comunismo:

A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa. (MARX, 1996a, p. 205)

Não poderia ser diferente, haja vista a objetividade das formas capitalistas, a sua existência para além de uma dimensão estritamente ideológica. E, apesar da sofisticação do fetichismo em sua “engenharia” de dominação capitalista, seguem existindo as possibilidades de contestação e superação do capital. Pois a dominação de classe “inevitavelmente significa luta de classes”, de sorte que “as formas fetichizadas em que o capital aparece são inevitavelmente instáveis”, na medida em que “qualquer sistema de relações de classe é inerentemente instável, simplesmente porque é fundado na exploração, no antagonismo e, portanto, na resistência e na revolta” (HOLLOWAY, 1991, p. 237). A luta de classes segue existindo, e com ela a possibilidade objetiva de um desfecho comunista.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. 2. ed. Trad. Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. *Sobre a reprodução*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.

BALIBAR, É. *A filosofia de Marx*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

BATISTA, F. O conceito de ideologia jurídica em *Teoria geral do direito e marxismo*. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 19, 2015.

BIONDI, P. Não fale em crise, trabalhe: sobre a ideologia do trabalho. *Revista Direitos, Trabalho e Política Social*, v. 3, n. 4, pp. 90-110, jan./jun. 2017.

EAGLETON, T. *Ideology: an introduction*. London: Verso, 1991.

EDELMAN, B. *O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito*. Trad. Soveral Martins de Pires de Carvalho. Coimbra: Centelha, 1976.

_____. *A legalização da classe operária*. Trad. Marcus Orione Gonçalves Correia, Flávio Roberto Batista, Jorge Luiz Souto Maior e Pablo Biondi. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOLLOWAY, J. “The state and everyday struggle”. In: CLARKE, S. (Ed.). *The state debate*. Basingstoke: Palgrave, 1991.

MARX, K. *O capital* l. I cap. VI (inédito). Trad. Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. *Miséria da filosofia*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985a.

_____. *O capital: crítica da economia política* l. II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

_____. *Teorias da mais-valia: histórica crítica do pensamento econômico* v. III. Trad. Reginaldo Sant’Anna. São Paulo: Difel, 1985c.

_____. *O capital: crítica da economia política* l. III t. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1986a.

_____. *O capital: crítica da economia política* l. III t. II. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1986b.

_____. *O capital: crítica da economia política* l. I t. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

_____. *O capital: crítica da economia política* l. I t. II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo*

alemão em seus diferentes profetas. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

NAVES, M. *A questão do direito em Marx*. São Paulo: Outras Expressões/Dobra, 2014.

PACHUKANIS, E. *A teoria geral do direito e o marxismo e Ensaios escolhidos (1921-1929)*. Trad. Lucas Simone. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2017.

POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação crítica de Marx*. Trad. Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

SOHN-RETHEL, A. *Intellectual and manual labour: a critique of epistemology*. Londres: Macmillan Press, 1978.

Como citar:

BIONDI, Pablo. Fetichismo, ideologia e direito em *O capital*: conexões e implicações teóricas. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 209-237, abr./2018.

Data de envio: 12/8/2017

Data de aceite: 20/12/2017

O papel da história no modo de exposição de *O capital* de Marx¹

Gustavo Machado²

Resumo:

No presente artigo procuramos evidenciar que as categorias da obra principal de Marx possuem uma dimensão histórica que está intimamente relacionada com as incursões nas formas sociais que antecederam o capitalismo. Tais incursões históricas não seriam, como comumente se interpreta, meros recursos literários ou ilustrativos. Ao contrário, são um momento necessário para a apreensão e crítica da forma específica por meio da qual a riqueza é apropriada no modo de produção capitalista, revelando a impossibilidade de uma derivação meramente lógica das categorias. Nessa direção, acreditamos que este artigo auxilia na compreensão das radicais diferenças entre a dialética de Marx e a de Hegel.

Palavras-chaves: Marx; história; abstração; dialética.

The role of History in the expositive method of Marx's Capital

Abstract:

In this article, we aim to show that the categories of Marx's main work have a historical dimension that is closely related to the incursions of the social forms that preceded capitalism. Thus such historical incursions would not be, as it is commonly interpreted, mere literary or illustrative resources. On the contrary, they behave as a necessary moment for the understanding and for the criticism towards the specific form through which wealth is appropriated by the capitalist mode of production. This reveals the impossibility of a simply logical derivation of categories. In this sense, we believe that the present article corroborates to the understanding of the radical differences between Marx's dialectics and Hegel's dialectics.

Key words: Marx; history; abstraction; dialectic.

¹ Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Mestre em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos. Endereço eletrônico: gustavohlm@yahoo.com.br.

(...) as categorias econômicas representam relações reais e não podem ser deduzidas apenas pela lógica, independentemente da história.

Roman Rosdolsky

Será necessário, mais tarde, (...) corrigir o modo idealista da apresentação que produz a aparência de que se trata simplesmente das determinações conceituais e da dialética desses conceitos.

Karl Marx

O primeiro volume de *O capital* de Marx completou, em setembro de 2017, 150 anos de sua primeira edição. Apesar desse longo período, é sensato reconhecer que poucas obras, na história do pensamento ocidental, foram submetidas a um destino tão desafortunado. Quanto a este destino, cabe uma breve recapitulação.

Já nas primeiras décadas de sua divulgação, a obra principal de Marx foi rapidamente enredada nos ecletismos teóricos predominantes na social-democracia alemã, quando Eduard Bernstein proclamou o “retorno a Kant”: uma base teórica de todo alheia a *O capital*. Não sem razão, foi precisamente nesse contexto que Lênin, após seus estudos de Hegel, declarou que “não se pode compreender plenamente *O capital* de Marx, e particularmente o seu primeiro capítulo, sem ter estudado e compreendido *toda a Lógica* de Hegel. Portanto, meio século depois de Marx, nenhum marxista o compreendeu” (LÊNIN, 2011, p. 157).

Esta afirmação de Lênin, de que após meio século nenhum marxista compreendera *O capital*, pode parecer um exagero retórico, no entanto, pensamos que não é o caso. Basta rememorar que foi somente nos anos de 1920, portanto, posteriormente a essa consideração de Lênin, que Isaak Rubin esclareceu, pela primeira vez, a teoria do valor de Marx, base de todo edifício categorial de *O capital*; mostrando que, longe de ser uma continuidade da teoria do valor de David Ricardo, diversamente, desenvolvera-se em clara contraposição a esta.

Ora, se verificamos, no primeiro terço do século passado, um certo florescimento dos estudos de *O capital* do qual Isaak Rubin foi uma das expressões mais brilhantes, esse percurso se interrompeu abruptamente sob o terror stalinista e hitlerista que exterminou fisicamente toda uma geração de marxistas. Testemunha desse processo, Roman Rosdolsky, no centenário de *O capital*, em 1967, disse no prefácio de sua célebre obra, *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*, que

não se atreveria a escrever um comentário aos *Grundrisse* se ainda existisse como existia na primeira terça parte deste século uma

escola de teóricos marxistas que estivessem mais preparados para cumprir a tarefa. Mas a última geração de teóricos marxistas dignos deste nome já nos deixou, na maioria dos casos como vítimas do terror, hitlerista ou stalinista. Isso interrompeu por décadas o desenvolvimento do patrimônio ideológico marxista (ROSDOLSKY, 2001, p. 17).

Diante desse quadro, cabe perguntar: hoje, passados 150 anos da publicação do primeiro volume da obra principal de Marx, teria este cenário se alterado? Teria *O capital* de Marx sido apropriado em toda sua profundidade e extensão? Apesar de alguns avanços inquestionáveis verificados nos últimos 50 anos, pensamos que esta pergunta pode ser respondida apenas negativamente.

Quanto aos avanços, pensamos que o abandono do kantismo e suas variantes meramente analíticas, associado à nova palavra de ordem dos estudiosos mais recentes de *O capital* – “retorno a Hegel” – gerou frutos. Em particular, destaca-se a recuperação da dialética em *O capital* de Marx como modo de exposição [*Darstellung*]. Não como um método *a priori* externamente aplicado a múltiplos conteúdos, não como um sistema deduzido de um princípio dogmático ou um axioma, mas como o desenvolvimento do objeto, no caso, o capital e o capitalismo, em sua imanência, sem imposições e sobreposições externas de qualquer tipo. Tal perspectiva sepultou de uma vez por todas a possibilidade de se ler *O capital* em partes estanques, separadas e independentes umas das outras. Este aspecto foi desenvolvido, primeiramente, pelo estudioso da obra de Hegel: Hans Friedrich Fulda (1974), em célebre ensaio publicado no ano de 1974. No Brasil, a questão foi difundida em artigo de Marcos Lutz Müller (1982) e, nos anos 1990, recebeu importantes aportes em outro célebre artigo de Hector Benoit (1996).

Se, no entanto, são inquestionáveis certas relações entre o pensamento de Marx e o de Hegel – bem como os avanços na compreensão de *O capital* à luz deste último, como intuía Lênin –, a maior parte dos comentadores, dando um passo adiante, procurou entrelaçar, em distintas direções, o conjunto da estrutura de *O capital* com aquela da *Ciência da lógica* de Hegel. Neste artigo, denominamos os estudiosos que seguiram esta tendência de marxistas hegelianos.

Proliferam, nessa direção, leituras que procuram uma correspondência direta entre esses dois escritos, uma homologia entre suas respectivas estruturas. Hiroshi Uchida (1988), por exemplo, aponta correspondências entre os capítulos dos *Grundrisse* relativos ao dinheiro, ao capital e sua introdução com as respectivas seções da *Ciência da lógica*: a “Doutrina do ser”, a “Doutrina da essência” e a “Doutrina do conceito”. Já Christopher

Arthur (2016) associa o movimento de troca de mercadorias e o valor em *O capital* à “Doutrina do ser” e a duplicação do valor em mercadoria e dinheiro à “Doutrina da essência”, ao mesmo tempo em que identifica o conceito de capital com a “Doutrina do conceito”. Sua análise prossegue com outros paralelos mais específicos entre uma obra e outra. Por exemplo, as determinações da mercadoria como intercambialidade: o total de mercadorias trocadas e seu valor de troca são postos lado a lado com as categorias expostas na “Doutrina do ser”, a saber, a qualidade, a quantidade e a medida (ARTHUR, 2004, pp. 89-107). Já Enrique Dussel (1994, pp. 187-203), diversamente de Arthur, associa a categoria da qualidade ao valor de uso, a quantidade ao valor de troca e a medida ao dinheiro.

Os exemplos poderiam se multiplicar interminavelmente sem em nada alterar o cenário geral acima indicado. Ou seja, apesar de tantos trabalhos, do arsenal de livros e artigos que, desde ao menos o final dos anos 1960, mas particularmente nos últimos 20 anos, propõe-se a solucionar o presente enigma, pouco ou nada se avançou no esclarecimento da questão³. Esse cenário nos obriga a refletir até que ponto este retorno a Hegel se transformou de uma fonte luminosa em um obstáculo para a correta compreensão de *O capital*.

Mais precisamente, cabe perguntar se seria legítimo pressupor que a estrutura da *Ciência da lógica* é passível de uma tradução, ainda que por analogia, naquela de *O capital* de Marx. Não acreditamos nessa hipótese. Não sem razão, as tentativas de fundamentá-la redundaram em um acachapante fracasso. Nos limites deste artigo, todavia, longe estamos de querer discutir todas as facetas do problema. Propomo-nos a debater apenas um de seus aspectos – mas suficiente, acreditamos, para pôr fim a qualquer ambição de encontrar uma homologia entre as estruturas das duas obras em questão: este aspecto é o papel da história no interior do modo de exposição de *O capital*.

Antes, todavia, fazem-se necessárias digressões sobre alguns aspectos da *Ciência da lógica* hegeliana, no modesto intuito de situar com mais clareza o problema a ser tratado no presente artigo.

³ Outros trabalhos que procuram estabelecer as semelhanças ou as diferenças estruturais entre essas duas obras, com resultados igualmente incongruentes entre si, são: Sekine (1997), Smith (1993), Albritton (2003), Murray (2008) e Reichelt (2013).

A derivação puramente lógica das categorias na Ciência da lógica de Hegel

Na *Ciência da lógica* (1993) Hegel desenvolve uma dialética pura do pensamento que culmina em uma unidade especulativa racional: a ideia lógica, em que o pensamento tem por objeto a si mesmo, sendo, portanto, uma ciência que toma o pensar puro enquanto conteúdo do próprio pensar. Somente em um estágio posterior de seu sistema, após o desdobrar imanente desse domínio puramente conceitual –, possível, segundo Hegel, graças ao Absoluto pressuposto –, veremos emergir o domínio da natureza e do Espírito, no interior do qual se encontra a história, a arte, a religião e a própria filosofia. Todos esses domínios, em verdade, momentos internos da *Ciência da lógica*, ainda que, nesse nível da exposição, estejam colocados apenas em si, apenas em potência.

Nesse percurso, apesar de o Absoluto não ser intuído dogmaticamente e apresentado explicitamente no começo da *Lógica*, ele rege todo desdobramento conceitual enquanto pressuposto que deverá ser posto pela exposição, atingindo a plenitude de suas determinações enquanto sistema.

Ora, sendo a *Lógica*, para Hegel, o momento em-si do Espírito, o princípio que contém potencialmente todas determinações da realidade, é compreensível que este desdobrar dos pensamentos puros preceda, em sua exposição, todos os demais domínios da realidade, incluindo todas determinações materiais e históricas. A *Ciência da lógica*, portanto, seria o movimento de autoexposição do pensamento, ainda que tomado enquanto algo dotado de vida e, por isso mesmo, contrário à lógica formal, cujos conteúdos estáticos e mortos se sobrepõem ao sensível e ao material.

Um momento ilustrativo da tradição filosófica em que se verifica esse desdobrar dos pensamentos puros, retomado explicitamente pelo próprio Hegel, é a segunda parte do diálogo *Parmênides* de Platão.

Em suas *Lições sobre Platão* Hegel diz que a “obra famosa mais célebre da dialética platônica é o diálogo *Parmênides*” (HEGEL, 2006, p. 60). Aí vemos “o grande valor que Platão concede ao exame dialético. Não é um exame daquilo que é exterior, mas um exame apenas do que deve valer como determinação”. Este exame seriam justamente “os pensamentos puros, eles são o conteúdo; sua consideração é viva, eles não são mortos, eles se movem. E seu movimento consiste em fazerem-se outros de si mesmos e mostrar, assim, que sua unidade é a única a ser verdadeiramente legítima” (HEGEL, 2006, p. 61). Nesse sentido, a segunda parte desse diálogo constituiria o mais elevado exemplo da dialética platônica. Vejamos, nessa direção, como se

realiza este desdobrar puro do pensamento em um pequeno trecho do referido diálogo de Platão.

Na segunda parte do diálogo, o personagem Parmênides parte da seguinte hipótese: “se é Um”, a partir do qual começa a deduzir as demais determinações. Se “*um é*” segue-se que “*um não seria múltiplas coisas*”. Ora, se não é múltiplo, “é preciso nem haver parte dele, nem ser ele um todo”, afinal, sendo um todo terá partes e, tendo partes, será múltiplo. Daí se segue que, “se não tem nenhuma parte, não teria nem princípio, nem fim nem meio”. Na ausência de princípio e fim, não possuirá limites, sendo ilimitado (PLATÃO, 2013, p. 55). E assim o processo lógico segue nesse desdobramento interno da hipótese inicial, atribuindo ao *um* uma série de determinações negativas: não terá lugar, não está sujeito a alteração nem ao movimento etc.

O que nos interessa aqui notar é que é justamente esse processo de dedução dialética – que, no caso do diálogo de Platão, partindo de um pressuposto, deduz imanentemente todas demais determinações sem recorrer a quaisquer elementos de ordem externa – que Hegel considera o que há de realmente grande na dialética platônica, ainda que este indique limites no pensamento do fundador da Academia que não convém aqui analisar.

Acontece que, em sua *Ciência da lógica*, vemos exatamente esse desdobrar puro dos conceitos, uma derivação dialética que, em sua forma lógica, precede ontologicamente todas formas de sua manifestação, toda exterioridade. Mais ainda. Ao pressupor um sujeito Absoluto que se exterioriza no curso da história, Hegel pôde partir de um conceito: o “Ser, puro ser, sem nenhuma outra determinação”, “pura abstração” ou, em uma palavra, o “Nada” e, então, deduzir imanentemente os demais conceitos: não-ser, devir e assim por diante.

Sabemos, todavia, que em Marx as categorias possuem sempre uma base material pressuposta, o que, de imediato, coloca a questão de como conciliar o saber especulativo de Hegel com uma ciência solidamente materialista. Essa questão é abundantemente tratada pelos marxistas hegelianos. Cada um propõe uma explicação diversa de como uma lógica idealista poderia servir de base para uma ciência materialista. Por distintos caminhos, normalmente se sustenta que, no caso do capitalismo, a realidade material assume a forma de um idealismo. Mas a questão que pretendemos abordar neste artigo vai além da base material pressuposta pelas categorias em Marx. Como traçar uma homologia entre a *Ciência da lógica* e *O capital* se neste último a configuração, por assim dizer, lógica das categorias traduz uma forma *histórica* de organização social? Seria este predicado, histórico, um mero adjetivo agregado a essa idealidade capitalista, sem nenhuma

consequência maior para a exposição? A maioria dos comentadores responde afirmativamente a esta última questão, baseando-se unicamente no fato de que, em *O capital*, as categorias não são apresentadas em uma ordem histórica. Conjugado a este aspecto, normalmente se argumenta que um desenvolvimento categorial imanente, dotado de necessidade, apenas pode se dar no âmbito de uma idealidade ou de uma razão pura.

Por exemplo, Christopher Arthur diz que a crítica da economia política de Marx “não pode ser lida como uma explicação histórica para o desenvolvimento, visto que o movimento da história não é dotado de necessidade. Considerando que *uma derivação dialética pressupõe uma necessidade imanente*”. Daí conclui que “Engels tinha razão ao identificar em Marx um desenvolvimento dialético das categorias, e citar Hegel como uma importante fonte para o método dialético. Mas ele deveria ter olhado para a lógica de Hegel, em vez de sua filosofia da história” (ARTHUR, 1997, p. 12, grifos nossos).

Outro autor que caminha nessa mesma direção é Tony Smith. Ele argumenta que uma exposição categorial que corresponda ao movimento histórico padece de várias inadequações. Em primeiro lugar, essa ordem histórica é claramente violada no interior de *O capital*, além de ser incongruente com o esforço de Marx de rastrear as relações internas por trás das aparências. Ele afirma ainda que observações históricas são inadequadas ante o objetivo de estabelecer conexões necessárias. Afinal, “*somente um raciocínio pode estabelecer uma conexão sistemática entre duas categorias*. [... Assim,] a lógica dialética sistemática, e não uma forma histórica lógica da dialética, é a mais adequada para estabelecer conexões categoriais necessárias do tipo crucial para a teoria de Marx” (SMITH, 1993, p. 45, grifos nossos).

Como veremos logo adiante, concordamos com esses autores: em *O capital* as categorias não seguem uma ordem de exposição que corresponda a um percurso histórico, tratando-se, realmente, de rastrear as relações internas por trás das aparências. No entanto, a questão não nos parece assim tão simples. Se o capital é uma forma histórica de organização social e não pressupõe um Absoluto ou algo análogo ontologicamente anterior à história, como descartar ou secundarizar, coerentemente, a história de uma exposição que procura dar conta do automovimento e dos nexos internos do capital? É o que abordaremos em seguida.

Em que sentido o capital é histórico?

Em um bem conhecido trecho da “Introdução” dos *Grundrisse*, Marx comenta sobre o modo de exposição das categorias econômicas em sua crítica da economia política. Citemos a passagem integralmente:

Seria impraticável e falso (...) deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem “na ideia” ([como em] Proudhon) (uma representação obscura do movimento histórico). Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa. (MARX, 2011, p. 60)

Como se vê, as categorias se sucedem no interior de *O capital* segundo a “estruturação no interior da moderna sociedade burguesa”, seja qual for a ordem em que se desenvolveram historicamente na sucessão das diversas formas de sociedade. E, de fato, da primeira à última linha, o objeto de Marx em *O capital* é sempre o modo de produção capitalista considerado em sucessivos níveis de abstração e concreção. Historicamente, essa passagem é da mais alta relevância. Geração após geração de marxistas, tais como K. Kautsky, Rosa Luxemburgo, Ernest Mandel, Paul Sweezy, Ronald Meek – apenas para citar alguns dos mais proeminentes – interpretaram a primeira seção de *O capital* como referenciando uma forma de sociedade denominada “produção simples de mercadorias”, forma social fundada na atividade comercial que precedera a produção capitalista propriamente dita e que nela desembocou⁴.

Em verdade, Marx jamais menciona essa hipotética sociedade baseada na produção simples de mercadorias e, no nosso entender, não existe, em nosso tempo, um só pesquisador sério que corrobore tal hipótese interpretativa. O problema que nos ocupa a partir de agora se encontra no outro lado da moeda. Após rejeitar acertadamente essa leitura de *O capital*, a maior parte dos comentadores contemporâneos fundou um Marx puramente lógico, hegeliano ao modo da *Ciência da lógica*.

Segundo essa nova abordagem, se, na exposição das categorias que conformam o modo de produção capitalista, o que realmente interessa é sua

⁴ Um breve histórico desse problema é esboçado no interessante artigo de Christopher Arthur: O mito da “produção simples de mercadorias” (ARTHUR, 2009).

configuração no interior da moderna sociedade burguesa (que, por sua vez, não coincide com a ordem em que estas se desenvolveram historicamente), então, podemos colocar a história entre parênteses ou literalmente deixá-la de lado. É suficiente nos debruçarmos sobre a sociedade burguesa em sua configuração presente e penetrarmos em suas entranhas reproduzindo idealmente sua hierarquia e dinâmica interna. Entretanto, como explicar a constante insistência de Marx quanto ao caráter histórico e não natural das categorias econômicas? Como explicar sua persistente crítica aos economistas precedentes por apagarem as diferenças históricas e verem a sociedade burguesa em todas formas de sociedade?

Os defensores dessa perspectiva têm a resposta na ponta da língua. É suficiente o reconhecimento de que as determinações constituintes do capital são um resultado histórico ou, dito de outro modo, são constituídas historicamente. Ali onde os economistas burgueses viam uma determinação natural e eterna das sociedades humanas, basta substituir o rótulo “natural” por “historicamente determinado” e todos problemas estão sanados. Ou, ainda, posto de outro modo, uma vez que a história concluiu o seu trabalho e elevou as categorias que compõem o capital ao seu ponto máximo de maturação, podemos desfazer da história sem a menor vacilação e nos direcionarmos ao objeto para pensá-lo em sua racionalidade pretensamente imanente.

Na melhor das hipóteses, uma dedução puramente lógica dos conceitos seria inviabilizada unicamente porque, aqui e ali, a análise conceitual depende de certos pressupostos históricos, como é o caso do Capítulo XXIV, em que Marx trata da acumulação originária que fundaria historicamente o primeiro capital; ou do Capítulo IV, que pressupõe o processo histórico que produziu o trabalhador na condição de mero proprietário da força de trabalho⁵.

Segundo essa abordagem do caráter histórico das categorias econômicas – devido unicamente ao fato de serem um resultado de um

⁵ Mesmo um autor cuidadoso como Jorge Grespan, em seu competente livro *O negativo do capital*, parece considerar as coisas desse modo. Apesar de reivindicar uma leitura imanente do texto, em sua exposição a quase totalidade das incursões históricas presentes em *O capital* é abstraída. O próprio autor anuncia que, embora “o objetivo de *O capital* não seja uma narrativa histórica”, o que é absolutamente correto, “suas categorias têm como referência um objeto historicamente constituído – não a forma eterna, natural e única da produção social”. Mas em que sentido o caráter de historicamente constituído se revelaria na obra principal de Marx? Grespan responde em seguida: “de modo que muitas vezes as passagens da apresentação dependem de pressupostos históricos, evidenciando a impossibilidade de uma mera dedução lógica dos conceitos” (GRESPLAN, 1999, p. 38). Como se nota, o único papel que parece estar reservado à história no interior da arquitetura de *O capital* é colocar, estaticamente, certos pressupostos históricos. Não fossem estes, ao que parece, seria possível uma dedução puramente lógica dos conceitos.

desenvolvimento histórico –, as incontáveis incursões e referências históricas de Marx no curso da exposição de *O capital*, presentes quase que em cada página e, por vezes, ocupando diversas páginas consecutivas, seriam tão somente literárias e eruditas, sem qualquer significação conceitual maior. Por vezes, meros recursos pedagógicos e ilustrativos. Cabe perguntar: que utilidade pedagógica ou ilustrativa tais referências ao passado teriam, dado que apenas interessa a dinâmica e estruturação interna da sociedade burguesa, cuja racionalidade imanente pode ser capturada independentemente da história?

Em síntese, nas interpretações correntes em alguma medida baseadas em Hegel, teríamos unicamente a dedução lógica das categorias cuja autonomia do *logos* só não é absoluta porque, por vezes, elas são perpassadas por pressupostos de ordem histórica. O conceito e o objeto histórico que este procura expressar são cindidos e apenas ocasionalmente se interpõem.

Pretendemos demonstrar que esse modo de interpretar *O capital* pode, sem hesitação, ser sepultado de uma vez para sempre. Ele não sobrevive a uma só página de *O capital*. Não sobrevive a uma só passagem conceitual. Se é verdade que Marx trata em sua obra máxima unicamente do modo de produção capitalista e todas categorias ali desveladas se referem a este, sem levar em consideração a história e as formas sociais precedentes todo edifício categorial de *O capital* se desfaz como em um castelo de cartas. A pergunta que se coloca é a seguinte: a estruturação das categorias econômicas da sociedade capitalista pode ser expressa idealmente, desconsiderando-se as formas sociais que precederam o capital? Ou, ainda, estas últimas apenas possuem um significado maior na medida em que colocam (estaticamente) os pressupostos históricos que possibilitam a efetivação da forma social capitalista? Ambas as perguntas apenas podem ser respondidas com um retumbante não.

Em verdade, para Marx, não é suficiente a constatação de que o capital é um produto histórico, mas também uma configuração histórica específica que, enquanto tal, apenas pode ser adequadamente compreendida tendo em vista as formas sociais pretéritas. Este aspecto distingue Marx radicalmente de toda tradição precedente da *economia política*, que sob hipótese alguma desprezava o fato de que a forma de organização social moderna era um produto histórico, no entanto, sustentava que todas transformações ocorridas no interior da história poderiam ser compreendidas com base em leis universais. Nesse sentido, vejamos brevemente alguns momentos da tradição econômica anterior a Marx e como procurou explicar o fundamento da riqueza.

Na modernidade, quando a sociedade burguesa começa a florescer, surge, pela primeira vez na história do pensamento humano, uma vertente que se preocupa em responder exclusivamente à pergunta: “o que é e qual a origem da riqueza?”. Os primeiros que se aventuraram nesse terreno foram os assim chamados mercantilistas, que consideravam a riqueza imediatamente dinheiro e, particularmente, dinheiro metálico. Foram os fisiocratas que, primeiramente, deslocaram a riqueza do âmbito da natureza para o do trabalho humano, no entanto, consideravam riqueza apenas o produto do trabalho associado diretamente à terra.

Foi somente com Adam Smith que se avançou para a concepção de que todo e qualquer trabalho humano é criador de riqueza. Smith atentou para o fato de que o termo valor pode designar tanto a utilidade do produto, associado a suas propriedades naturais e à satisfação de necessidades humanas por meio delas, quanto seu valor de troca, cuja medida seria a quantidade total de trabalho empregada em sua produção. Apesar deste desenvolvimento, para Smith, o trabalho seria o regulador das trocas apenas em formas sociais que precederam o capitalismo. Na economia moderna, com o controle dos capitalistas sobre os meios de produção, o valor de troca ou preço seria dado pela soma de três componentes do preço: o salário, o lucro e a renda da terra.

Partindo de Smith e, ao mesmo tempo, contra ele, David Ricardo aprofundou a teoria do valor colocando o trabalho, entendido enquanto dispêndio de certo *quantum* de energia na produção, como única fonte criadora de riqueza, válida para todo e qualquer período histórico. Agora o salário, o lucro e a renda eram explicados em termos do trabalho neles contidos. A riqueza era posta definitivamente como produto do trabalho humano e não mais como algo dado pela natureza.

Apesar dos avanços incontestáveis nesse itinerário, Marx trata a riqueza de forma radicalmente diversa. Se desde os fisiocratas a explicação da origem e fonte da riqueza foi deslocada do terreno da natureza para o domínio do trabalho e da ação humana, todos economistas que se seguiram procuraram, ao seu modo, a origem e fonte da riqueza no geral, isto é, um fundamento da riqueza que seja independente da forma de sociedade no interior da qual esta se constitui. Ao contrário, Marx inicia *O capital* anunciando que o objeto de sua crítica é a “riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista” (MARX, 2013, p. 113). Não a riqueza em geral, não o fundamento a-histórico e atemporal da riqueza. Antes disso, uma forma específica e particular da riqueza: a riqueza do modo de produção

capitalista. Em uma palavra, o que está em questão, agora, é a forma histórica da riqueza.

Nos limites desse artigo, percorreremos os itens 1 e 2 do primeiro capítulo de *O capital*, justamente um dos trechos privilegiados a que a posteridade conferiu o estatuto de predominantemente lógico, no intuito de atestar sua profunda historicidade, presente já em suas linhas inaugurais. Particularmente, a historicidade da categoria valor. Após uma análise pormenorizada desse trecho, na última parte deste artigo, procuraremos indicar o papel da história no modo de exposição do Livro I de *O capital* como um todo.

A dimensão histórica do valor

Marx começa a exposição de *O capital* com a noção de riqueza. Ocorre que a “riqueza do modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 113). Cabe, desse modo, analisar a forma elementar e aparente da riqueza capitalista: a mercadoria individual (BENOIT, 1996, p. 17) O ponto de partida não é, assim, um conceito abstrato ou uma determinação escolhida arbitrariamente pelo autor, mas a forma mais simples em que se apresenta a riqueza na sociedade atual⁶. Como Marx não pressupõe nenhuma lógica dada desde fora, nenhum dogma posto como uma verdade inicial a partir do qual faz brotar um sistema, tampouco uma concepção geral determinada do homem ou da sociedade, a análise da mercadoria principia pela forma por meio da qual esta se apresenta, pelo modo como aparece.

A mercadoria é, nesse sentido, provisoriamente entendida como “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2013, p. 113). Não

⁶ Nesse ponto já se insinua a radical diferença de Marx frente a Hegel. Em Hegel, somente é possível desdobrar dialeticamente um conceito do outro em função do Absoluto pressuposto, mesma razão que possibilita descrever o processo histórico em termos de uma filosofia da história. A grande gama de autores marxistas que, nos dias de hoje, reivindica a Ciência da lógica em detrimento da Fenomenologia e das Lições de filosofia da história parece não ter se dado conta de que em Hegel o fundamento que torna possível a Lógica é o mesmo que possibilita uma filosofia da história. Já Marx diz claramente em um de seus últimos textos de crítica da economia política, Glosas marginais ao Tratado de economia política de Adolf Wagner, datado de 1879: “eu não começo nunca dos ‘conceitos’, (...) parto da forma social mais simples em que se corporifica o produto do trabalho na sociedade atual, que é a ‘mercadoria’” (MARX, 1970, p. 176). E adiante diz ainda que seu “método analítico, que não parte do homem [em geral], senão de um período social concreto, não tem a menor relação com aquele método de entrelaçamento de conceitos que gostam de empregar os professores alemães” (MARX, 2013, p. 179).

interessa a natureza da necessidade a ser satisfeita, se atende ao estômago ou à imaginação: a mercadoria é tomada como algo separado de seus possuidores, uma coisa externa e, por este motivo, a riqueza do modo de produção capitalista aparece como algo transcendente aos indivíduos e suas respectivas capacidades, ligando-se a eles exteriormente. Nessa definição, salta à vista a primeira determinação da mercadoria: o valor de uso. Enquanto objeto de uso ela é dotada de utilidade para o homem, o que está dado em seu próprio corpo, em seus atributos sensíveis. Por isso, “os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, *qualquer que seja a forma social desta*” (MARX, 2013, p. 114, grifo nosso).

Ora, sendo o conteúdo material da riqueza em toda e qualquer forma de sociedade, o valor de uso nada pode nos informar sobre a especificidade histórica do modo de produção capitalista e, em função disso, Marx não adentra nas diferenças qualitativas, potencialmente infinitas, dos valores de uso considerados em si mesmos. Ainda que a descoberta das propriedades úteis das coisas seja um ato eminentemente histórico, tal descoberta não nos informa a particularidade da forma de organização social que a trouxe à luz e, não sem razão, o valor de uso permanece, nesse nível da exposição, em sua forma abstrata e indeterminada.

Para dar início ao processo de determinação da forma mercadoria enquanto uma forma histórica da riqueza, deve-se analisar o caráter específico de que se revestem os valores de uso no modo de produção capitalista. Por isso, o que realmente interessa é que “*na forma de sociedade que iremos analisar*, eles [os valores de uso] constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca” (MARX, 2013, p. 114, grifos nossos). Cabe, então, analisar a mercadoria enquanto um valor de troca.

Como se nota, sem recorrer à história, Marx não ultrapassaria sequer a análise do valor de uso. Muitos volumes mais seriam necessários para descrever a imensidão de propriedades úteis dos produtos do trabalho com suas respectivas formas sensíveis. Tanto é assim que, ironicamente, Marx comenta que os “valores de uso fornecem o material para uma disciplina específica, a merceologia”, e complementa em nota de rodapé que na “sociedade burguesa, predomina a *ficção jurídica* de que todo homem possui, como comprador de mercadorias, um conhecimento enciclopédico sobre elas” (MARX, 2013, p. 114). Mas não é o caso de estudar as mercadorias enquanto produto, estudo este que não tem lugar em *O capital*. Interessa aqui a forma histórica específica que faz de um produto mercadoria.

Transparece, pois, que é somente por meio da comparação com as formas históricas precedentes que Marx pode estabelecer que “os valores de

uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”, passando, assim, ao exame do valor de troca, típico da “forma de sociedade que iremos analisar”. Ainda que possamos estabelecer analogias até certo ponto válidas com a lógica de Hegel e afirmar que, no exame da mercadoria, a passagem do valor de uso para o valor de troca constitui a passagem de um momento mais abstrato (indeterminado, positivo) para um momento mais concreto, determinado, tal passagem não ocorre por mera exigência lógica. A questão central é a seguinte: o valor de troca é mais determinado que o valor de uso em relação a quê? Evidentemente, em relação ao modo de produção que aqui se analisa diante dos demais, já que somente nele a troca se generalizou para o conjunto da sociedade, passando a mediar universalmente produção e consumo. Motivo pelo qual podemos manter, nesse momento da exposição, o valor de uso na sua abstração de suporte material do valor de troca e seguir em frente na determinação deste último.

Acontece que, diferentemente do valor de uso que se faz presente na corporalidade mesma da mercadoria, o valor de troca se expressa tão somente no ato da troca entre duas mercadorias, “uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 2013, p. 114). Afinal, ao se produzir uma certa mercadoria A, não é possível prever quando, onde e por qual mercadoria ela será trocada. Os dois polos da equação de troca se defrontam casualmente no mercado. Disso se segue que, na sociedade capitalista, para o produto se realizar como valor de uso, isto é, ser consumido, precisa primeiro superar a barreira das trocas e se realizar como valor de troca. A realização do valor de uso e a do valor de troca aparecem, portanto, como momentos completamente independentes e separados um do outro. Seria, então, o valor de troca algo impassível a toda e qualquer racionalidade? Uma relação completamente arbitrária, aleatória e subjetiva?

De modo algum. Se, por um lado, as trocas não estão predeterminadas desde o início, por outro, é certo que as quantidades compreendidas em cada polo da troca não têm nada de arbitrário. Uma forma de produção em que todos os produtos vêm ao mundo para serem trocados exige como condição de possibilidade para sua existência que possuam a propriedade de serem universalmente iguais. No entanto, as “mercadorias, p. ex., uma vara de algodão e uma medida de óleo, consideradas como algodão e óleo, são naturalmente diferentes, possuem qualidades distintas, são medidas por medidas diferentes, são incomensuráveis” (MARX, 2011, p. 91). Ora, apesar de se diferenciarem entre si no que diz respeito a suas determinações naturais, sua utilidade, sua forma ou aspecto físico, os valores de troca das mercadorias as representam como algo qualitativamente igual, como tipos de

uma substância social comum distintos apenas quantitativamente. Disso se segue que cada mercadoria deve possuir em seu interior uma determinação social que permita compará-las universalmente, que as torne comensuráveis. Há que se desvelar tal nexos interno que possibilita esta identidade substancial de diferentes.

Ocorre que o único aspecto em comum à enorme coleção de mercadorias é o fato de serem todas produto do trabalho humano. A análise do valor de troca nos desloca para o conteúdo oculto no interior de cada mercadoria individual e não mais diretamente perceptível ao nos defrontarmos com elas no mercado. Ainda assim, nosso problema persiste: sendo o trabalho útil ou concreto (tal como o conhecemos na vida cotidiana), o trabalho do marceneiro, do mecânico, do eletricitista e assim por diante, qualitativamente diversos entre si, como compará-los? Como o trabalho pode servir de medida aos valores das mercadorias?

Ora, da mesma forma que ao se equiparar universalmente os produtos do trabalho no mercado eles são, nessa equiparação, abstraídos de seus respectivos valores de uso específicos, são igualmente abstraídas as diferenças entre os trabalhos úteis contidos no interior de cada mercadoria. As mercadorias não se defrontam no mercado como produto de um trabalho específico, mas como produto do trabalho no geral. Por esse motivo, na universalização das trocas, o “produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado”, mas se afigura como uma gelatina de trabalho humano indiferenciado, “dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio” (MARX, 2013, p. 116): trabalho humano abstrato.

O trabalho abstrato, assim compreendido, é a substância do valor das mercadorias em que o valor de troca figura tão somente como “o *modo necessário* de expressão ou forma de manifestação do valor” (MARX, 2013, p. 116, grifos nossos). Diversamente do valor de troca, que se expressa apenas na relação acidental e relativa da troca entre duas ou mais mercadorias, o valor emerge como uma determinação social presente no interior de cada mercadoria individual, sendo, por isso, a condição de possibilidade do valor de troca. Enquanto valores, as mercadorias podem universalmente trocar de mãos ao serem todas portadoras de um determinado *quantum* de trabalho, medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, o tempo “requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais

para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2013, p. 117).

Somente agora é possível determinar com precisão a mercadoria. “Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria.” (MARX, 2013, pp. 118-9) Um camponês que produz para si e para sua família produz valores de uso, mas em nenhuma hipótese valor. Para tal, é necessário produzir para outros, isto é, produzir valor de uso social. Mas não somente. O fato de o trabalho ser socialmente distribuído não é, de forma alguma, um traço distintivo do modo de produção capitalista. Diversamente do caso da corveia e do dízimo que um camponês medieval produzia, respectivamente, para o senhor feudal e o padre, para “se tornar mercadoria, é preciso que o produto, *por meio da troca*, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso” (MARX, 2013, p. 119, grifos nossos).

Uma vez mais, apenas recorrendo a outras formas sociais de produção é possível determinar a mercadoria como um produto destinado a outro por meio da troca e distingui-la da corveia e do dízimo medieval. Para realizar-se enquanto social, a mercadoria precisa superar a barreira que separa seus produtores de seus consumidores. Marx pode atingir o caráter duplo da mercadoria como sendo valor de uso e valor, bem como a sua substância social, o trabalho abstrato, tecendo o caminho que penetra sempre em suas determinações historicamente específicas (ANTUNES, 2005, pp. 37-8).

Nesse ponto, todavia, cabe uma pergunta fundamental, nem sempre realizada pelos diversos comentadores: por que o valor de troca é a forma necessária e não meramente possível de manifestação do valor das mercadorias? Nessa questão reside a principal novidade exposta por Marx no primeiro capítulo de *O capital*: trata-se exatamente da *historicidade do valor*. Ignorá-la significa fazer retroagir a teoria do valor de Marx a David Ricardo.

Em primeiro lugar, é preciso ter em vista que a determinação do valor das mercadorias por meio da abstração das múltiplas formas úteis de trabalho e da igual diversidade de valores de uso que esses objetivam não é um artifício do intelecto de Marx para solucionar o problema da comensurabilidade das trocas. O valor não é um mero conceito criado por Marx, da mesma forma que a lei da gravidade não foi criada por Newton ou Einstein. Não se trata de um elemento comum separado e fixado pelo gênio do autor de modo a estabelecer uma espécie de padrão de medida, com validade exclusivamente teórica. A economia mercantil capitalista se caracteriza exatamente pela inexistência de qualquer unidade de medida previamente estabelecida. A abstração dos tipos concretos de valores de uso no valor ou da igual diversidade de trabalhos

concretos em trabalho abstrato é praticada dia após dia no mercado, ao se equiparar, de forma espontânea e não planejada, o conjunto dos produtos do trabalho⁷.

Se, porém, o valor não é puro conceito, mas algo objetivo e real, por que motivo não podemos percebê-lo por meio dos sentidos? Por que somente é possível capturá-lo cientificamente? Com efeito, “ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos das mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural. Por isso, pode-se virar e revirar uma mercadoria como se queira, e ela permanece inapreensível como coisa de valor”. Isto é assim não porque o valor seja pura abstração mental, tampouco porque é imaterial, mas porque “sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela *só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias*” (MARX, 2013, p. 125, grifos nossos).

Dois aspectos fundamentais devem ser ressaltados nessa última passagem. Em primeiro lugar, o valor é uma relação substancial, isto é, um tipo de relação que na realidade mesma do modo de produção capitalista é sempre e continuamente reafirmada em sua reprodução. Enquanto uma relação, o valor não pode ser percebido na materialidade natural de uma coisa isolada. Em segundo lugar, o valor, enquanto possuidor de uma materialidade puramente social, enquanto relação, é inseparável do valor de troca, afinal, como explica Marx, o valor “*só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias*”.

Trabalho abstrato e valor não são, desse modo, universais abstratos, antes disso, trata-se da forma efetiva por meio da qual as pessoas se articulam para distribuir a riqueza produzida. Um e outro retêm apenas a dimensão social dos múltiplos fenômenos que ocorrem em conformidade com a forma por eles expressa. Cada mercadoria individual pode ser universalmente trocada porque é valor, ao mesmo tempo, todas mercadorias são valores porque sua distribuição ao conjunto da sociedade somente pode ser levada a cabo pela mediação das trocas. Estaríamos diante de uma circularidade infinita em que o valor é explicado em função do valor de troca e este último em função do valor?

Absolutamente não. A questão aqui não é derivar logicamente o valor do valor de troca. Tanto um como outro pressupõem uma forma histórica de sociedade em que a totalidade dos trabalhos é efetivamente igualada pela

⁷ Como assinala Isaak Rubin, não “nos é necessário buscar um padrão prático de valor que torne possível a igualação dos produtos do trabalho no mercado. Essa igualação ocorre na realidade, todos os dias, no processo de troca no mercado” (RUBIN, 1980, pp. 139-40).

equiparação dos produtos do trabalho no mercado. Por este motivo, o valor de troca é a manifestação necessária ou a forma obrigatória de o valor se manifestar, já que este último se caracteriza pela forma social da intercambialidade, do ser para outro por meio da troca. O valor é, ao mesmo tempo, a causa e o efeito do valor de troca. O que não quer dizer que ambas as categorias sejam idênticas. Longe disso. O valor é uma forma mais fundamental e concreta que o valor de troca por ser resultante de sua unidade, por ser algo que a mercadoria carrega em si e por si mesma, independentemente da relação acidental e arbitrária em que consiste cada troca isolada.

É justamente esse aspecto que acabamos de desenvolver que é retomado e explicitado em todos os seus pormenores no item do primeiro capítulo de *O capital* denominado O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias. Ali, Marx continua a explicar que no “conjunto dos diferentes valores de uso ou corpos de mercadorias aparece um conjunto igualmente diversificado, dividido segundo o gênero, a espécie, a família e a subespécie, de diferentes trabalhos úteis – uma divisão social do trabalho” (MARX, 2013, pp. 119-20). Apesar disso, não é essa hierarquia entre os diferentes tipos úteis de produtos que Marx se propõe a estudar, tarefa que delega aos merceologistas, e tampouco a divisão social do trabalho considerada em seu sentido técnico, isto é, as distintas formas e funções concretas de trabalho responsáveis pela igual diversidade de produtos. Ora, muito embora tal divisão seja a “condição de existência da produção de mercadorias”, a recíproca não é verdadeira. Comprova-o o fato de que na “antiga comunidade indiana, o trabalho é socialmente dividido sem que os produtos se tornem mercadorias”. Mais ainda, mesmo em uma fábrica moderna “o trabalho é sistematicamente dividido, mas essa divisão não implica que os trabalhadores troquem entre si seus produtos individuais” (MARX, 2013, p. 120).

Como se vê, não é a divisão social do trabalho, isto é, a diversidade de atividades produtivas úteis, que especifica e determina a forma de organização social que aqui se analisa. Se um aspecto qualquer se faz presente em várias formas sociais, por importante que seja em si mesmo, mostra-se incapaz de explicar ou determinar uma forma social específica. É possível, se se quiser, partir para níveis ainda mais amplos de generalização. “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, e, portanto, da vida humana.” (MARX, 2013, p. 120) Assim

concebido o trabalho é “o pai da riqueza material”. Mais ainda! Ele “é constantemente amparado pelas forças da natureza”, o que faz da natureza a fonte universal dessa riqueza material. Mas o caminho tracejado por Marx não vai no sentido da busca de conteúdos cada vez mais universais para daí extrair as supostas leis gerais da existência humana. Como temos insistido, leis são sempre articulações específicas e determinadas que, partindo de seu conteúdo comum, capturam sua forma característica. Tais categorias genéricas, apesar de imprescindíveis como ponto de partida – na medida em que indicam o conteúdo comum a ser subsequentemente desenvolvido –, mostram-se impotentes para determinar a forma mercadoria, motivo pelo qual, após tais considerações sobre o trabalho útil produtor de valores de uso, diz Marx: “Passemos, então, da mercadoria, como objeto de uso, para o valor-mercadoria.” (MARX, 2013, p. 121)⁸

Aprofundando, então, o estudo da mercadoria enquanto valor-mercadoria, adiante, em uma interessante nota de rodapé, Marx elucida o problema em contraposição aos limites da economia política clássica, cuja principal insuficiência “está no fato de ela nunca ter conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria e, mais especificamente, do valor das mercadorias, a forma do valor que o converte precisamente em valor de troca” (MARX, 2013, p. 155). O motivo desta insuficiência, destaca Marx, não está em deslizes puramente “lógicos” por parte dos economistas diante da questão, mas consiste, sobretudo, no seguinte:

A forma de valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mas também mais geral do modo burguês de produção, que assim se caracteriza como *um tipo particular de produção social* e, ao mesmo tempo, *um tipo histórico*. Se tal forma é tomada pela forma natural eterna da produção social, também se perde de vista necessariamente a *diferença específica* da forma de valor, e assim também, da forma-mercadoria e, num estágio mais desenvolvido, da forma-dinheiro, da forma-capital etc. (MARX, 2013, p. 155, grifos nossos)

⁸ Mesmo um autor como Lukács, bastante sensível à base ontológica das subsequentes formulações teóricas, mas, talvez, demasiado preocupado em construir uma ontologia do ser social, não deixa de tomar o trabalho a-historicamente. Após citar o trecho em questão sobre a universalidade do trabalho na existência humana, do trabalho útil, vale dizer, Lukács diz que nasce “assim a única lei objetiva e universal do ser social, que é tão ‘eterna’ quanto ele, ou seja, trata-se igualmente de uma lei histórica, na medida em que nasce com o ser social” (LUKÁCS, 2012, p. 359). Haveria de se perguntar em que sentido o trabalho no geral, enquanto produtor de valores de uso, é uma lei. Pensamos que, na acepção de Marx, o trabalho, tal como a natureza, sua apropriação pelos homens, a cooperação simples, a reprodução social, dentre outros aspectos, são condições universais da existência humana, em sentido algum leis. As leis, por sua vez, constituem justamente as formas específicas por meio das quais cada uma dessas condições é efetivada em uma dada forma de organização social.

Uma intrigante questão se impõe na presente passagem: como o valor pode ser uma forma abstrata e geral ao mesmo tempo que um tipo particular e histórico? Na tradição filosófica, comumente, algo universal e geral se opõe ao que é histórico e particular, já que este último está sujeito ao devir e à transformação, perdendo, assim, o atributo da universalidade. Para esclarecermos esse importante dilema, faz-se necessário desenvolver outros dois aspectos também presentes nas duas últimas passagens citadas. Em primeiro lugar, a relação entre valor de troca e valor; em seguida, a noção de diferença específica.

Em primeiro lugar, nessa passagem se encontra, de maneira explícita, o motivo mais profundo das insuficiências da lei do valor tal como se apresenta em Ricardo e Smith. Não foram capazes de compreender o valor como “um tipo histórico”. De fato, tanto um como outro encontraram o conteúdo mais geral do valor, o trabalho empregado na fabricação do produto, e daí passaram ao estudo de sua magnitude em termos do tempo de trabalho. No entanto, jamais se colocaram “a seguinte questão: porque esse conteúdo assume aquela forma, e por que, portanto, o trabalho se representa no valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração temporal, na grandeza de valor do produto de trabalho?” (MARX, 2013, p. 155). Como se vê, o tema da forma de valor é fundamental, já que o que deve ser explicado é por que “esse conteúdo [o trabalho] assume aquela forma”, isto é, a forma valor, e, para responder a tal questão, a atenção de Marx se volta para a “forma do valor que o converte precisamente em valor de troca”.

Ao desconsiderar a forma valor⁹, os economistas clássicos concebiam a substância e a magnitude do valor como inerentes a todo e qualquer produto do trabalho, como uma espécie de essência ontológico-metafísica dos produtos do trabalho no geral, sendo a forma mercadoria e o valor de troca apenas dois modos contingentes e acidentais por meio dos quais o produto do trabalho fazia valer sua natureza enquanto valor. Nesse sentido, o valor era considerado algo externo à natureza da mercadoria e dela completamente independente.

Ora, como identificar, sem mais, valor e tempo de trabalho? A limitação de Ricardo era muito maior do que o mero fato de considerar o valor algo natural. Não basta substituir o rótulo “natural” por “historicamente determinado” para tornar sua concepção de valor similar àquela demonstrada por Marx. Ao tomar o valor como uma propriedade dos produtos do trabalho no geral, Ricardo não foi capaz de encontrar o nexo interno entre o modo de

⁹ O primeiro autor a tratar da noção da forma valor [*Wertform*] e distingui-la do valor de troca [*Tauschwert*] foi Isaak Rubin (cf. RUBIN, 1980, pp. 121-38).

manifestação do valor, o valor de troca, e o próprio valor. De um lado, valor e tempo de trabalho eram identificados um com o outro, de outro lado, valor e valor de troca eram separados por um abismo intransponível. Na asserção dogmática de Ricardo segundo a qual *valor é tempo de trabalho*, Marx não vê uma solução, mas um problema a ser respondido: ao não existir nenhuma unidade de medida prévia e conscientemente estabelecida pelos homens, quais são os nexos sociais que possibilitam medir o valor pelo tempo de trabalho? Somente pondo a questão nesses termos tornou-se possível descobrir o trabalho abstrato enquanto forma específica por meio da qual o trabalho é socialmente igualado nessa sociabilidade, base da forma específica de valor que o converte em valor de troca, como já tratamos.

Em que consiste, porém, essa diferença específica que determina a forma valor, a forma mercadoria, a forma dinheiro e todas demais categorias do modo de produção capitalista? Como vimos, contra as formas naturais e eternas da economia política burguesa, Marx acentua a dimensão específica dessas categorias. No entanto, elas seriam específicas em relação a quê? Retomemos o exemplo da categoria de diferença específica em Aristóteles, para ilustrarmos a originalidade da concepção de Marx.

Em Aristóteles, a noção de diferença específica atuava distinguindo uma dada espécie em relação a um gênero próximo. Isto resultava em uma hierarquia de gêneros e espécies que descendiam de aspectos mais gerais àqueles particulares por meio das diferenças essenciais. Assim, a espécie humana seria determinada enquanto substância, corpo, vivente, animal, homem conforme se aplicassem a partir do gênero supremo da substância as seguintes diferenças específicas: corpóreo, animado, sensitivo e racional. Muito embora, para Aristóteles, uma definição se referisse sempre às coisas ou às classes de coisas, a análise não deixa de ser a-histórica ou mesmo puramente lógica, dado que algo é específico em relação a um dado gênero, um conceito genérico que independe de uma forma histórica determinada ou mesmo de qualquer transformação. Em função disso, em toda e qualquer forma de organização social, fosse escravo, servo ou cidadão, o homem seria sempre uma substância corpórea, animada, sensível e racional. Em síntese, ainda que todos gêneros contidos na definição apenas existissem nos indivíduos singulares, enquanto substância ou *ousia*, tais indivíduos singulares estariam contidos apenas logicamente nos respectivos gêneros que, por sua vez, possuiriam realidade apenas no intelecto daquele que conhece.

O que é importante ressaltar nesse contexto é que, para Marx, *a diferença específica é sempre o que especifica a forma social atual em relação àquelas precedentes*. Mais ainda: não se refere jamais às

propriedades específicas das coisas em relação às outras coisas ou em relação aos conceitos. Trata-se, aqui, de relacionamentos específicos entre pessoas em um dado processo de produção. Em uma palavra: uma relação social. Por este motivo, “um tipo histórico” somente pode ser “um tipo particular de produção social”. Ao se tratarem sempre de relações específicas, as categorias típicas do modo de produção capitalista (como o valor, a forma mercadoria, a forma dinheiro, a forma capital etc.) serão sempre particulares em uma perspectiva histórica, já que são relacionamentos outros que aqueles existentes em outras sociedades. Ao mesmo tempo, nesses casos, dão conta da articulação interna e total da formação social considerada e, nessa perspectiva, são categorias universais e concretas. Transparece, pois, porque o valor é, ao mesmo tempo, uma configuração particular e universal do modo de produção burguês: universal em sua efetividade e particular em relação aos modos de produção anteriores.

Fica patente, assim, que as incursões históricas não são arbitrárias ou meramente ilustrativas. E mais ainda: não se trata da aplicação da analogia, em sentido aristotélico, que exteriormente compara gêneros distintos sem, no entanto, atingir por meio dela qualquer determinação essencial. Não se trata de uma comparação entre termos diversos que, em função da própria diversidade, toma os termos analogados como passíveis de comparação unicamente em função da eleição do autor. Trata-se de uma comparação imanente e, por isso mesmo, necessária, uma comparação não-analógica. Vejamos como isto é possível.

Como diz Marx nos *Grundrisse*, a própria economia burguesa, como “simples figura histórica do processo de produção, aponta para além de si mesma, para modos de produção anteriores” (MARX, 2011, p. 378). Ora, na exata medida em que cada categoria constituinte do modo de produção capitalista é uma forma específica de desenvolvimento de um conteúdo comum a todas configurações sociais, podemos capturar tais especificidades por meio da comparação entre o capitalismo e as outras expressões deste mesmo conteúdo. Somente assim é possível que a exposição se desenvolva do produto à mercadoria¹⁰, do valor de uso ao valor, do trabalho concreto ao trabalho abstrato. Como se nota, este caminho expositivo que penetra cada vez mais profundamente nas especificidades de um modo de produção não é posto de fora, segundo analogias eleitas pelo autor, ao justapor aspectos que, em sua efetividade, subsistem separadamente um do outro; tampouco o é por

¹⁰ Como vimos no início da exposição, Marx pressupõe a mercadoria; no entanto, esta é inicialmente tomada enquanto mero valor de uso e, portanto, enquanto produto. Somente em um estágio posterior da exposição a mercadoria é determinada como o que é produzido para outro por meio da troca.

uma exigência puramente lógica, mas de modo imanente, ao se compararem as distintas formas em que um mesmo conteúdo “natural” é historicamente expresso.

Em verdade, Marx recorre expressamente à analogia apenas em alguns escassos momentos em *O capital*, aí sim com um papel subsidiário e expressamente didático. Por exemplo, quando, na análise do valor de troca, compara analogamente o papel da forma equivalente que expressa o valor de outra mercadoria com o de barras de ferro que expressam o peso de outros corpos. Em seguida, diz literalmente: “aqui acaba a analogia” (MARX, 2013, p. 133). Outro caso é usado para ilustrar o caráter místico do fetichismo da mercadoria, em que, segundo Marx, “para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso” (MARX, 2013, pp. 147-8), em que as coisas humanas parecem ganhar vida própria e independente da atividade dos homens. Diferentemente desses casos, nenhuma incursão histórica é realizada por Marx em *O capital* por meio da analogia. O modo de produção capitalista e os modos de produção precedentes não são externamente comparados como gêneros distintos e desconexos, antes disso, o primeiro apenas pode ser compreendido pressupondo um desenvolvimento histórico no interior do qual sua especificidade foi efetivada e, por esse motivo, pode ser captada pelo pensamento. Mais precisamente, os diversos modos de produção, apesar de não serem passíveis de uma racionalização sistemática, pois não são guiados por uma *Razão*, tampouco são gêneros diversos entre si, dado que consistem no desenvolvimento imanente do mesmo conteúdo, o desenvolvimento das formas de apropriação das forças produtivas ou, o que é o mesmo, as formas por meio das quais os homens se apropriam da natureza.

Compreendido isto, fica claro que a análise de Marx em *O capital* não pode jamais prescindir das formas sociais pretéritas, não apenas porque a forma capital se desenvolve sob certos pressupostos históricos, mas, sobretudo, porque em sua exposição, para capturar as formas específicas que “definem” cada categoria, Marx não pressupõe nenhum tipo lógico mais geral, nenhum gênero próximo, nenhuma metodologia instrumental, nenhum *Espírito Absoluto* que, enquanto princípio dogmático pressuposto, explícita ou implicitamente, possibilita ao percurso expositivo avançar pela introdução externa de um momento preponderante. Não existe, portanto, um processo de pura derivação lógico-dialética das categorias¹¹, ainda que, após Marx ter

¹¹ Nesse sentido, comentando o desenvolvimento contraditório da forma dinheiro, escreve a propósito R. Rosdolsky: “Porém, um leitor não familiarizado com a obra de Marx poderia considerar que essa dedução é uma ‘construção’, um exemplo de uma simples ‘dialética

realizado todo o percurso, seja fácil abstrair as incursões históricas e fazer parecer que se trata de um desdobramento puramente lógico-conceitual, de todo alheio à história. Em outros termos, somente por meio das formas sociais anteriores ao capitalismo é possível fazer avançar o processo que procura alçar, na e pela história, a forma histórica da riqueza capitalista. Somente captando a especificidade das determinações constituintes do modo de produção capitalista, considerado simples figura histórica do processo de produção, Marx pode atingir sua unidade essencial, que consiste exatamente naquela unidade-universal que põe sua diferença em relação às formas sociais anteriores.

A dimensão histórica da abstração

Ora, tal como no trecho que analisamos, no conjunto de *O capital* podemos verificar uma estrutura análoga. É por meio das incursões em formas sociais que antecederam o capitalismo que se faz possível superar o modo genérico e abstrato das categorias consideradas de início unilateralmente da perspectiva homem-natureza. Nessa direção, o conteúdo a-histórico da riqueza capitalista (o produto, o valor de uso, o trabalho concreto, os indivíduos compradores e vendedores de mercadorias, o processo de trabalho, o trabalho necessário e o excedente, a cooperação simples, a reprodução social) é expresso em suas respectivas formas históricas específicas (mercadoria, valor, trabalho abstrato, trabalhadores assalariados e capitalistas, processo de valorização, salário e mais-valia, cooperação industrial, acumulação de capital). A historicidade das categorias se explicita na busca da forma específica em que os respectivos conteúdos naturais, abstratos e eternos da existência humana são expressos historicamente e, nesse caminho, todo o modo de exposição de *O capital* mostra-se como histórico. Desvela-se o capital, assim, enquanto uma forma histórica particular e, enquanto tal, transitória, sujeita à desaparecimento, ao devir.

conceptual' que atribui vida própria às categorias econômicas e faz com que elas, de um modo autenticamente hegeliano, surjam umas das outras e se transformem umas nas outras. Tal impressão equivocada pode surgir com facilidade, como o próprio Marx percebeu, redigindo por isso uma interessante nota nos Grundrisse: 'Em outro momento, antes de esgotar a questão, será necessário corrigir a maneira idealista de tratá-la, que passa a impressão de que lidamos com definições conceituais puras e com a dialética destes conceitos. Por isso, será preciso criticar, antes de tudo, a afirmação: o produto (ou atividade) torna-se mercadoria; a mercadoria, valor de troca; o valor de troca, dinheiro'. Em outras palavras: as categorias econômicas representam relações reais e não podem ser deduzidas apenas pela lógica, independentemente da história.' (ROSDOLSKY, 2001, pp. 108-9, grifos nossos)

Assim concebidos, transparece que todos os capítulos de *O capital* são indistintamente históricos. Aquilo que podemos chamar de *lógico* nada mais é do que uma articulação historicamente específica. A cisão entre lógico e histórico, substância e acidente, essência e fenômeno, forma e conteúdo, dentre outras, é eminentemente metafísica. O que Marx busca é a forma do conteúdo, a “lei (essência) do fenômeno”; ou, ainda mais precisamente, podemos dizer que a lógica de *O capital* visa a expressar, em suas determinações necessárias, a articulação total dos fenômenos típicos da sociedade capitalista em relação às formas sociais anteriores¹².

Podemos, agora, sem hesitação, compreender por que a história se faz presente em cada passo no curso de toda crítica de Marx à sociedade burguesa, sem que exista qualquer aspiração a uma racionalização total do processo histórico ou uma filosofia da história. Retomemos, então, de forma mais detida, os papéis da história no interior da crítica da economia política.

Sumariamente, a história figura em *O capital* de Marx em três funções metodologicamente distintas, ainda que perfeitamente articuladas no interior da obra. No entanto, comumente, somente dois destes sentidos foram percebidos pelos intérpretes, deixando de lado o mais fundamental e constantemente presente de todos eles. Vejamos cada uma destas funções separadamente.

Os únicos casos em que as referências aos acontecimentos históricos têm um papel meramente ilustrativo ou complementar ocorrem quando Marx recorre aos eventos que lhe foram contemporâneos, com objetivo de exemplificar as tendências preconizadas pela articulação categorial. O que é indicado expressamente pelo próprio Marx no “Prefácio” à primeira edição alemã: “O que pretendo nesta obra investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação.” Não se trata, portanto, de analisar o capital nessa ou naquela nação em particular. Contudo, como sua “localização clássica é, até o momento, a Inglaterra (...)

¹² Em suas Glosas a Adolf Wagner Marx ironiza a cisão entre lógico e histórico em Rodbertus. Ao tratar da contradição existente no seio da mercadoria entre valor de uso e valor, observa Marx: “Aqui só existe uma contraposição ‘lógica’ para Rodbertus e os pedantes mestres de escola da Alemanha semelhantes a ele, que partem do ‘conceito’ de valor de uso, e não da ‘realidade social’, da ‘mercadoria’, e depois desdobram o conceito como se tivesse duas caras, para concluir discutindo qual dos dois fantasmas assombrados pelos seus cérebros é o verdadeiro.” (MARX, 1970, p. 181) E Marx prossegue em sua crítica sempre atentando para o fato de que Rodbertus compreende valor de uso e valor como meros conceitos lógicos. “Mas onde melhor se revela a superficialidade de Rodbertus é na sua contraposição de um conceito ‘lógico’ a outro ‘histórico’”. E, por fim, diz ainda: “em um determinado grau de desenvolvimento histórico, descobrimos que o valor de troca é um conceito ‘histórico’” (MARX, 1970, p. 182).

Ela serve de *ilustração* principal à minha exposição teórica” (MARX, 2013, p. 78, grifos nossos).

Afora esses casos – em que as tendências do modo de produção capitalista são ilustradas com números, embates econômicos e políticos entre as classes, descrições das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, situadas, principalmente, na Inglaterra –, as referências ao passado não mais figuram com um caráter meramente ilustrativo e complementar¹³. O exemplo mais amplamente tratado pela bibliografia corrente, nessa direção, é aquele em que o passado emerge na condição de pressuposto histórico do capital e, enquanto tal, não sujeito a qualquer tipo de demonstração *lógica*.

A primeira seção de *O capital* tem por pressuposto histórico um avançado grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho, de tal maneira que o conjunto dos indivíduos apareça no mercado como proprietários que livremente trocam sua mercadoria. Afinal, “cada um dispõe do que é seu”. A segunda seção de *O capital*, intermediária entre a esfera da circulação e a da produção de mercadorias, pressupõe a separação entre a força de trabalho e os meios necessários para produzir, isto é, a emergência do trabalhador enquanto pura força de trabalho contraposto ao capitalista. As seções de 3 a 6, por seu turno, pressupõem um elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, pressuposto histórico da extração de mais-valia. Já na última seção é revelado o pressuposto histórico fundamental de todo o modo de produção, a expropriação originária, a expropriação das formas de propriedade fundadas no próprio trabalho. Expropriação esta que é, ao mesmo tempo, pressuposto e fundamento do modo de produção que aqui se analisa.

Por fim, o último sentido exercido pelas referências históricas no interior da exposição crítica do modo de produção capitalista é aquele mais constantemente presente, imprescindível do ponto de vista metodológico,

¹³ Mesmo um autor como Jindrich Zeleny, apesar de procurar acentuar o papel da história no interior de *O capital*, não deixa de considerar as múltiplas incursões históricas um recurso meramente ilustrativo ou complementar da análise lógico-conceitual. Para ele, a história figura em dois papéis principais: 1) “exemplos que ilustram o desenvolvimento teórico realizado ou proposto”, tornando a exposição mais intuitiva; 2) os “acontecimentos históricos e os fatos históricos, que não são em si mesmos ilustração do desenvolvimento teórico, mas introduzidos conscientemente na forma de pressupostos comprováveis, teoricamente indedutíveis e historicamente dados” (ZELENY, 1974, p. 61). Daí se pode concluir que, para Zeleny, quando a história emerge tão somente como ilustração, os conceitos podem ser deduzidos de forma puramente teórica, independentemente da história. Esse quadro se torna mais claro quando Zeleny diz que as “ilustrações históricas não são, pois, por si mesmas, uma característica diferenciadora entre a derivação materialista marxiana e a derivação idealista hegeliana”, dado que “em Hegel se encontram desenvolvimentos que podemos chamar ilustrações históricas da derivação dialética” (ZELENY, 1974, p. 103).

sem o qual não é possível atingir as categorias que fazem desse modo de produção uma forma transitória do desenvolvimento humano. Trata-se das incursões às formas sociais precedentes tendo em vista, por meio da comparação dos distintos modos em que um mesmo conteúdo é expresso (isto é, uma comparação imanente e não analógica), capturar sua forma específica em abstrações absolutamente históricas¹⁴. Cabem ainda, quanto a este enfoque, algumas indicações sobre a estrutura expositiva de *O capital*.

Em primeiro lugar, em sua obra principal, Marx procura compreender o capital enquanto uma forma histórica particular, e não em suas manifestações espaço-temporais, isto é, a atuação do capital nessa ou naquela nação, neste ou naquele momento particular. Trata-se de buscar aquelas articulações necessárias que constituem o capital em sua especificidade histórica e, enquanto tal, presentes em todas suas manifestações particulares. A abstração cumpre, nesse trajeto, um lugar central. Não adentraremos aqui nos detalhes dessa questão. Mesmo assim, é relevante fazermos alguns comentários a respeito do papel das abstrações na *crítica da economia política* de Marx, para que fique claro em que sentido estas são históricas e em que sentido não o são.

Antes de tudo o mais, por abstrações não se quer dizer unicamente daqueles aspectos comuns ao conjunto das formas sociais. Se, de início, a análise da forma mercadoria, do processo de trabalho, da cooperação, da reprodução social aparece em abstrações comuns a todas épocas históricas – e, unicamente nesse sentido, como abstrações que podemos denominar a-históricas –, isto ocorre em função do aspecto indeterminado e vazio de conteúdo histórico com que a exposição principia. O ponto de partida de Marx, contudo, não corresponde ao “nada absoluto” ou à “pura indeterminação” de que parte Hegel em sua *Ciência da lógica*. É absolutamente falso que categorias como valor de uso, trabalho concreto e cooperação simples não nos informam nada sobre o modo de produção capitalista. Contudo, é certo que elas nada dizem da especificidade deste modo de produção em relação aos anteriores – e somente nessa acepção aparecem inicialmente como uma indeterminação. Isto é, são indeterminações em relação às outras formas sociais de apropriação da riqueza, e não indeterminações em si.

¹⁴ Uma exceção notável em que as incursões históricas são colocadas em seu devido lugar na exposição de *O capital* é a tese doutoral de Jadir Antunes. Por exemplo, quando trata da forma salário, Antunes diz que “Marx volta novamente a delimitar a sociedade capitalista das sociedades do passado e encontrar nesta delimitação a diferença específica do capital” (ANTUNES, 2005, p. 407).

Se esses pontos de partida apresentam, portanto, uma certa universalidade histórica, comum a todas formas sociais, não é porque são leis eternas ou aspectos mais fundamentais do ser social, mas é justamente pelo fato de se tratar de abstrações vazias de conteúdo histórico, indeterminações, meras precondições que nada explicam, ao contrário, que precisam de – e exigem – desenvolvimento. Mesmo assim, essas abstrações ou condições universais são imprescindíveis. Apesar de serem incapazes de determinar historicamente esse ou aquele modo de produção, informam-nos o conteúdo comum a ser desenvolvido pela marcha subsequente da crítica. Fossem outros os objetivos de Marx que não apreender este modo de produção em sua transitoriedade ou historicidade, nada o impediria de examinar, por exemplo, as múltiplas formas de valores de uso e trabalho concreto que são próprias de uma dada época e lugar. Contudo, Marx deixa este trabalho para os historiadores, merceologistas, cientistas sociais, dentre outros.

O caminho expositivo procede, portanto, na busca daquelas abstrações que dão conta da particularidade histórica do modo de produção capitalista, o que somente é possível por meio de uma comparação não analógica com o passado, isto é, como já foi assinalado e convém repetir, ao se compararem as distintas formas em que um mesmo conteúdo é expresso historicamente. Assim procedendo, chega-se ao modo de expressão do valor de uso nessa forma social específica: o valor; ao modo de expressão do trabalho concreto, que é o trabalho abstrato, e assim por diante. Este aspecto é ressaltado por Marx em exaustivas passagens, ainda que muitos não tenham atentado ao seu significado. Por exemplo, nos *Grundrisse*, ele diz literalmente que a “demonstração é feita justamente pela abstração das determinações específicas que fazem do capital um momento de uma fase histórica particularmente desenvolvida da produção humana” (MARX, 2011, p. 199). Diz ainda que “o nosso método indica os pontos onde a análise histórica tem de ser introduzida, ou onde a economia burguesa, como simples figura histórica do processo de produção, aponta para além de si mesma, para modos de produção anteriores” (MARX, 2011, p. 378).

Ademais, as abstrações se sucedem de tal modo que as abstrações precedentes são uma condição de possibilidade das seguintes. Nessa direção, por exemplo, a análise do capital e da mais-valia pressupõe o anterior exame do valor, já que o primeiro é um valor que se valoriza e o segundo explicita o segredo desta valorização. O valor, por sua vez, somente pode ser compreendido se antes se capturou o trabalho abstrato, enquanto uma abstração historicamente particular que lhe dá conteúdo. No mesmo sentido, a mercadoria enquanto um valor de troca, ou mesmo valor, é incognoscível

sem seus suportes materiais: os valores de uso. As abstrações não são, assim, justapostas e artificialmente articuladas uma na outra. Ao contrário. Seguem uma ordem necessária, na exata medida em que a abstração seguinte necessita da anterior enquanto um momento interno que torna sua existência possível. Dito de outro modo, cada momento da crítica expõe um conteúdo fundamental cujas formas de expressão, tanto aquelas que afirmam como as que negam este conteúdo, serão desenvolvidas em seguida. Têm razão, portanto, todos aqueles que sustentam que a disposição expositiva das categorias não segue a ordem de sua *gênese* histórica. No entanto, regra geral, não percebem que todas são capturadas em função das fases históricas anteriores, que as tornam acessíveis ao pensamento enquanto uma abstração que expressa um momento e uma articulação particular no desenvolvimento da produção humana¹⁵.

Não sem razão, em vários momentos, Marx assinala o caráter provisório das abstrações. A abstração deve ser compreendida como um mero momento da exposição como um todo. Ela jamais pode ser artificialmente extraída e isolada desse contexto, de modo a informar algo sobre formas sociais mais concretas do que a abstração em questão pretende expressar. Por exemplo, é absolutamente ilegítimo extrair considerações a respeito do modo de produção capitalista, quaisquer que elas sejam, das abstrações em certo sentido a-históricas de que Marx faz uso na análise provisória da mercadoria enquanto valor de uso ou do processo de trabalho enquanto metabolismo entre homem e natureza¹⁶.

Todo o Livro I de *O capital* deve ser assim considerado. Em primeiro lugar, ele trata do capital em geral – não por ser uma categoria a-histórica, mas por abstrair os embates entre os diversos tipos particulares de capital, tratados unicamente no Livro III. O capital em geral constitui, portanto, uma abstração. No entanto, “não uma abstração arbitrária, mas uma abstração que captura a *differentia specifica* do capital em contraste com todas as outras formas de riqueza ou modos em que se desenvolve a produção (social)”

¹⁵ Curiosamente, em sua principal obra, Arthur dedica um item específico ao tema aqui em análise, denominado justamente Ilustrações históricas em *O capital*. Nesse item, Arthur se refere à “discussão histórica extensa referente às lutas sobre a jornada de trabalho”; em sua opinião, “isto é estritamente ilustrativo e não antecipa o argumento” (ARTHUR, 2016, p. 93). No entanto, não menciona uma só palavra, em todo o livro, sobre as incursões às formas precedentes, presentes no curso de todo *O capital*.

¹⁶ A esse respeito, diz corretamente Zeleny: “Em si mesmas, separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor. Mas se se entende que são abstrações históricas, possuem uma grande importância filosófica e metodológica (...). São um momento do saber real, imprescindíveis para a ‘conceituação da prática’ e, em função disso, para a prática verdadeiramente revolucionária.” (ZELENY, 1974, p. 307)

(MARX, 2011, p. 369). Como temos dito, algo apenas pode ser uma abstração em relação a outra coisa. E para Marx interessa, antes de tudo, capturar aquelas abstrações que especificam o modo de produção capitalista em relação aos precedentes.

Em resumo, o caráter histórico das categorias não reside no fato de elas se sucederem em *O capital* na ordem em que foram historicamente determinantes, mas de se sucederem na ordem que especifica e determina cada vez mais uma forma histórica particular, com as determinações que lhe são próprias. A tão alardeada *necessidade lógica* no encadeamento das categorias segue, desse modo, a lógica de sua particularização ou determinação histórica. Por essa ótica, se as categorias são historicamente determinadas, não é apenas por terem sido constituídas historicamente em um passado situado por trás da lógica de exposição de *O capital*. Ao contrário, o próprio modo de exposição se mostra, em seu transcurso absolutamente necessário enquanto histórico. O caminho que vai do abstrato ao concreto é, ao mesmo tempo, o caminho do a-histórico ao histórico. Concretizar é historicizar.

Referências bibliográficas

- ALBRITTON, R. *New dialectics and political economy*. Basingstoke: Palgrave, 2003.
- ANTUNES, Jadir. *Da possibilidade à realidade: o desenvolvimento dialético das crises em O capital de Marx*. 2005. Tese (Doutorado) defendida na Unicamp, Campinas, 2005.
- ARTHUR, Christopher J. "Against the logical-historical method: dialectical derivation versus linear logic". In: MOSELEY, F.; CAMPBELL, M. (Ed.). *New investigations of Marx's method*. Nova Jersey: Humanities Press, 1997, pp. 9-37.
- _____. O mito da "produção simples de mercadorias". *Mais Valia*, São Paulo, v. 7, pp. 36-41, 2009.
- _____. *A nova dialética e O capital de Marx*. São Paulo: Edipro, 2016.
- BENOIT, Hector. Sobre a crítica (dialética) de *O capital*. *Revista Crítica Marxista*, v. 3, pp. 14-44, 1996.
- DUSSEL, Enrique. *Historia de la filosofía y filosofía de la liberación*. Bogotá: Nueva América, 1994.
- FULDA, Hans Friedrich. These zur Dialektik als Darstellungsmethode (im "Kapital" von Marx). *HegelJahrbuch*. Köln: Pahl-Rugenstein Verlag, 1974.
- GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital*. São Paulo: Hucitec, 1999.

HEGEL, Georg W. F. *Ciência de la lógica*. 6. ed. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1993.

_____. *Lecciones sobre Platón*. Buenos Aires: Quadrata, 2006.

LENIN, Vladimir I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social* v. I. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. "Glosas marginales al "Tratado de economía política de Adolph Wagner"". In: DOBB, Maurice (Org.). *Estudios sobre El capital* v. I. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970, pp. 169-83. [Trad. bras.: Glosas marginais ao *Manual de economia política* de Adolph Wagner. Trad. Luiz Philipe de Caux. Rev. trad. Thiago Simim. *Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Ano XII, v. 23, n. 2, pp. 252-79, nov. 2017. Disponível em: <<http://verinotio.org/conteudo/o.1857818255068565.pdf>>.]

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. (Borrador) 1857-1858. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1971.

_____. "Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie". In: *Marx-Engels Werke* Band 42, Berlim: Dietz Verlag: 1974.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *O capital* I. I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em *O capital*. *Boletim Seaf*, Belo Horizonte, n. 2, pp. 17-41, 1982.

MURRAY, P. *Marx's theory of scientific knowledge*. Atlantic Highlands N. J.: Humanities Press, 2008.

PLATÃO. *Parmênides*. 4. ed. Trad. Maura Iglésias e Fernando Rodrigues. São Paulo: Loyola, 2013.

REICHEL, Helmut. *Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak. *A teoria marxista do valor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SEKINE, T. *An outline of the dialectic of Capital*. Londres: Palgrave MacMillan, 1997. 2 v.

SMITH, Tony. *Dialectical social theory and its critics*. Albany: State University of New York Press, 1993.

UCHIDA, Hiroshi. *Marx's Grundrisse and Hegel's Logic*. Londres: Routledge, 1988.

ZELENY, Jindrich. *La estructura lógica de “El capital” de Marx*. México: Grijalbo, 1974.

Como citar:

MACHADO, Gustavo. O papel da história no modo de exposição de *O capital* de Marx. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 238-269, abr./2018.

Data de envio: 20/11/2017

Data de aceite: 28/3/2018

Breve histórico das recepções de *O capital* no Brasil (1867-1917)¹

Bruno Prado Prates²

Resumo:

As ideias de Karl Marx chegaram ao Brasil tardiamente, deparando-se com grande dificuldade para encontrar espaço entre os intelectuais brasileiros e no movimento operário que, pelo menos até a Revolução Russa de 1917, utilizava-se de outras tradições econômicas e filosóficas. Sendo assim, a principal obra do autor alemão, *O capital*, publicada em 1867, levou décadas para ser recebida pelos brasileiros e, enfim, revolucionar o pensamento crítico e a compreensão da realidade brasileira. O objetivo do presente artigo é apresentar, brevemente, as principais recepções de *O capital* no Brasil desde a provável primeira leitura até a Revolução Russa, quando a obra de Karl Marx atingiu mais amplamente os socialistas do mundo todo.

Palavras-chave: *O capital*; história do marxismo; ideias de Marx no Brasil; *O capital* entre os brasileiros.

Brief history of the receptions of Capital in Brazil

Abstract:

Karl Marx's ideas came to Brazil late, finding it difficult to find space among the Brazilian intellectuals and the working-class movement that, at least until the Russian Revolution of 1917, were adepts of other economic and philosophical traditions. Thus, the main work of the German author, *Capital*, published in 1867, took decades to be received by Brazilians, and finally, to revolutionize the critical thinking and the understanding of Brazilian reality. The purpose of this article is to briefly present the main receptions of *Capital* in Brazil from the probable first reading until the Russian Revolution of 1917, when Karl Marx's works reached more widely the socialists of the world.

Key words: *Capital*; Marxism history; Marx's ideas in Brazil; *Capital* among Brazilians.

¹ Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Graduando e pesquisador de iniciação científica em ciências econômicas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço eletrônico: brunopradoprates@gmail.com.

Introdução

Em 2017 comemoramos 100 anos da Revolução Russa, 150 anos da publicação d'*O capital* por Karl Marx e, em 2018, o que seria o aniversário de 200 anos do autor alemão. Em meio a essas datas comemorativas, faz-se necessário relembrar a influência da obra de Karl Marx e, em particular, sua obra magna, *O capital*, na tradição socialista mundial.

No Brasil, a tradição marxista chegou relativamente tarde. A primeira tradução do *Manifesto comunista* para o português brasileiro foi feita em 1923 por Octavio Brandão, militante do Partido Comunista do Brasil (PCB). Já *O capital* só foi traduzido no Brasil na década de 1960, por Reginaldo Lemos de Sant'Anna, na edição da Civilização Brasileira, sob direção de Ênio Silveira, militante do PCB. O livro, no entanto, já existia em língua portuguesa por um resumo escrito pelo francês Gabriel Déville em 1883 e publicado em Portugal em 1912.

O atraso na absorção das ideias de Karl Marx pelo movimento operário brasileiro não ocorreu por acaso. No Brasil, o pensamento de outros socialistas como Saint-Simon vigorou entre os intelectuais e operários durante muito tempo. Em seguida, a hegemonia do pensamento anarquista dificultou a adoção do socialismo científico como pensamento orientador das lutas sociais.

Essa situação começou a se modificar após a eclosão da Revolução Russa em 1917 e, como consequência da divulgação de seus feitos pelo mundo, a criação do PCB em 1922. Apesar de adotar uma linha teórica ainda pouco embasada nos escritos de Marx, a atuação do PCB possibilitou maior divulgação das ideias do pensador alemão e contribuiu para introduzi-las no movimento operário. As leituras d'*O capital* tornaram-se, portanto, cada vez mais acessíveis. Há a certeza de que alguns militantes do PCB, como Heitor Ferreira Lima, frequentaram a Escola Leninista em Moscou na década de 1930 para formação política, e lá tiveram contato com a obra principal de Karl Marx.

Há, portanto, maior dificuldade para encontrar estudos d'*O capital* realizados anteriormente à fundação do PCB e à prevalência do marxismo entre os socialistas brasileiros. Na sequência deste artigo investigaremos as prováveis primeiras leituras d'*O capital* no Brasil, ainda no século XIX, quais autores se aproximaram da crítica marxista da economia política e quais os impactos destas leituras na intelectualidade e no movimento operário brasileiros até 1917.

A Escola de Recife

A investigação sobre a chegada do marxismo no Brasil e, em particular, sobre a leitura d'*O capital* entre os pensadores brasileiros remonta-nos à provável primeira citação de Karl Marx feita no Brasil. Em geral, este feito é atribuído ao intelectual sergipano Tobias Barreto (1839-89) que, em discurso realizado na colação de grau de uma turma do curso de direito em 1883 teria proferido:

Karl Marx diz uma bela verdade, quando afirma que cada período tem as suas próprias leis (...) logo que a vida atravessa um dado período evolutivo, logo que passa de um estágio a outro, ela começa também a ser dirigida por leis diferentes (...). A questão cardeal do nosso tempo não é política e nem religiosa: é eminentemente social e econômica. (BARRETO *apud* CHACON, 1965, p. 265)

E conclui:

O organismo social brasileiro não é o organismo social inglês. Esta proposição, que quase parece uma tolice por excesso de verdade, não é todavia insignificante para firmar a ideia de que o nosso regime político não pode se modelar pelo regime britânico. (BARRETO *apud* KONDER, 1988, p. 72)

As ideias de Tobias Barreto, recheadas com o discurso da luta de classes, exerceram grande influência nos pensadores com quem se relacionava, principalmente aqueles inseridos na chamada Escola de Recife. Esta consistiu em um movimento intelectual iniciado na década de 1860, tendo Barreto como principal referência, e que nasceu na Faculdade de Direito de Recife. Esse movimento foi de grande importância filosófica e sociológica para o Brasil, influenciando diversos intelectuais a partir dos três principais eixos que, segundo Paim (1997, pp. 71-85), compunham a doutrina da Escola: a crítica ao ecletismo espiritualista, a crítica à filosofia católica e a crítica ao positivismo. Dessa forma, o processo de elaboração teórica da Escola de Recife, desde Tobias Barreto, passando por diversos outros pensadores, significou um importante processo no qual a filosofia, a sociologia e a filosofia do direito se afastaram do positivismo e, gradualmente, aproximaram-se do materialismo e da retomada da metafísica.

Tobias Barreto certamente fez bom proveito das ideias de Karl Marx na tentativa de compreensão da realidade brasileira e na defesa da classe trabalhadora, que vivia em meio a uma situação de miséria. Ele próprio terminou a vida nesse tipo de situação miserável que ele mesmo descreveu como “reduzido a proporções de pensionista da caridade pública” (BARRETO *apud* PAIM, 1997, p. 33), apesar dos sucessos na academia, fato que,

provavelmente, exerceu forte influência na relação do sergipano com o autor d'*O capital*, aquele usando este como expressão de sua ira frente à miséria social em que se encontrava, junto com tantos outros brasileiros.

É bem provável que Barreto tenha de fato lido *O capital*, sendo, talvez, o primeiro brasileiro a fazê-lo, ou ao menos o primeiro de que se tem registro. Segundo Chacon (1965, p. 265), Tobias Barreto teria lido a terceira edição alemã d'*O capital*, de 1883, e de lá retirado a citação: “a questão cardeal do nosso tempo não é política e nem religiosa: é eminentemente social e econômica”. Paim (1997, p. 32) destaca que o sergipano, nessa época, mantinha boas relações com os círculos de intelectuais da Alemanha, sempre acompanhando as publicações de lá, e também menciona a existência da citação, atribuindo-a ao ensaio de 1885 A questão do poder moderador.

É difícil constatar se tal leitura realmente ocorreu, visto que Barreto nunca mencionou a obra explicitamente e nos restam, portanto, apenas as suas análises de Marx e da luta de classes para cogitar a ocorrência desse estudo. Em *Medo à utopia*, Evaristo de Moraes Filho aponta que a afirmação de que cada período histórico tem suas próprias leis, presente no discurso de Tobias Barreto, não vem diretamente de Marx, e sim de um crítico que comentou *O capital* na revista russa *Mensageiro Europeu* em 1872 (MORAES FILHO, 1985, p. 189). Este artigo é citado pelo próprio Marx no “Posfácio” à segunda edição d'*O capital*, que reproduz a citação segundo a qual, para Marx, “cada período histórico possui suas próprias leis (...). Tão logo a vida tenha esgotado um determinado período de desenvolvimento, passando de um estágio a outro, ela começa a ser regida por outras leis” (KAUFMANN *apud* MARX, 2013, pp. 89-90). Essa citação foi considerada acertada por Marx na mesma obra em que se encontra e é semelhante à que Barreto apresentou em seu discurso. Moraes Filho afirma que certamente este possuía a terceira edição d'*O capital*, de 1883, mas possivelmente não teria realizado estudos aprofundados da obra.

Barreto, no entanto, não era marxista ou socialista. O marxista Paulo Cavalcante afirma que o intelectual se vinculava ao povo apenas de forma “bastarda”, quando tocava violão nas tabernas de Recife, sem estender esse vínculo a uma militância ativa ou a uma contribuição teórica voltada à emancipação humana. O próprio Tobias Barreto teria confirmado esta constatação:

eu não sou socialista: não encarno o número dos que cuidam poder, com um traço de pena, extinguir os males humanos quase irremediáveis. Mas também não faço *coro* com a escola Manchester; não penso que a pobreza é sempre o castigo da preguiça econômica, e que, como tal, qualquer medida de socorro

ou alívio para ela importa premiar os inertes e preguiçosos (BARRETO *apud* CHACON, 1965, p. 266).

Omitiu-se, ainda, de debates fundamentais da sua época, que diziam respeito ao bem-estar da população pobre e, mesmo na posição de deputado, utilizou-se de seu cientificismo para contornar a participação na campanha abolicionista e republicana, posicionando-se de forma neutra, enquanto sujeitos como barão de Nazaré, branco, latifundiário e aristocrata; e Joaquim Nabuco, branco, monarquista e filho de senhor de engenho, foram os responsáveis por defender a causa abolicionista energicamente. Nabuco, inclusive, apesar de provavelmente não ter lido Marx profundamente, demonstrou forte influência do movimento trabalhista, proferindo: “o que é o operário? Nada. O que virá a ser? Tudo” (NABUCO *apud* CHACON, 1965, p. 279). Escreveu, ainda, reflexões sobre a participação do intelectual na sociedade: “Castro Alves mostrou bem que num país de escravos a missão dos poetas é combater a escravidão.”

A influência do contato de Tobias Barreto com Marx sobre outros intelectuais é notável, em particular sobre os integrantes da Escola de Recife, que também chegaram a mencionar o autor d’*O capital* com maior ou menor propriedade. Um exemplo de vulgaridade cometida ao mencionar o alemão é a citação de Rui Barbosa, que taxou Marx de apóstolo da partilha do capital (BARBOSA *apud* CHACON, 1965, p. 277), atribuindo-lhe um caráter reformista incoerente com o que realmente expressava a crítica da economia política. Temos, ainda, o exemplo de Sílvio Romero. Este, segundo Konder (1988, p. 75), provavelmente não se aprofundou nos estudos de Marx. No entanto, certamente foi influenciado pelo autor ao buscar ir além do culturalismo de Tobias Barreto e elaborar seu culturalismo social, como aponta Paim (1997, p. 90). Além disso, de acordo com Konder, Romero chegou a alertar seus leitores, por meio de uma nota de rodapé, que o livro *Analise della proprietá capitalista*, de Achille Loria, não apenas plagiava *O capital* como tentava refutá-lo.

O jornalista Gil Francisco Santos notou a influência exercida por Tobias Barreto no PCB, fundado em 1922, como já mencionado. O jornalista nos revela que Astrojildo Pereira, fundador do PCB, chegou a escrever, em 1956, um artigo intitulado Lênin e Tobias Barreto, comparando algumas ideias do sergipano com a teoria de Lênin da crítica e autocrítica. De fato, quando deputado, Barreto pressionava o Partido Liberal, ao qual era filiado, a apresentar seus erros e defeitos para, então, examiná-los e corrigi-los conjuntamente. Em discurso para o Club Popular chegou a proferir:

As classes, os partidos de qualquer ordem são como os indivíduos: desde que não fazem eles mesmos o seu exame de consciência, não

reconhecem se dispõem a mudar de rumo, de norma de conduta, é baldado todo o esforço que por ventura se empregue para dirigi-los pela reta senda. (BARRETO *apud* SANTOS, 2018)

Euclides da Cunha e o direito ao roubo

A aproximação com o pensamento de Karl Marx não se limitou à Escola de Recife. Apesar do raso contato com o pensador alemão entre os intelectuais brasileiros, principalmente nas décadas antecedentes à Revolução Russa, há alguns registros que demonstram grande avanço na compreensão da realidade brasileira utilizando as contribuições de Marx e sua obra magna (ou pelo menos escritos relacionados a ela).

Euclides da Cunha foi responsável por alguns desses registros. O engenheiro carioca havia participado, em 1897, da Guerra de Canudos como jornalista correspondente. Narrou a experiência nas obras *Os sertões* e *O diário de uma expedição*, hoje clássicos da literatura brasileira. É provável que o contato com o sertão brasileiro e a luta dos camponeses pela sobrevivência, que muitas vezes se manifestou na forma de comunidades alternativas, tenham-no aproximado das ideias de Marx, autor que, segundo ele, afastou-se das idealizações e apresentou uma “análise rigorosa dos materiais objetivos” (CUNHA *apud* CHACON, 1965, p. 283). Ainda segundo Cunha, foi “com este inflexível adversário de Proudhon que o socialismo científico começou a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva” (CUNHA *apud* CHACON, 1965, p. 282).

No primeiro de maio de 1904, na ocasião do Dia Internacional dos Trabalhadores, Cunha publicou, no jornal *O Estado de S. Paulo*, um artigo intitulado Um velho problema, em que analisava a situação da classe trabalhadora com uma profundidade, do ponto de vista marxista, incomum para a época. É evidente aqui o contato de Euclides da Cunha com Marx e diversos outros socialistas e demais críticos do capitalismo.

O carioca demonstrava como foi a passagem do antigo regime para o modo de produção capitalista, com ênfase na Revolução Francesa e seu legado para o mundo, apresentando este processo de forma crítica:

De sorte que a última pancada do Antigo Regime – já longamente solapado e prestes a cair por si mesmo – se fez o excesso de energias que atirou sobre os destroços da ordem antiga as ruínas da ordem nova planeada. Exclusivamente atraída pelo programa, que se lhe afigurava enorme e pouco valia, de derruir as classes privilegiadas, a Revolução firmou, nos “direitos do homem”, um duro individualismo que na ordem espiritual significava a negação dos seus melhores princípios e na ordem prática equivalia a destruir

as corporações populares, isto é, a única criação democrática da Idade Média. (CUNHA, 2018)

Euclides da Cunha também denunciava as injustiças sociais sofridas pela classe trabalhadora, relacionando a fome e a miséria ao velho problema que inspirava o título do texto em questão: a propriedade privada, que, assim como Proudhon em *O que é a propriedade?* (1840), o autor considerava um roubo. Esse roubo, no entanto, não era para Cunha um crime qualquer, mas um crime legalizado, um direito legalmente assegurado a uma minoria da população:

Li há tempos alentada dissertação sobre um singularíssimo direito expresso em velhas leis consuetudinárias da Borgonha. Direito de roubo... (...) Tratava-se, ao parecer, de um código da indigência; e os graves doutores, no avantajarem-se tanto, rompendo com nobre rebeldia as barreiras da moral comum, para advogarem a causa da enorme maioria de espoliados, chegavam à conclusão de que a opulência dos ricos se traduzia como um *delitum legale*, um crime legalizado. (CUNHA, 2018)

Em *Um velho problema*, Euclides da Cunha demonstrava ter conhecimento da economia política e da crítica da economia política elaborada pelo autor d'*O capital*. É notável que o engenheiro se sentiu contemplado pela teorização sobre a categoria valor, elaborada por Adam Smith e David Ricardo e, posteriormente, por Marx. Mais do que isso, Cunha posicionava-se de acordo com a crítica enérgica ao capitalismo com base na análise de sua estrutura e o reflexo nefasto que esta gerava para os trabalhadores do mundo. Ele não chegou a se considerar marxista ou socialista, mas sua exposição no artigo mencionado indica uma boa leitura do pensador alemão, e provavelmente da sua obra principal, *O capital*, na edição francesa ou espanhola, visto que Euclides da Cunha não dominava a língua alemã.

A fonte única da produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho. Nem a terra, nem as máquinas, nem o capital, ainda coligados, as produzem sem o braço do operário. Daí uma conclusão irredutível: a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham. E um conceito dedutivo: o capital é uma espoliação. (...) A exploração capitalista é assombrosamente clara, colocando o trabalhador num nível inferior ao da máquina. De fato, esta, na permanente passividade da matéria, é conservada pelo dono; (...) e quando morre – digamos assim – fulminada pela pletora de força de uma explosão ou debilitada pelas vibrações que lhe granulam a musculatura de ferro, origina a mágoa real de um desfalque, a tristeza de um decréscimo da fortuna, o luto inconsolável de um dano. Ao passo que o operário, adstrito a salários escassos demais à sua subsistência, é a máquina que se conserva por si, e mal; as suas

dores recalca-as forçadamente estoico; as suas moléstias, que, por uma cruel ironia, crescem com o desenvolvimento industrial (...) quando morre, afinal, às vezes subitamente triturado nas engrenagens da sua sinistra sócia mais bem aquinhoada, ou lentamente (...) ninguém lhe dá pela falta na grande massa anônima e taciturna, que enxurra todas as manhãs à porta das oficinas. (CUNHA, 2018)

Cunha percebeu que é no exame do processo produtivo, no qual o trabalhador se confronta com a máquina, que se revela a enorme contradição entre capital e trabalho, e se expõem as injustiças agravadas pelo caráter egoísta do capitalismo, que, na administração das forças produtivas, conserva muito melhor os “aparelhos metálicos” que os “aparelhos de músculos e nervos”. O autor conclui que, neste confronto, “está em grande parte a justificativa dos socialistas no chegarem todos ao duplo princípio fundamental: Socialização dos meios de produção e circulação; posse individual somente dos objetos de uso” (CUNHA, 2018).

Apesar de se mostrar claramente favorável a uma revolução socialista, a posição de Euclides da Cunha quanto às características deste processo parece não coincidir com as de Marx. Cunha dividia os socialistas em três tipos: os que acreditavam que o sistema atual cairá por meio de uma “revolução violenta” (para ele, o meio menos ameaçador à classe dominante); os que acreditavam que o processo poderia ser violento ou não, a depender do grau de resistência a ele; e os evolucionistas, que acreditavam que o capitalismo deveria cair pacificamente, usando de medidas violentas apenas de forma transitória, para “abrirem caminho à própria evolução”.

Essa concepção de Cunha, baseada em autores como Ferri e Colajanni, afasta-se da visão de Marx, que busca compreender as contradições existentes em cada período histórico e como estas contradições se comportam ao longo do tempo. Cunha, pelo contrário, atribuía à sociedade uma dinâmica idêntica à evolução da natureza, na qual as grandes transformações são a consequência natural da soma de pequenas mudanças, por vezes imperceptíveis e, a partir dessa perspectiva, posicionava-se em defesa de uma espécie de reformismo.

Friedrich Engels chegou a abordar algumas das questões expostas por Euclides da Cunha. Em *Anti-Dühring* (2015), ao tratar do que ele chamava de leis da dialética e expor o funcionamento da negação da negação, Engels enfatizava que objetos diferentes possuem contradições diferentes, sendo, portanto, incorreto transpor a análise da dialética da natureza à dialética das ciências exatas ou à dialética da sociedade e da economia. Segundo ele: “Se digo que todos esses processos são negação da negação, estou sintetizando

todos eles nessa lei do movimento e, justamente por isso, desconsidero as peculiaridades de cada processo específico.” (ENGELS, 2015, pp. 170-1)

Além disso, o parceiro de Marx e teórico do socialismo científico também se posicionou favoravelmente à eventual necessidade da ação violenta pelo proletariado, destacando, em *Princípios básicos do comunismo* (1847), que os comunistas deveriam evitar a violência, mas que ela, entretanto, pode ser necessária a depender da reação dos opositores. No *Manifesto comunista* (1848) Marx e Engels utilizavam-se dessa ideia, afirmando que os comunistas “declaram abertamente que os seus fins só podem ser alcançados pelo derrube violento de toda ordem social até aqui” (MARX; ENGELS, 2018). Essa perspectiva condiz, ainda, com as elaborações de Marx acerca do estado, ao afirmar que entre a sociedade capitalista e a comunista existirá um “período político de transição cujo estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado” (MARX, 2018).

Walnice Nogueira Galvão, em um comentário a Um velho problema escrito para o jornal *O Estado de S. Paulo*, exalta a importância de Euclides da Cunha para a intelectualidade brasileira, destacando que o autor, pouco depois do marco literário que foi a publicação de *Os sertões*, foi também eleito para a Academia Brasileira de Letras e para o Instituto Histórico e Geográfico. Galvão aponta que, anteriormente à Guerra de Canudos, era comum as pessoas se manifestarem favoravelmente ao extermínio dos conselhistas, frequentemente referindo-se a eles por nomes pejorativos. No entanto, após a população ter tomado conhecimento do ocorrido na Guerra, fato que contou com a inestimável contribuição de *Os sertões*, a opinião pública passou por grandes mudanças, voltando-se contra os responsáveis pelo massacre. A trajetória de Euclides da Cunha é marcada, portanto, pela crítica das injustiças e a defesa dos oprimidos. Assim, posicionou-se pelos canudenses, posteriormente fez o mesmo pelos seringueiros da Amazônia e, em Um velho problema, pelo proletariado do mundo.

Para abalar a terra inteira, basta que a grande legião à marcha pratique um ato simplíssimo: cruzar os braços... Porque o seu triunfo é inevitável. Garantem-nos as leis positivas da sociedade que criarão o reinado tranquilo das ciências e das artes, fontes de um capital maior, indestrutível e crescente, formado pelas melhores conquistas do espírito e do coração... (CUNHA, 2018).

O Capital entre os militantes brasileiros

A década de 1890 foi marcada pelo surgimento de diversas organizações operárias de cunho socialista que se aproximavam em maior ou

menor grau do comunismo de Karl Marx. Os principais posicionamentos, no entanto, estavam longe de utilizar o marxismo como forma de interpretação da realidade brasileira, em geral não apresentando alternativas à república. Era esse o posicionamento do grupo associado ao jornal *Voz do Povo*, fundado em 1890 e dirigido pelo tipógrafo José Veiga, e do Partido Operário, fundado no mesmo ano e presidido por Roberto Kinsmann Benjamin. Como aponta Claudio H. M. Batalha (1995), essa postura está presente no jornal *Echo Popular*, dirigido pelo Partido Operário, que em seu *Manifesto-programa à classe operária* dizia:

Resolveu-se formar (...) o Partido Operário sobre base sã e sólida. Partido, que evitando tudo quanto possa originar anarquia ou sedição, tem por fim somente o melhoramento e o bem-estar das classes menos favorecidas da fortuna, a conservação e ampliação dos direitos cívicos de cada cidadão pertencente a esta importantíssima classe, e o progresso e o engrandecimento deste país – a grande República do Estados Unidos do Brasil. (ECHO POPULAR *apud* BATALHA, 1995, pp. 32-3)

Em 1892 ocorreu no Rio de Janeiro o Congresso Operário Nacional, que deu origem ao Partido Operário do Brasil. Pela primeira vez se discutia (sem, no entanto, muita ênfase) a questão da propriedade dos meios de produção e o partido chegou a representar o Brasil na II Internacional, sendo o único a fazê-lo, como aponta Batalha.

Já em 1895, surgiu uma nova organização também no Rio de Janeiro, que adotou o nome de Partido Operário Socialista. O programa do partido se aproximava mais do marxismo que seus antecessores, sendo, inclusive, semelhante ao programa do Partido Socialista Brasileiro de 1902, em que constava:

os grandes males e as grandes injustiças da presente organização social derivam do fato de serem os homens divididos em duas distintas classes – capitalistas e trabalhadores, ou assalariados ou proletários; que a classe dos capitalistas, com o monopólio dos meios de produção e da troca, e com o exercício do inadmissível domínio e do aproveitamento do produto do trabalho alheio, leva à consequência lógica da degeneração física e moral da classe dos trabalhadores, bem como da escravidão econômica e da opressão política... (PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO *apud* BATALHA, 1995, p. 34).

Há, no entanto, indícios de que a militância marxista antecede os partidos mencionados até então. Chacon (1965) aponta o médico sergipano Silvério Fontes, nascido em 1858, como o primeiro militante marxista brasileiro. De origem positivista, logo se aproximou de Marx como suporte para a luta abolicionista e republicana, utilizando-se do autor de *O capital*

para melhor compreender a situação da classe trabalhadora e melhor dialogar com ela.

Em 1889 fundou, em Santos, um círculo socialista junto de Sóter de Araújo e Carlos Escobar. Mais tarde, em 1895, fundou o Centro Socialista de Santos, que se organizava em torno do jornal *A Questão Social*, que reivindicava o pensamento de Karl Marx em detrimento do pensamento anarquista que tinha força na época. Em seus escritos, enfatizava o problema dos imperativos econômicos do modo de produção capitalista sobre a sociedade, perspectiva pouco comum entre os socialistas daquele momento, principalmente entre os não-marxistas. Silvério Fontes, no entanto, não reduzia seu pensamento a uma interpretação vulgar de um aparente determinismo econômico na obra do pensador alemão, apontando a influência de fatores não econômicos no problema social, como já haviam destacado Marx e Engels em suas obras.

Se cada socialista deve levar uma pedra para o novo edifício social, o Centro de Santos sente-se satisfeito de ter iniciado, entre nós, a propaganda da doutrina reformadora, estribando-se na trilogia marxista: interpretação materialista da história, determinismo econômico e luta de classes. (...) Não queremos dizer com isso que o problema social seja uma reforma exclusivamente econômica, pois dela nascerá a principal reivindicação proletária. Entretanto, forçoso é confessar que as aspirações humanas devem ser integralizadas e a questão social passa a ser complexa, isto é, tanto literária como filosófica, tanto afetiva como estética, tanto moral como política. (FONTES *apud* CHACON, 1965, p. 288)

Em 1902, Silvério Fontes, junto de outros destacados socialistas como Ascendino Reis, Alceste de Ambrys, Ludgero de Souza, Estevam Estrella e Valentim Diego assinaram um manifesto do Partido Socialista Brasileiro fortemente inspirado no *Manifesto comunista* de Marx e Engels e cujo apêndice contava com uma lista de “livros mais recomendáveis para o estudo do socialismo científico”. Nessa lista encontram-se títulos como *O capital* (em francês), *Manifesto comunista*, *Histoire du socialisme* (Jean Jaurès), *La femme* (August Bebel), *Socialisme scientifique* (Gabriel Déville), além de obras de Malon, Enrico Ferri, Magalhães Lima e Friedrich Engels.

É notável, com base nesse registro, primeiramente a forte influência do socialismo francês entre os brasileiros, fato que implicou certa dificuldade para se aplicar os estudos feitos na França à realidade local, com um proletariado extremamente diferente, pouco motivado em comparação aos europeus – que carregavam a memória da Revolução Francesa e a influência da razão iluminista. Além disso, nota-se a presença de obras fundamentais

para o socialismo científico entre as leituras dos militantes brasileiros, entre elas, o alvo desta investigação: *O capital*.

A agitação promovida pelos militantes socialistas da década de 1890 tendo Silvério Fontes (que mais tarde ingressaria no PCB) talvez como seu principal expoente, foi fundamental para a propagação das ideias de Karl Marx e Friedrich Engels, consolidando entre os militantes brasileiros o arcabouço teórico atribuído ao socialismo científico, que veio a ser uma forte oposição ao idealismo que marcava os pensadores e militantes até então. Guedes Coutinho, influenciado por esta tradição, veio a escrever para o jornal *Echo Operário* em 1897:

as teorias científicas do grande Carlos Marx, o maior talento econômico do nosso século, o mais sóbrio e profundo sociólogo conhecido. Adam Smith, o ilustre economista inglês, pai da economia política ainda hoje seguida, foi vencido pela lógica e razões indestrutíveis do nosso mestre que, com incomparável perspicácia, mergulhou no vasto e profundo caos da história, arrancando dos seus arcanos o material sólido com que construiu esse colossal monumento científico a que deu o nome de *Capital* (COUTINHO *apud* BATALHA, 1995, p. 13).

A assimilação do pensamento de Marx entre os brasileiros conheceu inúmeras barreiras, mesmo contando com a dedicação das principais figuras do movimento operário dessa década. Ainda enfrentou, posteriormente, um quadro de hegemonia anarquista que persistiu até a eclosão da Revolução Russa e a fundação do PCB que, apesar de limitado quanto ao conhecimento teórico do socialismo científico, possibilitou a propagação das ideias de Marx entre os socialistas.

Conclusão

Frente à campanha abolicionista, crise da monarquia e início da I República, parte dos intelectuais brasileiros percebeu a importância do pensamento de Karl Marx para compreensão da realidade social, política e econômica do Brasil, utilizando-se das contribuições do chamado socialismo científico para embasar suas análises e propor alternativas ao cenário conturbado em que viviam. No entanto, essa aproximação do marxismo, de forma geral, não se converteu num estudo aprofundado ou em uma militância comunista ativa, pelo menos não até a criação do PCB, o que dificultou a assimilação da totalidade do pensamento de Marx e sua crítica da economia política em estágio mais maduro.

No movimento operário essa assimilação foi ainda mais difícil. As dificuldades da época, como a falta de acesso às obras de Marx e a hegemonia anarquista entre os militantes, fizeram que poucos partidos e organizações utilizassem o marxismo como pensamento constituinte de sua prática sem vulgarizá-lo a ponto de atribuir a Marx ideias reformistas ou de distribuição de riquezas.

Ao destacarmos os diálogos em torno da principal obra de Marx, *O capital*, as dificuldades de assimilação do pensamento marxista tornam-se ainda mais acentuadas. Tobias Barreto, o provável primeiro leitor brasileiro, não demonstrou ter realizado estudos profundos sobre a obra, resumindo-se a conclusões que vão pouco além do conteúdo do “Posfácio” à segunda edição. Euclides da Cunha, fortemente inspirado por Marx ao defender o proletariado brasileiro, foi além na interpretação da realidade e da luta de classes, mas não nos fornece registros quanto a sua possível leitura d’*O capital*. Por fim, Silvério Fontes, um dos primeiros militantes socialistas do Brasil, deixou-nos fortes indícios de que estudou *O capital* e certamente contribuiu para a sua divulgação entre o movimento operário brasileiro, ao incluí-lo na lista de obras recomendadas para o estudo do socialismo.

Se, por um lado, há poucas informações sobre leituras d’*O capital* entre os brasileiros anteriormente à fundação do PCB ou à eclosão da Revolução Russa, por outro, há a certeza de que as poucas leituras realizadas surtiram impacto significativo entre os intelectuais e no movimento operário brasileiro. A crítica da economia política presente nessas leituras, ainda que sutil e, por vezes, vulgar, contribuiu para a formação de um movimento socialista cada vez mais consciente dos males estruturais do modo de produção capitalista e mais próximo de uma postura revolucionária.

Referências bibliográficas

- BATALHA, Claudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1995.
- CHACON, Vamireh. *História das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- CUNHA, Euclides da. Um velho problema. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 maio. 1904. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/especiais/euclides/capitulo-8.php#artigo16>>, acessado em 11 jan. 2018.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. *Princípios básicos do comunismo*. Lisboa/Moscú: Editorial Avante!/Edições Progresso, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>>, acessado em 11 jan. 2018.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. Lisboa/Moscú: Editorial Avante!/Edições Progresso, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/index.htm>>, acessado em 11 jan. 2018.

_____. *O capital: crítica da economia política l. I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Lisboa/Moscú: Editorial Avante!, 1997. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>>, acessado em 11 jan. 2018.

MORAES FILHO, Evaristo de. *Medo à utopia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

PAIM, Antônio. *A escola de Recife: estudos complementares à história das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: UEL, 1997.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *O que é a propriedade?* Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

SANTOS, Gil Francisco. Tobias Barreto e o exercício da autocrítica. *Observatório da Imprensa*, 2017. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/memoria/tobias-barreto-e-o-exercicio-da-autocritica/>>, acessado em 11 jan. 2018.

Como citar:

PRATES, Bruno Prado. Breve histórico das recepções de *O capital* no Brasil (1867-1917). *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 270-283, abr./2018.

Data de envio: 2/2/2018

Data de aceite: 2/5/2018

O jovem Engels e a crítica da economia política¹

Thiago Macedo Alves de Brito²

Resumo:

Este texto tem como objetivo resgatar a obra crítica do jovem Engels, demonstrando sua importância para a formação do marxismo, em geral, e do próprio pensamento de Marx, em particular. Ênfase é dada às mudanças em seus escritos durante seu período de formação, que atingiu seu auge com a publicação de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, em 1845. O Engels deste livro transformou-se em relação, por exemplo, ao do *Esboço de uma crítica da economia política*, de 1844 – texto precursor da crítica da economia política –, quando a concorrência ainda se mostrava apenas como uma luta individual entre proprietários que poderia ser resolvida a partir de uma autoconsciência desalienada.

Palavras-chave: Engels; Marx; crítica.

The young Engels and the critique of political economy

Abstract:

This article aims at rescuing the critical work of early Engels, demonstrating its importance for the formation of Marxism, in general, and for Marx own thinking, in particular. Emphasis is given to the changes in his writings during his training period, reaching its peak with the publication of *The Condition of the Working Class in England*, in 1845. The Engels we see in this book has changed, for example, from the one we encounter in the *Outlines of a Critique of political economy*, of 1844 – critical forerunner of the critique of the political economy –, when the competition still showed itself only as an individual struggle between owners and which could be resolved from a non-alienated self-conscience.

Key words: Engels; Marx; critique.

¹ Revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Doutor em geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço eletrônico: tmadebrito@gmail.com.

Introdução

É verdade que o interesse pela obra de Friedrich Engels (1820-95) tem sido despertado por sua colaboração com Karl Marx (1818-83). Engels, na maioria das vezes, coloca-se como o segundo violino, aquele que entende muito bem seu papel na divisão do trabalho entre os dois comunistas mais famosos do mundo. Ele é, sem dúvidas, o fiel escudeiro de Marx, como ele próprio relata em seu livro sobre Ludwig Feuerbach (1804-72):

Permitam-me, aqui, um pequeno comentário pessoal. Tem sido feita insistente referência, ultimamente, à minha participação nesta teoria; não posso, pois, deixar de dizer algumas palavras para esclarecer esse ponto. Que antes e durante os 40 anos da minha colaboração com Marx tive certo papel independente na fundamentação, e sobretudo na formulação da teoria, é coisa que nem eu mesmo posso negar. Mas a parte mais considerável das principais diretrizes, particularmente nos terrenos econômico e histórico, e em especial sua formulação precisa e definitiva, se devem a Marx. Aquilo que fiz – excetuando-se umas poucas especialidades – Marx podia tê-lo feito também sem mim. Em troca, eu não teria conseguido, nunca, o que Marx alcançou. Marx tinha mais envergadura, via mais longe, observava mais e com maior rapidez que nós todos juntos. Em suma, Marx era um gênio; os demais, no máximo, homens de talento. Sem ele, a teoria nunca seria o que é hoje. Por isso leva, legitimamente, seu nome. (ENGELS, 1962, nota 1, p. 117)

Desde a sua morte, em 1895, trabalhos estão a ser escritos no intento não só de localizar, mas também de especificar o papel de Engels no interior do pensamento marxista e suas contribuições para as revoluções dos séculos XIX e XX. Autor, em conjunto com Marx, dos livros *A sagrada família* (1844), *A ideologia alemã* (1845-46) e *Manifesto comunista* (1848), também é o principal responsável pela edição dos volumes II e III de *O capital*. Se a sua carreira de intelectual marxista está atrelada à de Marx, sua atuação política tem grande destaque próprio. Na divisão das tarefas, cabe a Engels responder às acusações direcionadas principalmente pelos anarquistas e pelos socialistas pequeno-burgueses. Depois das grandes revoluções que atingiram a Europa entre 1848 e 1849 e da Comuna de Paris em 1871, houve um período de reflexão sobre as possibilidades de revolução para além da Europa Ocidental. Este período serviu também para que Engels alce voo próprio. São escritos deste tempo, entre outros, *Para a questão da habitação* (1873), *Anti-Dühring* (1878), *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1882), *A origem da família, da propriedade privada e do estado* (1884), *Ludwig*

Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã (1886), obras que receberam enorme atenção, que foram exacerbadamente comentadas e exerceram grande influência no movimento comunista internacional. O seu apogeu ocorre quando é aclamado no Congresso Internacional dos Trabalhadores Socialistas, em 1893, em Zurique, como o principal herdeiro de Marx (NETTO, 2007, p. 17). No entanto, depois da guinada totalitária na União Soviética, principalmente, a obra tardia de Engels é alvo de severas críticas de pensadores também marxistas.

Foi György Lukács (1885-1971), segundo Jones (1977, pp. 378-9), e em menor medida Karl Korsch (1886-1991), um dos primeiros a cindir o pensamento de Marx e o de Engels. Lukács criticou Engels, entre outras coisas, pela passagem mecânica de uma “dialética unitária” entre natureza e história e pela distinção entre uma “ciência metafísica” e uma “ciência analítica”, obscurecendo a relação revolucionária entre sujeito e objeto presente na obra de Marx. Reivindicava, também, uma leitura hegeliana e dialética de Marx contra a rigidez de cunho positivista consagrada por Karl Kautsky (1854-1938) na II Internacional. Lukács, em *História e consciência de classe* (1923), reconhecia uma forte influência das teorias evolucionistas e positivistas nesse autor, percebendo nele a influência de Engels.

Em grande medida, os últimos escritos de Engels foram apropriados e serviram de “manual comunista” do regime soviético. Seu livro póstumo, *A dialética da natureza*, escrito entre 1872 e 1883, mas publicado somente em 1925, talvez seja o estudo mais representativo do marxismo soviético que, de maneira geral, levantou a bandeira do “materialismo dialético”³.

No período pós-II Guerra, se, de um lado, com a vitória estadunidense, passou-se a “demonizar” o pensamento de Marx e Engels, de outro, os partidos comunistas passaram a mistificar a unidade dos dois autores, chegando até a atribuir a chancela de anticomunista a quem não concordasse com a unidade entre os dois pensadores. Alguns intelectuais marxistas da Europa Ocidental não tardaram a acusar Engels de ser um dos responsáveis pelas catástrofes do regime soviético⁴. Se esse exagero é notório, não se pode

³ Não é à toa que um dos livros mais divulgados de Stálin tenha o nome *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico* (1938). Nele, apoiando-se, sobretudo, nos textos tardios de Engels, Stálin lança as bases da “teoria científico-filosófica do materialismo”. Ou seja, o materialismo dialético, deturpando a obra de Marx e de Engels, transforma-a num “manual metodológico de apreensão unitária do mundo”.

⁴ “Na falta de uma quantidade semelhante de bibliografias, e talvez como parte de um esquecimento deliberado pós-1989, Engels foi extirpado da memória popular. Ou, mais preocupante ainda, em determinados círculos ideológicos foi atribuída a ele a responsabilidade pelos excessos terríveis do marxismo-leninismo do século XX. Pois, enquanto o legado de Marx ressurgia, o de Engels era demolido. Cada vez mais, a tendência é

dizer o mesmo de sua influência na II Internacional. Sua obra foi essencial para o Partido Socialista Alemão (PSD), sobretudo por meio de Karl Kautsky, Eduard Bernstein (1850-1932) e August Bebel (1840-1913). Seu texto *Anti-Dühring*, retiradas as referências explícitas a Dühring, foi impresso sob o nome de *Do socialismo utópico ao socialismo científico* e serviu de referência à formação dos principais partidos comunistas europeus (JONES, 1977, p. 381).

Se a tradição partidária ortodoxa referia-se a ele como um dos fundadores do “materialismo histórico e dialético”, aos olhos de certa crítica Engels foi, fundamentalmente, o divulgador de um marxismo mecanicista (evolucionista e positivista), que muito influenciou a II Internacional. Ambos os lados pecam por uma falta de rigor teórico que seja capaz de compreender os elementos particulares da contribuição intelectual de um autor *sui generis* como ele.

Engels não se deixa enganar por uma naturalização das relações sociais: critica o fato de os intelectuais burgueses terem projetado sua teoria social no mundo natural mesmo depois de terem assumido a teoria natural como fonte das explicações do mundo moderno; também procura estabelecer uma crítica à naturalização do modo de produção capitalista a partir da destruição que ele provoca na natureza; quer, de fato, contradizer aqueles que compreendiam a história da humanidade como continuação linear da história natural (JONES, 1977, p. 383). Afirma que lhes faltava a compreensão dialética do seu desenvolvimento, isto é, o entendimento dos seus processos contraditórios.

Engels não aceitava essa acentuação tardo-positivista-evolucionista das leis da natureza de desenvolvimento, concebidas em termos de simples causalidade transitiva procedente segundo uma diretriz unilinear do natural, através do econômico-tecnológico, até o político e o ideológico. Fundando-se no materialismo histórico, era levado muito mais a mostrar o efeito da prática humana sobre a natureza, mediante a ciência e a produção e, sobretudo nos últimos anos, a relativa autonomia da política e da ideologia ante qualquer causalidade econômica simplista. (JONES, 1977, p. 383)

É, porém, o contato com o pensamento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), em sua juventude, e posteriormente, é claro, com o pensamento de Marx, que o transforma completamente. Em relação a Hegel, mesmo após a morte de Marx, Engels pouco se preocupa em expor suas

de separar o Karl Marx ético e humanista de um Engels mecânico e cientificista e acusar este último de santificar os crimes dos estados comunistas da Rússia, da China e do Sudoeste asiático.” (HUNT, 2010, pp. 15-6)

diferenças. Algumas das hipóteses levantadas em seu texto sobre Feuerbach, como a relação entre materialismo e ciências naturais, a natureza contraditória da realidade e o movimento unidirecional e evolucionista da história, já apontam para a influência do filósofo alemão, mesmo que, às vezes, de forma oblíqua (JONES, 1977, p. 384).

Em Hegel, a verdade que a filosofia procurava conhecer não era uma coleção de teses dogmáticas fixas que, uma vez encontradas, precisavam apenas ser decoradas; a verdade estava no próprio processo de conhecer, na longa trajetória histórica da ciência, que, desde as etapas inferiores, se eleva às fases cada vez mais altas de conhecimento, sem nunca chegar, pelo descobrimento de uma chamada verdade absoluta, a um ponto a partir do qual não possa continuar avançando, em que lhe restasse apenas cruzar os braços e sentar-se para admirar a verdade absoluta conquistada. (...) todos os estágios históricos que se sucedem nada mais são do que fases transitórias no processo infinito de desenvolvimento da sociedade humana, do inferior ao superior. Todas as fases são necessárias e, portanto, legítimas para a época e condições que a geram; mas todas elas caducam e perdem sua razão de ser ao surgirem condições novas e superiores, amadurecidas pouco a pouco em seu próprio seio; têm que ceder lugar a outra fase mais alta, que também caducará e perecerá a seu tempo. Da mesma maneira que a burguesia (...) acaba, praticamente, com todas as instituições estáveis, consagradas por veneranda antiguidade, a filosofia dialética acaba com qualquer ideia a respeito de uma verdade absoluta e definitiva e de um estado absoluto da humanidade, coerente com aquela. Diante desta filosofia nada existe de definitivo, absoluto, consagrado; realça, em tudo, o que há de perecível, poupando apenas o processo ininterrupto do devenir e perecer, uma ascensão infundável do inferior ao superior, do qual esta filosofia mesmo é um mero reflexo no cérebro pensante. (ENGELS, 1962, pp. 91-2)

Se a obra de maturidade engelsiana é, sem dúvida, a mais controversa, a de juventude talvez seja a mais negligenciada. Se entre 1848 e 1870 ocorre uma divisão mais nítida de trabalho entre Marx e Engels, em que o primeiro detém-se, em grande medida, na produção teórica da crítica da economia política e o segundo segue mais o caminho do combate aos opositores das ideias marxistas⁵ e à elaboração inicial de sua “teoria madura”, o período de juventude de Engels, sobretudo entre 1843 e 1845, mostra-se bastante fecundo, entre outras coisas, ao privilegiar, inicialmente, uma crítica da

⁵ Como atesta o próprio Engels em 1887: “Em consequência da divisão do trabalho acordada entre mim e Marx, cabia-me defender nossas concepções na imprensa periódica e principalmente, portanto, na luta contra opiniões adversárias, para que Marx dispusesse de tempo para elaborar sua grande obra principal.” (ENGELS, 2015, p. 28)

economia política, tendo como ponto de partida o centro nevrálgico do capitalismo moderno: a Inglaterra do início do século XIX. O intuito deste texto é demonstrar que, mesmo sendo escrita em um período de formação, a obra de juventude de Engels serve de arcabouço teórico e prático para a inauguração, mesmo antes de Marx, da crítica da economia política. No entanto, não se tem como objetivo abarcar toda a obra de juventude engelsiana, que é vasta e complexa, estando inserida em um período de transformação de seu pensamento e de sua ação. Procura-se concentrar a análise nas duas grandes obras de referência deste período, obras que serão preponderantes não só para a formação do pensamento de Marx, mas também para o marxismo de forma geral: *Esboço de uma crítica da economia política* e *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

Esboço de uma crítica da economia política

Nos primeiros ensaios de Engels, nota-se uma consonância com os escritos de Marx. Este chega mesmo a considerar, em 1859, no “Prefácio” a *Para a crítica da economia política*, o texto *Esboço de uma crítica da economia política*⁶, de 1844, uma grande referência para sua guinada em direção à crítica da economia política⁷. Mas, segundo Jones (1977, pp. 396-7), não se pode considerar este texto de Engels um escrito de ruptura com a “tradição” alemã e francesa. A propriedade privada e a concorrência, conceitos tirados principalmente de Pierre-Joseph Proudhon (1806-65), funcionam, ainda, como núcleo de seu argumento, sendo a propriedade privada a causa da “imoralidade” das relações sociais.

Texto pioneiro, o *Esboço de uma crítica da economia política*⁸, portanto, ainda se encontra muito carregado pela influência de Proudhon.

⁶ Este ensaio é escrito por Engels em Manchester, entre o final do ano de 1843 e janeiro de 1844, e publicado na França, em fevereiro de 1844, na revista *Anais Franco-Alemães (Deutsch-Französische Jahrbücher)*, editada por Marx e Arnold Ruge (1802-80).

⁷ Marx se refere às contribuições de Engels da seguinte maneira, em 1859: “Friedrich Engels, com quem, desde a publicação de seu genial esboço de uma contribuição para a crítica das categorias econômicas nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, tenho mantido por escrito uma constante troca de ideias, chegou por outras vias (confrontar a sua Situação da classe operária na Inglaterra) ao mesmo resultado, e quando, na primavera de 1845, veio se estabelecer também em Bruxelas, resolvemos trabalhar em conjunto, a fim de esclarecer o antagonismo existente entre a nossa maneira de ver e a concepção ideológica da filosofia alemã; tratava-se, de fato, de um ajuste de contas com a nossa consciência filosófica anterior.” (MARX, 1977, pp. 25-6)

⁸ Sobre o pioneirismo da obra de Engels: “Trata-se da primeira obra – redigida por um jovem de 23 anos – onde se aplica a analítica hegeliana (...) à economia da sociedade burguesa e às suas teorias. Partindo das conquistas críticas dos socialistas utópicos, notadamente Fourier, Engels demonstra os mecanismos típicos da economia capitalista (como as crises) e revela os

Não é à toa que o núcleo da sociedade capitalista estaria pautado pela preponderância da propriedade privada, da qual se originavam as crises, a miséria e a concorrência. A expansão comercial e a quebra dos pequenos estabelecimentos deixaram o caminho livre para a implantação da base do sistema capitalista: a propriedade privada (JONES, 1977, p. 396; NETTO, 2007, p. 28).

No *Esboço*, Engels critica o liberalismo econômico, em especial o de Adam Smith (1723-90), de David Ricardo (1772-1823) e de Thomas Malthus (1766-1834). A partir de Hegel e de Proudhon, além dos socialistas ingleses e dos cartistas, critica o liberalismo econômico, baseado na livre troca de mercadorias entre os homens, considerado a forma “natural” de troca da sociabilidade moderna. Como forma de romper com o monopólio, a crítica engelsiana recai sobre as teorias entusiastas do livre comércio. Ele expõe, a partir da dialética hegeliana, como a livre troca encontra-se alicerçada na propriedade privada e, conseqüentemente, como a livre concorrência e a busca por maiores lucros conduzem, necessariamente, ao monopólio (MANDEL, 1968, pp. 21-2).

O *Esboço*, segundo Castelo Branco (2010), poderia ser lido conforme três eixos centrais: concorrência, propriedade privada e crises. A parte referida à concorrência é de grande valia, porque é a partir dela que Engels desenvolve as outras duas.

Engels começa analisando o mercado e as trocas conforme estes são estabelecidos pela economia política. Para se sair bem no mercado de trocas era preciso ter uma balança comercial favorável, superavitária. Vivia-se a transição do mercantilismo entesourador para uma economia do livre comércio, em que as barreiras espaciais seriam cada vez mais rompidas. Era preciso, portanto, exportar mais do que importar. A concorrência seria essa mola propulsora para expandir o comércio e quebrar os limites do monopólio nacionalista mercantilista. Engels, no entanto, questiona a falsa contradição entre monopólio e concorrência, esta última associada aos discursos dos apologistas do livre comércio. Para ele, qualquer um que entra no reino da concorrência visa ao monopólio e à concentração de riqueza, seja ele um capitalista, um proprietário de terras ou até mesmo um trabalhador. A livre concorrência tem como seu fundamento o monopólio da propriedade privada. A concorrência produz sua própria negação, o monopólio. Desvelando essa pedra angular, Engels demonstra que a concorrência tem como base a

antagonismos econômico-sociais de que ela é portadora. A análise não é original e luminosa apenas porque desvela a imanente contraditoriedade do modo de produção capitalista – é-o principalmente porque lança as bases da crítica da economia política como ciência prioritária para o conhecimento da sociedade burguesa.” (NETTO, 1981, p. 34)

separação do trabalhador de seus meios de produção e a conseqüente absolutização da propriedade privada – daí decorre seu *insight* de que a propriedade privada é a razão de ser da concorrência.

Dessa maneira, assim como Marx em 1843-4, Engels percebe que a economia política inglesa pressupunha a propriedade privada como algo inerente à natureza humana. A economia política pressupunha aquilo que ela deveria demonstrar. Caberia aos “verdadeiros comunistas” questionar as especificidades da sociedade capitalista, desvelar os interesses particulares “egoístas”, o individualismo e a dissolução social por ela desencadeada.

Se o excelente texto de Castelo Branco (2010) tem o mérito de retomar, no Brasil, a discussão acerca do pioneirismo de Engels em relação à crítica da economia política, uma possível lacuna pode ser verificada pela ausência de uma reflexão sobre a incipiente teoria do valor esboçada por Engels.

Em relação à parte referente ao valor, tanto Mandel⁹ (1968) quanto Frederico¹⁰ (1995) e De Deus¹¹ (2012) apontam-na como o momento menos

⁹ A citação de Mandel, a seguir, confirma a hipótese do pouco desenvolvimento da teoria do valor nessa obra de Engels. “A segunda parte do artigo trata do valor, e é sua parte mais fraca, aquela que indica que Engels não compreendeu nem aprofundou Ricardo no momento de redigir esse trabalho. Ele trata do valor partindo da distinção entre ‘valor intrínseco ou valor real’, de um lado, e valor de troca, de outro lado. Depois ele examina as duas escolhas, que reduzem, uma o ‘valor intrínseco’ aos ‘custos de produção’, a outra ‘o valor intrínseco’ de uma mercadoria ‘inclui[ndo] os dois fatores’, tanto os ‘custos de produção’ quanto a ‘utilidade’. Numa passagem pouco clara, é verdade, ele parece colocar em dúvida a própria existência do valor.” (MANDEL, 1968, p. 22)

¹⁰ Frederico salienta que Engels recusa, em princípio, a teoria do valor dos economistas. Utilizando-se de Feuerbach, Engels faz uma inversão na prioridade ontológica entre valor e preço. “Assim, na economia, deste modo tudo é colocado de cabeça para baixo e o valor que é, à partida, a fonte do preço, é situado na dependência do seu próprio produto. Esta inversão, sabe-se, é a essência da abstração (comparar Feuerbach sobre este ponto).” (ENGELS, 1981, pp. 63-4) Portanto, a economia política, ao partir do valor, parte da abstração para chegar ao empírico: o preço. Para Engels, é preciso pôr de cabeça para cima a teoria do valor a partir do preço, do uso mais empírico. Sabe-se que, mais tarde, ele concordará com Marx sobre a relevância da teoria do valor, essa “abstração razoável” que o ajudará a desvelar os segredos do capitalismo por meio de sua teoria do mais-valor.

¹¹ Na citação de De Deus, a seguir, confirma-se a ainda insuficiente elaboração teórica de Engels sobre a lei do valor. “No caso do valor e da lei da oferta e da procura, vê-se claramente como não há níveis de abstração no texto, Engels não consegue tratar de essência e aparência do fenômeno, insurgindo-se sempre que essas duas instâncias parecem se contradizer, produção e circulação, bem como as relações sociais que as condicionam aparecem todas de modo aleatório na argumentação de Engels. Assim como na *Crítica de 43*, a propriedade privada é o alvo principal da crítica, o que parece ser influência direta de Proudhon. A concorrência é vista como a causa principal da miséria do trabalhador, agravada pelo sistema de fábrica e pela maquinaria. Em síntese, a ausência de uma teoria do valor consistente impede que todas as questões sejam subsumidas a certa ordem, recaindo toda a crítica na análise moralista da realidade que não se ajusta à teoria. No entanto, este é o ponto de partida da crítica da economia política, ou, por outra, de seu objeto, a sociedade capitalista, jamais em equilíbrio, como pretendia a economia clássica.” (DE DEUS, 2012, p. 44)

substantivo do texto. Engels (1981) explora apenas a forma valor de troca no que tange à concorrência entre capitalistas. A origem do valor e suas metamorfoses na esfera produtiva ainda eram um enigma a desvelar. Ele desdobra a forma valor em “valor abstrato” ou “valor real” – que é, para os ingleses, expressão dos custos de produção, e para o francês Jean-Baptiste Say (1767-1832), medida da utilidade do objeto – e “valor de troca”, localizado na esfera da circulação, na concorrência, determinando, inclusive, o “valor real”. Segundo Engels (1981), a teoria do valor de Say se baseia somente numa abstração, numa subjetividade desmedida, pois, para ele, os objetos mais essenciais deveriam ter mais valor do que os objetos de luxo. Seria necessário, para Engels, ter em conta não somente os custos de produção e a utilidade do objeto, mas também a concorrência e o “valor de troca”. O valor, desta maneira, significa a relação entre os custos de produção, a utilidade do objeto e sua determinação pela concorrência. Para Engels, no entanto, há uma contradição entre a utilidade real de um objeto e a determinação geral da sua utilidade, ou seja, entre a utilidade intrínseca ao objeto e a “liberdade” dos sujeitos que fazem trocas no mercado sem suprimir sua propriedade privada.

De acordo com Engels, a definição de valor da escola inglesa e de Say não leva em conta a preponderância da concorrência, embora contenham uma diferença: se para os ingleses esta concorrência substitui a utilidade do objeto, para Say a concorrência mostra os custos de produção em relação à utilidade¹². “O fundamento da diferença existente entre o valor real e o valor de troca reside no fato de que, no comércio, o valor de um objeto é diferente do suposto equivalente que se dá por ele, o que significa que este equivalente não é, em realidade, um único equivalente.” (ENGELS, 1981, p. 63) Engels percebe que a equivalência entre preço e valor é somente aparente. O preço é determinado pela reciprocidade entre os custos da produção e a concorrência, enquanto o valor (real) refere-se à relação entre a utilidade e os custos da produção. A diferença entre valor e preço ainda está confusa, como bem

¹² Em seu primeiro estudo de economia política, *Cadernos de Paris*, Marx faz um breve resumo do *Esboço* de Engels: “A propriedade privada. Sua consequência imediata: o comércio: como toda atividade [torna-se] fonte imediata de lucro para quem a exerce. A seguinte categoria condicionada pelo comércio: o valor. Valor real abstrato e valor de troca. Say: utilidade como determinação do valor real; Ricardo e Mill: custos de produção. Para os autores ingleses, a concorrência representa a utilidade frente aos custos de produção; para Say [os representados são] os custos de produção. Valor: a relação em que estão os custos de produção diante da utilidade. A aplicação imediata do valor: a decisão, em geral, sobre se é conveniente produzir, se a utilidade compensa os custos de produção. A aplicação prática do conceito de valor, limitada à decisão sobre a produção; a diferença entre valor real e valor de troca descansa no fato de que o equivalente entregue no comércio não é equivalente algum. O preço: relação entre custos de produção e concorrência. Somente o monopólio tem um preço.” (MARX, 1974, pp. 103-4)

lembrou Mandel (1968): o importante, para ele, é a concorrência, expressão da propriedade privada.

A concorrência penetrou todas as relações de nossa vida e completou a servidão recíproca em que os homens se encontram atualmente. A concorrência é a grande mola que impulsiona incansavelmente a nossa ordem (ou antes: a nossa desordem) social, que, envelhecendo sem vontade, a cada novo esforço despende também uma parcela das suas forças declinantes. A concorrência determina tanto a evolução numérica da humanidade quanto seu progresso moral. (ENGELS, 1981, p. 79)

A relação entre demanda e oferta e a flutuação dos preços posta pela concorrência, para Engels, tiram qualquer traço de moralidade das relações de troca, e não se trata de uma “questão do valor”. O problema é: onde fica a possibilidade de uma troca “moral”, “justa?”. Ela só existiria, então, numa relação concorrencial “harmoniosa” entre consumo e produção, em que, “numa situação digna da humanidade, não [haveria] outra concorrência senão esta” (ENGELS, 1981, p. 70).

Segundo De Deus (2012, p. 42), ainda sobre o valor, Engels o subdivide em renda da terra, lucro do capital e salário. Como o capital é trabalho acumulado, trabalho e capital teriam origem única, resultando em dois fatores: trabalho e terra. Ou, ainda: homem e natureza; o aspecto objetivo composto pela terra e pela natureza, e o subjetivo, pelo homem e sua capacidade inventiva e planejadora. A teoria da renda seria formada pela produtividade diferencial do solo, conforme Ricardo, ou seja, pelo fator objetivo e, no lado humano, pela concorrência.

Em última análise, a escassez de terra, condicionada por sua produtividade, acaba por determinar a renda, que, portanto, acaba por se reduzir ao roubo, já que o proprietário de terra não tem qualquer interesse em prover alimentos para a população, mas apenas em obter a maior renda possível. Assim, o enigma revelado da renda fundiária, para Engels, também é a propriedade privada. (DE DEUS, 2012, p. 42)

A origem do capital está, portanto, na propriedade privada, assim como para Proudhon. Da propriedade privada surgem o capital e o trabalho, e do capital, o lucro e os juros. Está na propriedade privada a origem dos males da sociedade capitalista. Abolindo-a, “todas estas separações artificiais desaparecem simultaneamente” (ENGELS, 1981, p. 68).

Engels dá um passo importante em direção à teoria da alienação que Marx desenvolve nos *Manuscritos de 44*. A separação entre capital e trabalho, sendo este último desdobrado em produto e salário, faz deste (o salário) a parte referente à subsistência do trabalhador. É o fruto do divórcio entre o

trabalhador e seu produto, que fica nas mãos do capitalista industrial. Segundo Secco (1996), é o trabalho, separado dos meios de produção, que cria o capital. O trabalhador é o sujeito do processo, ele é parte preponderante da totalidade do processo de produção e reprodução da sociabilidade capitalista. Portanto, é pela cisão entre trabalho e capital que se explica a propriedade privada. A sua supressão levaria à conciliação do trabalho com seu produto ou com seu “verdadeiro” salário. A oposição entre trabalho e salário, para Engels, deriva da concorrência, pois “não há como medir a parte do trabalho na produção” (ENGELS, 1981, p. 68). Engels acerta ao destacar o desequilíbrio entre oferta e demanda e sua falta de controle por parte dos próprios capitalistas.

Por concorrência segue também que oferta e demanda sempre tendem ao equilíbrio, com esforço, mas nunca o atingem e, ao contrário do que supõem os economistas, as crises periódicas revelam exatamente o desequilíbrio de um sistema em que os agentes não controlam nem oferta nem demanda. Com isso, os preços oscilam além ou aquém do valor e, portanto, a própria teoria do valor defendida pelos economistas se revela inútil. (DE DEUS, 2012, p. 43)

Se o rigor se perde pela ausência de uma teoria “madura” do valor, ao analisar tal desequilíbrio entre oferta e demanda, Engels inicia uma profícua teoria das crises capitalistas. Quanto mais a riqueza se concentra no bolso dos capitalistas, maior é a tendência à pauperização dos trabalhadores. Para se expandir, o capital precisa explorar cada vez mais o trabalhador, e quanto mais ele explora, maior é a propensão ao crescimento dos seus lucros. O capital, à busca de lucros extras, aumenta sua produtividade, tende, por outro lado, a rebaixar o preço da força de trabalho. Consequentemente, o desenvolvimento das forças produtivas gera uma abundância de produtos que o mercado não consegue absorver, devido ao rebaixamento dos salários dos trabalhadores e a seu baixo poder de compra. Em vez de esses produtos, não absorvidos pelo mercado, serem distribuídos pela classe proprietária aos trabalhadores, eles são destruídos, até mesmo incinerados. A superprodução, que não encontra liquidez, solvência, causa desemprego e pauperismo. O desequilíbrio entre oferta e demanda, portanto, resulta em crises cada vez mais profundas (SECCO, 1996; CASTELO BRANCO, 2010).

O pauperismo, segundo Engels (1981), é fruto do caráter privado dos meios de produção e dos produtos socialmente produzidos. A origem e as causas das crises se encontram na superprodução de mercadorias e na ausência de sua distribuição entre os trabalhadores. Engels, embrionariamente, inicia uma das “modalidades” (GRESPLAN, 1998) da teoria

das crises que Marx desenvolverá anos mais tarde, em seus textos referentes à crítica da economia política.

O texto tem como ponto forte a crítica da teoria da população de Malthus. Engels critica a associação entre o aumento da população e o da produção de alimentos, que, para Malthus, ocorreria num ritmo inferior ao da população (enquanto os alimentos cresceriam numa progressão aritmética, a população o faria numa progressão geométrica). A análise de Engels revela que a produtividade do solo não é um fator natural. A aplicação da ciência e da técnica faz que se incremente a produção, aumentando a produtividade agrícola. Num momento de transformação industrial, com a ajuda das ciências naturais, é contraditório afirmar que a produção de alimentos não conseguiria suprir a fome e as necessidades alimentares da população em crescimento. Mais contraditório ainda num país como a Inglaterra, onde há abundância de riqueza, as pessoas morrerem de fome. Para Engels, a força produtiva humana é incomensurável. “A capacidade de rendimento da terra pode ser aumentada ao infinito pelo emprego do capital, do trabalho e da ciência.” (ENGELS, 1981, p. 73) Citando o intelectual escocês Archibald Alison (1757-1839), Engels afirma que a produtividade de grãos na Inglaterra poderia ser suficiente, num espaço de dez anos, para alimentar uma população seis vezes maior do que a de 1844. O capital e suas forças produtivas crescem de maneira nunca vista antes. Justo nesse momento, questiona, há uma teoria que coloca a responsabilidade por uma possível falta de alimentos no crescimento da população, em vez de direcionar a questão para a própria produção e sua distribuição desigual de alimentos no mercado.

Para Malthus, segundo Engels, o crescimento da população pressiona a produção dos seus meios de subsistência, no entanto, esta não cresce na mesma proporção que a população, provocando, assim, um déficit de alimentos. Para Malthus, essa “defasagem” entre a produção de alimentos e o crescimento da população levaria à fome e à miséria, e a solução para isso seria a supressão da “população de reserva”.

A consequência deste desenvolvimento é, portanto, a seguinte: já que os pobres são precisamente os excedentes, não há nada que se possa fazer por eles senão levá-los à morte por inanição da forma mais suave possível; é preciso convencê-los de que não se pode alterar nada e que toda a sua classe só tem o recurso de uma reprodução tão limitada quanto possível ou, se isso não for viável, sempre será melhor criar uma instituição estatal para matar sem dor as crianças dos pobres (...). (ENGELS, 1981, p. 74)

A medida da reposição populacional seria, em média, de aproximadamente 2,5¹³ filhos por casal; caso viessem mais, aumentaria a demanda por alimentos. Dar esmola, nesse sentido, “seria, então, um crime, visto que significa sustentar o acréscimo da população excedente” (ENGELS, 1981, p. 74). Seria vantajoso, contudo, fazer da pobreza e da miséria um crime, de maneira que a “alternativa” imposta foi transformar os albergues em penitenciárias. Foi o que aconteceu com a Nova Lei dos Pobres¹⁴ de 1834. Para Engels, no entanto, trata-se de uma “imoralidade da economia”, a qual recai sobre os fundamentos da economia política; ou seja, sobre a produção além do necessário para garantir a subsistência do trabalhador, o que gera o mais-valor apropriado pelo capitalista. Pois se o capitalista obtém seu lucro graças ao trabalho excedente, fica claro que “teoricamente” um trabalhador ativo produz mais do que necessita para sobreviver, isto é, produz um excedente. No modo de produção capitalista a produtividade, ao menos em teoria, tem de ser maior do que o necessário para a subsistência do trabalhador para que o capitalista possa extrair um mais-trabalho, um mais-valor. Esta é a razão de ser do capital. Ou seja, em sua base, a produtividade do capital tem de ser maior do que o valor referente ao trabalho necessário para a reprodução do trabalhador. A população cresce ao lado de um excedente de riqueza que não é dividido, mas concentrado e apropriado pelos capitalistas.

Apesar de sofrer várias críticas, o *Esboço* foi o primeiro impulso à crítica da economia política, ao salientar a contradição entre a propriedade privada dos meios de produção e os salários dos trabalhadores. Engels se baseia em Proudhon ao apontar a propriedade privada como o grande problema da sociedade capitalista, já assumindo um viés socialista em suas ideias e posturas (NETTO, 2007, p. 29). É evidente também sua crítica amparada por ideais ético-morais. Engels, ao analisar a estrutura da ordem burguesa, logo passa às concepções utópicas abstratas de sociedades ideais. No entanto:

¹³ Sabe-se, hoje, que a medida de reposição populacional é 2,1 filhos por mulher.

¹⁴ “A legislação sobre os pobres – *Poor Law* (chamada também de ‘Lei dos Pobres’) – surgiu em 1601, em 19 de dezembro, pelas mãos da rainha Elizabeth ou Isabel I (1533-1603), formulada sobre quatro princípios: a) obrigação de socorro aos necessitados; b) a assistência pelo trabalho; c) o imposto cobrado para o socorro aos pobres; e d) a responsabilidade das paróquias pela assistência de socorro e de trabalho; em 1834, sofreu notável reformulação por meio da chamada ‘nova lei dos pobres’ (de fato, editou-se não uma *New Poor Law* [Nova Lei dos Pobres], mas uma *Poor Law Amendment Act* [Ato de Alteração da Lei dos Pobres]), adequando-a a exigências burguesas, com forte repressão sobre os pobres considerados aptos para o trabalho – recorda-se que, desde 1697, já existiam na Inglaterra as temidas *workhouses* (casas de trabalho); também em 1834 criou-se a *Royal Commission on the Poor Law* (Comissão Real para a Lei dos Pobres).” (ENGELS, 2007, nota a. p. 61)

O jovem Engels prolonga a evidente inspiração ética dos utópicos, mas situa a crítica da sociedade burguesa *fora* do âmbito da economia política, que lhe é própria. Ele demonstra que e como essa economia é expressão ideológica do estado de coisas vigente e funda a sua análise na investigação da realidade mesma. Utilizando procedimentos dialéticos, o jovem Engels *historiciza* as categorias econômicas e revela o seu condicionamento histórico-social. (NETTO, 2007, p. 29)

A análise engelsiana ainda não rompe definitivamente com o comunismo filosófico de Moses Hess (1812-75), com o moralismo de Thomas Carlyle (1795-1881) e dos socialistas franceses, mas expressa, principalmente, traços críticos à sociedade capitalista, por meio de sua ciência, além de começar a esboçar uma versão materialista das revoluções sociais vigentes. Sua grande ruptura virá com *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra

Desde 1830, já transparecia na Inglaterra, onde o capitalismo estava num estágio mais “avançado”, que o “problema social” não era apenas a pobreza, mas uma classe social que emergia no seio da grande indústria, o proletariado. As décadas de 1830 e de 1840 foram relatadas em textos e artigos sobre o desenvolvimento tecnológico e industrial, mas também sobre a organização dos trabalhadores – não só na Inglaterra como também na França. O livro de Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*¹⁵, para Hobsbawm (2011), é o mais importante texto da época por ser o primeiro a tratar tanto da classe operária como um todo quanto de seus grupos específicos. Trata-se de uma obra que não se contenta em descrever a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, mas também procura mostrar as transformações do capitalismo industrial e suas consequências sociais, políticas e urbanas. É, quiçá, a primeira obra a fazer uso do termo *revolução industrial* como um conjunto de transformações no chão de fábrica que impactou as demais esferas da sociedade (HOBSBAWM, 2011). Engels descreve essa transformação como um processo de centralização e polarização

¹⁵“A obra foi lançada em sua forma final em Leipzig, no verão de 1845, com um prefácio e uma dedicatória (em inglês) ‘às classes trabalhadoras da Grã-Bretanha’. Foi publicada em inglês, com ligeiras revisões do autor, mas com prefácios alentados, em 1887 (edição americana) e 1892 (edição britânica). Ou seja, foi preciso quase meio século para que essa obra-prima sobre os estágios iniciais da indústria na Inglaterra chegasse ao país que a tinha inspirado. Contudo, desde então, tornou-se uma obra conhecida por todos que estudam a Revolução Industrial.” (HOBSBAWM, 2011, p. 89)

de riqueza e de pessoas. O objetivo da elite industrial era criar uma grande massa de trabalhadores assalariados disponíveis para o emprego na grande indústria, fazendo que se dilacerassem as antigas formas de produção artesanal e rural, que não mais poderiam competir com a produção em série.

Ascensão da indústria capitalista destrói os pequenos produtores de bens acabados, o campesinato e a pequena burguesia, e o declínio dessas camadas intermediárias, ao privar o trabalhador da possibilidade de se tornar um pequeno mestre, o confina às fileiras do proletariado, que se torna assim “uma classe definida na população, ao passo que antes fora apenas uma etapa transitória para o ingresso na classe média”. (HOBSBAWM, 2011, pp. 90-1)

Assim como no *Esboço*, Engels percebe que a indústria em ascensão demanda mais investimentos em tecnologia e uma maior demanda de mão de obra. As grandes e as médias indústrias, mesmo alocadas no campo, propiciaram a criação de vilas e aglomerados. Trabalhadores foram atraídos pela oferta de empregos. No entanto, o crescimento da população nas franjas urbanas foi maior que a oferta de empregos na indústria, o que gerou uma reserva de mão de obra. Com uma massa à procura de emprego, a tendência era a diminuição dos salários dos trabalhadores. A grande procura e os baixos salários atraíam mais indústrias para a região. As vilas se transformavam em cidades, e estas em centros urbanos¹⁶.

As cidades se transformam no grande palco do capitalismo. Nelas, as contradições do sistema saltam aos olhos de Engels: se, de um lado, tinha-se a concentração de riqueza nas mãos de uma parcela relativamente pequena de capitalistas, de outro, havia uma grande massa de trabalhadores pobres e miseráveis. Os trabalhadores que não conseguiam emprego formal transformavam-se em informais, e os que não possuíam fonte de renda eram levados ao roubo, à vadiagem ou à mendicância.

Nessa anarquia, aqueles que não possuem nenhum meio de vida e de produção são esmagados e reduzidos a trabalhar por uma ninharia e a passar fome quando desempregados. E, pior, a uma vida de profunda insegurança, na qual o futuro é absolutamente desconhecido e incerto. (HOBSBAWM, 2011, p. 91)

Em 1845, Engels acredita que os salários flutuavam entre um valor mínimo, que é posto pela concorrência entre os trabalhadores, e um valor

¹⁶ Segundo Raymond Williams, em meados do século XIX a população urbana da Inglaterra ultrapassava a rural pela primeira vez na história, mas o autor ressalva que, apesar dessa virada, apenas um quarto dessa população vivia em cidades com mais de 100 mil habitantes. “Quando, na década de 1840, os escritores começaram a dizer que viviam numa ‘era das grandes cidades’ (...), estavam aludindo à importante novidade que as cidades representavam e a seu papel dominante na economia; a expressão não tinha um sentido absoluto.” (WILLIAMS, 2011, pp. 357-8)

máximo, posto pela concorrência entre os capitalistas. O salário médio se aproximava do salário mínimo, próximo do valor mínimo, que representaria o necessário para a reprodução física do trabalhador. Marx, e o próprio Engels, anos mais tarde, perceberiam que os salários podem até variar para baixo do mínimo necessário à subsistência do trabalhador¹⁷.

O aumento da produção de mercadorias e a tecnificação do processo produtivo são responsáveis por colocar no mercado cada vez mais mercadorias. Os preços desses produtos, em abundância no mercado, de maneira geral, tendem a cair, assim como o salário do trabalhador. Esses fatores contribuem para atrair mais negócios à região. Mas, devido ao incremento de máquinas no processo produtivo, ocorre uma disparidade entre oferta e demanda de emprego. À medida que a população cresce, aumenta a demanda por mercadorias e o excedente populacional se mantém o mesmo nos períodos de crise. Engels é pioneiro na descoberta e na análise deste “exército industrial de reserva” como fator importante para o funcionamento dinâmico do capitalismo. “Como opera por meio de flutuações, o capitalismo precisa de uma reserva permanente de trabalhadores, a não ser nos picos de prosperidade.” (HOBSBAWM, 2011, p. 92) Conforme Engels:

Nas condições sociais vigentes, as consequências de todos os aperfeiçoamentos mecânicos são desfavoráveis aos operários, e o são em alto grau: qualquer máquina nova provoca desemprego, miséria e infortúnio e, num país como a Inglaterra, onde já se encontra permanentemente uma “população excedente”, a perda do trabalho é, na maioria dos casos, o que de pior pode acontecer a um operário. (2007, p. 178)

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra marca, também, o momento de grande transformação intelectual de Engels. Depositário de uma

¹⁷ No *Esboço* e n'*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* Engels trabalha com a noção exposta, de que o salário não passa do valor mínimo para a reprodução do trabalhador. Conforme José Paulo Netto, tradutor da *Miséria da filosofia* para o português, Marx também trabalhou com esta hipótese em 1847, em sua crítica a Proudhon, mas em *O capital* ele alterou esta concepção. Em verdade, a força de trabalho pode ser paga abaixo do seu valor, ou do mínimo necessário para a reprodução do trabalhador. No entanto, o valor não diminui, mas sim o salário pago (MARX, 2009, nota 35, p. 65). Segundo o próprio Marx, “o limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma quantidade de mercadorias cujo fornecimento diário é imprescindível para que o portador da força de trabalho, o homem, possa renovar seu processo de vida; tal limite é constituído, portanto, pelo valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho é reduzido a esse mínimo, ele cai abaixo do seu valor, pois, em tais circunstâncias, a força de trabalho só pode se manter e se desenvolver de forma precária. Mas o valor de toda mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade normal” (MARX, 2013, p. 247).

herança filosófica alemã e do socialismo francês, ele se depara com um complexo social em formação, que seus pressupostos teóricos e práticos já não conseguem mais avaliar. Logo em sua chegada, assiste a uma grande greve cartista¹⁸ que muito o impacta.

Ainda sob a influência de Hess, que concebia a revolução social a partir do triunfo de um ideal comunitário de união e do combate ao individualismo típico da modernidade industrial, Engels não vê a sociedade moderna movida pela luta de classes. A revolução baseada na “comunidade de bens” condizia com os princípios abstratos da autoconsciência dos “Livres” de Berlim¹⁹, nos quais encontrava os justos princípios filosóficos abstratos de um ideal igualitário (JONES, 1977, p. 400).

Na Inglaterra, Engels se aproxima mais dos discípulos de Robert Owen (1771-1858) do que dos cartistas. Ele fica bastante impressionado com a organização dos trabalhadores, bem diferente da realidade de sua terra natal, e entusiasmado com uma possível revolução social. Mesmo assim, vê que os socialistas ingleses pecavam pela falta de uma “filosofia alemã”²⁰.

¹⁸ Sobre o cartismo, o próprio Engels esclarece: “O cartismo nasceu do partido democrático, partido que nos anos 80 do século passado desenvolveu-se com o proletariado e, ao mesmo tempo, no proletariado. Reforçando-se durante a Revolução Francesa, quando a paz foi restabelecida apresentou-se como partido radical, deslocando-se seus centros de Londres para Birmingham e Manchester. Aliando-se com a burguesia liberal impôs aos oligarcas do antigo parlamento o *Reform Bill* e, desde então, vem se consolidando diante da burguesia sempre mais claramente como partido operário. Em 1838, uma comissão da Associação Geral dos Operários de Londres (*London Working Men’s Association*), liderada por William Lovett, elaborou a *Carta do Povo*, cujos ‘seis pontos’ são: 1) sufrágio universal para todos os homens maiores, mentalmente sadios e não condenados por crime; 2) renovação anual do Parlamento; 3) remuneração para os parlamentares, para que indivíduos sem recursos possam exercer mandatos; 4) eleições por voto secreto, para evitar a corrupção e a intimidação pela burguesia; 5) colégios eleitorais iguais, para garantir representações equitativas; e 6) supressão da exigência (já agora apenas formal) da posse de propriedades fundiárias no valor de 300 libras como condição para elegibilidade – isto é, qualquer eleitor pode tornar-se elegível.” (ENGELS, 2007, p. 262)

¹⁹ Grupo de jovens hegelianos de esquerda que se reuniam em bares para debater questões políticas, filosóficas e religiosas, e que tinham como principal referência Bruno Bauer (1775-1854) e sua filosofia da autoconsciência.

²⁰ Para Engels, o movimento cartista era republicano. Seu socialismo não passou de uma luta contra a miséria pela proposta de parcelamento da propriedade fundiária (reforma agrária), já absorvida naquele momento pela burguesia. Engels acredita que, sem uma radicalização do movimento, os cartistas sucumbiriam à concorrência. Ele salientava, no entanto, que o socialismo inglês provinha de Owen, “um industrial, e por isso, se substancialmente vai além da oposição entre burguesia e proletariado, na forma mostra-se muito indulgente para com a burguesia e muito injusto para com o proletariado” (ENGELS, 2007, p. 270). Mas somente da união entre os socialistas e o cartismo poderia vingar uma revolução social na Inglaterra. Se os cartistas eram republicanos, de outro lado, eram operários autênticos, de “carne e osso”. Os socialistas, por sua vez, eram mais conscientizados, apresentavam propostas práticas contra a situação insalubre dos trabalhadores, porém, eram oriundos da burguesia e, portanto, incapazes de unir a classe operária. “A fusão do socialismo com o cartismo, a

É a partir da análise das forças produtivas da grande indústria que Engels vislumbra a necessidade de adentrar cada vez mais na compreensão de seu funcionamento intrínseco e na lógica interna do sistema produtivo. A tecnificação do processo produtivo e a propriedade privada dos meios de produção tornavam mais nítidos os processos de exploração da classe trabalhadora. Ele volta sua atenção, então, para os mecanismos que faziam da concorrência entre capital e trabalho uma forma inerente ao capital.

Engels também percebe que o proletariado, que vinha se formando politicamente como sujeito a partir das associações, partidos e sindicatos, encontrava dificuldades para atrair outros grupos e classes; a classe média, por exemplo, pendia para o lado da aristocracia retrógrada e moralista (a classe média inglesa tinha posses, propriedade, o que a situava em uma oposição ao socialismo democrático). Na Inglaterra, o pobre trabalhador era privado de direitos sociais, oprimido e explorado, fato que tornava mais clara a luta entre os socialistas e os aristocratas apoiados pela pequena burguesia (JONES, 1977, p. 404). A precarização e a periferização dos trabalhadores industriais urbanos estavam ligadas diretamente ao sistema de produção e reprodução capitalistas. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* se insere, então, no conjunto de textos que visavam a descortinar as mazelas causadas pelo desabrochar da grande indústria (NETTO, 2007, p. 30).

Engels ganha destaque nesse debate nem tanto pelos dados colhidos e expostos em seu livro ou por sua participação ativa nos movimentos dos trabalhadores, mas por desvelar os efeitos colaterais do desenvolvimento da grande indústria num país pioneiro como a Inglaterra, ao mostrar como o capital passa a controlar a produção das mercadorias e, ao fazê-lo, torna o trabalho fonte de riqueza alheia, expropriada (JONES, 1977, p. 411). Engels dá um passo adiante em relação ao *Esboço*: a “questão social”, que era caso de filantropia ou de um salário “justo”, passa a ser vista com mais clareza como intrínseca ao padrão reprodutivo do capital ancorado na propriedade privada dos meios de produção.

O despertar de Engels para o comunismo deve-se à descoberta do proletariado não mais como uma massa passiva, inerte e sem comando, como achavam seus compatriotas alemães, mas como sujeito ativo do processo revolucionário. Engels vê a dinâmica e a mobilização dos trabalhadores adquirindo força nas grandes cidades britânicas. Passa a depositar suas esperanças na classe trabalhadora capaz de gerar o que Marx denominou, na

reconstituição do comunismo francês em moldes ingleses, será a próxima etapa e ela já está em curso. Quando estiver realizada, a classe operária será realmente senhora da Inglaterra.” (ENGELS, 2007, p. 271)

“Introdução” à *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*, de 1844, de “emancipação humana”.

A “questão urbana”

Engels inova, para época, ao apresentar a “questão urbana” como fruto das transformações do modo de produção capitalista que, ao mesmo tempo em que concentrava a riqueza em seu centro, segregava espacialmente seus trabalhadores. Inova, também, ao mostrar o desastre ecológico que o sistema produtivo causava tanto no campo quanto na cidade.

A mera concentração da população nas grandes cidades já exerce uma influência deletéria. A atmosfera de Londres não pode ser tão pura e rica em oxigênio como a de uma região rural; 2,5 milhões de pessoas respirando e 250 mil casas amontoadas numa área de três ou quatro milhas quadradas consomem uma enorme quantidade de oxigênio que dificilmente se renova, uma vez que a arquitetura citadina não favorece a circulação do ar. O gás carbônico produzido pela respiração e pela combustão permanece graças à sua densidade e porque as correntes principais dos ventos passam acima das casas. Os pulmões dos habitantes não recebem a porção adequada de oxigênio e as consequências são a prostração física e intelectual e uma redução da energia vital. (...) E se a vida nas grandes cidades, em si mesma, já não é um fator conveniente à saúde, imagine-se o efeito nocivo causado pela atmosfera anormal dos bairros operários, onde, como vimos, encontra-se reunido tudo o que pode envenená-la. No campo, um charco estagnado junto à casa pode não ocasionar um dano prejudicial, uma vez que o ar circula livremente; o mesmo charco é inteiramente diverso numa grande cidade, entre ruelas e pátios que impedem qualquer corrente de ar. (...) o lixo e os charcos permanentes nos bairros operários das grandes cidades, justamente porque produzem esses gases patogênicos, representam um gravíssimo perigo para a saúde pública – e o mesmo deve dizer-se das emanações dos cursos de água poluídos. (ENGELS, 2007, pp. 136-7)

Para Lefebvre (1999), a obra de Engels contribuiu para a compreensão das transformações das cidades no século XIX, não como um fenômeno isolado, autônomo, mas correlacionado diretamente com a Revolução Industrial inglesa. No capítulo do livro de 1845 sobre as grandes cidades, Engels descreve todo o horror causado pelo processo produtivo na vida urbana. Inovando em seus comentários, apresenta as causas dessa desordem a partir de fatores econômicos, históricos e sociais, desmistificando as teorias que naturalizavam o “caos urbano”. Para ele, residia nas cidades uma contradição intrínseca: de um lado, crescia a riqueza concentrada nas mãos de

poucos (capitalistas, comerciantes, aristocratas e clero), do outro, aumentava a pobreza e a miséria. Especialmente, isso se refletia na fragmentação da cidade em bairros, vilas e distritos destinados aos trabalhadores, segregação espacial forçada pelos interesses capitalistas. Repartia-se a cidade à medida que cada sujeito ou classe social se inseriam na esfera produtiva e reprodutiva do capital.

A população das grandes cidades é retratada em suas minúcias, mostrada em sua cotidianidade nem sempre alienada. Sindicatos e associações já são vistos, à época, como polos importantes do processo de luta contra o capital. Engels expressa em seu texto o que Lefebvre denomina de “espaço vivido”, palco fenomenológico dos conflitos diários e cotidianos da classe trabalhadora. Ali a alienação está atrelada não só ao processo produtivo, ao trabalho: ela se reproduz na esfera do “vivido”, da vida cotidiana, na qual se reproduzem as relações de produção. “Jamais para ele o tema da alienação se apresentou abstratamente (como separado)” da vida cotidiana. “Ele percebe e apreende concretamente a alienação (...) [que] ele mostra com realismo, [que] ele apreende na prática social.” (LEFEBVRE, 1999, p. 15) A alienação, portanto, é uma importante mola propulsora das relações sociais reificadas, que, por sua vez, ajuda na manutenção da exploração e da miséria que ultrapassam o chão de fábrica.

O espaço das grandes cidades não era só ocupado pelos trabalhadores, mas também pelos capitalistas. O conflito se estabelecia não somente nas fábricas, mas, sobretudo, nas ruas das cidades, que se tornavam palco da disputa entre capital e trabalho. Existiam aqueles que não encontravam trabalho, não possuíam dinheiro, e por isso tornavam-se um “problema de polícia”. O aparato repressivo do estado ficava responsável pela prisão e pela morte da população. O espaço da cidade era o espaço da repressão policial, do “crime social”. A polícia exercia então sua grande função: manter a ordem burguesa ao conter a “desordem” e a “animalidade” da população nos bairros e vilas operárias.

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia. (ENGELS, 2007, p. 69)

Manchester foi o caso clássico da urbanização via industrialização descrita por Engels. Ali se desenvolveram a centralidade da indústria moderna, a tecnificação do processo produtivo e o aumento populacional. Os centros urbanos se expandiram, proliferaram as zonas industriais e aumentaram os bairros e vilas operárias, gerando o grande *boom* urbano. Em Manchester, a indústria e o comércio cresceram juntos, dando característica à cidade em formação: a segregação espacial e social era o mote deste “modelo urbano”. Era possível sair de Manchester, segundo Lefebvre (1999, p. 17), sem que se avistasse um bairro operário.

Manchester é construída de um modo tão peculiar que podemos residir nela durante anos, ou entrar e sair diariamente dela, sem jamais ver um bairro operário ou até mesmo encontrar um operário – isso se nos limitarmos a cuidar de nossos negócios ou a passear. A razão é que – seja por um acordo inconsciente e tácito, seja por uma consciente e expressa intenção – os bairros operários estão rigorosamente separados das partes da cidade reservadas à classe média ou, quando essa separação não foi possível, dissimulada sob o manto da caridade. (ENGELS, 2007, pp. 88-9)

A burguesia tentava esconder a miséria que ela própria engendra. Os bairros iam sendo construídos conforme a classe social de seu futuro morador. Quanto maior fosse a pobreza, maior seria o esforço para sua marginalização espacial e maior seria sua distância do centro. Engels demonstra o processo de segregação e decomposição das cidades inglesas ao mesmo tempo em que ocorria o desenvolvimento da sua indústria. “Ele mostra magistralmente uma estranha mistura de ordem e de caos, explicando o espaço urbano e como esse espaço expõe a própria essência da sociedade.” (LEFEBVRE, 1999, p. 19)

Em Manchester, a antiga população se retirou para o campo, dando lugar à grande massa de trabalhadores, atraída pela grande indústria que, ao “livrar” os trabalhadores da servidão, os transformou em mercadoria. Eles proliferavam nas cidades, principalmente nos bairros operários, becos, casebres e travessas. A antiga cidade se decompunha, imperava a “desordem”. Os pátios das fábricas pareciam “ordenar” as ruas, as passagens e as vielas, ao mesmo tempo em que se tornavam espaços de dejetos e lixo urbano. Casas eram projetadas sem calefação, sem ventilação e sem iluminação natural, “mal agrupadas, mal construídas, mal conservadas, mal ventiladas, úmidas e insalubres” (LEFEBVRE, 1999, p. 23).

Engels, segundo Melo (2015), constata que a crescente concentração de riqueza gerou uma pauperização da classe trabalhadora que se refletia na “questão da moradia”. A crise, apontada no *Esboço*, gerou uma

desapropriação de inquilinos incapazes de arcar com seus aluguéis. Alguns industriais, no entanto, construíam casas para os operários que, segundo o próprio Engels (2007, p. 100), ao passar dos anos, encontravam-se em ruínas. O pagamento do aluguel ao industrial fazia que parte do salário do trabalhador fosse retido pelo capitalista, fato este que contribuía para o rebaixamento do preço da força de trabalho. A “questão da moradia”, dessa maneira, reforçava a exploração da força de trabalho. Para a acumulação de capital não interessavam as condições da habitação da classe trabalhadora, mas sua exploração ao limite da sobrevivência, mesmo que isso levasse à negação do próprio direito à moradia presente na maioria das constituições burguesas.

Com a crescente instabilidade no mercado de trabalho, alguns espaços da cidade ficavam desertos, enquanto outros se tornavam aglomerados. A cidade moderna ia se formando a reboque do processo perverso da industrialização. O capital expunha a ordem e a desordem urbana. A cidade era, dessa maneira, o testemunho privilegiado das transformações do século XIX na Inglaterra, da exploração do trabalhador, reverberada na vida cotidiana das cidades. “Por processos refinados, a exploração direta se duplica por meio de uma exploração indireta e se estende da empresa (a fábrica, a usina) ao conjunto da vida cotidiana no quadro urbano.” (LEFEBVRE, 1999, p. 23) A cidade habitada por operários não oferecia quase nada a eles, deixando em suas mãos a missão de suprir suas necessidades mais básicas. A instabilidade, o desconforto e a miséria tornavam o cotidiano angustiante e sombrio.

Engels vê na concorrência entre os capitalistas e entre os trabalhadores outra razão para a decomposição das cidades. A necessidade de uma reserva de trabalhadores para manter baixos os salários fazia que crescessem a instabilidade e a pobreza. A “população de reserva” ocupava os empregos informais no comércio e nas ruas (ambulantes) ou, ainda, assumia a mendicância sustentada por ações beneficentes (LEFEBVRE, 1999, pp. 23-4)²¹.

²¹ Engels é um severo crítico das ações beneficentes. Não se deixa iludir pela “caridade” burguesa, esta classe que, além de explorar até a “última gota de sangue” do trabalhador, o tornou mais subalterno ao lhe impor a “renúncia de seu único bem”, “sua aspiração à condição humana”. “Não se creia, porém, que o inglês ‘culto’ expresse tão cruelmente seu egoísmo. Ao contrário, ele o dissimula com a mais vil das hipocrisias. Como falar da insensibilidade desses ricos burgueses diante dos pobres, se eles criaram instituições de beneficência que não existem em nenhum outro país? Beneficência... Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar o proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou, apresentar-se ao mundo com a

Revoltas aconteceram, assim como roubos, pilhagem e assassinatos. A “guerra de todos contra todos” é uma expressão condizente com a realidade das cidades inglesas, o que, para alguns, era a fonte da “imoralidade”. Porém, Engels não se contenta com a visão moralista burguesa; caso assim fosse, adotaria um ponto de vista paternalista, assistencialista. Pelo contrário, “Friedrich Engels repudia o moralismo e o sermão. Para ele é natural e inevitável que a situação criada por uma classe, a burguesia (...), gere o alcoolismo, a prostituição, o crime. É assim que se manifesta o desprezo pela ordem social e, mais claramente, no caso extremo: o crime” (LEFEBVRE, 1999, p. 25).

A “guerra de todos contra todos” não anula sua recente descoberta empírica, a “luta de classes”. Para Engels (2007), esta luta deve substituir o individualismo gerado pelo comércio tanto dos trabalhadores quanto dos capitalistas. Engels enxerga a rebelião das massas a partir da classe trabalhadora, que se organizava. Seu otimismo é subjacente à análise das contradições que se acirravam no urbano. O seu exame do real, sua apresentação do vivido como campo importante, mas não único, de análise crítica o retira, nesse momento, de suas origens: a teoria alemã. O idealismo e o moralismo apagam-se em seu esclarecedor diagnóstico do concreto. A luta de classes ganha foro privilegiado na investigação, chamando a atenção para a necessidade latente da revolução.

Engels confronta a realidade com a teoria, o pensamento dos economistas com a prática econômica. Coloca um ao lado do outro, o “vivido” (...) e a expressão dessa mesma realidade na economia política. Ele critica, então, um pelo outro, o “vivido” sem pensamento e o pensamento fora da vida, isto é, fora da prática. (LEFEBVRE, 1999 p. 30)

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra estabelece para o proletariado o papel de redentor da humanidade. Ao criticar os socialistas ingleses, Engels identifica as possibilidades revolucionárias deste novo sujeito posto pela Revolução Industrial. Apresenta aos alemães, inclusive a Marx, uma minuciosa descrição da luta de classes na Inglaterra, que extrapolava o chão de fábrica ao alcançar as ruas, casas e bairros das principais cidades inglesas.

aparência de campeã da caridade! Beneficência que degrada mais quem a concede que aquele que a recebe, beneficência que torna mais subalterno aquele a quem é dirigida, pois lhe impõe – a ele, tornado pária nesta sociedade – a renúncia ao seu único bem, sua aspiração a uma condição humana, exigindo que comece por mendigar o perdão da burguesia antes de obter a graça que ela lhe oferece: uma esmola e, na frente, o estigma da humilhação.” (ENGELS, 2007, p. 309)

Considerações finais

Engels não é um mero coadjuvante de Marx. Sua contribuição à obra marxiana é essencial para aqueles que desejam compreender não somente a dinâmica do modo de produção capitalista e sua reprodução, mas também como essa forma de produzir foi se transformando ao longo do tempo. Seu *Esboço de uma crítica da economia política*, de 1844, foi pioneiro na crítica da economia política, antes mesmo de Marx redigir seus *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* também tem um papel especial nessa análise e crítica do modo de produção capitalista. Embora se trate de um texto excessivamente descritivo, tem o mérito de tocar em alguns pontos essenciais da teoria marxista, que serão desenvolvidos em obras como *A ideologia alemã* (1845-6) e *Manifesto comunista* (1848). Ademais, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* revela como a grande indústria engendrava, nela própria, contradições cada vez mais marcantes da oposição entre capital e trabalho – ou seja, a luta de classes. Engels mostra, à época, a importância da organização operária e a relevância de suas reivindicações à medida que a conscientização da posição de classe, do pertencimento ao movimento de um conjunto de pessoas exploradas por uma minoria privilegiada, fortalecia a luta revolucionária. Demonstra também a importância da ação prática, da organização dos trabalhadores e da luta de classes como forma capaz de conduzir a revolução social, capaz de destronar a burguesia industrial e financeira, sem, contudo, desconsiderar a importância da teoria crítica para a ação revolucionária.

A visão progressista da história de Engels, que acredita nos avanços das forças produtivas como mote irreversível da revolução, o faz acreditar que a Inglaterra seria o palco inexorável da emancipação humana. A história, no entanto, tratou de desmenti-lo. Mesmo assim, Engels produz, naquele momento, vários avanços teóricos que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento do próprio Marx. Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e, em menor medida, no *Esboço de uma crítica da economia política*, nota-se um caminhar em direção à esfera produtiva, apesar de uma análise muito centrada na concorrência como a fonte da usurpação do trabalhador. A constatação *in loco* do desenvolvimento industrial; as análises das primeiras crises de superprodução inerentes ao capital; os primeiros esboços sobre o “exército industrial de reserva”, fator importante para os “ajustes” capitalistas; a pertinência de um comunismo não somente teórico, mas também prático; a descrição minuciosa da formação da classe

trabalhadora inglesa, até então pouco constituída em seu país de origem; e a constatação de que a crise urbana que se instaurava nas cidades inglesas era uma particularidade não somente do desenvolvimento das relações de produção capitalistas, mas, também, de sua crise geral e sistêmica dão a Engels um caráter precursor de crítico não apenas da economia política, como, ainda, da sociedade burguesa como um todo (JONES, 1977, pp. 411-2).

Engels, segundo Jones (1977), contribui, sobretudo, para uma visão de comunismo como processo que não é imputado por uma consciência externa aos trabalhadores; ou seja, uma teoria *a priori*, elaborada por intelectuais e passada aos sindicatos e associações, tendo estes últimos apenas um caráter passivo; a consciência revolucionária seria algo construído em pleno processo de luta contra o capital. Se antes de 1844 Engels supunha a teoria alemã²² como o fator principal para a revolução comunista, na Inglaterra ele percebe que a consciência teórica é fruto do processo prático e que o trabalhador não é uma mera massa de manobra do intelectual, mas, pelo contrário, o agente decisivo da transformação do mundo. É a participação de Engels no movimento operário inglês, e de Marx no movimento francês, entre outras coisas, que os faz reconhecer que ao movimento operário não se impunha uma consciência externa, mas que na própria ação revolucionária se produziria uma subjetividade própria ao movimento.

Mesmo considerando o fato de que, a partir de 1845, a produção teórica própria de Engels perde força por um momento histórico, recuperando-a nos anos 1870, sua contribuição à obra de Marx é notável. Livros e textos para jornais e periódicos são escritos em conjunto e eles também colaboram na articulação da Liga Comunista, nas Revoluções de 1848-9, na I Internacional e nas edições dos volumes II e III de *O capital*,

²² É necessário frisar que Engels não deixa de acreditar na importância da teoria alemã para a organização e a revolução dos trabalhadores, não só ingleses, mas também alemães. Mesmo em textos tardios, ele retorna a esta questão, salientando a importância, sobretudo, da filosofia alemã. Engels encerra seu texto Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã destacando a relevância da teoria alemã para as pretensões revolucionárias, ao mesmo tempo em que transparece mais uma vez a importância do avanço das forças produtivas para o desenvolvimento das relações de produção. “Apenas na classe operária perdura o bom senso teórico alemão. Não há nada que o desarraigue daqui; aqui não há terreno para preocupações de ambição, de lucro, de proteção superior; ao contrário, quanto mais audazes os avanços da ciência, melhor se harmonizam os interesses e aspirações dos operários. A nova tendência que descobriu na história da evolução do trabalho a chave de compreensão de toda história da humanidade dirigiu-se, desde o início, à classe operária, de preferência, e encontrou, nela, uma acolhida que nunca esperou nem procurou na ciência oficial. O movimento operário da Alemanha é o herdeiro da filosofia clássica alemã.” (ENGELS, 1962, pp. 134-5)

entre outras. Sua contribuição é fundamental para a construção e divulgação da obra marxiana.

Por fim, Engels compreende bem o seu papel na luta tanto teórica quanto prática dentro do movimento comunista. Apesar de seu pioneirismo na crítica da economia política, sabe que Marx era mais capaz de adentrar em seus mistérios mais ocultos, desvelar seus segredos.

Referências bibliográficas

CASTELO BRANCO, Rodrigo. A contribuição dos textos juvenis de Engels à crítica da economia política. *Antítese: Marxismo e Cultura Socialista*, n. 9, pp. 7-19, nov. 2010.

DE DEUS, Leonardo Gomes. As origens do pensamento marxiano (I): crítica da economia política como crítica da especulação. *Verinotio – Revista on-line de Educação e Ciências Humanas*, n. 14, ano VIII, pp. 40-59, jan. 2012.

ENGELS, Friedrich. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã* [1886]. Trad. José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Editora Fulgor, 1962.

_____. “Esboço de uma crítica da economia política” [1844]. Trad. Maria Filomena Viegas. In: _____. *Política*. São Paulo: Ática, 1981, pp. 53-81.

_____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, segundo as observações do autor e fontes autênticas [1845]. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. *Sobre a questão da moradia* [1872-73]. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

FREDERICO, Celso. *O jovem Marx – 1843-44: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

HOBSBAWM, Eric. “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”. In: _____. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1842-2011*. Trad. Donaldson Magalhães Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 88-97.

HUNT, Tristram. *Comunista de casaca: a vida revolucionária de Friedrich Engels*. Trad. Dinah Azevedo. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2010.

JONES, Gareth Stedman. “Retrato de Engels”. In: HOBSBAWM, Eric. *História do marxismo* v. 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 377-421.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital* [1972]. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. De 1842 até a redação de *O capital* [1967]. Trad. Carlos Henrique Escobar. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARX, Karl. *Cuadernos de Paris: notas de lectura de 1844* [1844]. Trad. Bolívar Echeverría. México: Era, 1974.

_____. *Contribuição à crítica da economia política* [1859]. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboço da crítica da economia política* [1857-8]. Trad. Mario Duayer. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/ UFRJ, 2011.

_____. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria*, do sr. Proudhon. [1847]. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *O capital*. Crítica da economia política l. I: o processo de produção do capital [1867]. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Editorial, 2013.

MELO, Wanderson Fabio de. Friedrich Engels e a questão habitacional: o pauperismo socialmente produzido no sistema capitalista e as condições de moradia. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 20, pp. 134-49, out. 2015.

NETTO, José Paulo. “F. Engels: subsídios para uma aproximação”. In: ENGELS, Friedrich. *Política*. São Paulo: Ática, 1981, pp. 27-50.

_____. “Apresentação”. In: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Editorial, 2007, pp. 9-35.

SECCO, Lincoln. “Engels e a crítica da economia política”. In: COGGIOLA, Oswaldo. *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã, 1996, pp. 277-90.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura* [1973]. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Como citar:

BRITO, Thiago Macedo A. de. O jovem Engels e a crítica da economia política. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 284-310, abr./2018.

Data de envio: 7/11/2017

Data de aceite: 16/1/2018

Resenha

Las dictaduras y democracias latinoamericanas por Alain Rouquié¹ ***The Latin American dictatorships and democracies by Alain*** ***Rouquié***

Sebastián Federico Paris²

Alain Rouquié. *A la sombra de las dictaduras. La democracia en América Latina.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

Lanzado en el año 2010 en lengua francesa y traducido al castellano en 2011, *À l'ombre des dictatures. La démocratie en Amérique latine*, es el último libro escrito por el politólogo francés Alain Rouquié. Dicho libro se inscribe en el cenit de los gobiernos populistas contemporáneos en el continente americano, y en aniversario del Bicentenario de la Revolución de Mayo en la Argentina. Rouquié se da a la tarea de determinar la especificidad de estos nuevos regímenes democráticos y se pregunta por las nuevas formas de populismo que encarnan Hugo Chávez en Venezuela, Evo Morales en Bolivia, Rafael Correa en Ecuador y el matrimonio Kirchner en Argentina.

El libro explora los sistemas políticos del siglo XIX que surgieron de las independencias, los populismos de la primera mitad del siglo XX y las particularidades del régimen del partido revolucionario mexicano, así como las sangrientas dictaduras militares que brotaron en la década de 1960. Al mismo tiempo, retrata cómo estas dictaduras vivieron su ocaso hacia la década de 1980 y cómo irán siendo desplazadas por regímenes democráticos, producto de sus propias y controvertidas contradicciones. La obra de Rouquié se destaca por la profundidad que le dedica a los estudios comparados y por el dominio de la historia de los países latinoamericanos. Su análisis político comparado comprende referencias socio-históricas de cada uno de esos países, que nos remiten al siglo XIX, y al hecho de que la independencia de las colonias fue proclamada en nombre de la soberanía popular, con todas las ambigüedades, diferencias regionales y locales que ello conlleva. Solo la democracia puede forjar la nación, mientras que la soberanía de las clases subalternas es la que crea al pueblo en estos estados nacientes e inciertos de una región rezagada hasta no hace mucho por las fuerzas “civilizatorias”

¹ Revisado por Carmen Isabel Rojas e Vânia Noeli Ferreira de Assunção.

² Licenciado em história pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Endereço eletrônico: sparis3850@gmail.com.

europas. Las sociedades latinoamericanas tienen una particularidad, y es que los regímenes representativos en ellas surgen antes que el estado de derecho democrático. Rouquié examina las características propias de los regímenes post-autoritarios, la calidad de la democracia así establecida, los comportamientos electorales y la demanda de ciudadanía. No le interesa poner en consideración las diversas causas del declive autoritario, sino mostrar la evolución política de América Latina en los siglos XX y XXI, que revela el desarrollo de la democracia en sociedades que han experimentado extraordinarias transformaciones en todos sus niveles. A la vez, el autor nos advierte sobre las imperfecciones, paradojas y límites de las democracias post-autoritarias.

Su trabajo está destinado a hacer historia, si bien contiene elementos propios de la sociología política. Desde su nacimiento, la democracia generó desconfianza entre las élites latinoamericanas, a pesar de que éstas pretendieron crear “regímenes democráticos representativos” plagiados de las experiencias norteamericanas y europeas. De igual modo, los regímenes latinoamericanos resultantes de las independencias no serían sino versiones radicales de la democracia censitaria que por tanto tiempo se practicó en Europa. Observados a los ojos de los europeos y de las oligarquías criollas como otro signo de barbarie, y por lo tanto, de la ruina de la civilización, los campesinos mestizos o indios, los antiguos esclavos y las plebes urbanas fueron ubicados al margen de la escena política, la cual estaba enteramente en manos reducidas. Esta clase oligárquica, atada todavía al pasado colonial, es quien pone una malla de contención a las reivindicaciones de los sectores subalternos. En este sentido, los límites a los derechos de las masas populares latinoamericanas serán derribados por el advenimiento de los llamados gobiernos populistas del siglo XX – Perón en Argentina, Vargas en Brasil, Cárdenas en México – que las incluirán a la Nación y a la sociedad política. Esta situación generó el resurgimiento de emprendimientos autoritarios de la década de 1960 para frenar el avance de las conquistas sociales y políticas de los trabajadores, de los partidos de izquierda y de algunos grupos guerrilleros que luchaban por conquistar una igualdad que, entendían, no podía darse en el sistema vigente.

En el complejo inventario de los desafíos que debe enfrentar la democracia en América Latina, sobresalen dos núcleos argumentativos centrales que recorren toda la obra. La primera, hace referencia al histórico movimiento pendular *dictadura/democracia*, en el cual en palabras de Rouquié la victoria de la democracia nunca es absoluta, en tanto las democracias latinoamericanas son herederas de las dictaduras, cuando no son

sus prisioneras. Las “nuevas democracias”, o “democracias restauradas” a partir de 1980, no constituyen un mero paréntesis con respecto a una “normalidad” político liberal y pluralista de occidente, son siempre herederas de los regímenes anteriores. En su concepción, *la sombra de la dictadura sobrevuela las democracias*. La segunda línea argumentativa pone de relieve la tentación mayoritaria. La dinámica de la democracia “implica también el riesgo de la erosión del pluralismo competitivo”. El principio de la mayoría abre, entonces, las puertas a una connotación plebiscitaria y hegemónica de la democracia. El riesgo, para determinados sectores, es que una mayoría busque aplastar a una minoría. No hay que desconocer que las reglas y las conductas de las mayorías se enmarcan en el estado de derecho. Dictadura y democracia son dos momentos históricos conexos y relevantes en el plano de la experiencia colectiva, en el que cada uno deja sus huellas, sus marcas.

Su inquietud por describir las diferentes configuraciones de las formas democráticas, su voluntad de no silenciar la presencia de “enclaves autoritarios” que, en el mejor de los casos, ilustran ciertos arreglos con los militares para que no se vean obligados a responder por sus crímenes pasados, o por todos ellos, lo conduce a minimizar la importancia de la revolución que consagra el surgimiento de los regímenes democráticos. No solamente se da, como se ha escrito tan a menudo, la aparición de las “democracias electorales” o una sustitución de las élites civiles por las élites militares; se da mucho más, una revolución de la igualdad y una desincorporación del derecho y el poder en todo el subcontinente. El principio del respeto a las elecciones consagra una idea sin precedentes acerca de la igualdad entre los hombres y de sus derechos a opinar y a movilizarse para ganar fuerza en el juego electoral. Los derechos humanos se ubican en el centro de las representaciones del vínculo social y del político. Quizás, las libertades fundamentales siguen siendo muy mesuradas, en particular en materia de libertad de asociación política, como en México o en Nicaragua. Algunos dirigentes políticos, como Chávez en Venezuela, Morales en Bolivia, Ortega en Nicaragua y Uribe en Colombia, multiplican los arremetimientos en contra de los medios masivos de comunicación y los periodistas que, vale aclarar, muchas veces no son independientes. Al mismo tiempo, no dudan en optar por las enmiendas constitucionales que les permitan mantenerse indefinidamente en el poder a través del recurso plebiscitario. Sin embargo, no se puede subestimar, como lo hace Rouquié, el vuelco que ha implicado la organización regular de elecciones y, salvo las excepciones hondureña y nicaragüense, el respeto al sufragio. Ya no sólo se trata de gobiernos regularmente electos que se suceden unos a otros, sino del esbozo de una

nueva relación con la política. Gente que antiguamente estaba al margen del mundo político, ahora ha sido votada para desempeñar las más altas responsabilidades: Lula, un ex obrero metalúrgico, habrá sido dos veces presidente de Brasil representando al PT; dos mujeres habrán sido electas como jefes de estado, en Nicaragua y en Chile; un dirigente sindicalista cocalero está a la cabeza de Bolivia. Sería ciego si uno negara que hayan caído algunas barreras sociales. Un nuevo sentido de la movilidad social y del sentimiento del “derecho a tener derechos” ha emergido y alimenta dinámicas sociales y políticas perfectamente inéditas. Probablemente, este trabajo de establecimiento de la democracia ha tenido que lidiar, asevera Rouquié, con desafíos y fracasos. Los fantasmas restauracionistas autoritarios de la llamada “gente bien” que se alió con los militares pusieron un freno a los procesos democráticos desde la década de 1960 hasta bien entrada la de 1980, en nombre de la defensa del orden y la estabilidad, pero ahora están perdiendo una gran velocidad.

Referencias bibliográficas

ROUQUIÉ, Alain. *A la sombra de las dictaduras*. La democracia en América Latina. Buenos Aires: Ed. Fondo de Cultura Económica, 2011.
_____. *Alain Rouquié en la Universidad de Buenos Aires* [2011]. Disponible en: <<http://www.sociales.uba.ar/?p=3525>>, acesado en 13 enero. 2018.

Como citar:

PARIS, Sebastián Federico. Las dictaduras y democracias latinoamericanas por Alain Rouquié. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 24, n. 1, pp. 308-11, abr./2018.

Data de envio: 22/6/2017

Data de aceite: 11/1/2018